

# CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL AUTÁRQUICA



---

O município cumpriu o regime legal  
de endividamento municipal e apresenta uma gestão  
orçamental e financeira equilibrada e sustentável?

Município de Tomar

Relatório n.º 2169/2015

Independência

InteGridade

ConFiança

## FICHA TÉCNICA

<b>NATUREZA</b>	Auditoria Financeira
<b>ENTIDADE AUDITADA</b>	Município de Tomar
<b>FUNDAMENTO</b>	Plano de Atividades da Inspeção-Geral de Finanças (IGF). A presente auditoria está inserida no âmbito do Projeto "Controlo do Endividamento e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica".
<b>ÂMBITO</b>	As verificações efetuadas reportaram-se ao período compreendido entre 1/jan/2009 e 31/dez/2013.
<b>OBJETIVOS</b>	<p>A presente auditoria teve como objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da qualidade da informação constante da prestação de contas do exercício de 2012;</li> <li>• Análise, quanto ao quadriénio (2009/2012), do comportamento do Município em termos de execução orçamental e do endividamento municipal (designadamente, no que respeita aos empréstimos, <i>leasing</i> e outras dívidas a terceiros) e apreciação da situação financeira, em especial, de curto prazo;</li> <li>• Controlo do cumprimento, no final do ano 2011 e 2012, do regime de endividamento previsto na Lei das Finanças Locais e nas Leis do Orçamento de Estado desses anos quer na vertente dos empréstimos, quer de endividamento líquido;</li> <li>• Verificação, no de 2012, da posição do Município em termos de equilíbrios conjuntural e estrutural (saneamento e reequilíbrio financeiros);</li> <li>• Conhecimento do sistema de controlo interno instituído em relação a vários aspetos do endividamento e sua avaliação em termos de adequação e eficácia.</li> </ul> <p>Embora a auditoria incidisse sobre os anos 2009/2012, foi ainda considerada na análise, nos casos em que os objetivos definidos o permitiram, a informação financeira relativa ao final do exercício de 2013</p>
<b>METODOLOGIA</b>	A presente auditoria baseou-se na metodologia e instrumentos de trabalho consubstanciados no guião " <i>Avaliação do Endividamento Municipal</i> ", adotado pela IGF.
<b>CONTRADITÓRIO</b>	Foi realizado contraditório formal institucional, nos termos do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31/jul.
<b>CICLO DE REALIZAÇÃO</b>	mar/2013 a jun/2015
<b>DIREÇÃO</b>	CdE – Alexandre Amado
<b>EQUIPA</b>	<p><b>Coordenação:</b> CdE – Sónia Barbosa</p> <p><b>Execução:</b> Insp. Margarida Ribeiro e Fernando Raposo</p>

**Nota:** Os conceitos, termos e expressões geralmente utilizados pela IGF nos seus produtos de controlo constam do «Glossário Geral da IGF», disponível em A IGF/Normas de Boas Práticas, no site <http://www.igf.min-financas.pt>.

Este Relatório não poderá ser reproduzido, sob qualquer meio ou forma, nos termos da legislação em vigor.

**PARECER:**

Concordo com o presente Relatório, sublinhando que o mesmo deverá ser submetido a despacho de S.E. o Secretário de Estado do Orçamento, tendo em vista as propostas constantes do ponto 4. infra. À consideração superior.

Subinspetora-Geral

Assinado de forma digital por  
ANA PAULA PEREIRA COSME  
FRANCO BARATA SALGUEIRO  
Dados: 2015.12.14 16:51:56 Z

Concordo, salientando a/o:

Falta de fiabilidade da informação constante dos documentos de prestação de contas, nomeadamente no que respeita aos investimentos financeiros, ao passivo exigível e aos compromissos de exercícios futuros.

Violação do limite de EL de 2011, que, no entanto, foi cumprido em 2012 e 2013, situação que é suscetível de gerar responsabilidade financeira.

Manutenção, entre 2009/2013, de uma prática sistemática de empolamento das receitas orçamentais, com reduzidas taxas de execução em termos globais ( 2013: 50%) e, em especial, na componente de capital ( 2013: 13% ), o que potenciava, de forma artificial, a existência de elevados montantes de despesa para o pagamento dos quais não existiam disponibilidades financeiras ( 2013: M€ 22,9 ).

Violação reiterada, entre 2009/2013 ( após o recurso ao PREDE ), do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial, o que espelha uma gestão orçamental desequilibrada, concretizando assim, o indicado risco.

Materialidade da dívida global do MT, que, para além de ter aumentado entre 2009/2013 ( M€ 1,6 ), mantinha, no final do último ano ( M€ 30,5 ), um nível desproporcionado face ao seu quadro financeiro, existindo ainda um relevante risco decorrente da materialidade dos compromissos assumidos e ainda não faturados no final de 2013 ( M€ 4,3 ), o que não acontecia no ano anterior.

Situação financeira de CP negativa e desequilibrada, com elevados saldos reais negativos de operações orçamentais ( 2013: M€ 10,3 ) e PMP a fornecedores ( 2013: 363 dias ).

À consideração superior,

Direção operacional

Assinado de forma digital  
por ALEXANDRE VIRGÍLIO  
TOMÁS AMADO

Dados: 2015.12.13 20:36:11 Z

**DESPACHO:**

Concordo.

Remeta-se a S. E. o Secretário de Estado do Orçamento.  
P' Inspetor-Geral

Subinspetora-Geral

Assinado de forma digital por  
MARIA ISABEL DA SILVA  
CASTELÃO FERREIRA DA SILVA  
Dados: 2015.12.16 17:02:36 Z

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Atendendo às evidências obtidas e à sua análise, os principais resultados **da auditoria ao Município de Tomar ( MT )**, que abrangeu o período compreendido entre **2009/2013** ( com especial incidência, no que respeita à fiabilidade da informação, sobre os documentos de prestação do penúltimo ano indicado ), são, em síntese, os seguintes:

### 1.C Falta de fiabilidade da informação constante dos documentos de prestação de contas

**1.1.COs documentos de prestação de contas do MT não refletiam**, no período analisado, **com inteira fiabilidade**, a sua **situação económica, financeira e orçamental**, pois:

- ✓CForam efetuadas **correções materialmente relevantes nas rubricas relativas a resultados, investimentos financeiros, acréscimos de custos** e, em especial, **no passivo exigível** ( 2012: mais m€ 970 ), persistindo, ainda, **omissões ao nível da inventariação** e de **reconhecimento contabilístico de bens imóveis**.
- ✓CAs contas de **compromissos de exercícios futuros não são utilizadas de forma sistemática e abrangente**.

Falta de fiabilidade dos documentos de prestação de contas

### 2.C Violação do limite de EL de 2011 e cumprimento de todos os limites em 2012/2013

**2.1.CA** Autarquia **violou**, em 2011, o **limite de EL** ( **excesso de € 4 916 332** ), mas **cumpriu-o** em 2012 e 2013, verificando-se, assim, a **regularização superveniente a situação**, o que **exclui**, de acordo com o quadro legal, a sua relevância em **termos tutelares administrativos**.

Em **sede financeira**, a eventual responsabilidade é imputável aos então **Presidente e Vereador da Câmara Municipal, Senhores Fernando Rui Linhares Corvêlo de Sousa e Carlos Manuel de Oliveira Carrão**, a quem, respetivamente, competia coordenar a atividade daquele órgão e tinha responsabilidade sobre a área financeira do MT, cabendo a sua **apreciação e valorização ao Ministério Público junto do Tribunal de Contas**.

**Foram cumpridos**, nos anos de 2011/2013, **os restantes limites de endividamento**, ou seja, de EMLP e de ECP.

**2.2.CA informação reportada à DGAL**, em 2011 e 2012, para apurar e controlar os referidos limites legais de endividamento, **não refletia, com inteira fiabilidade, a situação do MT ao nível do EL**, pois foram apuradas diferenças, para mais, de, respetivamente, M€ 3,6 e M€ 5,5 ).

Tais divergências das correções efetuadas pela IGF à informação do MT e dos valores relativos às entidades relevantes não comunicados ou incorretamente reportados à DGAL

Incumprimento do limite legal de EL de 2011, situação suscetível de gerar responsabilidade financeira

Cumprimento, entre 2011/2013, dos limites legais de empréstimos de MLP e de CP

Prestação de informação incorreta à DGAL

### 3.C Fragilidades dos processos de elaboração e gestão orçamentais e suas consequências

**3.1.CA receita global disponível do MT importou**, entre 2009/2013, respetivamente, em **M€ 31,7, M€ 30, M€ 35,5, M€ 28,4 e M€ 25,2**, montantes que estão influenciados, nos primeiros três anos, pela **utilização do capital de empréstimos**, no valor de, respetivamente **M€ 6,3, m€ 895 e M€ 1,5**.

Receita global disponível em 2013: M€ 25,2

**3.2.C Prática reiterada**, nos anos de 2009/2013, de **elevado empolamento na previsão das receitas orçamentais**, que evidenciaram **reduzidos índices de execução em termos globais** ( 2012 e 2013: 42% e 50% ) e, em especial, **na componente de capital** ( 2012 e 2013: 21% e 13% ), o que contraria o objetivo visado pelas regras previsionais do POCAL.

Deste procedimento decorre um **elevado risco para o equilíbrio e a sustentabilidade financeira da entidade**, pois **permite**, de forma artificial ( através da criação de uma situação de aparente equilíbrio orçamental ), **a realização e/ou existência de elevados montantes de despesa** ( 2012 e 2013: M€ 37,9 e M€ 22,9 ) **para além da efetiva capacidade existente para promover o seu pagamento atempado**, potenciando, assim, uma gestão orçamental desequilibrada.

**3.3.C Violação reiterada**, entre 2009/2013 ( após a adesão ao PREDE ), **do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial**, o que espelha, não obstante a evolução positiva ocorrida nos dois últimos anos, **a concretização, ao nível da execução orçamental**, do referido risco e a consequente existência de uma gestão **orçamental desequilibrada**.

**3.4.CA despesa orçamental apresenta**, nos anos analisados, uma **elevada rigidez, com uma nula ou reduzida margem de manobra ao nível da gestão financeira**, designadamente para fazer face às despesas que, à partida, não se encontravam já " vinculadas ".

**4.C Endividamento municipal global desadequado face ao quadro financeiro e persistência de situação financeira de CP desequilibrada**

**4.1.CA dívida do MT de operações orçamentais aumentou entre 2009/2013 ( M€ 1,6 )**, passando **para M€ 30,5**, em resultado do decréscimo da dívida financeira de MLP ( de M€ 25,6 para M€ 17,9 ) e do aumento das " outras dívidas a terceiros " ( de M€ 3,4 para M€ 12,6 )

Em qualquer caso, a Autarquia tinha uma **dívida global num nível materialmente relevante e desadequado face ao seu quadro financeiro**, sendo de salientar, em 2012, o/a:

- ✓ **C Significativo período de recuperação da dívida** ( 42 meses );
- ✓ **C Limitado nível de cobertura da dívida pelas receitas disponíveis** ( 80% );
- ✓ **C Relevante e crescente valor de dívida municipal " per capita "** ( € 895 );
- ✓ **C Elevado peso da dívida de MLP na dívida total** ( 57% );

Acresce a existência, no final de 2013, de um elevado montante de compromissos assumidos e ainda não faturados ( M€ 4,3 ), o que não acontecia em 2012.

Estes factos **repercutem-se e condicionam a gestão orçamental de exercícios futuros**.

**4.2.CA situação financeira de CP manteve-se**, entre 2009/2013, não obstante a adesão ao PREDE, **negativa e desequilibrada**, com:

- ✓ **C Relevantes e sistemáticos saldos reais negativos de operações orçamentais** ( 2013: M€ 10,3 );

**Prática sistemática de elevado empolamento na previsão das receitas**

**Risco significativo para o equilíbrio e a sustentabilidade financeira da entidade**

**Violação do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial**

**Gestão orçamental desequilibrada**

**Elevada rigidez das despesas orçamentais**

**Dívida municipal materialmente relevante e desadequada face ao seu quadro financeiro ( 2013: M€ 30,5 )**

**Situação financeira de curto prazo negativa e desequilibrada**

- ✓C **Perda significativa da capacidade para fazer face aos compromissos desta natureza** ( M€ 9,6 );
- ✓C **PMP a terceiros** ( 2012: 324 dias ) e a **fornecedores** ( 2013: 363 dias ) **elevados, crescentes e que ultrapassam largamente os parâmetros legais;**
- ✓C **Violação da regra do equilíbrio financeiro mínimo**, com um permanente desajustamento entre as dívidas daquela natureza e a correspondente liquidez do ativo, em especial, com as disponibilidades;

Em consequência da situação descrita e dos consequentes atrasos no pagamento a fornecedores, a **Autarquia suportou elevados custos financeiros** ( juros de mora liquidados, entre 2009/2012, no montante, de, pelo menos, **M€ 1,7**, tendo sido pagos **M€ 1,1** ).

**4.3.C** No final de **2012**, o **MT encontrava-se numa situação de desequilíbrio financeiro conjuntural**, o que justificaria o recurso a um plano de saneamento financeiro.

A Autarquia, **aderiu**, nesse ano, **ao PAEL**, mas tal candidatura ficou sem efeito, face à recusa do visto do Tribunal de Contas ao contrato de EMLP outorgado com a DGTF.

**Elevados custos financeiros ( entre 2009/2012 foram liquidados juros de mora de M€ 1,7 )**

**Desequilíbrio financeiro conjuntural**

## **5.C Incumprimento dos objetivos previstos no Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado ( PREDE )**

**5.1.CA** Autarquia recorreu, em 2009, **ao PREDE**, tendo obtido um financiamento total no montante de **M€ 4,99**.

Tendo em conta a **evolução do PMP** entre **2009/2012**, a **taxa de juro base remuneratória do capital mutuado** deve ser **acrescida de 0,8 pp**.

Aliás, o **MT**, naqueles anos, **não contribuiu para a prossecução dos objetivos**, tanto de **âmbito específico como geral**, subjacentes à **conceção do PREDE**, já que **não reduziu sistematicamente o PMP, nem diminuiu**, de forma duradoura, **as "outras dívidas a terceiros "**, em montante pelo menos equivalente ao do capital dos EMLP, tendo antes ocorrido uma duplicação da sua dívida total num valor significativo ( M€ 4,99 ).

**Acréscimo de 0,8 pp na taxa de juro base remuneratória do empréstimo do Estado**

**Incumprimento dos objetivos do PREDE**

## **6.C Norma de Controlo Interno e Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**

**6.1.CO** **MT** aprovou e tem em vigor uma **NCI** e um **PGRIC**, mas tais documentos encontram-se desatualizados e não refletem a atual estrutura e organização dos serviços.

A Autarquia **não dispõe de nenhum departamento, serviço específico ou elemento responsável pela função de controlo**.

**NCI e PGRIC desajustados da atual estrutura orgânica**

**Inexistência de responsável pela função de controlo**

## **7.C Principais recomendações**

**7.1.C** Destacamos as **recomendações ao MT**, que visam, no essencial, **garantir a/o:**

- ✓C **Fiabilidade dos documentos de prestação de contas**, designadamente no que respeita ao registo, sistemático e adequado, das dívidas a terceiros, do património municipal e dos compromissos de exercícios futuros;

**Principais áreas das recomendações**



- ✓C Elaboração de orçamentos rigorosos e prudentes, especialmente ao nível da receita prevista, visando a manutenção de uma gestão orçamental prudente, equilibrada e sustentável;
- ✓C Restabelecimento do equilíbrio orçamental e financeiro da Autarquia, através da adoção de medidas concretas que reduzam a despesa e a dívida e otimizem a cobrança da receita municipais;
- ✓C Cumprimento integral e sistemático, no futuro, do quadro legal previsto em matéria de endividamento municipal, em especial, em matéria de limites legais de endividamento municipal;
- ✓C Adequado reporte de informação financeira à DGAL, atento o papel desta entidade em sede, designadamente, de acompanhamento e controlo do limite de endividamento municipal;
- ✓C Revisão da Norma de Controlo Interno e do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas no sentido de proceder à sua articulação e harmonização com a atual estrutura orgânica dos serviços municipais;
- ✓C Criação/designação de um serviço ou pessoa responsável pela função de controlo interno.



## ÍNDICE

<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>8</b>
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1. ORIGEM E OBJETIVOS .....</b>	<b>9</b>
<b>1.2. METODOLOGIA E CONDICIONALISMOS .....</b>	<b>9</b>
<b>1.3. CONTRADITÓRIO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>10</b>
<b>2. RESULTADOS DA AÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ( 2009/2013 ) .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.1. FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.2. EVOLUÇÃO DOS BALANÇOS .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2. ORÇAMENTO, DÍVIDA MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA ( 2009/2013 ).....</b>	<b>14</b>
<b>2.2.1. PREVISÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2.2. DÍVIDA MUNICIPAL E APRECIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA .....</b>	<b>21</b>
<b>2.2.3. PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO ( PREDE )....</b>	<b>27</b>
<b>2.3. LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ( 2011/2013 ) .....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.1. APURAMENTO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....</b>	<b>32</b>
<b>2.3.2. ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....</b>	<b>34</b>
<b>2.3.3. CONTROLO DOS LIMITES DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS.....</b>	<b>35</b>
<b>2.3.4. CONTROLO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO .....</b>	<b>36</b>
<b>2.3.5. CONTROLO DOS LIMITES DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO .....</b>	<b>37</b>
<b>2.3.6. CONTROLO DA INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL .....</b>	<b>38</b>
<b>2.3.7. CONTRIBUTO DO MT PARA O DÉFICE DO SUBSETOR LOCAL.....</b>	<b>39</b>
<b>2.4. SANEAMENTO E REEQUILÍBRIO FINANCEIROS E ADESÃO AO PAEL.....</b>	<b>39</b>
<b>2.5. CONTROLO INTERNO, PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS E PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS .....</b>	<b>40</b>
<b>3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>41</b>
<b>4. PROPOSTAS .....</b>	<b>49</b>
<b>ANEXOS ( fls. 1 a 90 )</b>	

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADSE</b>	Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas
<b>AMEGA</b>	Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água
<b>AMPV</b>	Associação de Municípios Portugueses do Vinho
<b>BES</b>	Banco Espírito Santo, SA
<b>BPI</b>	Banco Português de Investimentos, SA
<b>CIMT</b>	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
<b>CMT</b>	Câmara Municipal de Tomar
<b>CGD</b>	Caixa Geral de Depósitos, SA
<b>Cfr</b>	Confrontar
<b>CP</b>	Curto Prazo
<b>DGAL</b>	Direção - Geral das Autarquias Locais
<b>DGTF</b>	Direção – Geral do Tesouro e Finanças
<b>DL</b>	Decreto-Lei
<b>DR</b>	Diário da República
<b>ECP</b>	Empréstimos de curto prazo
<b>EL</b>	Endividamento líquido
<b>EMLP</b>	Empréstimos de médio/longo prazos
<b>EPT</b>	Ensino Profissional de Tomar, Lda
<b>FEF</b>	Fundo de Equilíbrio Financeiro
<b>IGF</b>	Inspeção-Geral de Finanças
<b>IRS</b>	Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares
<b>LFL</b>	Lei das Finanças Locais
<b>LOE</b>	Lei do Orçamento de Estado
<b>LOPTC</b>	Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas
<b>MC</b>	Milhões de euros
<b>m€</b>	Milhares de euros
<b>MLP</b>	Médio e longo prazos
<b>MT</b>	Município de Tomar
<b>NCI</b>	Norma de Controlo Interno
<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>OO</b>	Operações orçamentais
<b>OT</b>	Operações de tesouraria
<b>PAEL</b>	Programa de Apoio à Economia Local
<b>PMP</b>	Prazo médio de pagamento
<b>POCAL</b>	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
<b>PGRCIC</b>	Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
<b>pp</b>	Pontos percentuais
<b>PREDE</b>	Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado
<b>RCM</b>	Resolução do Conselho de Ministros
<b>RJAEPL</b>	Regime Jurídico da Atividade Empresarial e das Participações Locais
<b>RJSEL</b>	Regime Jurídico do Setor Empresarial Local
<b>SIIAL</b>	Sistema Integrado de Informação da Administração Local
<b>SMAS</b>	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar

## LISTA DE QUADROS

<b>Figura 1</b>	Síntese das correções efetuadas aos balanços
<b>Figura 2</b>	Evolução das componentes dos balanços
<b>Figura 3</b>	Indicadores de endividamento
<b>Figura 4</b>	Indicadores de imobilizações
<b>Figura 5</b>	Evolução e taxas de execução da receita e despesa municipal ( 2009/2012 )
<b>Figura 6</b>	Execução da receita e despesa municipais e respetivas taxas ( 2013 )
<b>Figura 7</b>	Despesa orçamental prevista sem efetiva cobertura pela receita disponível
<b>Figura 8</b>	Equilíbrio orçamental em sentido substancial
<b>Figura 9</b>	Vinculação orçamental
<b>Figura 10</b>	Compromissos assumidos / despesas faturadas ( ou equivalente )
<b>Figura 11</b>	Composição e evolução da dívida corrigida pela IGF ( 2009/2012 )
<b>Figura 12</b>	Composição e evolução da dívida municipal ( 2013 )
<b>Figura 13</b>	Saldos reais de operações orçamentais
<b>Figura 14</b>	Prazo médio de pagamento
<b>Figura 15</b>	Indicadores de liquidez
<b>Figura 16</b>	Empréstimos PREDE
<b>Figura 17</b>	Dívida a fornecedores a acrescer no apuramento do PMP
<b>Figura 18</b>	Aquisições de bens e serviços a excluir / acrescer no apuramento do PMP
<b>Figura 19</b>	Evolução dos PMP ( IGF/DGAL )
<b>Figura 20</b>	PREDE – Controlo dos objetivos
<b>Figura 21</b>	PREDE – Evolução das outras dívidas a terceiros
<b>Figura 22</b>	Limites de endividamento líquido
<b>Figura 23</b>	Limites de empréstimos de médio/longo prazos
<b>Figura 24</b>	Limites de empréstimos de curto prazo
<b>Figura 25</b>	Entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total
<b>Figura 26</b>	Controlo dos limites de EMLP
<b>Figura 27</b>	Controlo dos limites de EL
<b>Figura 28</b>	Diferença no reporte de EL ( DGAL/IGF )
<b>Figura 29</b>	Evolução do endividamento líquido municipal
<b>Figura 30</b>	Reequilíbrio e saneamento e financeiros

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. ORIGEM E OBJETIVOS

**1.1.1.** Realizou-se, em conformidade com o Plano de Atividades da Inspeção-Geral de Finanças ( IGF ), uma auditoria no Município de Tomar ( MT ), enquadrada no Projeto designado de " Controlo do endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica ".

**1.1.2.** A esta auditoria estão associados os seguintes **objetivos**:

1	Avaliação da qualidade da informação constante da prestação de contas do Município, relativa ao exercício de 2012.
2	Análise do comportamento do Município no que respeita à execução orçamental no último quadriénio (2009/2012), avaliação da evolução do seu endividamento no mesmo período, designadamente em termos de empréstimos, <i>leasing</i> e outras dívidas a terceiros, e apreciação da sua situação financeira, em especial, de curto prazo.
3	Controlo do cumprimento pelo Município, no final dos anos de 2011 e 2012, do regime de endividamento previsto na Lei das Finanças Locais <sup>(1)</sup> e nas Leis do Orçamento de Estado desses anos <sup>(2)</sup> , quer na vertente dos empréstimos, quer de endividamento líquido.
4	Verificação, no final de 2012, da posição do Município em termos de equilíbrios conjuntural e estrutural (saneamento e reequilíbrio financeiros).
5	Conhecimento do sistema de controlo interno instituído no Município no que respeita a vários aspetos do endividamento e sua avaliação em termos de adequação e eficácia.

Embora a auditoria incidisse sobre os **anos 2009/2012**, foi ainda considerada na análise, nos casos em que os objetivos definidos o permitiram, a **informação financeira relativa ao final do exercício de 2013** <sup>3</sup>.

Para além disso, procedeu-se à apreciação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, especialmente nas áreas relacionadas com o objeto da presente auditoria.

### 1.2. METODOLOGIA E CONDICIONALISMOS

**1.2.1.** A presente ação de controlo baseou-se na metodologia e instrumentos de trabalho consubstanciados no guião " Avaliação do Endividamento Municipal ", tendo o trabalho de auditoria englobado a:

- ✓ C Recolha e análise de informação, suportada num conjunto de mapas;
- ✓ C Utilização de uma *check list* de verificação da coerência entre os vários documentos

<sup>1</sup> Lei n.º 2/2007, de 15/jan ( com declaração de retificação n.º 14/2007, publicada no DR, I série de 15/fev/07 ), alterada pelos art. 6.º da Lei n.º 22-A/2007, de 29/jun, art. 29.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31/dez, art. 32º da Lei n.º 3-B/2010, de 28/abr, art. 47º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, e art. 57º da Lei n.º 64-B/2011, de 30/dez, e, entretanto, revogada pela Lei n.º 73/2013, de 3/set ( Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais ).

<sup>2</sup> Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez ( alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov ) e Lei n.º 64-B/2011, de 30/dez.

<sup>3</sup> Ainda que não especificamente validada pela IGF, pois o ano sobre o qual incidiu o trabalho desta auditoria ao nível do controlo da qualidade da informação prestada pelo MT foi, como decorre dos objetivos referidos, o de 2012.

que integram a prestação de contas;

- ✓C Realização de entrevistas com dirigentes e outros trabalhadores da entidade, com base em questionários destinados a validar os aspetos mais relevantes do sistema de controlo interno e dos procedimentos contabilísticos nas áreas em análise;
- ✓C Execução de procedimentos de circularização e reconciliação com entidades terceiras;
- ✓C Efetivação de testes de conformidade e substantivos.

Anexos, a fls. 1 a 10

Relativamente ao Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, a análise baseou-se no guião elaborado para o efeito ( anexo ao Despacho n.º 9/2010 do Senhor Inspetor-Geral de Finanças ).

**1.2.2.** Na realização desta ação de controlo, destacamos a boa colaboração recebida dos eleitos locais e trabalhadores do Município de Tomar, em especial dos afetos à Divisão Financeira, bem como das entidades externas abrangidas pela análise dos limites de endividamento municipal.

### **1.3. CONTRADITÓRIO INSTITUCIONAL**

**1.3.1.** O projeto de relatório foi submetido a contraditório institucional da Autarquia, a qual, segundo informação prestada telefonicamente pela Senhora Presidente da Câmara Municipal que se encontra atualmente em funções, referiu concordar com o seu conteúdo na generalidade, não tendo, por isso, apresentado qualquer resposta.

## **2. RESULTADOS DA AÇÃO**

### **2.1. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ( 2009/2013 )**

#### **2.1.1. FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

**2.1.1.1.** O trabalho realizado <sup>4</sup>, com o objetivo de controlar a qualidade da informação financeira produzida pelo MT, resultaram as seguintes correções aos dados constantes dos **balanços dos anos de 2009/2012** <sup>5</sup>:

<sup>4</sup> Foram circularizados e reconciliados os saldos:

- ✓C Das entidades financeiras ( Caixa Geral de Depósitos, SA - CGD, o Banco BPI, SA - BPI, o Banco Espírito Santo, SA - BES ) e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças - DGTF ), que representavam 98% ( € 19 526 509,93 ) do capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos no final de 2012 ( € 19 941 242,53 ), resultante de dezassete contratos.
- ✓C De 15 credores de outra natureza ( fornecedores c/c, de imobilizado, em receção e conferência e outros ), cujos créditos totalizavam, no final de 2012, cerca de M€ 11,7, que representavam cerca de 82% da dívida originariamente de curto prazo constante da prestação de contas do Município ( 14 193 775,25 ).

<sup>5</sup> Atendendo a que apenas foi controlada a qualidade da informação constante dos documentos de prestação de contas de 2012, nomeadamente através dos referidos procedimentos de circularização e reconciliação, as correções efetuadas entre 2009 e 2011 respeitam somente às decorrentes daquele controlo que também eram suscetíveis de afetar esses exercícios.

As indicadas correções foram introduzidas nos balanços de 2009/2012 do MT, e, quando relevantes, noutras grandezas consideradas na análise efetuada pela IGF, nomeadamente em termos de apuramento da dívida reconciliada e do endividamento líquido.

**Figura 1 – Síntese das correções efetuadas aos balanços**

Un: Euro

COMPONENTES DO BALANÇO	CONTAS	2009				2010				2011				2012			
		Débito	Crédito	Saldo	D/C	Débito	Crédito	Saldo	D/C	Débito	Crédito	Saldo	D/C	Débito	Crédito	Saldo	D/C
ATIVO	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)		3 562 990,87	- 3 562 990,87	C		3 354 584,80	- 3 354 584,80	C		3 752 331,08	- 3 752 331,08	C		4 738 655,78	- 4 738 655,78	C
	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transfidos (39) - Outros	4 815,81		4 815,81	D	18 722,57		18 722,57	D	27 181,89		27 181,89	D	167 335,42		167 335,42	D
	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transfidos (39) - ISE	1 012,96		1 012,96	D	4 214,35		4 214,35	D	4 213,96		4 213,96	D	188 920,41		188 920,41	D
	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transfidos (39) - Juros de Mora									21 143,18		21 143,18	D	613 399,52		613 399,52	D
	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transfidos (39)	238 324,02		238 324,02	D	238 224,02	208 406,07	20 817,95	D	635 970,30	208 406,07	427 564,23	D	1 622 395,00	208 406,07	1 413 888,93	D
FUNDOS PRÓPRIOS	Património (51)	3 324 766,85		3 324 766,85	D	3 324 766,85		3 324 766,85	D	3 324 766,85		3 324 766,85	D	3 324 766,85		3 324 766,85	D
	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)		5 828,57	5 828,57	C		18 722,91	18 722,91	C		48 325,07	48 325,07	C		1 378 927,49	1 378 927,49	C
	Outras dívidas a terceiros - fornecedores de imobilizado (261)						4 213,96	4 213,96	C		4 213,96	4 213,96	C		4 213,96	4 213,96	C
	2739 - Outros acréscimos de custos													413 586,10		- 413 586,10	D
PASSIVO																	

Anexos, a fls. 11 a 14

O conjunto das situações resulta, essencialmente, da:

- ✓M Eliminação, na conta de "investimentos financeiros", do valor da alegada participação nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Tomar (SMAST) e da participação "indireta" na empresa Município, SA através da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), entidade que detém diretamente a referida participação;
- ✓M Consideração, nas contas do passivo exigível de curto prazo (dívida comercial/administrativa), de faturas emitidas antes do final de 2012, que o MT não contabilizou nesse ano, cujo montante importava em, pelo menos, **€ 969 555,35**, representando cerca de 7% da dívida desta natureza constante do balanço;
- ✓M Correção da contabilização incorreta de documentos de despesa, que já consubstanciam dívida municipal no final de 2012 (pois foram emitidos antes do final do exercício), na conta 2739 - Outros acréscimos de custos, no montante de **€ 413 586,10**, quando deveria ter sido reconhecido nas contas adequadas do passivo exigível de curto prazo.

Anexos, a fls. 11 a 31

As omissões, fragilidades e incorreções detetadas, ao nível do exigível e atempado reconhecimento contabilístico dos documentos relativos à despesa municipal que já consubstanciavam dívida no final dos exercícios, é uma prática reiterada e corrente do MT, cuja constatação, nos anos em análise, confirma o sentido da participação à IGF efetuada sobre esta matéria (entrada da IGF EEL n.º 602/2014).

Refira-se, aliás, que a IGF, no Relatório n.º 2009/822, já evidenciava a ocorrência de tais fragilidades no final de 2007 (omissão de € 1 226 103,68), pelo que, no período entretanto decorrido, não foi alterado o procedimento incorreto detetado, nem acatada a recomendação da IGF.

Por sua vez, da reconciliação, relativamente ao final de 2012, dos saldos apresentados pelas contas (2312) relativas aos **empréstimos de médio e longo prazo** com os



respetivos extratos das instituições financeiras não resultaram quaisquer divergências.

Anexos, a fls. 32

**2.1.1.2.C** Para além disso, considerando o disposto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais ( **POCAL** <sup>6</sup> ), constatámos, ainda, a existência de outras insuficiências com repercussões ao nível da qualidade e fiabilidade da informação económico-financeira elaborada pelo MT, em especial, as que respeitam à:

- ✓ **C Não utilização**, de forma sistemática e abrangente, das contas relativas a **compromissos de exercícios futuros** ( contas 04 e 05 ), nomeadamente no que respeita às amortizações dos EMLP;
- ✓ **C Omissão de inventariação** e, conseqüentemente, do reconhecimento contabilístico, **de bens imóveis do MT** <sup>7</sup>.

Anexos, a fls. 89 e 90

**2.1.1.3.C** Em síntese, os **balanços do MT não refletiam, com inteira fiabilidade, a sua situação económica e financeira**, pois foram efetuadas **correções materialmente relevantes** nas **rúbricas relativas a resultados, investimentos, acréscimos e passivo exigível**.

## 2.1.2. EVOLUÇÃO DOS BALANÇOS

**2.1.2.1.C** As **diversas componentes dos balanços do MT**, após as correções da IGF, apresentaram, no quadriénio 2009/2012, os seguintes valores e evolução:

**Figura 2 – Evolução das componentes dos balanços**

Un. euro

DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO QUADRIÉNIO	
					Montante	%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	0,00	0,00	317 530,75	4 688 146,55	4 688 146,55	-
RESTANTE ATIVO	95 658 690,20	102 926 739,41	114 490 755,35	112 921 408,21	17 262 718,01	18%
<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>95 658 690,20</b>	<b>102 926 739,41</b>	<b>114 808 286,10</b>	<b>117 609 554,76</b>	<b>21 950 864,56</b>	<b>23%</b>
DÍVIDAS A TERCEIROS	29 106 686,78	32 738 572,26	38 739 033,87	35 844 419,65	6 737 732,87	23%
PROVISÕES	0,00	0,00	1 911 722,52	0,00	0,00	-
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	23 175 916,67	25 678 963,63	34 336 138,49	37 882 010,10	14 706 093,43	63%
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>52 282 603,45</b>	<b>58 417 535,89</b>	<b>74 986 894,88</b>	<b>73 726 429,75</b>	<b>21 443 826,30</b>	<b>41%</b>
PATRIMÓNIO	26 501 138,26	26 857 775,56	27 356 327,57	27 827 497,57	1 326 359,31	5%
RESTANTES FUND. PRÓPRIOS	16 874 948,49	17 651 427,96	12 465 063,65	16 055 627,44	- 819 321,05	-5%
<b>FUND. PRÓPRIOS TOTAIS</b>	<b>43 376 086,75</b>	<b>44 509 203,52</b>	<b>39 821 391,22</b>	<b>43 883 125,01</b>	<b>507 038,26</b>	<b>1%</b>

**Fonte:** Balanços de 2009 a 2012

<sup>6</sup> Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22/fev, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14/set, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2/dez, Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5/abr, e pelo art. 104º da Lei n.º 60-A/2005, de 30/dez.

<sup>7</sup> Particularmente no que se refere aos bens imóveis do domínio público.



Assim, no **período referido** constata-se que o(s):

- ✓ **C Ativo** apresentou uma **evolução favorável**, com um acréscimo de 23% ( M€ 21,9 ), que resultou, essencialmente, do aumento ( 41% ) das " *imobilizações corpóreas* " ( que contribuiu em 87% para a variação total );
- ✓ **C Passivo**, ao contrário, **evoluiu negativamente**, pois cresceu cerca de 41% ( M€ 21,4 ), para o que concorreu o aumento das " *dívidas a terceiros de curto prazo* " ( M€ 11,7 ) e dos acréscimos e diferimentos ( M€ 14,7 ), que correspondem, respetivamente, a 54% e a 69% da variação total;
- ✓ **C Fundos próprios aumentaram cerca de 1%** ( m€ 507 ), para o que contribuiu, especialmente, a rubrica de " *resultados líquidos do exercício* " ( com um peso de 368% na variação total ).

Anexos, a fls. 33 e 34

Entre 2009/2012, o **grau de dependência do MT do passivo exigível para financiamento do ativo manteve-se** ( 30% ), tendo **diminuído o correspondente peso dos fundos próprios** ( de 45% para 37% ).

Em **2013 verificou-se, face a 2012**, uma **variação positiva das várias grandezas incluídas no balanço**, pois o **ativo e os fundos próprios aumentaram** ( respetivamente, **M€ 5,5 e M€ 8,4** ), enquanto que o **passivo diminuiu M€ 2,9** ( 4% ).

**2.1.2.2.C** Acresce que a **situação do MT em termos de endividamento**, quando abordada, de forma articulada, com as restantes componentes do balanço ( ativo líquido e passivo total ), apresenta a seguinte evolução:

**Figura 3 – Indicadores de endividamento**

INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO QUADRIÉNIO
Endividamento (passivo / ativo líquido)	55%	57%	65%	63%	8,03
Estrutura de Endividamento I (dívidas MLP / passivo)	48%	40%	30%	27%	-20,55
Estrutura de Endividamento II (dívida financeira MLP / passivo)	48%	40%	30%	27%	-20,55
Estrutura de Endividamento III (dívidas de CP / passivo)	8%	16%	22%	22%	13,49

Fonte: Balanços de 2009 a 2012

Anexos, a fls. 43

O conjunto de indicadores utilizados evidencia que, **no período 2009/2012**:

- ✓ **C Aumentou o peso do passivo no ativo líquido** ( indicador " Endividamento " ), que se situou, em 2012, em 63%;
- ✓ **C Decresceu significativamente o peso das dívidas de MLP** ( que são apenas de natureza financeira ) no passivo ( indicadores " Estruturas de Endividamento I e II ), que passou de 48% para 27%;
- ✓ **C Aumentou**, de forma muito relevante ( cerca de 13 pontos percentuais ), **o peso das**

**dívidas de CP no passivo** ( indicador " Estrutura de Endividamento III ).

**2.1.2.3.C** Por sua vez, no que respeita aos **três indicadores das imobilizações adotados pela IGF**, verifica-se a evolução expressa no quadro seguinte.

**Figura 4 – Indicadores de imobilizações**

INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO QUADRIÉNIO
Indicador das imobilizações I ( capitais permanentes / imobilizado líquido )	76%	70%	57%	60%	-16,67
Indicador das imobilizações II ( capitais alheios MLP / imobilizado líquido )	28%	24%	21%	19%	-9,19
Indicador das imobilizações III ( capitais alheios CP / imobilizado líquido )	5%	10%	15%	15%	10,15

Fonte: Balanços de 2009 a 2012

Anexos, a fls. 43

O resultado destes indicadores mostra que, entre 2009 e 2012, como é desejável, **o imobilizado era principalmente financiado por capitais permanentes** ( fundos próprios e financiamentos de MLP ) ainda que se tenha verificado uma evolução negativa nesta matéria ( **Indicador das Imobilizações I** ), pois ocorreu um **aumento muito significativo** ( de 10 pp ) **do peso dos capitais alheios de curto prazo no financiamento do imobilizado** ( **Indicador das Imobilizações III** ).

## 2.2.CORÇAMENTO, DÍVIDA MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA ( 2009/2013 )

### 2.2.1.ØPREVISÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

**2.2.1.1.C** No **quadriénio de 2009/2012**, as **receitas previstas/cobradas e as despesas previstas/pagas** tiveram a evolução que se encontra expressa no quadro seguinte.

**Figura 5 – Evolução e taxas de execução da receita e despesa municipal ( 2009/2012 )**

Un Euro															
RUBRICAS	PREVISÃO / EXECUÇÃO (valores absolutos)								PREVISÃO / EXECUÇÃO (%)				VARIAÇÃO DA EXECUÇÃO NO QUADRIÉNIO		
	2009		2010		2011		2012		2009		2010	2011	2012	(%)	(pp)
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO	PREVISÃO	EXECUÇÃO							
1 - Saldo inicial	1 821 408	1 821 408	2 655 511	2 655 512	2 019 204	2 019 204	1 622 673	1 622 673	100%	100%	100%	100%	-11%	0 pp	
2 - Repos. não abat. nos pagam.	10 000	1 297	10 000	4 896	15 799	82	15 799	2 122	13%	49%	1%	13%	64%	0 pp	
3 - Receita Corrente	20 301 506	17 819 642	29 212 049	19 352 215	29 852 948	19 199 435	29 852 948	18 953 317	88%	66%	64%	63%	6%	- 24 pp	
4 - Despesa Corrente	22 555 869	18 078 128	27 551 647	17 402 599	28 398 174	18 204 471	29 368 174	18 428 561	80%	63%	64%	63%	2%	- 17 pp	
5 - Receita de Capital	24 610 406	12 102 331	26 743 520	8 041 561	36 419 223	14 295 393	36 419 223	7 779 335	49%	30%	39%	21%	-36%	- 28 pp	
6 - Despesa de Capital	24 187 451	11 011 038	31 069 433	10 632 381	37 889 796	15 686 971	36 919 796	7 549 305	46%	34%	41%	20%	-31%	- 25 pp	
7 - Receita Total (1+2+3+5)	46 743 320	31 744 678	58 621 080	30 054 184	68 307 174	35 514 114	67 910 643	28 357 446	68%	51%	52%	42%	-11%	- 26 pp	
8 - Despesa Total (4+6)	46 743 320	29 089 166	58 621 080	28 034 981	66 287 970	33 891 442	66 287 970	25 977 866	62%	48%	51%	39%	-11%	- 23 pp	

Fonte: Orçamentos finais e mapas de fluxos de caixa dos anos de 2009 a 2012

Anexos, a fls. 35 a 37

A **receita total disponível** ( que inclui o saldo orçamental transitado da gerência anterior ) **teve um decréscimo de cerca de 11%**, devido à diminuição das receitas de

capital ( -36% ), tendo também ocorrido uma **redução na despesa municipal paga** ( -11% ), sobretudo em resultado da evolução da rubrica de aquisição de bens de capital ( -38% ).

Em **2013**, a **evolução das grandezas**, a que aludimos anteriormente, foi a seguinte:

**Figura 6 – Execução da receita e despesa municipais e respetivas taxas ( 2013 )**

RUBRICAS	2013			2013 - VARIAÇÃO DA EXECUÇÃO					
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	TAXA DE EXECUÇÃO	FACE A 2012			FACE A 2009		
				MONTANTE	(%)	(pp)	MONTANTE	(%)	(pp)
1 - Saldo inicial	2 379 579	2 379 579	100%	756 907	47%	0 pp	558 171	31%	0 pp
2 - Repos. não abat. nos pagam.	10 000	0	0%	- 2 122	-100%	- 13 pp	- 1 297	-100%	- 13 pp
3 - Receita Corrente	26 083 538	20 043 152	77%	1 089 835	6%	13 pp	2 223 510	12%	- 11 pp
4 - Despesa Corrente	24 544 272	16 830 254	69%	- 1 598 307	-9%	6 pp	- 1 247 875	-7%	- 12 pp
5 - Receita de Capital	22 066 462	2 808 478	13%	- 4 970 857	-64%	- 9 pp	- 9 293 853	-77%	- 36 pp
6 - Despesa de Capital	23 615 728	5 671 930	24%	- 1 877 375	-25%	4 pp	- 5 339 108	-48%	- 22 pp
7 - Receita Total (1+2+3+5)	50 539 579	25 231 209	50%	- 3 126 236	-11%	8 pp	- 6 513 469	-21%	- 18 pp
8 - Despesa Total (4+6)	48 160 000	22 502 184	47%	- 3 475 682	-13%	8 pp	- 6 586 982	-23%	- 16 pp

Fonte: Orçamento final e mapa de fluxos de caixa do ano de 2013.

Assim, **em 2013, a receita cobrada disponível diminuiu**, face a 2012 e a 2009, cerca de, respetivamente, **M€ 3,1** e **M€ 6,5**, devido, em especial, à redução das receitas de capital ( 64% e 77% ), o mesmo acontecendo com a **despesa municipal paga** ( menos M€ 3,5 e M€ 6,6 ).

Realce-se, no entanto, que, no período em análise, as **referidas receitas** incluíam, em 2009, 2010 e 2011, a arrecadação de empréstimos ( receitas não efetivas ), no montante de, respetivamente, **€ 6 337 712**, **€ 895 359** e **€ 1 518 186**.

Deste modo, **não considerando**, nos anos indicados, os referidos montantes, a receita total disponível foi de **M€ 25,4**, **M€ 29,2**, **M€ 34**, **M€ 28,4** e **M€ 25,2**, do que resulta **uma variação, para menos**, entre 2009 e 2013, de cerca de **m€ 176** ( -1% ).

Da indicada receita de empréstimos **salientamos, em 2009, a arrecadação do capital de EMLP no âmbito do PREDE** <sup>8</sup>, no montante de **M€ 4,99**.

Ora, do **recurso a EMLP no âmbito de processos de consolidação ou recuperação financeiras decorre**, necessariamente, nesse exercício e nos seguintes, **a melhoria dos resultados dos indicadores que têm como variável as "outras dívidas a**

<sup>8</sup> Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado ( PREDE ), que foi aprovado pela RCM n.º 191-A/2008, resultando o respetivo regime legal da conjugação daquele documento com a RCM n.º 34/2008, de 22/fev.

terceiros ”<sup>9</sup>, sem que de tal facto se possa **imediatamente concluir que ocorreu uma evolução positiva ao nível da gestão orçamental** do Município.

**2.2.1.2.C** No quadriénio 2009/2012, o **grau de execução orçamental da receita total disponível apresentou valores bastante reduzidos ( 68%, 51%, 52% e 42% )**, para o que concorreu, especialmente, a **componente das receitas de capital**, com **taxas de execução de 49%, 30%, 39% e 21%**, respetivamente.

Esta situação resultou, no triénio de 2010/2012, essencialmente das seguintes rubricas:

- ✓C “ **09 - Venda de bens de investimento** ”, com valores orçamentais previstos de M€ 2,3, M€ 7,7, M€ 8,3 e M€ 8,3 e executados de m€ 275, m€ 146, m€ 275 e m€ 262, que contribuíram em 14%, 26%, 24% e 25% para o desvio total verificado;
- ✓C “ **10 - Transferências de capital** ”, com valores orçamentais previstos de M€ 12,5, M€ 14,4, M€ 24,3 e M€ 24,3 e executados de M€ 5,4, M€ 6,9, M€ 12,4 e M€ 7,3, que correspondem a 47%, 26%, 51% e 52% do desvio total verificado;
- ✓C “ **12 - Passivos financeiros** ”, com valores orçamentais previstos de M€ 9,6, M€ 4,5, M€ 3,7 e M€ 3,7 e executados de M€ 6,3, m€ 895, M€ 1,5 e € 0, que contribuíram em 21%, 12,8%, 6,7% e 11,4% para o desvio total verificado.

Em **2013**, a situação melhorou nesta matéria face a 2012, mas o **grau de execução da receita global manteve um nível muito reduzido ( 50% )**, resultado que continua a ser influenciado por uma taxa de execução das receitas de capital insignificante ( **13%** ).

Anexos, a fls. 35 a 37

**Face aos valores previstos**, não foram **arrecadadas**, entre 2009/2013, **receitas globais nos montantes**, respetivamente, de **M€ 15, M€ 28,6, M€ 32,8, M€ 39,6 e M€ 25,3**.

Realce-se que, no **triénio 2005/2007**, o **grau de execução orçamental da receita total disponível já evidenciava valores bastante reduzidos ( respetivamente, 52%, 54% e 64% )**, conforme consta do anterior relatório da IGF ( n.º 2009/822 ), não tendo, por isso, sido adotadas as recomendações efetuadas, nesse contexto, sobre esta matéria.

Assim, o **MT persistiu**, nos anos de 2009/2013, numa **prática sistemática de elevado empolamento na previsão das receitas orçamentais**, que evidenciou baixos índices de execução em termos globais ( máximo de 68%, em 2009 ) e, em especial, na componente de capital ( máximo de 49%, em 2009 ), **o que contraria o objetivo visado pelas regras previsionais consagradas no POCAL**.

<sup>9</sup> Com sejam, no contexto deste item, os relacionados com o equilíbrio orçamental em sentido substancial e a vinculação orçamental, pois os montantes que passam para dívida de MLP deixam de influenciar o resultado destes indicadores.



**2.2.1.3.C Os desvios registados, entre 2009/2013, na execução da receita orçamental prevista** permitiam, ao nível da realização das despesas, a seguinte situação:

**Figura 7 – Despesa orçamental prevista sem efetiva cobertura pela receita disponível**

Un: Euro

RUBRICAS	EXERCÍCIOS					% DE COBERTURA DA DESPESA PREVISTA / R21*100				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Receita total efetivamente disponível	31 744 678	30 054 184	35 514 114	28 357 446	25 231 209					
2 - Despesa orçamental prevista	46 743 320	58 621 080	66 287 970	66 287 970	48 160 000	68%	51%	54%	43%	52%
<b>Diferença (1-2)</b>	<b>- 14 998 642</b>	<b>- 28 566 896</b>	<b>- 30 773 856</b>	<b>- 37 930 525</b>	<b>- 22 928 791</b>					

**Fonte:** Orçamentos finais e mapas de fluxos de caixa

Anexos, a fls. 37

Deste modo, no referido período, através do empolamento das receitas orçamentais, o **MT criou**, de forma artificial, **a possibilidade da realização e/ou existência de um elevado montante de despesas para o pagamento das quais não havia, de facto, disponibilidades financeiras.**

Realce-se que **tal risco**, ainda que apresentando uma evolução irregular, **manteve-se em valores materialmente relevantes em todos os exercícios**, importando em 2013 em M€ 23, valor que corresponde a cerca de 91% da respetiva receita efetivamente disponível, o que **potencia uma gestão orçamental totalmente desequilibrada.**

A situação descrita **não pode ser apenas justificada pelas dívidas de natureza administrativa/comercial de curto prazo transitadas de exercícios anteriores**, designadamente em 2012, pois, de acordo com a informação financeira da Autarquia, essas dívidas cifravam-se, no final de 2011, em M€ 16,1.

Assim, **através da referida sobreavaliação das receitas, criou-se a possibilidade de realizar**, em 2012, "**nova despesa**" no montante de, pelo menos, cerca de **M€ 21,8**<sup>10</sup>, relativamente à qual não existia uma efetiva capacidade de pagamento.

**2.2.1.4.C** No exercício de **2009**, o **valor das receitas correntes cobradas foi inferior**, em **€ 258 487**, ao das despesas pagas da mesma natureza<sup>11</sup>, situação que indicia a **violação do princípio do equilíbrio orçamental corrente**, previsto no ponto 3.1.1., al. e), do POCAL.

Anexos, a fls. 38

Tal situação, que é suscetível, em abstrato, de gerar responsabilidade financeira sancionatória ( cfr. art. 65º, n.º 1, al. b), da Lei n.º 98/97, de 26/ago )<sup>12</sup>, foi justificada,

<sup>10</sup> Diferença entre a " despesa orçamental prevista sem efetiva cobertura pela receita disponível ", no valor de M€ 37,9, e o montante de " outras dívidas a terceiros " transitadas de 2011, de acordo com a respetiva prestação de contas ( M€ 16,1 ).

<sup>11</sup> A taxa de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes foi de 98,6%.

<sup>12</sup> Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas ( LOPTC ).

expressamente, nos documentos de prestação de contas do MT daquele exercício, com a arrecadação do capital dos EMLP contraídos ao abrigo do PREDE, classificada como receita de capital, mas que foi utilizado para liquidar cerca de M€ 3,45 de dívidas a fornecedores, maioritariamente consideradas como despesas correntes.

Acresce que o Tribunal de Contas ( TC ), atendendo às suas competências em matéria de verificação de contas e de efetivação de responsabilidades financeiras (art. 5º, n.º 1, als. d), e e), da Lei n.º 98/97, de 26/ago ), está na posse de todos os elementos que espelham a situação descrita e que permitem a sua apreciação e eventual valorização em sede de responsabilidade financeira, pelo que não se justifica a realização de qualquer outra diligência.

**2.2.1.5.C**No que respeita à verificação do cumprimento do princípio do **equilíbrio orçamental numa perspetiva substancial** <sup>13</sup>, os resultados foram os seguintes:

**Quadro 8 – Equilíbrio orçamental em sentido substancial**

Ano	Execução Autónoma do Ano	Execução Global no Ano
2009	117,59%	97,76%
2010	82,45%	82,09%
2011	81,69%	71,63%
2012	104,88%	68,87%
2013	112,49%	71,05%

**Fonte:** Mapas de fluxos de caixa e dívida administrativa/comercial corrigida

Anexos, a fls. 38

Verifica-se, deste modo, que a **Autarquia violou sistematicamente, nos anos de 2009 a 2013, o princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial** ( ao nível da execução global ), situação que ainda seria mais negativa caso não tivesse recorrido ao PREDE.

Ainda assim, em **2012 e 2013**, o resultado ao nível da execução autónoma do ano ( que atende, de forma independente, à execução do orçamento de cada exercício ) espelha alguma **evolução positiva da situação**.

De qualquer modo, o **risco potencial**, a que aludimos no item anterior, **acabou por concretizar-se ao nível da gestão e execução orçamentais**, pois as **receitas globais de todos os exercícios foram manifestamente insuficientes para cobrir as despesas faturadas ou equivalentes** ( pagas e não pagas ).

**2.2.1.6.C**No período 2009/2013, a relação entre as **disponibilidades orçamentais e**

<sup>13</sup> Isto é, entrando também em consideração, entre outros aspetos, com a receita disponível e com a despesa realizada e faturada, mas ainda não paga ( cfr. alínea b) do ponto 1.2. do anexo da " metodologia ", a fls. 1 a 10 ).

o valor de algumas **despesas obrigatórias e de compromissos já assumidos**<sup>14</sup>, foi a seguinte:

**Figura 9 - Vinculação orçamental**

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO				
	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Despesas com pessoal	7 740 774	9 367 183	9 341 132	8 230 682	8 773 681
2 - Encargos relativos à dívida financeira (amort. e juros)	2 962 283	3 103 649	3 058 460	2 890 085	2 644 419
3 - Outras dívidas a terceiros de CP transitada do ano anterior	7 025 297	3 383 373	8 577 241	15 687 676	15 199 933
4 - Compromissos já assumidos no final do exercício anterior e ainda não faturados *	3 422 477	8 433 529	7 310 321	1 053 174	0
5 - Compromissos já assumidos para o exercício no final do anterior (contas 04 e 05)	690 479	3 263 519	7 938 615	2 262 813	847 200
<b>6 - TOTAL (1+2+3+4+5)</b>	<b>21 841 308</b>	<b>27 551 253</b>	<b>36 225 769</b>	<b>30 124 430</b>	<b>27 465 232</b>
<b>7 - DISPONIBILIDADES ORÇAMENTAIS **</b>	<b>31 744 678</b>	<b>30 054 184</b>	<b>35 514 114</b>	<b>28 357 446</b>	<b>25 231 209</b>
<b>8 - DIFERENÇA (7-6)</b>	<b>9 903 370</b>	<b>2 502 932</b>	<b>- 711 655</b>	<b>- 1 766 984</b>	<b>- 2 234 023</b>
<b>9 - PERCENTAGEM DA RECEITA NÃO VINCULADA (8/7*100)</b>	<b>31,2</b>	<b>8,3</b>	<b>-2,0</b>	<b>-6,2</b>	<b>-8,9</b>

\* Resulta da diferença entre o valor total dos compromissos assumidos no exercício anterior e a respetiva soma das despesas pagas com as faturadas e ainda não pagas

\*\* Resulta da soma dos saldos orçamentais iniciais com as receitas cobradas

**Fonte:** Orçamentos finais, mapas de fluxos de caixa e dívida administrativa

Assim, em especial entre 2010<sup>15</sup> e 2013, **o montante global das receitas orçamentais encontrava-se prática ( 2010 ) totalmente comprometido ( entre 2011 a 2013 )** face apenas a **um conjunto de despesas certas, que se repetem em todos os exercícios e que apresentam um elevado grau de inflexibilidade**, sendo, ainda, de realçar a evolução negativa desta situação no período analisado.

Verifica-se, assim, uma **forte rigidez na despesa orçamental atendendo ao nível das receitas orçamentais**, com a inerente **redução integral, da margem de atuação da Autarquia ao nível da gestão financeira**, designadamente para fazer face às demais despesas municipais que, à partida, não se encontravam já " vinculadas ".

Aliás, entre 2011 e 2013, **caso o MT não tivesse empolado**, de forma muito relevante, a **previsão das suas receitas orçamentais, não estaria em condições de elaborar orçamentos que cumprissem formalmente o princípio do equilíbrio, pois não existiam**, de facto, **receitas suficientes que possibilitassem sequer a previsão das referidas despesas e dos compromissos já assumidos anteriormente**.

**2.2.1.7.CDa comparação**, nos exercícios de **2009/2013**, entre os **compromissos assumidos em cada ano e a respetiva soma das despesas pagas com o montante das outras dívidas a terceiros de CP**, resultava a seguinte situação:

<sup>14</sup> Cfr. alínea b) do ponto 1.2. do anexo da "metodologia", a fls. 1 a 10.

<sup>15</sup> Refira-se que em 2009 os resultados não são tão negativos por força da utilização, nesse ano, do capital dos EMLP contraídos no âmbito do PREDE.



**Figura 10 – Compromissos assumidos / despesas faturadas ( ou equivalente )**

Un euro					
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Compromissos totais assumidos para o exercício	40 906 069	43 922 543	50 632 291	40 057 493	39 837 057
2 - Despesas totais pagas	29 089 166	28 034 981	33 891 442	25 977 866	22 502 184
3 - Outras dívidas a terceiros de CP transitadas (exceto OT)	3 383 373	8 577 241	15 687 676	15 199 933	13 011 326
<b>Diferença [1-(2+3)]</b>	<b>8 433 529</b>	<b>7 310 321</b>	<b>1 053 174</b>	<b>- 1 120 306</b>	<b>4 323 547</b>

Anexos, a fls. 40 ( indicadores orçamentais 17 e 18 )

Atendendo a que, de acordo com o ponto 2.6.1. do POCAL, o registo do compromisso é efetuado na sequência da assunção, face a terceiros, da responsabilidade de realizar determinada despesa, **o resultado do ano de 2012 indicia a realização de despesas**, no montante de, pelo menos, cerca de **M€ 1,1, relativamente às quais não foi efetuado o correspondente compromisso no exercício.**

Em princípio, tal facto indicia a violação **de princípios e regras orçamentais relativos à execução do orçamento** <sup>16</sup>, **sendo suscetível de configurar**, em abstrato, **um ilícito de natureza financeira**, de harmonia com o disposto no art. 65º, n.º 1, al. b), da LOPTC <sup>17</sup>.

Segundo informação prestada pelos serviços do MT, aquela diferença resulta do facto da dívida à ADSE <sup>18</sup> relativa a vários exercícios ( **€ 2 334 664,39** ) estar relevada contabilisticamente em termos patrimoniais ( nas contas de faturas em receção e conferência e fornecedores c/c ), mas não ao nível da contabilidade orçamental, nomeadamente no que respeita ao registo do compromisso.

Refira-se, no entanto, que, no final do exercício de 2012, o valor global das dotações orçamentais da despesa não comprometido ( M€ 26,2 ) era muito superior àquele montante ( pelo que, neste contexto, o registo do compromisso da despesa referida poderia ter sido efetuado, ainda que, eventualmente, após uma modificação orçamental ), ao que acresce que a situação descrita já não se verificava em 2013.

Saliente-se, ainda, que as despesas/dívidas em causa não decorrem de uma decisão específica, concreta e autónoma dos órgãos ou eleitos municipais, o que não permite a identificação e a imputação subjetiva, a um indivíduo ou a um órgão, da responsabilidade, quer direta quer subsidiária, pela ocorrência da situação descrita <sup>19</sup>.

Assim sendo, atendendo ao disposto nos arts. 67º, n.º 3, e 62º, em especial, o seu n.º 2, da LOPTC, e dado que o carácter difuso da responsabilidade envolvida não viabiliza a sua efetivação, não se justifica a realização de qualquer outra diligência sobre esta matéria.

<sup>16</sup> Designadamente o previsto na alínea d) do ponto 2.3.4.2. das Considerações Técnicas do POCAL.

<sup>17</sup> Lei n.º 98/97, de 26/ago ( Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas ).

<sup>18</sup> Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas.

<sup>19</sup> O que exigiria uma apreciação exaustiva e casuística aos procedimentos adotados relativamente a todos os documentos de despesa relacionados com a dívida em causa.

**2.2.1.8.CA** análise, através de um conjunto de indicadores, à **execução orçamental** do MT, reportada ao **período de 2009/2012**, permite-nos afirmar o seguinte:

- ✓C Manteve-se estável a taxa de cobertura da despesa total paga pela receita total disponível ( 109% );
- ✓C As despesas orçamentais têm vindo a ser pagas, de forma significativa, com receitas próprias ( de 34% para 40% ), embora os fundos municipais também constituam uma receita importante ( 34% );
- ✓C Decresceu, de forma relevante, a proporção dos compromissos assumidos para o exercício no total das despesas realizadas e faturadas ( de 126% para 97% );
- ✓C Reduziu-se a proporção das despesas totais pagas nos compromissos assumidos para o exercício ( de 71% para 65% ).

Anexos, a fls. 39 e 40 (indicadores 1 a 24 em especial, 1, 4, 7, 8, 17 e 18)

**2.2.1.9.C** Em síntese, no **quinquénio de 2009/2013**, a **Autarquia**, tendo em conta o princípio da universalidade e apesar de alguma melhoria verificada nos dois últimos exercícios, **não manteve uma gestão orçamental prudente e equilibrada**, pois **não adequou o nível de realização/existência da despesa** ( e não somente o seu pagamento ) **à real cobrança da receita** ( e não à sua mera previsão orçamental ).

Consequentemente, mesmo com o recurso, em 2009, aos EMLP ao abrigo do PREDE para consolidação de dívida de CP ( **M€ 4,99** ), **não tem existido disponibilidade financeira suficiente para fazer face, tempestivamente, aos compromissos dessa natureza assumidos perante entidades terceiras**, situação que, aliás, é confirmada pelos resultados do indicador de vinculação orçamental.

Acresce que da prática sistemática de empolamento da previsão das receitas orçamentais decorre que **os documentos previsionais do MT**, do período 2009/2013, **não refletiam a real expectativa da execução orçamental** do Município, **não podendo, por isso, constituir um eficaz instrumento de gestão**, nem servir de base a um exame rigoroso, em termos da eficácia da sua execução, pelos órgãos autárquicos <sup>20</sup>.

## **2.2.2. Dívida Municipal e Apreciação da Situação Financeira**

**2.2.2.1.CA** **dívida global do MT relativa a operações orçamentais** ( OO ), incluindo as correções efetuadas pela IGF ( cfr. item 2.1.1.1. ), **importava, no quadriénio de 2009/2012**, nos seguintes montantes:

<sup>20</sup> Ora, a elaboração, pelos municípios, de orçamentos transparentes e com previsões rigorosas e fundamentadas, independentemente de se tratar ou não de rubricas de receita para as quais existe regra previsional no POCAL, constitui um dos pressupostos para uma gestão financeira equilibrada e sustentável, designadamente em termos da manutenção de níveis de dívida administrativa/comercial materialmente pouco relevantes e adequados ao quadro financeiro do ente público local ( ou, noutros termos, que preveja dotações orçamentais que permitam a realização de despesas, cujo pagamento atempado seja comportável com as disponibilidades financeiras existentes na Autarquia ).

**Figura 11 – Composição e evolução da dívida corrigida pela IGF ( 2009/2012 )**

Un: euro

Descrição	2009			2010			2011			2012			Taxa de Variação 2009 / 2012
	Prest. Contas	Correc. IGF	Total	Prest. Contas	Correc. IGF	Total	Prest. Contas	Correc. IGF	Total	Prest. Contas	Correc. IGF	Total	
- EMLP	24 882 970	0	24 882 970	23 253 562	0	23 253 562	22 345 568	0	22 345 568	19 941 243		19 941 243	-19,9%
Dívida Financeira - ECP	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0	
- Leasing	675 488	0	675 488	711 977	0	711 977	506 809	0	506 809	376 984		376 984	-44,2%
<b>Subtotal</b>	<b>25 558 459</b>	<b>0</b>	<b>25 558 459</b>	<b>23 965 540</b>	<b>0</b>	<b>23 965 540</b>	<b>22 852 377</b>	<b>0</b>	<b>22 852 377</b>	<b>20 318 226</b>	<b>0</b>	<b>20 318 226</b>	<b>-10,6%</b>
Outras dívidas a terceiros - MLP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	
- CP	3 377 545	5 829	3 383 373	8 554 304	22 937	8 577 241	15 635 137	52 539	15 687 676	13 816 791	1 383 141	15 199 933	349,3%
<b>Subtotal</b>	<b>3 377 545</b>	<b>5 829</b>	<b>3 383 373</b>	<b>8 554 304</b>	<b>22 937</b>	<b>8 577 241</b>	<b>15 635 137</b>	<b>52 539</b>	<b>15 687 676</b>	<b>13 816 791</b>	<b>1 383 141</b>	<b>15 199 933</b>	<b>349,3%</b>
<b>Total</b>	<b>28 936 003</b>	<b>5 829</b>	<b>28 941 832</b>	<b>32 519 844</b>	<b>22 937</b>	<b>32 542 781</b>	<b>38 487 514</b>	<b>52 539</b>	<b>38 540 053</b>	<b>34 135 018</b>	<b>1 383 141</b>	<b>35 518 159</b>	<b>22,7%</b>

Fonte: Documentos de Prestação de Contas ( 2009 a 2012 ) e resultados da auditoria

Anexos, a fls. 41

No período 2009/2012, a dívida municipal de operações orçamentais teve um **acréscimo muito relevante**, passando de **M€ 28,9** para **M€ 35,5** ( mais **M€ 6,6** e 22,7% ), evolução para a qual contribuiu especialmente a **dívida administrativa e/ou comercial de CP**, que aumentou **M€ 11,8** ( 349% ).

Em 2013, a **evolução das principais componentes da dívida municipal, de acordo com os documentos da prestação de contas**, foi a seguinte:

**Figura 12 – Composição e evolução da dívida municipal em 2013**

Un: euro

DESCRIÇÃO		2013	VARIAÇÃO			
			2012/2013		2009/2013	
			Montante	Taxa	Montante	Taxa
Dívida Financeira - EMLP		17 494 461	- 2 446 782	-12%	- 7 388 509	-30%
- ECP		0	0	0%	0	0%
- Leasing		365 042	- 11 942	-3%	- 310 447	-46%
<b>Subtotal</b>		<b>17 859 503</b>	<b>- 2 458 723</b>	<b>-12%</b>	<b>- 7 698 956</b>	<b>-30%</b>
Outras dívidas a terceiros - MLP		0	0	0%	0	0%
- CP		12 646 284	- 2 553 649	-17%	9 262 910	274%
<b>Subtotal</b>		<b>12 646 284</b>	<b>- 2 553 649</b>	<b>-17%</b>	<b>9 262 910</b>	<b>274%</b>
<b>Total</b>		<b>30 505 787</b>	<b>- 5 012 373</b>	<b>-14%</b>	<b>1 563 955</b>	<b>5%</b>

Fonte: Documentos de Prestação de Contas ( 2009 a 2013 ) e resultados da auditoria

Deste modo, entre 2012/2013 verificou-se **uma evolução positiva**, uma vez que a **dívida global do MT diminuiu M€ 5** ( 14%), passando para cerca de **M€ 30,5**, o que já não acontece se compararmos os anos de 2009/2012 ( mais M€ 1,6 ).

Realce-se, ainda, que, em 2009, ocorreu uma alteração significativa da estrutura da dívida municipal em termos de maturidade/exigibilidade em **resultado da transformação**, a que já aludimos, de **M€ 4,99** de " **outras dívidas a terceiros** " de CP em **dívida financeira de MLP**, na sequência da **arrecadação do capital dos EMLP** contraídos ao

abrigo do **PREDE**, com consequências idênticas, neste contexto, às que referimos na parte final do item 2.2.1.1.<sup>21</sup>.

De qualquer modo, o **período de recuperação da dívida total da Autarquia**<sup>22</sup> apresentou, entre 2009/2012, de forma sistemática, um **nível elevado e crescente**, tendo passado de:

✓ **C 1,5 ( cerca de 18 meses )** para **1,9 anos ( cerca de 23 meses )**, considerando as receitas próprias regulares;

✓ **C 2,6 ( cerca de 31 meses )** para **3,5 anos ( cerca de 42 meses )**, caso se expurgue do valor daquelas receitas as despesas rígidamente vinculadas.

Anexos, a fls. 40 ( indicadores 26 a 31, em especial, 26 e 29 )

Acresce que, entre 2010/2012, **não bastaria a totalidade da receita do MT do exercício para solver a totalidade da dívida municipal**<sup>23</sup>, ao contrário do que se verificava no ano de 2009<sup>24</sup>.

De facto, entre 2009/2012, **as disponibilidades orçamentais representavam cerca de 110%, 92%, 92% e 80% da dívida global do município no final de cada ano**, passando **essa percentagem para**, respetivamente, **88%, 90%, 88% e 80%**, caso não se considere a receita proveniente de passivos financeiros.

Anexos, a fls. 40 ( indicadores 22 e 23 )

Por sua vez, a **dívida municipal “ per capita ”** cresceu de forma significativa entre **2009/2012**, tendo passado de **€ 705 para € 895**, evidenciando, em qualquer caso, um valor relevante.

Anexos, a fls. 40 ( indicador 25 )

Refira-se, ainda, que, no quadriénio 2009/2012, **o peso da dívida de médio e longo prazos na dívida total é relevante**, ainda que tenha diminuído significativamente nesse período ( passando de 88% para 57% ).

Saliente-se, no entanto, que, entre 2012/2013, **a evolução da situação financeira não foi tão positiva** como a que decorre da simples análise da evolução da dívida municipal, pois o **valor dos compromissos já assumidos no final de 2013 e ainda não faturados**, que iria agravar, num futuro próximo, a despesa e dívida do MT<sup>25</sup>, **importava num valor relevante ( M€ 4,3 )**, o que não se verificava no final de 2012 ( cfr. item 2.2.1.7. ).

<sup>21</sup> A melhoria e o agravamento dos resultados dos indicadores que têm como variáveis, respetivamente, as dívidas de CP e de MLP, como sejam, no contexto deste item, os relacionados com a evolução da situação financeira de curto prazo, a relação entre o saldo real de operações orçamentais e o cálculo do prazo médio de pagamento, pois os montantes que passam para dívida de MLP deixam de influenciar o resultado destes indicadores.

<sup>22</sup> Resulta da estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, abatidas ou não de algumas despesas rígidamente vinculadas ( pessoal, serviço da dívida de EMLP e *leasing* ), admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.

<sup>23</sup> Não se desconhece, no entanto, que parte da dívida referida tem a natureza de médio e longo prazo.

<sup>24</sup> Relembre-se, porém, o facto de o MT ter utilizado, nesse exercício, M€ 4,99 de EMLP ao abrigo do PREDE.

<sup>25</sup> Atendendo a que, segundo o ponto 2.6.1. do POCAL, o registo do compromisso é efetuado na sequência da assunção, face a terceiros, da responsabilidade de realizar determinada despesa, ou seja, os compromissos assumidos já vinculam o MT perante terceiros.

Assim, a **dívida global do MT**, apesar de ter diminuído entre 2011/2013, **continuava a apresentar**, no final dos dois últimos anos, **um nível materialmente relevante e desadequado face ao seu quadro financeiro**, nomeadamente, às receitas orçamentais, e uma **estrutura que se repercute e condiciona a gestão orçamental dos exercícios futuros**.

**2.2.2.2.CO stock da dívida de empréstimos de médio e longo prazo ( EMLP )**, reportada ao final de 2009/2013, ascendia, respetivamente, a **€ 24 882 970, € 23 253 562, € 22 345 568, € 19 941 243 e € 17 494 461**, decorrendo, no final de 2012, da execução de dezassete contratos, sendo o mais recente de 11/nov/2009.

Anexos, a fls.41

A **dívida desta natureza evidenciou uma significativa diminuição no período referido** ( M€ 7,4 e 30% ), representando, **no final de 2013, cerca de 57% da dívida total**.

Por seu lado, **o inerente serviço da dívida** ( amortizações e juros ) **diminuiu 5%** entre 2009/2013 ( passando de € 2 730 891 para € 2 585 160 ), representando cerca de 11,5% da despesa total paga no último ano.

Anexos, a fls. 39 ( indicador 13 ) e 42

Refira-se que, **caso se mantenha o atual quadro de EMLP, não se prevê um aumento do respetivo serviço da dívida num futuro próximo**, pois, no final de 2012, um dos EMLP contratados pelo MT estava em período de carência ( com um capital total em dívida de M€ 1,9 e um peso na dívida desta natureza de 10% ), não tendo, por isso, originado pagamentos a título de amortização, mas também terminará, entretanto, o período de amortização de outros empréstimos contratados e utilizados.

**2.2.2.3.C** Quanto a **empréstimos de curto prazo ( ECP )**, o **MT não tinha qualquer stock de dívida desta natureza no final dos exercícios de 2009/2013**, nem celebrou, em nenhum dos anos indicados, qualquer contrato dessa natureza.

**2.2.2.4.C** Por seu turno, a **dívida resultante de contratos de locação financeira** importava, **no final de 2009/2013**, em, respetivamente, **€ 675 488, € 711 977, € 506 809, € 376 984 e € 365 041**, verificando-se, assim, uma **diminuição** no período de cerca de **46%** ( m€ 310,4 ).

Anexos, a fls. 41

O respetivo **serviço da dívida** evidenciou igualmente, entre 2009/2013, **um decréscimo de 74%** ( passou de € 231 391 para € 59 258 ).

Anexos, a fls. 42

**2.2.2.5.C** As **outras dívidas a terceiros** ( dívida administrativa/comercial ) decorrentes de operações orçamentais importavam, **no final de 2009/2013**, em, pelo menos, **€ 3 383 373, € 8 577 241, € 15 687 676, € 15 199 933 e € 12 646 284**.

Anexos, a fls. 41



Verificou-se, assim, um **aumento muito relevante** da dívida desta natureza no período em análise ( **M€ 9,3 e 274%** ), ainda que tenha ocorrido uma evolução positiva entre 2012/2013 ( menos **M€ 2,6 e 17%** ).

O **peso daquelas dívidas**, com natureza originária de curto prazo ( CP ), **na despesa total realizada pela Autarquia** também aumentou de forma significativa entre 2009/2012 ( passou de 10% para 31% ).

Anexos, a fls. 40

**2.2.2.5.1. A** relação entre o **saldo final de operações orçamentais e as outras dívidas a terceiros** ( originariamente de CP ) foi a que se evidencia no quadro seguinte:

**Figura 13 – Saldos reais de operações orçamentais**

Un: euro					
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
1 - Saldo final de operações orçamentais	2 655 512	2 019 204	1 622 673	2 379 579	2 729 025
2 - Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (exceto OT)	3 383 373	8 577 241	15 687 676	15 199 933	13 011 326
<b>Diferença (1-2)</b>	<b>- 727 862</b>	<b>- 6 558 037</b>	<b>- 14 065 003</b>	<b>- 12 820 353</b>	<b>- 10 282 300</b>

**Fonte:** Documentos de Prestação de Contas e Mapas da IGF de reconciliação.

Anexos, a fls. 40 (indicador 19)

O MT apresentou, especialmente após 2010, **relevantes e sistemáticos saldos reais negativos de operações orçamentais** ( respetivamente, de M€ 6,6, M€ 14,1, M€ 12,8 e M€ 10,3 ), o que evidencia e confirma a manifesta incapacidade desta entidade para fazer face, atempadamente, ao pagamento das " outras dívidas a terceiros " originariamente de CP, situação que seria mais negativa caso não tivesse recorrido ao PREDE.

Deste facto resulta **a oneração indevida dos orçamentos futuros**, com a transferência da dívida assumida que devia ser paga por um dado orçamento anual para os subsequentes.

**2.2.2.5.2. Os** prazos médios de pagamento ( **PMP** ) a terceiros, segundo os indicadores adotados pela IGF <sup>26</sup>, evoluíram, no período 2009/2012, da seguinte forma:

**Figura 14 – Prazo médio de pagamento**

INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO QUADRIÉNIO
Prazo médio de pagamento	82	150	230	324	<b>242</b>
Prazo médio de pagamento (incluindo aquisições em leasing)	96	158	235	328	<b>232</b>
Prazo médio de pagamento de imobilizado	167	189	184	124	<b>-42</b>

**Fonte:** Documentos de Prestação de Contas

Anexos, a fls. 43

<sup>26</sup> A IGF efetua o apuramento do PMP a terceiros ( e não apenas a fornecedores/empregados ) com base numa metodologia distinta da que decorre da Resolução de Conselho de Ministros ( RCM ) n.º 34/2008 ( cuja análise consta de seguida ). As diferenças entre as duas perspetivas podem ser constatadas nas notas a cada um dos indicadores que constam dos Anexos a fls. 43 e 48.

No referido período, o **PMP a terceiros apresentou valores crescentes e que excedem largamente os parâmetros legalmente previstos**<sup>27</sup>, situando-se, no final de 2012, em **324 dias** ( mais 242 dias do que em 2009 ).

De acordo com a **fórmula adotada na Resolução de Conselho de Ministros** ( RCM ) n.º 34/2008<sup>28</sup>, o **PMP a fornecedores**, no final de 2012 e 2013, era, segundo a informação prestada pela Direção-Geral das Autarquias Locais ( DGAL ), de **153 dias e 363 dias**<sup>29</sup>, resultado diferente do apurado pela IGF no que respeita ao primeiro ano indicado ( **535 dias** ).

Anexos, a fls. 43 e 44 a 49

As discrepâncias, em 2012, entre os PMP calculados pela IGF e DGAL decorrem, principalmente, por um lado, da metodologia prevista na RCM indicada e adotada pela DGAL para recolher a informação relevante para o seu apuramento e, por outro lado, das correções efetuadas na sequência do processo de circularização e reconciliação de saldos relativos a dívidas a terceiros ( cfr. item 2.2.3. ).

**2.2.2.5.3.** Por fim, da análise à **situação financeira de CP da Autarquia** atendendo à informação patrimonial resulta, quanto aos **indicadores de liquidez**<sup>30</sup>, o seguinte:

**Figura 15 – Indicadores de liquidez**

INDICADORES	2009	2010	2011	2012	VARIAÇÃO NO QUADRIÉNIO
Liquidez geral	148%	62%	38%	38%	-110,45
Liquidez reduzida	148%	62%	38%	38%	-110,45
Liquidez imediata	67%	23%	11%	17%	-49,76

**Fonte:** Balanços, Demonstrações de resultados e Balancetes finais

Anexos, a fls. 43

Os **rácios de liquidez** evidenciam, no triénio 2010/2012, **resultados bem distantes dos parâmetros geralmente apontados como referência** para uma **situação de equilíbrio financeiro de curto prazo**, mostrando-se **violada**, de forma significativa, a **regra do equilíbrio financeiro mínimo**<sup>31</sup>, não obstante o recurso ao PREDE em 2009.

<sup>27</sup> No Código dos Contratos Públicos ( aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29/jan, e alterado, designadamente, pela Lei n.º 3/2010, de 27/abr ) prevê-se, nos seus art.s 299º e 299º-A, um prazo geral de pagamento de 30 dias, que pode ser dilatado para 60 dias por acordo entre as partes, com base em motivos atendíveis e justificados face às circunstâncias concretas ( cfr., também, sobre esta matéria o disposto no DL n.º 32/2003, de 27/dez ).

<sup>28</sup> Publicada no Diário da República ( DR ), I Série, de 22/fev, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 6/abr, do Ministro de Estado e das Finanças, publicado no DR, II Série, de 13/abr.

<sup>29</sup> De acordo com a listagem publicada pela DGAL, baseada em dados reportados pelas autarquias locais através do SIIAL, extraídos a 29/set/2014 e 28/abr/2015.

<sup>30</sup> Que se destinam a medir a capacidade da entidade para solver atempadamente os seus compromissos de CP. A interpretação e, nalguns casos, o parâmetro de apreciação do conjunto de indicadores a que iremos aludir consta a fls. 42 dos Anexos.

<sup>31</sup> Segundo a qual o ativo circulante de CP deverá ser - pelo menos - de montante idêntico ao das dívidas de CP e que se justifica, de um modo especial, no que respeita às autarquias locais, atendendo ao princípio do equilíbrio orçamental que se encontra legalmente consagrado.



De facto, **não existe**, em nenhum dos exercícios referidos, **qualquer ajustamento entre as dívidas desta natureza e a correspondente liquidez do ativo, em especial com as disponibilidades**, situação que se repercute, de um modo muito negativo, sobre a (in)capacidade da Autarquia para cumprir atempadamente os seus compromissos dessa natureza.

Os resultados apurados não são mais do que a consequência direta e necessária da violação **sistemática do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial** ( no que respeita à execução global do ano ), a que aludimos no item 2.2.1.4., pois, se fosse efetuada uma gestão orçamental realmente equilibrada, qualquer **dos indicadores de liquidez** apresentaria, necessariamente, um resultado dentro dos parâmetros mínimos aceitáveis.

**2.2.2.5.4.⊙** **desequilíbrio financeiro de CP** que resulta das análises anteriores levou a **que os fornecedores e empreiteiros:**

- ✓C Celebrassem, com regularidade, **contratos de factoring com entidades financeiras**, com um valor em dívida, no final de 2012, de € 728 767;

Anexos, a fls. 50

- ✓C Liquidassem ao MT, em consequência de atrasos de pagamento, **juros de mora**, no montante, entre 2009/2012, de, **pelo menos, € 1 737 629**, dos quais foram pagos **€ 1 148 616**, estando, ainda, **em dívida**, no final do último ano, cerca de **m€ 370**.

Anexos, a fls. 51

**2.2.2.5.5.⊙** Em síntese, a Autarquia manteve, entre 2009 e 2013, não obstante o recurso ao PREDE, **uma situação financeira de CP negativa e desequilibrada**, com relevantes saldos reais de operações orçamentais ( 2013: M€ 10,3 ) e PMP a terceiros e a fornecedores superiores aos parâmetros legalmente previstos ( 2012 e 2013: 324 e 363 dias ), do que resultou, face aos atrasos de pagamento, elevados custos financeiros ( liquidação, nos anos de 2009/2012, de juros de mora de, pelo menos, M€ 1,7, tendo sido pagos M€ 1,1, estando ainda em dívida, no final do último ano, m€ 370 ).

**Estas situações repercutem-se e condicionam a gestão orçamental de exercícios futuros**, sendo de salientar que **dos processos de consolidação da dívida de CP e dos saldos reais negativos de operações orçamentais** decorre a **transferência indevida de dívida assumida e que devia ser paga por um determinado orçamento anual para os subsequentes**.

**2.2.3.⊙** **PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO ( PREDE )**

**2.2.3.1.C** O MT levou a cabo, em 2009, **através da adesão PREDE**<sup>32</sup>, **uma operação**

<sup>32</sup> Promovido pelo Governo com o objetivo de " (...) *reduzir significativamente os prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas (...)* " - Preâmbulo da RCM n.º 34/2008, de 22/fev.

de consolidação da dívida comercial/administrativa, tendo beneficiado do acesso a financiamento através do recurso a **dois EMLP**, conforme consta do quadro seguinte:

**Figura 16 – Empréstimos PREDE**

Programas	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças ( DGTF )		Caixa Geral de Depósitos ( CGD )		Total
	Montante	Visto do Tribunal de Contas (TC)	Montante	Visto do Tribunal de Contas (TC)	
PREDE	1 996 611,00	N.º 755/09, de 28/mai	2 994 916,63	N.º 754/09, de 28/mai	4 991 527,63

Fonte: Contratos de empréstimos

**2.2.3.2.C** Da adesão ao referido Programa **decorrem metas para os Municípios ao nível da evolução** ( em regra redução ) **do PMP** calculado pela DGAL nos termos da RCM n.º 34/2008 <sup>33</sup>, estando previstas **consequências ao nível da variação da taxa de juro do EMLP contratado com o Estado**, em caso de superação/(in)cumprimento desses objetivos.

**2.2.3.3.C** Relativamente **aos exercícios de 2011 e 2012** efetuámos, no que respeita às grandezas relevantes para o apuramento do PMP, **as seguintes correções** ao nível das:

✓ **C Dívidas a fornecedores** <sup>34</sup>:

**Figura 17 - Dívida a fornecedores a acrescer no apuramento do PMP**

NAS DÍVIDAS A FORNECEDORES	CONTAS	ANOS	
		2011	2012
Correções à informação do MT resultantes da circularização/reconciliação	22 e 261	52 539	1 383 141
<b>Total</b>		<b>52 539</b>	<b>1 383 141</b>

Fonte: Balancetes trimestrais do Município e síntese das correções introduzidas pela IGF

As diferenças, para mais, resultaram das correções introduzidas pela IGF na sequência das divergências apuradas no procedimento de circularização e reconciliação das dívidas a fornecedores e empreiteiros, cujo registo, a ter sido efetuado de forma adequada e atempada, repercutir-se-ia no saldo das contas relevantes para o apuramento do PMP.

Anexos, a fls. 48

<sup>33</sup> De acordo com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 do Ministro de Estado e das Finanças ( publicado no DR, 2ª Série, de 13/abr/2009 ).

<sup>34</sup> A DGAL, em nota explicativa constante das primeiras publicações do PMP dos municípios, referia "(...) *que as dívidas a fornecedores são o resultado da soma dos saldos credores das contas 22, 252, 261, 265, 266 e 267, que traduzem as dívidas existentes no final de cada trimestre.*", acrescentando ainda que "(...) *nas contas 22 e 261 não foram consideradas as contas 229 e 2619, uma vez que as mesmas não traduzem dívidas, mas sim créditos.*".

✓C Aquisições de bens e serviços<sup>35</sup>:

**Figura 18 - Aquisições de bens e serviços a excluir/acrescer  
no apuramento do PMP**

NAS AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS	CONTAS	ANOS (somatório das correções dos 4 trimestres)	
		2011	2012
Transferências das contas de imobilizado em curso para as correspondentes contas de imobilizado	42, 442, 445 e 45	- 3 688 657	- 24 011 567
Aquisições de imobilizado a título não oneroso	42	- 199 320	- 471 170
Trabalhos para a própria entidade	42 e 45	- 262 295	
Contrapartida das correções à informação do MT resultantes da circularização/reconciliação	62	- 4 214	188 920
<b>Total</b>		<b>- 4 146 058</b>	<b>- 24 293 816</b>

**Fonte:** Balancetes trimestrais do Município e síntese das correções introduzidas pela IGF

As referidas divergências resultam dos(as):

- M Montantes lançados a débito ao nível das contas de imobilizado ( relevantes para o apuramento do PMP, segundo a metodologia da DGAL ) com origem, em especial, em transferências das respetivas contas de imobilizado em curso<sup>36</sup> e que, por isso, não respeitam a novas aquisições a título oneroso.
- M Correções efetuadas pela IGF ao nível do valor das aquisições de bens e serviços, decorrentes dos procedimentos de circularização e reconciliação de saldos, e que correspondem às alterações promovidas ao nível da dívida a terceiros.

Anexos, a fls. 48

Em síntese, efetuámos **diversas correções** aos valores considerados pela **DGAL para o apuramento do PMP**, pois, **tendo em vista a obtenção de um resultado fiável**, têm de ser consideradas:

- ✓C Por um lado, as dívidas relevantes para o indicador que resultam das correções da IGF na sequência do procedimento de circularização e reconciliação de saldos;
- ✓C Por outro lado, apenas as aquisições a título oneroso efetuadas no período a que respeita o apuramento do PMP.

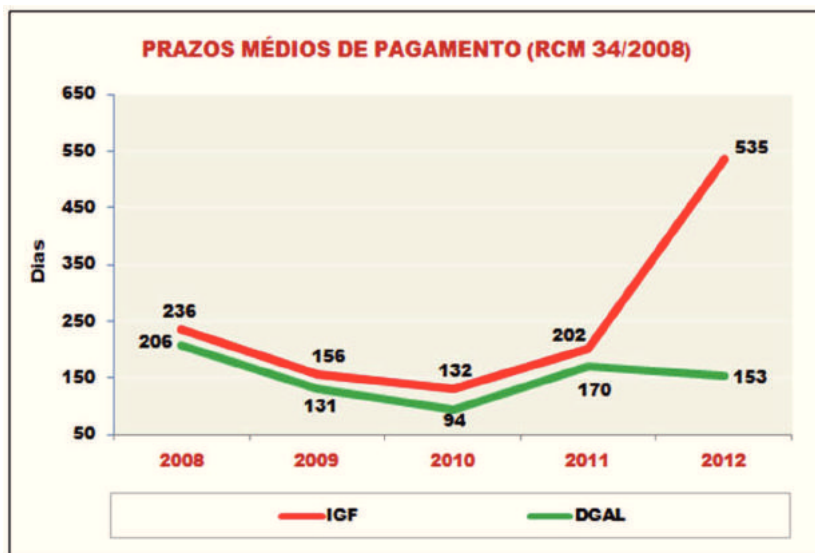
De facto, **tais eventos, a não serem corrigidos, beneficiam o indicador e adulteram o seu resultado**, contribuindo, caso sejam materialmente relevantes e apresentem uma grande variação entre os vários anos, como acontece no MT, para o apuramento de um PMP sem qualquer aderência à realidade, impossibilitando, ainda, uma efetiva comparação deste indicador ao longo do tempo.

<sup>35</sup> Que, na nota explicativa a que já aludimos, referia " (...) que as aquisições de bens e serviços (A) são obtidas através da soma dos movimentos a débito da conta 31, não considerando o débito das contas 317 e 318 e subtraindo os movimentos a crédito das referidas contas, com o saldo devedor da conta 62 e os movimentos a débito das contas 42, 442, 445 e 45, obtendo-se assim as aquisições efetuadas ao longo de cada trimestre.".

<sup>36</sup> As transferências efetuadas num trimestre, das contas de imobilizado em curso para a respetiva conta de imobilizado, podem corresponder a aquisições realizadas em período muito diferente ( podendo mesmo acumular aquisições de vários anos ) que, face às instruções da DGAL, serão indevidamente tratadas como se fossem aquisições do trimestre em causa.

**2.2.3.4.C** Face ao exposto, os **PMP apurados pela IGF e DGAL** <sup>37</sup>, ainda que, em ambos os casos, **com base na RCM n.º 34/2008** <sup>38</sup>, **são divergentes**, como se evidencia de seguida:

**Figura 19 – Evolução dos PMP ( IGF/DGAL )**



Anexos, a fls. 44 a 48

Salientamos que, nos anos em análise, **as diferenças entre os PMP apurados pelas DGAL e IGF vão de 25 ( 2009 ) a 382 ( 2012 ) dias** ( no último caso mais de um ano ), o que **distorce, no âmbito do PREDE**, principalmente quando a divergência é significativa, **qualquer análise que se baseie nos dados daquela Direção-Geral**.

**2.2.3.5.C** Assim, **nos exercícios de 2009 a 2012**, as divergências a que aludimos **repercutem-se sobre a determinação dos objetivos a atingir em matéria de evolução** ( neste caso, **redução** ) **do PMP e a aferição dos seus resultados**, conforme se evidencia de seguida:

**Figura 20 - PREDE – Controlo dos objetivos**

DESCRIÇÃO		2009		2010		2011		2012	
		IGF	DGAL	IGF	DGAL	IGF	DGAL	IGF	DGAL
Objectivo Prazo Médio de Pagamento (PMP)	Superação			<= 116 dias	<= 98 dias	<= 98 dias	<= 69 dias	<= 150 dias	<= 127 dias
	Cumprimento	<= 142 dias	<= 130 dias	[ 117 dias ; 132 dias ]	[ 99 dias ; 112 dias ]	[ 99 dias ; 112 dias ]	[ 70 dias ; 80 dias ]	[ 151 dias ; 171 dias ]	[ 128 dias ; 145 dias ]
	Incumprimento	=> 143 dias	=> 131 dias	=> 133 dias	=> 113 dias	=> 113 dias	=> 81 dias	=> 172 dias	=> 146 dias
PMP verificado		156 dias	131 dias	132 dias	94 dias	202 dias	170 dias	535 dias	153 dias
Variação do PMP face ao ano anterior		- 80 dias	- 75 dias	- 24 dias	- 38 dias	70 dias	76 dias	333 dias	- 17 dias
Grau de cumprimento do objectivo		Incumprimento / Redução do PMP	Incumprimento / Redução do PMP	Cumprimento / Redução do PMP	Superação / Redução do PMP	Incumprimento / Aumento do PMP	Incumprimento / Aumento do PMP	Incumprimento / Aumento do PMP	Incumprimento / Redução do PMP
Consequência na taxa de Juro		Acréscimo de 0,2 pp	Acréscimo de 0,2 pp	Sem impacto	Diminuição de 0,2 pp	Acréscimo de 0,3 pp	Acréscimo de 0,3 pp	Acréscimo de 0,3 pp	Acréscimo de 0,2 pp

Anexos, a fls. 44 a 48

Constatámos, desta forma, que ao nível dos objetivos do PMP, a DGAL e a IGF apuraram,

<sup>37</sup> Segundo as listas publicadas por esta entidade no sítio <http://www.portalautarquico.pt>.

<sup>38</sup> Por força da remissão constante do ponto 8, da RCM n.º 191-A/2008, de 27/nov.

relativamente ao(s) ano(s) de:

- ✓C 2009 e 2011, ainda que com base em grandezas diversas, os mesmos resultados, ou seja, incumprimento, com, respetivamente, diminuição e aumento do resultado desse indicador.
- ✓C 2010, resultados divergentes, isto é, respetivamente, superação e cumprimento, ambos com redução do PMP.
- ✓C 2012, o mesmo resultado, ou seja, incumprimento, ainda que, respetivamente, com diminuição e aumento do indicador.

Assim sendo, considerando aqueles anos, e de acordo com os pontos 43 a 45 da referida RCM, a taxa de juro base remuneratória do capital mutuado pelo Estado no âmbito do PREDE deverá ser acrescida, de acordo com a IGF, de 0,8 pp.

Anexos, a fls. 44 a 48

Relativamente a 2013, de acordo com a informação disponibilizada pela DGTF, a taxa de juro base remuneratória do capital mutuado pelo Estado no âmbito do PREDE sofreu um aumento de 0,3 pp.

**2.2.3.6.C** Refira-se, por fim, em termos do **impacto da adesão da Autarquia ao PREDE** e atendendo aos seus **objetivos de âmbitos específico e geral**, que:

- ✓C Por um lado, podemos afirmar, atendendo a que o **Estado criou o PREDE sob a premissa de que a redução dos PMP** " (...) *nas transações comerciais na economia portuguesa para níveis próximos dos padrões internacionais melhorará o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transação, introduzindo maior transparência na fixação de preços, criando condições para uma mais sã concorrência (...)* " <sup>39</sup>, que o **MT não contribuiu** ( com a exceção do ano de 2010 ) **para a prossecução desse objetivo específico**.
- ✓C Por outro lado, o MT também **não concorreu para o objetivo de âmbito geral**, pois, **não obstante a adesão ao PREDE** e a consequente utilização integral do capital dos empréstimos contratados ( M€ 4,99 ), a evolução das " **outras dívidas a terceiros** " **até ao final de 2012** foi a seguinte:

**Figura 21 - PREDE – Evolução das outras dívidas a terceiros**

Un: Euro

Descrição	2008	2009	2010	2011	2012
(A) - Outras dívidas a terceiros originariamente de CP	6 212 439	3 383 373	8 577 241	15 687 676	15 199 933
(B) - Variação face ao ano anterior ao de contratação do empréstimo PREDE		- 2 829 066	2 364 802	9 475 237	8 987 494
(C) - Empréstimo PREDE (capital utilizado)			4 991 528		
(D) - Variação (sem PREDE) entre 2008/2009, 2008/2010, 2008/2011 e 2008/2012 ((B) + (C))		2 162 462	7 356 330	14 466 765	13 979 022

**Fonte:** Documentos de prestação de contas e correções resultantes da reconciliação

<sup>39</sup> Preâmbulo da já mencionada RCM n.º 34/2008.



Assim, tendo como base o início de 2009, apesar do recurso ao PREDE, as "outras dívidas a terceiros"<sup>40</sup> diminuíram, no final desse exercício, M€ 2,8 e aumentaram, a partir desse ano e até ao final de 2012, respetivamente, M€ 2,4, M€ 9,5 e M€ 9.

Ora, através dos referidos EMLP, o MT **transformou M€ 4,99 de dívida administrativa/comercial em financeira de MLP**, sem os quais **a componente de "outras dívidas a terceiros" teria sofrido**, naquele período (entre o início de 2009 e o final de 2012), **um aumento de cerca de M€ 13,98**.

Desta forma, considerando os referidos anos, no MT, **a utilização do capital dos empréstimos do PREDE** serviu apenas para **aliviar a pressão exercida pelos credores** (em especial, fornecedores/empreiteiros) **sobre a tesouraria municipal**.

Com efeito, do **recurso a este programa não resultou**, ao contrário do que seria expectável, **a redução do PMP nos termos previstos** ou uma **diminuição duradoura do nível das "outras dívidas a terceiros" em montante pelo menos equivalente ao dos EMLP**, mas antes **uma duplicação do endividamento total do MT de M€ 4,99**.

## **2.3. LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ( 2011/2013 )**

### **2.3.1. APURAMENTO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO**

**2.3.1.1. C** No que respeita a **2011 a 2013**, a DGAL **divulgou os valores dos limites especiais de endividamento líquido ( EL )** e de **empréstimos de médio e longo prazos ( EMLP )**, previstos nas respetivas Leis do Orçamento de Estado ( LOE )<sup>41</sup>.

No âmbito desta auditoria, seguindo a metodologia adotada por aquela Direção-Geral, a IGF efetuou, quanto aos anos de 2010 e 2011, correções<sup>42</sup> no EL do MT, que tiveram impacto no apuramento dos respetivos limites de cada um dos anos subsequentes, o que já não sucedeu quanto aos de EMLP, relativamente aos quais foi adotado, bem como no que concerne a ambos os limites do ano de 2013, os valores divulgados pela DGAL.

Assim, **os limites de EL**<sup>43</sup> **adotados pela IGF**, como parâmetro para verificação do cumprimento do respetivo quadro legal nos três exercícios referidos, são os seguintes:

<sup>40</sup> Não inclui os montantes relativos a operações de tesouraria e à locação financeira.

<sup>41</sup> Previstos, respetivamente, no art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez (posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov), no art. 66º da Lei n.º 64-A/2011, de 30/dez e art. 98º da Lei n.º 66-B/2012, de 31/dez.

<sup>42</sup> As correções efetuadas tiveram origem na anulação de participações sociais na conta de investimentos financeiros, inclusão de entidades relevantes que não foram reportadas pela Autarquia à DGAL e diferenças apuradas na circularização e reconciliação dos saldos de fornecedores e empreiteiros.

<sup>43</sup> Quanto ao limite de EL de 2013, calculado nos termos da LFL entretanto revogada (uma das hipóteses alternativas consagrada na LOE desse ano), importa referir que a DGAL considerou, para o respetivo apuramento, o valor de receitas relativas ao Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e ao Imposto sobre os Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS) previsto no Orçamento de Estado (OE) do próprio ano, quando, de acordo com o quadro legal, aquelas receitas são do ano imediatamente anterior ao que respeita o limite (cfr. arts. 37º e 39º da LFL).

Ainda que não concordando com a interpretação efetuada pela DGAL (cfr. Anexos, a fls. 1 a 10, em especial, a fls. 6), atendendo às competências atribuídas àquela entidade em matéria de cálculo e comunicação dos limites legais aos municípios (cfr., designadamente, art. 54º do DL n.º 36/2013, de 11/mar), bem como ao nível do acompanhamento da posição de cada um deles nesta matéria e, ainda, com o objetivo de harmonização de posições entre entidades da Administração Central, a IGF adotou a interpretação efetuada por aquela entidade.

**Figura 22 – Limites de endividamento líquido**

Un: Euro

ANO	DESCRIÇÃO	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO				
		VALORES DE REFERÊNCIA PARA APURAMENTO DO LIMITE LEGAL			CORREÇÕES DA IGF	LIMITE DO ANO
		Limite LFL	Limite da LOE_ano anterior	MONTANTES EM 31/12/AN		
2011	DGAL	17 794 283		12 502 897		12 502 897
	IGF	17 794 283		12 502 897	3 215 134	15 718 031
2012	DGAL		12 502 897	17 049 056		12 048 281
	IGF		15 718 031	17 049 056	3 585 306	15 226 398
2013	DGAL	16 407 638	12 048 281			12 048 281

Anexos, a fls. 52 a 54

O mesmo não se verificou **com os limites de EMLP** <sup>44</sup>, tendo a **IGF adotado os valores divulgados pela DGAL** e que se indicam na figura seguinte:

**Figura 23 – Limites de empréstimos de médio/longo prazos**

Un: Euro

ANO	DESCRIÇÃO	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS					
		VALORES DE REFERÊNCIA PARA APURAMENTO DO LIMITE ANUAL				CORREÇÕES DA IGF	RATEIO
		Limite LFL	Limite da LOE_ano anterior	Montantes a 30/sep/2010	Montantes a 31/jan/2012		
2011	DGAL	14 235 426		11 687 520			567 129
	IGF	14 235 426		11 687 520		0	567 129
2012	DGAL		12 254 649		11 732 377		216 353
	IGF		12 254 649		11 732 377	0	216 353
2013	DGAL	13 126 111					13 126 111

Anexos, a fls. 52 e 53

Por sua vez, no que se refere ao **limite de ECP** ( art. 39º, n.º 1, da LFL ), o cálculo efetuado pela IGF <sup>45</sup> permitiu apurar os seguintes montantes:

**Figura 24 – Limites de empréstimos de curto prazo**

Un: Euro

ANO	BASE DE CÁLCULO (RECEITAS)	LIMITE DE ECP - LFL
	{1}	{2}={1}*10%
2011	13 631 201	1 363 120
2012	13 585 843	1 358 584
2013	13 126 111	1 312 611

Anexos, a fls. 55 e 56

<sup>44</sup> Os limites de EMLP de 2011 a 2013 foram apurados nos termos que descrevemos no Anexo a fls. 4 e 5.

<sup>45</sup> Cfr. nota 45.



### 2.3.2. ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS

**2.3.2.1.C** De acordo com o conceito **de endividamento líquido total** previsto na LFL <sup>46</sup> **eram suscetíveis de relevar, para efeitos de limites de endividamento do MT** dos anos de 2011 e 2012, **para além do Município** e dos **Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS)**:

- ✓ **C Três associações de municípios** ( Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água e Associação de Municípios Portugueses do Vinho );
- ✓ **C Uma entidade de natureza empresarial** <sup>47</sup> ( Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ).

Anexos, a fls. 57 e 58

Todavia, o endividamento das **entidades de natureza empresarial** participadas pelos Municípios **apenas releva para efeitos dos respetivos limites legais caso não apresentem resultados equilibrados**, de acordo, em 2011 e 2012, respetivamente com os RJSEL <sup>48</sup> e RJAEPL <sup>49</sup>.

O cumprimento da indicada **regra de equilíbrio pode ser aferido numa ótica anual ou plurianual** ( cfr. art. 31.º, n.ºs 2 e 5, do RJSEL, e art. 40º, n.ºs 2 a 5, do RJAEPL ), sendo necessário, neste último caso, a **apresentação de um plano previsional à IGF, o que não se verificou no caso da empresa referida**.

Ora, aplicando a **regra de equilíbrio anual de contas** <sup>50 e 51</sup> **à empresa participada pelo MT** ( " EPT, Lda " ), verificámos que apresenta **contas equilibradas**, pois em:

- ✓ **C 2011**, da conjugação dos resultados operacionais com os encargos financeiros ( as componentes relevantes ) **resultam saldos credores**;
- ✓ **C 2012**, apresenta **resultados antes de impostos positivos**.

Anexos, a fls. 59 e 60

<sup>46</sup> Consagrado no art. 36º, n.º 2, alíneas a) e b).

<sup>47</sup> O MT participa ainda na empresa " *DET – Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, SA* ", mas a IGF não considerou, nos termos constantes do anexo da " Metodologia ", essa entidade para os limites legais de endividamento devido à reduzida percentagem no capital social ( 0,33% ).

<sup>48</sup> Em conformidade com o art. 36º, n.º 2, al. b), parte final, da LFL, e art. 31º e 32º, n.º 1, do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local ( RJSEL ), aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29/dez, alterada pelo art. 28º da Lei n.º 67-A/2007, de 31/dez e pelos arts. 33º e 54º da Lei n.º 64-A/2008, de 31/dez.

<sup>49</sup> De harmonia com o art. 36º, n.º 2, al. b), parte final, da LFL, e o art. 40º, n.ºs 2 a 4, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais ( RJAEPL ), aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/ago, que revogou o indicado na nota anterior.

<sup>50</sup> Prevista, relativamente a 2011, no art. 31º, n.º 2, do RJSEL, sendo que se considera cumprida desde que " (...) o resultado de exploração anual operacional acrescido dos financeiros (...) " apresente saldo nulo ou credor ou, caso isso não aconteça, o Município transfira para a empresa, até ao final do mês seguinte à data de encerramento das suas contas, o montante necessário à reposição do equilíbrio ( cfr. art. 31º, n.ºs 2 a 4, do RJSEL ).

<sup>51</sup> Consagrada, quanto a 2012, no art. 40º, n.º 2, do RJAEPL, considerando-se cumprida desde que o resultado líquido antes de impostos não se apresente negativo ou, caso isso aconteça, o Município transfira para a empresa, até ao final do mês seguinte à data de encerramento das suas contas, o montante necessário à reposição do equilíbrio ( cfr. art. 40º, n.ºs 2 a 4, do RJAEPL ).

Deste modo, aquela empresa **ficou excluída**, nesses anos, **do perímetro a considerar para a análise do cumprimento dos limites de endividamento municipal**.

Face ao exposto, **o perímetro das entidades relevantes para os limites legais de endividamento municipal dos anos de 2011 e 2012 e a respetiva percentagem de imputação** são os seguintes:

**Figura 25 - Entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total**

IDENTIFICAÇÃO	LIMITES		% IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO	
	EMPRÉSTIMOS	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	2011	2012
MUNICÍPIO DE TOMAR	SIM	SIM	100,00%	100,00%
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	SIM	SIM	100,00%	100,00%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CIMT )	SIM	SIM	11,86%	11,86%
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	SIM	SIM	2,54%	2,50%
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	SIM	SIM	1,62%	1,52%
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )	NÃO	NÃO	50,00%	50,00%

Anexos, a fls. 57 e 58

**2.3.2.2.C** Em **2013**, a análise foi efetuada de acordo com o perímetro e os dados reportados pelo MT no SIIAL, que, para além da informação da Autarquia, inclui também <sup>52</sup> os SMAS e a RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo.

Anexos, a fls. 58-A

Porém, de acordo com o quadro legal vigente na época, a referida entidade de natureza associativa não devia ter sido considerada, naquele exercício, para efeitos dos limites de endividamento ( pois não era abrangida pelo conceito de endividamento líquido total ), atendendo a que não se tratava de uma associação exclusivamente constituída por municípios <sup>53</sup>, pelo que corrigimos a informação que consta do SIIAL ( considerada pela DGAL ) expurgando o impacto daquela entidade.

Refira-se, no entanto, que, em 2014, as associações com aquelas características já relevam para o limite de endividamento dos Municípios, por força do art. 54º, n.º 2, do RFALEI.

### **2.3.3. CONTROLO DOS LIMITES DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS**

**2.3.3.1.CO** comportamento do **MT em termos dos limites de EMLP** <sup>54</sup> previstos nas **LOE de 2011 a 2013**, foi o seguinte:

<sup>52</sup> Embora tenham sido incluídas, pela Autarquia, na lista de entidades relevantes para os limites de endividamento municipal de 2013, outras entidades ( ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses, AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CIM Médio Tejo ), não foi indicada qualquer contribuição para o respetivo controlo.

<sup>53</sup> De facto, em 2013, os seus associados eram dez municípios e a QUERCUS.

<sup>54</sup> Relativamente a 2011, a DGAL não efetuou qualquer atualização no cálculo deste limite, tendo continuado a considerar a data de referência indicada no art. 53º da LOE\_2011 ( 30/set/2010 ) e não a prevista na Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov ( 31/dez/2010 ), que alterou a anteriormente indicada.

**Figura 26 – Controlo dos limites de EMLP**

Un: euro

ANO	ENTIDADES	LIMITE ESPECIAL EMLP	DE	EMLP RELEVANTES EM 31/DEZ	CONTROLO DO LIMITE DE EMLP 31/DEZ	
					Comparação com os EMLP relevantes	% de utilização
	(1)	(2)		(3)	(4) = (2) - (3)	(5) = (3) / (2)
2011	DGAL	12 254 649		11 732 377	522 272	96%
	IGF	12 254 649		11 732 377	522 272	96%
2012	DGAL	11 948 730		10 488 035	1 460 695	88%
	IGF	11 948 730		10 488 035	1 460 695	88%
2013	DGAL	13 126 111		10 403 870	2 722 241	79%
	DGAL (excluindo Resitejo)	13 126 111		9 196 825	3 929 286	70%

**Fonte:** Balanços, balancetes finais do MT e informação circularizada junto das restantes entidades relevantes para os limites de endividamento municipal

Anexos, a fls. 61 a 64

Assim, **o MT cumpriu**, entre 2011 e 2013, **o limite de EMLP previsto nas LOE desses exercícios**, com uma taxa de utilização, no final desses anos, respetivamente, de **96%, 88% e 70%**.

Saliente-se, ainda, que os **EMLP excecionados deste limite legal** ( e também do de EL ) perfaziam, no final de 2011 e 2012, em termos absolutos, respetivamente, os montantes de **€ 10 613 191** e **€ 9 453 208**, tendo um peso de **47,5%** e de **47,4% na dívida total desta natureza**, pelo que os valores que estão a ser considerados para o limite em apreço são inferiores aos reais.

### 2.3.4. CONTROLO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

**2.3.4.1.** Entre 2011 e 2013, o comportamento do MT, face aos limites de EL previstos nas respetivas LOE, foi o seguinte:

**Figura 27 – Controlo dos limites de EL**

Un: euro

ANO	ENTIDADES	LIMITE ESPECIAL EL	DE	EL RELEVANTE EM 31/DEZ	CONTROLO DO LIMITE DE EL 31/DEZ	
					Comparação com o EL relevante	% de utilização
	(1)	(2)		(3)	(4) = (2) - (3)	(5) = (3) / (2)
2011	DGAL	12 502 897		17 049 056	- 4 546 159	136%
	IGF	15 718 031		20 634 363	- 4 916 332	131%
2012	DGAL	12 048 281		8 805 231	3 243 050	73%
	IGF	15 226 398		14 269 719	956 680	94%
2013	DGAL	12 048 281		7 569 284	4 478 996	63%
	DGAL (excluindo Resitejo)			6 744 051	5 304 230	56%

**Fonte:** Balanços e balancetes finais do MT e informação circularizada junto das restantes entidades relevantes para os limites de endividamento municipal

Anexos, a fls. 65 a 76

Assim, **em 2011**, o MT **violou o limite de EL**, com uma taxa de utilização, segundo a DGAL e a IGF, de, respetivamente, **136% e 131%**.

Por sua vez, **em 2012 e 2013**, o MT **cumpriu os respetivos limites de EL**,

apresentando, no final dos exercícios, segundo as referidas entidades, uma taxa de utilização, respetivamente, de **94% e 56%**.

Anexos, a fls. 52 e 53

**2.3.4.2.C** Ora, a **violação do limite legal de EL em 2011 é suscetível**, em abstrato, **de ser sancionada em termos tutelares administrativos e financeiros**, de harmonia com o disposto, respetivamente, no art. 9º, al. g), e art. 8º, n.º 1. al. d), ambos da Lei n.º 27/96, de 1/ago, e no art. 65.º, n.º 1, al. f), da LOPTC.

**2.3.4.2.1.** Todavia, em **sede tutelar administrativa**, de acordo com o citado art. 9º, al. g), da Lei 27/96, de 1/ago, não haverá lugar, relativamente aos factos ilícitos descritos, a responsabilidade desta natureza caso tenha ocorrido “ (...) *facto julgado justificativo ou regularização superveniente*. ”<sup>55</sup>, pressupostos que, por isso, têm de ser averiguados e apreciados.

Ora, **nos anos de 2012/2013**, o **MT passou a cumprir o limite legal**, verificando-se, deste modo, a regularização superveniente da infração praticada em 2011, pelo que **não existe fundamento para a apresentação de qualquer proposta no sentido da efetivação da responsabilidade tutelar administrativa**, pois não estão reunidos os pressupostos legalmente previstos que poderiam levar à eventual aplicação de uma sanção da natureza indicada.

**2.3.4.2.2.C** Ao contrário, **em sede financeira**, a **apreciação e valorização do facto descrito** ( violação do limite de EL de 2011 ), que, como referimos, é suscetível de integrar o ilícito previsto e punido pelo art. 65.º, n.º 1, al. f), da LOPTC, **é da competência do Ministério Público junto do Tribunal de Contas** ( cfr. art. 89º, n.ºs 1, al. c) e 2, da Lei n.º 98/97, de 26/ago ), **a quem devem ser comunicados** após a realização dos contraditórios pessoal e institucional, nos termos previstos no art. 12º, n.º 2, al. b), da referida Lei.

A eventual responsabilidade associada à prática do facto ilegal descrito é imputável aos eleitos locais que, atendendo às funções e competências que lhes estavam cometidas na época a que se reporta, tinham a obrigação de prevenir a sua ocorrência, a saber:

- ✓ **C** Presidente da Câmara Municipal, Senhor **Fernando Rui Linhares Corvêlo de Sousa**<sup>56</sup>, a quem competia coordenar a atividade da Câmara Municipal<sup>57</sup>;
- ✓ **C** Vereador da Câmara Municipal, Senhor **Carlos Manuel de Oliveira Carrão**, que detinha a competência sobre a área económico-financeira do MT ( Despacho do Presidente da Câmara Municipal de n.º 13/09, 30/out/2009 ).

Anexos, a fls. 78 a 82

## **2.3.5. CONTROLO DOS LIMITES DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO**

**2.3.5.1.C** Por fim, a **Autarquia**, entre 2011 e 2012, **cumpriu o limite legal de**

<sup>55</sup> O mesmo não se passando, no entanto, no que respeita à responsabilidade financeira ( cfr. infra ).

<sup>56</sup> Foi Presidente da Câmara Municipal de Tomar ( CMT ) até 21/dez/2011, data em que solicitou a suspensão do mandato.

<sup>57</sup> À data, nos termos do art. 68º, n.º 1, al. b), da Lei n.º 169/99, de 18/set, e, atualmente, do art. 35º, n.º 1, al. b), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12/set.

**empréstimos de curto prazo ( ECP ) previsto na LFL <sup>58</sup>**, uma vez que não contratou empréstimos desta natureza, o mesmo acontecendo com as restantes entidades relevantes.

Anexos, a fls. 55 e 56

**Já em 2013**, de acordo com os dados da DGAL, o **MT** ( única entidade relativamente à qual é possível verificar, através do SIIAL, se foram ou não utilizados empréstimos de CP ) **não utilizou qualquer empréstimo desta natureza, o que indicia o cumprimento do respetivo limite legal.**

### 2.3.6. CONTROLO DA INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL

**2.3.6.1. CO MT cumpriu a obrigação de prestação periódica de informação à DGAL** para efeitos do apuramento e controlo da evolução do seu endividamento, em especial, dos respetivos limites legais.

**2.3.6.2. C** Todavia, os dados reportados pelo Município à DGAL **não refletiam, com inteira fiabilidade, a sua situação em matéria de EL <sup>59</sup>**, tendo sido apuradas as seguintes diferenças:

**Figura 28 – Diferença no reporte de EL ( DGAL/IGF )**

Un Euro

ANO	Descrição	Valores comunicados pelo Município à DGAL	Valores considerados pela IGF	Diferenças IGF / DGAL (Reflexos para o endividamento líquido) a)
	(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)
2011	1 - ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO b)	27 662 247,15	31 247 553,27	3 585 306,12
	2 - OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE c)	10 613 190,67	10 613 190,67	0,00
	3 - END. LIQ. RELEVANTE (1-2)	17 049 056,48	20 634 362,60	3 585 306,12
2012	1 - ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO b)	18 258 438,59	23 722 926,16	5 464 487,57
	2 - OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE c)	9 453 207,56	9 453 207,56	0,00
	3 - END. LIQ. RELEVANTE (1-2)	8 805 231,03	14 269 718,60	5 464 487,57

a) Caso a diferença total apurada nesta coluna seja positiva, isso significa que foi comunicado à DGAL um valor de endividamento líquido inferior ao apurado pela IGF. Caso o valor seja negativo, verifica-se o contrário.

b) Atendendo ao modo como a informação é reportada à DGAL, os montantes indicados nesta linha incluem o valor do endividamento líquido total do Município, isto é, incluindo, designadamente, os EMLP excecionados, quando relativamente às restantes entidades já consta apenas o EL relevante, ou seja, nomeadamente sem os EMLP excecionados.

c) Designadamente, no que respeita aos empréstimos excecionados do Município, das dívidas, até 31/12/88, às concessionárias da energia elétrica, dos créditos não reconhecidos por ambas as partes, dos créditos do município sobre os SM e as entidades do SEL e das correspondentes dívidas (na percentagem correspondente ao endividamento imputável ao município).

**Fonte:** Balanços, balancetes finais do MT e informação circularizada junto das restantes entidades relevantes para os limites de endividamento municipal, bem como as comunicações do MT à DGAL

Anexos, a fls. 83 e 84

Estas divergências, **para mais**, respetivamente, de **M€ 3,6** e **M€ 5,5**, entre os valores reportados pelo MT e/ou considerados pela DGAL e os apurados pela IGF resultaram das correções efetuadas:

- ✓C Na informação financeira do MT ( cfr. item 2.1.1.1 );
- ✓C Através da inclusão dos valores não comunicados da CIMT, AMEGA e AMVP.

Refira-se, aliás, que **não estão consagrados, de forma integrada e sistematizada, em nenhum documento elaborado pelo MT** ( designadamente, na norma de controlo

<sup>58</sup> Previsto no art. 39º, n.º 1, da LFL.

<sup>59</sup> Já, no que concerne aos EMLP, não se apuraram quaisquer divergências entre os dados transmitidos e/ou considerados pela DGAL e os que foram apurados pela IGF ( Anexos a fls. 85 e 86 ).



interno), procedimentos específicos relativos à identificação das entidades relevantes para os limites legais de endividamento municipal e à recolha da informação necessária para o adequado reporte à DGAL.

### 2.3.7.C CONTRIBUTO DO MT PARA O DÉFICE DO SUBSETOR LOCAL

**2.3.7.1.CA**o longo dos anos de 2011 a 2013, a **evolução autónoma da situação do MT em termos de EL** ( sem considerar qualquer exceção ) foi a seguinte:

**Figura 29 – Evolução do endividamento líquido municipal**

Un Euro

DESCRIÇÃO	EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (sem exceções)				VARIAÇÃO (montante)		
	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	2010/2011	2011/2012	2012/2013
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)-(3)-(2)	(7)-(4)-(3)	(8)-(5)-(4)
BALANCETES DO MT	21 421 189,85	25 890 696,44	17 618 588,87	14 088 797,28	4 469 506,59	- 8 272 107,57	- 3 529 791,59
CORREÇÕES DA IGF	3 377 521,67	3 804 870,11	5 708 211,13		427 348,44	1 903 341,02	- 5 708 211,13
<b>TOTAIS</b>	<b>24 798 711,52</b>	<b>29 695 566,55</b>	<b>23 326 800,00</b>	<b>14 088 797,28</b>	<b>4 896 855,03</b>	<b>- 6 368 766,55</b>	<b>- 9 238 002,72</b>

**Fonte:** Balancetes Finais do MT, comunicação à DGAL e correções da IGF

Anexos, a fls. 66,72 e 87

Assim, o MT contribuiu, em 2011, negativamente para o défice do subsector local, ao contrário do que se verificou nos dois anos seguintes, visto que, entre 1/jan/ e 31/dez daqueles anos, aumentou e diminuiu o seu EL ( sem exceções ) em cerca de, respetivamente, M€ 4,9, M€ 6,4 e M€ 9,2.

### 2.4.CSANEAMENTO E REEQUILÍBRIO FINANCEIROS E ADESÃO AO PAEL

**2.4.1.0**No final de **2012**, face aos parâmetros legalmente estabelecidos, a situação da Autarquia, em termos de **reequilíbrio**<sup>60</sup> e **saneamento**<sup>61</sup> **financeiros**, era a seguinte:

**Figura 30 – Reequilíbrio e saneamento e financeiros**

INDICADORES			SITUAÇÃO FINAL DE 2012	PADRÕES LEGAIS DE REFERÊNCIA DE DESEQUILÍBRIO		
				ESTRUTURAL		CONJUNTURAL
1	EL (relevante para o limite) em 31/12/2012 / Receitas relevantes para o cálculo do limite legal	* 100	105%	> 175% (art. 8º, n.º 1, al. b))	> 125% (art. 3º, n.º 4, al. a))	
2	Dívidas a fornecedores em 31/12/2012 / Receitas totais do ano de 2011	* 100	45%	> 50% (art. 8º, n.º 1, al. c))	> 40% (art. 3º, n.º 4, al. b))	X
3	Passivos financeiros do Município em 31/12/2012 (de EL) / Receitas totais do ano de 2011	* 100	114%	> a 300% (art. 8º, n.º 1, al. d))	> a 200% (art. 3º, n.º 4, al. c))	
4	Prazo médio de pagamento (Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008)		535	> 6 meses (180 dias) (art. 8º, n.º 1, al. e))	> 6 meses (180 dias) (art. 3º, n.º 4, al. d))	X
5	Capital em dívida de EMLP (relevante para o limite) em 31/12/2012 / Receitas relevantes para o cálculo do limite legal	* 100	77%	> 100% (art. 8º, n.º 1, al. a))		
6	Cumprimento da obrigação de redução do excesso de EL (relevante para o limite legal)		CUMPRIU	(art. 8º, n.º 1, al. f))		
7	Cumprimento da obrigação de redução do excesso do stock de EMLP (relevante para o limite legal)		NÃO APLICÁVEL	(art. 8º, n.º 1, al. f))		

Anexos, a fls. 88

<sup>60</sup> Cfr. art.º 8.º, do DL n.º 38/2008, de 7/mar.

<sup>61</sup> Cfr. art.º 3, n.º 4, do DL n.º 38/2008, de 7/mar.



Deste modo, **face aos indicadores previstos no DL n.º 38/2008, de 7/Mar** ( indicados no quadro sob o título de " padrões legais de referência " )<sup>62</sup>, **a Autarquia**, no contexto do diploma em apreço, não obstante ter recorrido, **em 2009, ao PREDE ( MC 4,99 )** :

- ✓C **Apresentava uma situação de desequilíbrio conjuntural, que justificava o recurso a um plano de saneamento financeiro**, pois reunia duas das condições indicadas no art. 3º, n.º 4, do referido diploma ( quando bastava apenas uma );
- ✓C **Não evidenciava uma situação de desequilíbrio estrutural ou de rutura financeira**, pois apenas reunia um dos requisitos consagrados no art. 8º, n.º 1, do indicado diploma, quando seriam necessários no mínimo três.

**2.4.2.** Refira-se que o MT, para além de ter aderido, em 2009, como já referimos, ao PREDE, também se candidatou ao **Programa de Apoio à Economia Local**<sup>63</sup> ( PAEL ), tendo celebrado, em 17/dez/2012, com o Estado Português ( representado pela Direção-Geral de Tesouro e Finanças - DGTF ), um contrato de EMLP, no montante de **€ 3 605 609,62**, que tinha como objetivo o pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, reportadas no SIIAL relativamente a 31/mar/2012.

No entanto, o Tribunal de Contas recusou o visto prévio a esse contrato ( Acórdão n.º 7/2013, de 12/mar – 1ª Secção / SS ), decisão que manteve no âmbito do recurso ordinário apresentado pelo MT ( Acórdão n.º 1/18.FEV.2014 – 1.ª S/PL ).

## **2.5.C** **CONTROLO INTERNO, PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS E PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

### **2.5.1.** MT aprovou e tem em vigor:

- ✓C Uma **Norma de Controlo Interno**<sup>64</sup>, que contempla um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos de controlo, incluindo regras ou procedimentos relativos à área do endividamento municipal;
- ✓C Um **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, aprovado pela CMT em 07/jan/2010 e enviado, ainda que após o prazo legalmente estipulado, ao Conselho de Prevenção da Corrupção ( CPC ) e às restantes entidades<sup>65</sup> previstas na Recomendação n.º 1/2009<sup>66</sup>.

Todavia, os referidos documentos encontram-se desatualizados e não refletem a atual estrutura e organização dos serviços decorrente das alterações legislativas e da evolução organizacional entretanto ocorridas<sup>67</sup>.

<sup>62</sup> Refira-se que, para este efeito, o prazo médio de pagamento ( constante deste quadro ) foi apurado de acordo com a fórmula adotada na RCM n.º 34/2008 ( a qual é utilizada na ausência de publicação da Portaria prevista no art. 20º do DL n.º 38/2008, de 7/Mar ), tendo sido seguidas as instruções da DGAL e introduzidas as correções/ajustamentos efetuados pela IGF ( cfr. itens 2.1.1., 2.2.2.5.1. e 2.2.3. ).

<sup>63</sup> Aprovado pela Lei n.º 43/2012, de 28/ago, e regulamentado pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14/set.

<sup>64</sup> Aprovada em reunião de Câmara Municipal 19/dez/2003.

<sup>65</sup> Conselho da Prevenção da Corrupção, Direção-Geral das Autarquias Locais, Inspeção-Geral de Finanças, Inspeção-Geral das Autarquias Locais ( ex-IGAL ), Associação Nacional de Municípios Portugueses e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, em 26/jan/2010.

<sup>66</sup> Publicada no DR, 2ª Série, em 22/jul.

<sup>67</sup> A atual estrutura orgânica dos serviços do MT foi publicada na 2ª série do DR n.º 32/2013, de 14/fev.

Acresce que o MT não dispõe de nenhum departamento/serviço específico ou elemento responsável pela função controlo.

**2.5.2.** Do trabalho realizado <sup>68</sup> resultam algumas fragilidades ao nível de sistema de controlo interno e dos procedimentos contabilísticos, de que destacamos o facto de **não ser(em)**:

- ✓C Refletidas em contas de ordem as cauções e garantias prestadas na forma documental ( a título de caução ou para o seu reforço ), nem estar definida e atribuída a responsabilidade pela sua guarda, nomeadamente ao tesoureiro;
- ✓C Apresentado, respetivamente, no passivo de CP e MLP dos balanços, o valor das amortizações da dívida de contratos de EMLP que se vence em cada um dos anos imediatos e de *leasing* não exigível no ano seguinte;
- ✓C Registadas imediatamente, nas contas de " receção e em conferência ", as notas de débito relativas a juros de mora, sendo que o seu reflexo contabilístico apenas acontece após contacto com o fornecedor, no sentido de promover a negociação do valor a pagar.

Anexos, a fls. 89 e 90

**2.5.3.** No que respeita ao **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas**, parece-nos de salientar que **não**:

- ✓C Foram definidos os instrumentos e procedimentos para assegurar a sua revisão;
- ✓C Estão a ser adotados quaisquer procedimentos de controlo e monitorização, nem foi designado qualquer responsável pela prossecução destes objetivos.

### 3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sequência do que foi exposto, afigura-se de relevar, em termos conclusivos, o seguinte:

#### 3.1.C DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ( 2009/2013 )

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>3.1.1.</b> Os balanços do MT de 2009/2012 não refletiam, com inteira fiabilidade, a sua situação económica e financeira, pois foram efetuadas, designadamente no último ano, correções materialmente relevantes nas rubricas relativas a resultados, investimentos financeiros, acréscimos e diferimentos e passivo exigível.</p> <p>Do conjunto de correções salientamos as efetuadas, <b>para mais</b>, em 2012, em algumas rubricas do <b>passivo exigível</b>, no montante de <b>m€ 970</b>, que representam <b>7%</b> da dívida daquela natureza refletida contabilisticamente.</p>	2.1.1.1.	<p><b>A)C</b> A regularização imediata, ao nível da informação contabilística da Autarquia, das variações patrimoniais omitidas ou incorretamente refletidas, caso não tenham sido entretanto corrigidas.</p>

<sup>68</sup> Em especial, através da utilização de questionários e da realização de testes de conformidade e substantivos.

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>3.1.1.1.C</b> Constatámos <b>outras insuficiências com repercussões ao nível da qualidade e fiabilidade de informação financeira do Município</b>, de que destacamos a(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓C Não utilização, de forma sistemática e abrangente, das contas relativas a compromissos de exercícios futuros (contas 04 e 05), nomeadamente no que respeita às amortizações dos EMLP;</li> <li>✓C Omissões ao nível da inventariação e de reconhecimento contabilístico de bens imóveis do MT.</li> </ul>	2.1.1.3.	<p><b>B)C</b> Utilização, de forma sistemática, adequada e para a generalidade das situações, das contas relativas a compromissos de exercícios futuros.</p> <p><b>C)C</b> Conclusão do processo de inventariação e, consequente, reconhecimento contabilístico da totalidade dos bens municipais.</p>

### 3.2.C ORÇAMENTO, DÍVIDA MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA ( 2009/2013 )

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>3.2.1.C</b> Entre <b>2009/2013</b>, a <b>receita global disponível importou</b>, respetivamente, em <b>ME 31,7, ME 30, ME 35,5, ME 28,4 e ME 25,2</b>, tendo diminuído no período <b>21%</b>.</p> <p>Todavia, aquelas receitas incluíam nos primeiros três anos, a arrecadação de empréstimos (receitas não efetivas) no montante de, <b>ME 6,3, m€ 895 e ME 1,5, sem as quais a diminuição seria de cerca de 1%.</b></p>	2.2.1.1.	
<p><b>3.2.1.1.O</b> <b>Prática sistemática</b>, nos anos de <b>2009/2013</b>, de <b>elevado empolamento na previsão das receitas orçamentais</b>, que evidenciaram reduzidos índices de execução em termos globais ( 2012 e 2013: 42% e 50% ) e, em especial, na componente de capital ( 2012 e 2013: 21% e 13% ), <b>o que contraria o objetivo visado pelas regras previsionais consagradas no POCAL.</b></p> <p><b>A execução de qualquer dos orçamentos comportava um elevado risco</b>, pois o <b>MT criou, de forma artificial</b>, ao nível da execução orçamental, <b>a possibilidade da realização e/ou existência de um montante relevante de despesa</b> ( 2012 e 2013: <b>ME 37,9 e ME 22,9</b> ) <b>sem que existissem meios monetários disponíveis para efetuar o seu pagamento atempado</b>, potenciando, assim, uma gestão orçamental desequilibrada.</p>	2.2.1.2. e 2.2.1.3.	<p><b>D)C</b> Elaboração rigorosa dos orçamentos de receita:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓C Fundamentando, de forma adequada, todas as rubricas previstas, independentemente de estarem ou não sujeitas no POCAL a regra previsional ( e, em especial, nos casos em que o valor a orçamentar traduza uma evolução atípica – crescimento – da receita face ao seu histórico de cobrança efetiva ).</li> <li>✓C Considerando apenas as que apresentem um elevado grau de probabilidade em termos de cobrança efetiva.</li> </ul>

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>3.2.1.2.C Violação reiterada, entre 2009/2013 ( após a adesão ao PREDE ), do princípio do equilíbrio orçamental em sentido substancial ( execução global do ano ), o que, não obstante a evolução positiva ocorrida nos dois últimos anos, espelha uma execução orçamental persistentemente desequilibrada.</b></p>	2.2.1.5.	<p><b>E)C</b> Controlo rigoroso e contínuo dos níveis de execução orçamental, devendo ser efetuada uma execução prudente das despesas com base na cobrança efetiva das receitas.</p>
<p><b>3.2.1.3.CA</b> Autarquia apresentava uma elevada rigidez em termos da despesa orçamental, com uma reduzida ou nula margem de manobra, ao nível da gestão financeira, para fazer face às despesas municipais que não se encontravam, à partida, já " vinculadas ".</p> <p>Aliás, o MT, caso não tivesse empolado, entre 2011 e 2013, de forma muito relevante a previsão das receitas orçamentais, não estaria em condições de elaborar orçamentos que cumprissem formalmente o princípio do equilíbrio.</p>	2.2.1.6.	<p><b>F)C</b> Ponderação de medidas que possam contribuir para uma redução das despesas municipais que apresentam uma elevada rigidez.</p>
<p><b>3.2.1.4.C</b> Existência de despesas, em 2012, sem que tenha sido efetuado o exigível compromisso.</p> <p>As referidas diferenças resultam do facto de a dívida à ADSE, no montante de <b>ME 2,3</b>, apenas se encontrar relevada em termos patrimoniais e não ao nível orçamental.</p> <p>Todavia, no final do exercício de 2012, o valor total das dotações orçamentais da despesa não comprometidas ( ME 26,2 ) era muito superior àquele montante, ao que acresce que a situação já não se verificava em 2013.</p>	2.2.2.1.	<p><b>G)C</b> Cumprimento sistemático das regras previstas no POCAL e na Lei n.º 8/2012, de 21/fev, em matéria de assunção de compromissos, em especial, no que concerne à proibição de assunção de compromissos sem que existam fundos disponíveis e à exigência que tal procedimento seja executado, em qualquer caso, antes do efetivo fornecimento dos bens e serviços subjacentes às despesas realizadas.</p>
<p><b>3.2.2.CA</b> dívida global do MT de operações orçamentais aumentou entre 2009/2013 ( ME 1,6 ), passando para ME 30,5, evidenciando, em 2012/2013, um nível materialmente relevante e desadequado face ao seu quadro financeiro ( nomeadamente às receitas orçamentais ), bem como uma estrutura que se repercute sobre exercícios futuros, sendo de salientar, em 2012, o:</p> <p>✓C Significativo período de recuperação da dívida municipal ( 42 meses );</p>	2.2.2.1.	<p><b>H)C</b> Acompanhamento e controlo rigorosos da evolução e da assunção de nova dívida municipal, de modo a conter e adequar o seu montante ao quadro financeiro da Autarquia, nomeadamente às suas receitas, salvaguardando, assim, o pagamento atempado das suas obrigações.</p>

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p>✓C Limitado nível de cobertura da dívida pelas receitas disponíveis ( 80% );</p> <p>✓C Relevante e crescente valor de dívida municipal " <i>per capita</i> " ( € 895 );</p> <p>✓C Elevado peso da dívida de MLP na dívida total ( 57% ).</p> <p>Acresce que a <b>evolução da situação financeira em 2013 face ao ano anterior não foi tão positiva como a que decorre da simples análise da evolução da dívida municipal.</b></p> <p>De facto, o montante dos compromissos já assumidos no final de 2013 e ainda não faturados que iria agravar a despesa e dívida municipal importava num valor materialmente relevante ( M€ 4,3 ), o que não acontecia no ano anterior.</p> <p><b>Estes factos repercutem-se e condicionam a gestão orçamental de exercícios futuros.</b></p>	2.2.2.1.	<p><b>I)C</b> Ponderação, nas áreas de atividade ou programas que tenham um maior peso e flexibilidade ao nível da despesa municipal, da eventual adoção de medidas no sentido de descontinuar os que tenham menor impacto negativo sobre os cidadãos ou de diminuir os meios financeiros afetos, de modo a proporcionar uma redução relevante e estrutural na despesa municipal.</p>
<p><b>3.2.2.1.CO stock da dívida de EMLP diminuiu significativamente entre 2009/2013</b> ( 30% e M€ 7,4 ), passando para <b>€ 17 494 461.</b></p> <p>O respetivo <b>serviço da dívida também diminuiu</b> ( 5% ) no referido período, importando, no último ano, <b>em € 2 585 160</b> ( cerca de 11,5% da despesa paga nesse exercício ), não sendo expectável, atendendo ao atual quadro de empréstimos contratados, que esta despesa cresça nos próximos anos.</p>	2.2.2.2.	<p><b>J)C</b> Realização de novos investimentos, em especial, com recurso a financiamento alheio, deve ter em consideração a dimensão intergeracional das decisões político-financeiras, tendo sempre subjacente uma análise de custo/benefício, que integre, de forma sistemática, a previsão dos custos a suportar com o respetivo financiamento, exploração, manutenção e conservação.</p>
<p><b>3.2.2.2.C As "outras dívidas a terceiros" de operações orçamentais aumentaram significativamente entre 2009/2013</b>, passando para <b>o valor materialmente relevante de M€ 12,7</b> ( mais M€ 9,3 do que em 2009 ).</p> <p>A <b>situação financeira de CP</b>, não obstante a adesão ao PREDE, manteve-se <b>negativa e desequilibrada</b>, com:</p> <p>✓C Relevantes e sistemáticos saldos reais negativos de operações orçamentais ( 2013: M€ 10,3 );</p> <p>✓C Uma perda significativa, entre 2009 e 2013, da capacidade para fazer face aos compromissos desta natureza ( M€ 9,6 );</p>	2.2.2.5. a 2.2.2.7.	<p><b>K)C</b> Implementação de medidas que contribuam para o restabelecimento do equilíbrio financeiro do MT, em especial de CP, o que pressupõe, designadamente, a:</p> <p>✓C Otimização da cobrança das receitas municipais ( por via da atualização das taxas e preços, da fixação das taxas dos impostos municipais, bem como, sendo caso disso, do aperfeiçoamento dos respetivos processos de liquidação e cobrança );</p> <p>✓C Racionalização da despesa realizada através, nomeadamente, da:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•C Análise e ponderação sistemáticas da necessidade e utilidade das despesas a realizar;</li> </ul>



CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p>✓C <b>PMP a terceiros</b> ( 2012: 324 dias ) e a <b>fornecedores</b> ( 2013: 363 dias ) <b>elevados, crescentes e que ultrapassam largamente os parâmetros legais;</b></p> <p>✓C <b>Violação da regra do equilíbrio financeiro mínimo</b>, não existindo qualquer ajustamento entre as dívidas daquela natureza e a correspondente liquidez do ativo, em especial, com as disponibilidades;</p> <p>✓C <b>Elevados custos financeiros relativos a atrasos no pagamento a fornecedores</b> ( juros de mora liquidados, entre 2009/2012, no montante de, pelo menos, cerca de M€ 1,7, tendo sido pagos M€ 1,1, estando, ainda, em dívida, no final do último ano, m€ 370).</p>		<p><b>K) (cont)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>•C Adoção, ainda que não prevista legalmente, do instrumento da cativação das despesas, consagrando regras de execução orçamental que incluam a identificação das rubricas da despesa e as percentagens a cativar, bem como a competência para a sua descativação.</li> </ul> <p><b>L)C</b> Redução dos prazos médios de pagamento para os parâmetros legalmente previstos, de modo a cumprir atempadamente os seus compromissos e evitar a ocorrência de custos financeiros.</p>
<p><b>3.2.3.Ø MT</b>, no decurso de <b>2009</b>, <b>contratou e utilizou</b>, ao abrigo do <b>PREDE</b>, <b>dois EMLP</b>, no total de <b>M€ 4,99</b>.</p> <p><b>3.2.3.1.C</b> As validações efetuadas revelaram incorreções materialmente relevantes nas grandezas consideradas pela DGAL para o apuramento do PMP ( RCM n.º 34/2008 ), tendo a IGF apurado, em 2011/2012:</p> <p>✓CNa <b>dívida a fornecedores: mais m€ 52,5 e M€ 1,38</b>, que resultam da inclusão do resultado do procedimento de reconciliação de saldos de credores;</p> <p>✓CNas <b>aquisições de bens e serviços: menos M€ 4,1 e M€ 24,3</b>, que não respeitam a eventos relacionados com aquisições a título oneroso e que resultam das correções efetuadas na sequência do procedimento de reconciliação.</p> <p><b>3.2.3.2.C</b>Atendendo a 2009/2012, a taxa de juro base remuneratória do capital mutuado deveria ser acrescida em 0,8 pp.</p> <p><b>3.2.3.3.C O MT</b>, entre 2009 e 2012, <b>não contribuiu para a prossecução dos objetivos</b>, tanto de âmbito específico como geral, subjacentes à conceção do PREDE, já que <b>não</b>:</p> <p>✓C<b>Reduziu sistematicamente o PMP</b> de acordo com o previsto legalmente;</p>	2.2.3.	<p><b>M)C</b>Adoção de mecanismos que salvaguardem o cumprimento efetivo dos objetivos fixados no PREDE, nomeadamente a redução anual do PMP com os quais o MT se comprometeu de forma expressa.</p>

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
✓ <b>CDiminuiu</b> , nos anos imediatos, <b>de forma duradoura, as " outras dívidas a terceiros " em montante pelo menos equivalente ao dos EMLP</b> , tendo antes ocorrido uma duplicação da sua dívida total num valor significativo ( M€ 4,99 ).	2.2.3.	

### 3.3.C LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL ( 2011/2013 )

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>3.3.1.1.C</b> Atento o conceito de endividamento líquido total, <b>o perímetro relevante para aferir do cumprimento dos limites legais de endividamento de 2011 e 2012</b> englobava, para além do <b>Município</b> e dos <b>SMAS, três associações de municípios</b> ( CIMT, AMEGA e AMPV ).</p> <p><b>Não foi considerado o endividamento da EPT, Ld.<sup>a</sup></b>, pois esta empresa apresentou equilíbrio de contas, de acordo, respetivamente, com os RJSEL e RJAEPL.</p> <p><b>Em 2013</b>, a análise foi efetuada atendendo aos dados reportados pelo MT no SIIAL, mas considerando apenas a respetiva informação e a dos SMAS, uma vez que também <b>foi incorretamente comunicada a de uma associação</b>, que, de acordo com o quadro legal vigente na época, <b>não era relevante para os limites de endividamento</b>.</p>	<p>2.3.2.1.</p> <p>e</p> <p>2.3.2.2.</p>	
<p><b>3.3.1.2.C</b> A <b>Autarquia cumpriu</b>, no <b>final de 2011 a 2013</b>, os limites legais de <b>EMLP</b> e de <b>ECP</b>.</p> <p>Saliente-se que, em 2011 e 2012, <b>estavam excecionados deste limite</b> ( e, também, do de EL ), EMLP nos montantes, respetivamente, <b>de M€ 10,6 e M€ 9,5</b>, pelo que os valores considerados são inferiores aos reais.</p> <p><b>3.3.1.3.C</b> Ao contrário, o <b>MT violou o limite de EL de 2011</b>, com um <b>excesso de € 4 916 332</b>, <b>mas cumpriu-o em 2012 e 2013</b>.</p> <p>Nos dois últimos exercícios <b>ocorreu a regularização superveniente da violação do limite legal de 2011</b>, o que <b>exclui a eventual relevância dos factos descritos em termos tutelares administrativos</b>.</p>	<p>2.3.3.</p> <p>a</p> <p>2.3.6.</p>	<p><b>N)C</b> Cumprimento integral e sistemático, no futuro, do quadro legal previsto, em especial, nos arts. 52º e 54º do RFALEI, em matéria de limites legais de endividamento municipal.</p>

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>Já em sede financeira</b>, a eventual responsabilidade pela prática do referido facto é <b>imputável aos</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓C <b>Presidente da Câmara Municipal</b>, Senhor <b>Fernando Rui Linhares Corvêlo de Sousa</b>, a quem competia coordenar a atividade da Câmara Municipal;</li> <li>✓C <b>Vereador da Câmara Municipal</b>, Senhor <b>Carlos Manuel de Oliveira Carrão</b>, que detinha a competência sobre a área económico-financeira.</li> </ul> <p>Nesta sede, a <b>apreciação e valorização dos factos é da competência do Ministério Público junto do Tribunal de Contas.</b></p>		
<p><b>3.3.1.4.CO MT cumpriu a obrigação de prestação periódica de informação à DGAL</b>, para efeitos do apuramento e controlo da evolução do endividamento, em especial, dos respetivos limites legais.</p> <p>No entanto, relativamente a 2011/2012, a informação reportada <b>não refletia, com inteira fiabilidade, a sua situação ao nível do EL</b>, tendo sido apuradas <b>diferenças, para mais</b>, de, respetivamente, <b>ME 3,6 e ME 5,5</b>.</p> <p>Estas <b>diferenças resultaram</b> das correções efetuadas pela IGF à informação do MT (ao nível do passivo exigível e dos investimentos financeiros) e dos valores relativos às entidades relevantes não comunicados ou incorretamente reportados à DGAL.</p>	2.3.6.	<p><b>O)C</b> Prestação de informação rigorosa à DGAL para efeitos de acompanhamento e controlo do endividamento, o que resultará, designadamente, de uma maior fiabilidade da informação decorrente dos registos contabilísticos do MT e da comunicação da informação de todas as entidades relevantes.</p> <p><b>P)C</b> Criação de procedimentos periódicos de circularização recolha e validação de informação, que inclua o conjunto de entidades suscetíveis de relevarem, em cada momento, para os limites de endividamento municipal, o que também permitirá o acompanhamento e controlo sistemáticos da posição da Autarquia nessa matéria.</p>
<p><b>3.3.2.CO MT contribuiu</b>, em 2011, negativamente para o <b>défi ce do subsector local</b>, ao contrário do que se verificou nos dois anos seguintes, visto que, entre 1/jan/ e 31/dez daqueles anos, aumentou e diminui o seu EL (sem exceções) em cerca de, respetivamente, ME 4,9, ME 6,4 e ME 9,2.</p>	2.3.7.	

#### 3.4.C SANEAMENTO E REEQUILÍBRIO FINANCEIROS E ADESAO AO PAEL

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>3.4.1.CO MT apresentava, no final de 2012, uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural</b>, o que justificaria o recurso a um plano de saneamento financeiro.</p> <p>A Autarquia, <b>aderiu</b>, nesse ano, <b>ao PAEL</b>, mas tal candidatura ficou sem efeito, <b>face à recusa do visto do Tribunal de Contas ao contrato de EMLP outorgado com a DGTF.</b></p>	2.4.1	<p><b>Q)C</b> Recurso a um dos mecanismos, de recuperação legalmente previstos para consolidar a dívida de CP, elaboração de um plano que permita, no mais breve espaço de tempo possível, o reequilíbrio financeiro do município e criação dos instrumentos necessários à monitorização e cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo.</p>

### 3.5.C CONTROLO INTERNO, PROCEDIMENTOS CONTABILÍSTICOS E PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

CONCLUSÕES	ITENS	RECOMENDAÇÕES
<p><b>3.5.1.0</b> MT aprovou, nos termos legais, uma NCI e um PGRIC, mas tais documentos encontram-se desatualizados e não refletem a atual estrutura e organização dos serviços, decorrente das alterações legislativas e da evolução organizacional entretanto ocorridas.</p> <p>A Autarquia não dispõe de nenhum departamento/serviço específico ou elemento responsável pela função controlo.</p> <p><b>3.5.1.1.C</b> Das fragilidades constatadas ao nível do sistema de controlo interno e dos procedimentos contabilísticos, <b>destacamos o facto de não ser(em):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓C Refletidas em contas de ordem as cauções e garantias prestadas na forma documental ( a título de caução ou para o seu reforço ), nem estar definida e atribuída a responsabilidade pela sua guarda, nomeadamente ao tesoureiro;</li> <li>✓C Apresentado, respetivamente, no passivo de CP e MLP dos balanços, o valor das amortizações dos contratos de EMLP que se vence em cada um dos anos imediatos e dos de <i>leasing</i> que não são exigíveis no ano seguinte;</li> <li>✓C Registadas imediatamente, nas contas de " receção e em conferência ", as notas de débito relativas a juros de mora, sendo que o seu reflexo contabilístico apenas acontece após contacto com o fornecedor, no sentido de promover a negociação do valor a pagar.</li> </ul>	2.5.2.	<p><b>R)C</b> Revisão da NCI e do PGRIC no sentido de proceder à sua articulação e harmonização com a atual estrutura orgânica dos serviços municipais.</p> <p><b>S)C</b> Criação/designação de um serviço ou pessoa responsável pela função de controlo interno.</p> <p><b>T)C</b> Relevação, em contas de ordem, das cauções e garantias prestadas sob a forma documental, respetivo arquivo conjunto e organizado por terceiro, bem como definição da responsabilidade pela sua guarda.</p> <p><b>U)C</b> Adequada apresentação, no CP e MLP do balanço, respetivamente, da dívida de EMLP exigível no ano imediato ( ainda que mantendo a denominação da conta que espelha a natureza originária deste passivo ) e da dívida de <i>leasing</i> exigível para além do ano seguinte.</p> <p><b>V)C</b> Reconhecimento, sistemático e imediato, das faturas recebidas na Autarquia nas contas em receção e conferência e posterior desenvolvimento, sendo caso disso, de eventuais procedimentos internos de confirmação.</p>
<p><b>3.5.1.2.C</b> Da análise ao PGRIC, salientamos que não foram definidos os instrumentos e procedimentos para assegurar a sua revisão, nem estão a ser adotados quaisquer procedimentos de controlo e monitorização ou foi designado qualquer responsável pela prossecução destes objetivos.</p>		<p><b>W)C</b> Aperfeiçoamento do Plano de modo a que contemple a previsão dos instrumentos necessários para assegurar a sua aplicação, monitorização e revisão.</p> <p><b>X)C</b> Aplicação integral das medidas previstas no Plano.</p>

#### **4. CPROPOSTAS**

**4.1. C**Em face dos resultados obtidos propomos:

**4.1.1. C**Que seja dado conhecimento do presente relatório e respetivos anexos ao Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, com sugestão de encaminhamento para a Direção-Geral das Autarquias Locais, atentas as matérias objeto de acompanhamento por esta entidade.

**4.1.2. C**Envio do presente relatório e respetivos anexos à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Tomar, a qual deverá dar conhecimento dos mesmos aos restantes membros do Órgão Executivo, bem como de remeter cópia à Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no art. 35º, n.º 2, alínea o), do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12/set.

**4.1.3. C**Que a Câmara Municipal de Tomar informe a IGF, no prazo de 60 dias a contar da data de receção do presente relatório, do estado de operacionalização das recomendações efetuadas e remeta as atas dos órgãos municipais que evidenciem que foi dado conhecimento aos mesmos do presente relatório.

Inspeção-Geral de Finanças,

Chefe de Equipa

Assinado de forma  
digital por SÓNIA MARIA  
DA SILVA BARBOSA  
Dados: 2015.12.13  
20:18:08 Z



# CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL AUTÁRQUICA



---

O município cumpriu o regime legal  
de endividamento municipal e apresenta uma gestão  
orçamental e financeira equilibrada e sustentável?

Município de Tomar

Relatório n.º 2169/2015

Independência

InteGridade

ConFiança

## LISTA DE ANEXOS

	<b><u>Fls.</u></b>
Objetivos e metodologia da auditoria	<b>1 a 10</b>
Resumo das correções efetuadas na informação financeira	<b>11 a 13</b>
Reconciliação de fornecedores e empreiteiros	<b>14 a 31</b>
Reconciliação da informação relativa a empréstimos de médio e longo prazos – 2012	<b>32</b>
Balanço em 31/dez/2012 (após correções da IGF) e outra informação relevante para os indicadores	<b>33</b>
Evolução dos balanços do Município (após correções) - 2009/2012	<b>34</b>
Evolução da execução orçamental – 2009/2012	<b>35</b>
Evolução da execução orçamental – 2009/2012	<b>36</b>
Resumo da execução orçamental – 2009/2012	<b>37</b>
Controlo do equilíbrio orçamental corrente e em sentido substancial	<b>38</b>
Indicadores orçamentais	<b>39 e 40</b>
Evolução da dívida municipal	<b>41</b>
Dívida Financeira – serviço da dívida e montantes utilizados	<b>42</b>
Indicadores financeiros do Município – sua evolução	<b>43</b>
Controlo do cumprimento dos objetivos de Prazo Médio de Pagamento – PREDE -DGAL/IGF - 2009/2012 e 2013 – DGAL	<b>44 a 49</b>
Cessões de crédito por iniciativa dos fornecedores	<b>50</b>
Juros liquidados/pagos relativos a atrasos de pagamento a fornecedores – 2009/2012	<b>51</b>
Limites especiais de EL e de EMLP para 2011	<b>52 e 54</b>
Limites especiais de EL e de EMLP para 2012	<b>53 e 54</b>
Cálculo do limite de empréstimos de CP previsto na LFL – 2011	<b>55</b>
Cálculo do limite de empréstimos de CP previsto na LFL - 2012	<b>56</b>
Entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total para 2011	<b>57</b>
Entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total para 2012	<b>58</b>
Entidades reportadas pelo MT, relevantes para os limites de endividamento de 2013, via SIIAL	<b>58-A</b>
Análise do equilíbrio de contas da Escola Profissional de Tomar, Lda - 2011	<b>59</b>
Análise do equilíbrio de contas da Escola Profissional de Tomar, Lda – 2012	<b>60</b>

Síntese das entidades relevantes e dos montantes de EMLP para 2011	<b>61</b>
EMLP do Município – 2011	<b>62</b>
Síntese das entidades relevantes e dos montantes de EMLP para 2012	<b>63</b>
EMLP do Município – 2012	<b>64</b>
Síntese das entidades relevantes e dos montantes de CP para 2011	<b>61</b>
Síntese das entidades relevantes e dos montantes de CP para 2012	<b>63</b>
Síntese das entidades relevantes e dos montantes de EL para 2011	<b>65</b>
Controlo do endividamento líquido do Município – 2011	<b>66</b>
Controlo do endividamento líquido dos SMAS – 2011	<b>67</b>
Controlo do endividamento líquido da CIMT – 2011	<b>68</b>
Controlo do endividamento líquido da AMEGA – 2011	<b>69</b>
Controlo do endividamento líquido da AMPV – 2011	<b>70</b>
Síntese das entidades relevantes e dos montantes de EL para 2012	<b>71</b>
Controlo do endividamento líquido do Município – 2012	<b>72</b>
Controlo do endividamento líquido dos SMAS – 2012	<b>73</b>
Controlo do endividamento líquido da CIMT – 2012	<b>74</b>
Controlo do endividamento líquido da AMEGA – 2012	<b>75</b>
Controlo do endividamento líquido da AMPV	<b>76</b>
Ofício n.º S-001622, de 30/mai/2011, da DGAL	<b>77</b>
Despacho de delegação e subdelegação de competências, de 30/out/2009, subscrito pelo Presidente da Câmara Municipal de Tomar	<b>78 a 82</b>
Controlo da fiabilidade da informação prestada à DGAL – EL, dívidas e créditos do Município excecionados dos limites – 2011	<b>83</b>
Controlo da fiabilidade da informação prestada à DGAL – EL, dívidas e créditos do Município excecionados dos limites – 2012	<b>84</b>
Controlo da fiabilidade da informação prestada à DGAL – Empréstimos - 2011	<b>85</b>
Controlo da fiabilidade da informação prestada à DGAL – Empréstimos - 2012	<b>86</b>
Controlo do endividamento líquido do Município sem exceções – 2011 e 2012	<b>66, 72 e 87</b>
Indicadores relativos ao saneamento e reequilíbrio financeiros – 2012	<b>88</b>
Fragilidades detetadas no sistema de controlo interno e nos procedimentos contabilísticos	<b>89 e 90</b>

## OBJETIVOS E METODOLOGIA

**1.** Os **objetivos** e a **metodologia** <sup>1</sup> adotados na presente auditoria foram os seguintes:

**1.1. Avaliação da qualidade da informação constante dos documentos de prestação de contas do exercício de 2012** e, conseqüentemente, da correção da informação prestada à DGO e à DGAL, nas seguintes perspetivas:

- a)** Levantamento do sistema de controlo interno nas áreas relacionadas com o objetivo previsto neste item.
  - Utilização de questionários padronizados ( relativos a aspetos gerais, endividamento, imobilizado e existências ) para o levantamento dos procedimentos adotados e, posteriormente, realização de testes de conformidade e, sendo caso disso, substantivos.
- b)** Análise dos procedimentos contabilísticos adotados relativamente a alguns eventos concretos, designadamente, dos que não têm vindo a ser tratados pelos municípios de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis e que se refletem sobre o endividamento líquido, em especial, nas rubricas relativas a acréscimos e diferimentos.
  - Utilização de questionários padronizados ( a que já aludimos ) para o levantamento dos procedimentos adotados e, posteriormente, realização de testes de conformidade e, sendo caso disso, substantivos.
- c)** Verificação da coerência interna dos documentos de prestação de contas.
  - Com o objetivo de validar a articulação e consistência entre os vários documentos que integram a prestação de contas de cada município.
  - Utilização de uma *check list* de verificações.
- d)** Confirmação externa da credibilidade da informação constante dos documentos de prestação de contas, em especial, ao nível do passivo municipal, no ano de 2010.
  - Realização de procedimentos de circularização e reconciliação dos saldos relativos à dívida financeira ( na globalidade ) e à dívida administrativa/comercial ( neste último caso por amostragem – a cerca de 50% da dívida desta natureza -, sendo que a seleção dos fornecedores a circularizar é baseada na adoção de um conjunto de critérios relacionados o número de fornecedores e a materialidade dos créditos de cada um deles e a informação obtida no mapa designado de " Situação dos contratos " ).
- e)** Introdução, para efeitos de posterior análise da situação financeira, nos documentos de prestação de contas do município ( em especial, do balanço, mas também, sendo caso disso, noutras grandezas consideradas, designadamente para efeitos da análise do endividamento ) das correções que se mostrem adequadas face ao trabalho realizado anteriormente.
  - Apresentação dos balanços corrigidos.

**1.2. Análise da evolução da execução orçamental no quadriénio de 2009/2012**, bem como da **situação financeira do município** ( em especial na vertente de curto prazo ), **e sempre que possível**, atendendo ao período temporal em que ocorreu a auditoria, **ao final de 2013**.

- a)** Levantamento do sistema de controlo interno nas áreas relacionadas com o objetivo previsto neste item.

<sup>1</sup> Referida, apenas, quanto aos seus principais aspetos.



- Utilização de questionários padronizados ( a que já aludimos ) para o levantamento dos procedimentos adotados e, posteriormente, realização de testes de conformidade e, sendo caso disso, substantivos.

**b) Controlo e apreciação dos níveis de execução orçamental, bem como do cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental em termos substanciais.**

- Utilização de mapas de recolha de informação e de um conjunto de indicadores <sup>2</sup> que consubstanciem os aspetos a abordar no relatório.
- Verificação do **princípio do equilíbrio em sentido substancial**, através do qual se pretende aferir, no que respeita:

**☞ À execução autónoma do ano:**

- ✓ Se a receita efetivamente disponível para o exercício ( a cobrada, acrescida da eventual diferença positiva entre o saldo orçamental inicial e a dívida de CP transitada do exercício anterior ) é ou não superior à soma das despesas pagas com a variação, entre o início e o final do ano, das dívidas a terceiros de curto prazo e das originariamente de curto prazo, mas relevadas no médio e longo prazos.

**☞ À execução global no ano:**

- ✓ Se a receita efetivamente disponível no exercício ( a cobrada, acrescida do saldo orçamental inicial ) é ou não superior à soma das despesas pagas, da dívida de curto prazo do exercício e da variação, entre o início e o final do ano, das dívidas a terceiros originariamente de curto prazo, mas relevadas no médio e longo prazos.

- Na análise da **vinculação orçamental** considera-se:

☞ Por um lado, as *disponibilidades monetárias* anualmente existentes ( i.e., o *saldo inicial de operações orçamentais*, acrescido da *receita orçamental efetivamente cobrada* ) para fazer face, em cada exercício, às despesas orçamentais da Autarquia; e

☞ Por outro lado, as obrigações decorrentes de algumas *despesas obrigatórias* ( e.g., *peçoal, encargos da dívida financeira, outras dívidas a terceiros* de curto prazo que transitaram do ano anterior, bem como os *compromissos assumidos no exercício e ainda não facturados* )

**c) Apuramento - atendendo já às eventuais correções decorrentes da prossecução do objetivo a que aludimos no item 1.1. - e análise da evolução do nível global da dívida municipal, quer na vertente financeira ( designadamente, empréstimos, *leasing*, acordos atípicos celebrados, por iniciativa dos municípios, com sociedades financeiras ), quer no que respeita à administrativa/comercial.**

- Utilização de mapas de recolha e sistematização de informação.

**d) Avaliação da evolução da situação financeira do município ao longo do quadriénio, com especial ênfase numa perspetiva de curto prazo e com referência ao final do último exercício findo <sup>3</sup>.**

<sup>2</sup> Alerta-se que as conclusões de alguns indicadores adotados decorrem apenas da abordagem à execução orçamental da **Município** numa **ótica de caixa**, ou seja, atendendo somente aos seus recebimentos e pagamentos, não refletindo, por isso, a situação financeira da entidade, já que não atende, por exemplo, às outras dívidas a terceiros existentes no final de cada exercício.

<sup>3</sup> Saliente-se que é esta a única perspetiva em que a informação proporcionada pelos documentos de prestação de contas dos diversos municípios é comparável.

De facto, em termos de médio e longo prazo, da utilização de critérios distintos por parte dos vários municípios no que respeita à elaboração e valorização dos bens que integravam o seu inventário inicial, resulta uma evidente e inultrapassável, a curto/médio prazos, limitação em termos de comparabilidade da informação.

- Utilização de mapas de recolha de informação e de um conjunto de indicadores ( baseados na informação disponibilizada pela contabilidade orçamental e patrimonial das entidades e nas correções eventualmente introduzidas ), designadamente, de liquidez e de prazo médio de pagamento, que suportem e reflitam os aspetos a abordar no relatório.

☐ O apuramento do **prazo médio de pagamento- PMP-** ( cfr. infra, na alínea e), relativa ao cumprimento dos objetivos do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas do Estado - PREDE, o que se dirá sobre esta matéria ) foi efetuado **segundo duas metodologias distintas:**

- **Indicadores adotados pela IGF**, cujo conteúdo e metodologia de elaboração consta do Anexo denominado " Indicadores Financeiros do Município – Sua evolução " ( indicadores 4 a 6 );
- **Fórmula prevista na Resolução de Conselho de Ministros ( RCM ) n.º 34/2008**, publicada no DR, de 22/fev ( alterada pelo Despacho n.º 9870/2009 do Ministro das Finanças e da Administração Pública – publicado no DR, 2ª Série, de 13/Abr/2009 ), tendo sido seguidas as instruções da DGAL, que constavam de nota explicativa divulgada a acompanhar as publicações iniciais da lista com os PMP dos Municípios ( o que já não acontece mais recentemente ).

O PMP apurado de acordo com esta metodologia também foi adotado para efeito da verificação da existência de uma eventual situação de desequilíbrio conjuntural ou estrutural ( cfr. alínea e) do item 1.3. ).

**e)** Controlo do **cumprimento dos objetivos previstos no PREDE**, designadamente quanto à evolução dos prazos médios de pagamento ( PMP ) e das suas consequências ao nível da variação da taxa de juro do empréstimo do Estado.

- Cálculo do PMP desde do ano anterior ( 2008 ) ao da adesão ao PREDE até ao final de 2012.
- Utilização da, já referida, fórmula prevista na RCM n.º 34/2008.
- Todavia, para o seu apuramento, incluímos, eventuais, **correções** ( apuradas no âmbito do objetivo n.º 1.1 ) e **ajustamentos** ( que decorrem, principalmente, da metodologia adotada para recolher a informação relevante ) efetuados pela IGF na informação financeira do Município dos anos em apreço, quer em termos de dívida, quer das aquisições.

Utilização de mapas de recolha e sistematização de informação.

- Determinação dos objetivos a alcançar, em termos de redução do PMP, no ano de adesão ao PREDE ( 2009 ) e nos seguintes ( até 2012 ).
- Utilização de mapas de recolha e sistematização de informação.
- Aferição da superação/(in)cumprimento, em cada um dos anos, dos objetivos a atingir em termos de redução de PMP e indicação das respetivas consequências em termos de variação da taxa de juro do empréstimo do Estado.

**1.3. Controlo do cumprimento**, nos exercícios **de 2011, 2012 e 2013**, do quadro legal previsto na Lei das Finanças Locais ( LFL ) e nas LOE<sup>4</sup> em matéria **de endividamento municipal** ( em especial, no que respeita aos limites legais previstos para os empréstimos de curto prazo, os empréstimos de médio e longo prazos e o endividamento líquido ).

**a)** Levantamento do sistema de controlo interno nas áreas relacionadas com o objetivo previsto neste item.

<sup>4</sup> Lei do Orçamento de Estado.

- Utilização de questionários padronizados para o levantamento dos procedimentos adotados e, posteriormente, realização de testes de conformidade e substantivos.
- b) Recolha da informação prestada pelos municípios à DGAL para efeitos de acompanhamento e controlo dos limites legais de endividamento, bem como dos elementos respeitantes à análise realizada e às comunicações efetuadas por aquela entidade.
- c) Controlo do cumprimento dos limites legais de endividamento, atendendo, sendo caso disso, aos novos elementos apurados na auditoria.
- Apuramento e controlo dos **limites especiais de endividamento líquido ( EL )** e de **empréstimos de médio e longo prazos ( EMLP )** previstos, para o ano de **2011**, na Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez ( LOE\_2011 ), posteriormente alterada pela Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov .

**NOTA:** a DGAL apenas divulgou os valores dos **limites especiais de endividamento** previstos no art. 53º da LOE\_2011, ou seja, de **EL e de EMLP**, não sendo efetuada qualquer referência ao de **empréstimos de curto prazo ( ECP )**, mantendo-se, por isso, quanto a este último, o previsto na LFL ( cfr. infra ).

Os conceitos e pressupostos utilizados para apurar o EL e os EMLP relevantes para os limites legais são os que decorrem do regime legal consagrado na LFL.

☞ O **limite especial de EL de 2011** ( art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 37º, n.º 2, da LFL ) foi apurado, pela DGAL, nos seguintes termos:

- Municípios que não cumprissem, no final de 2010, o limite de EL previsto no art. 37º da LFL: Valor do EL no final de 2010 - 10% do excesso de EL naquela data face ao respetivo limite da LFL;
- Municípios que cumprissem, no final de 2010, o limite de EL previsto no art. 37º da LFL: Valor do EL no final de 2010, se fosse positivo, ou zero, no caso se ser negativo.

☞ O **limite especial de EMLP de 2011** ( art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 39º, n.º 3, da LFL ) foi apurado, pela DGAL, da seguinte forma:

- Municípios que não cumprissem, em 30/set/2010, o limite de EMLP previsto no art. 39º, n.º 2, da LFL: Stock de EMLP relevante em 30/set/2010 - 10% do excesso de EMLP existente naquela data face ao referido limite da LFL;
- Municípios que cumprissem, em 30/set/2010, o limite de EMLP previsto no art. 39º, n.º 2, da LFL: Stock de EMLP relevante em 30/set/2010 + valor atribuído no rateio ( até ao valor máximo permitido pelo limite da LFL de 2010 ).

**NOTA:** Sempre que a IGF efetuar, na sequência da auditoria e, ainda que seguindo a mesma metodologia adotada pela DGAL, correções à informação financeira com impacto nos limites de EL e de EMLP de 2011, esse limite será alterado em conformidade com o resultado do trabalho desenvolvido.

- Apuramento e controlo dos limites **especiais de endividamento líquido ( EL )** e de **empréstimos de médio e longo prazos ( EMLP )** previstos, para o ano de **2012**, na **Lei n.º 64-A/2011, de 30/dez** ( LOE\_2012 ) e no **DL n.º 32/2012, de 13/fev**.

**NOTA:** a DGAL apenas divulgou os valores dos **limites especiais de endividamento**, previstos na **Lei n.º 64-A/2011, de 30/dez**, de **EL e**

**de EMLP**, não sendo efetuada qualquer referência ao de **empréstimos de curto prazo ( ECP )**, mantendo-se, por isso, quanto a este último, o previsto na LFL ( cfr. infra ).

Os conceitos e pressupostos utilizados para apurar o EL e os EMLP relevantes para os limites legais são os que decorrem do regime legal consagrado na LFL.

☐ **O limite especial de EL de 2012** ( art. 66º da Lei n.º 64-A/2011, de 30/dez e art. 58º do DL n.º 32/2012, de 13/fev ) foi apurado, pela DGAL, nos seguintes termos:

- Municípios que não cumprissem, no final de 2011, o limite de EL previsto na LOE desse ano (art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 39º, n.º 3, da LFL): Valor do limite do EL no final de 2011 (calculado com a LOE desse ano) - 10% do excesso de EL naquela data face ao referido limite;
- Municípios que cumprissem, no final de 2011, o limite de EL previsto no art. 37º da LFL: Valor do EL no final de 2011;

☐ **O limite especial de EMLP de 2012** (art. 66º da Lei n.º 64-A/2011, de 30/dez, e art. 58º do DL n.º 32/2012, de 13/fev) resulta, segundo a DGAL, do seguinte:

- Municípios que não cumprissem, em 31/dez/2011, o limite de EMLP previsto na LOE desse ano (art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 39º, n.º 2, da LFL): Limite de EMLP no final de 2011 (calculado com a LOE desse ano) - 10% do excesso de EMLP naquela data face ao referido limite;
- Municípios que cumprissem, em 31/dez/2011, o limite de EMLP resultante da LOE desse ano: Stock de EMLP relevante no final de 2011 + Eventual valor atribuído no rateio.

**NOTA** : Sempre que a IGF efetuar, na sequência da auditoria e, ainda que seguindo a mesma metodologia adotada pela DGAL, correções à informação financeira com impacto nos limites de EL e de EMLP de 2012, esse limite será alterado em conformidade com o resultado do trabalho desenvolvido.

- Apuramento e controlo dos limites **especiais de endividamento líquido ( EL )** e de **empréstimos de médio e longo prazos ( EMLP )** previstos, para o ano de **2013**, no **art.º 98 da Lei n.º 66 -B/2012, de 31/dez** ( LOE\_2013 ).

☐ **O limite especial de EL de 2013** ( art.º 98, n.º1, da Lei n.º 66 -B/2012, de 31/dez ) resulta, segundo a DGAL, **do menor dos seguintes valores**:

- Limite de endividamento líquido de 2012
- Limite resultante do disposto do artigo 37.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2007, de 15/jan (LFL).

☐ **O limite de EMLP de 2013** é calculado segundo o art. 98º, n.º 2, da Lei n.º 66-B/2012, de 31/dez, nos termos do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15/jan (LFL).

Acresce que, segundo o art. 98º, n.º 3, da Lei n.º 66-B/2012 de 31/dez, a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada, em 2013, ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível

para cada município, aferida nos termos da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro.

- **Apuramento e controlo do limite de ECP dos exercícios de 2011 a 2013** previsto no art. 39º, n.º 1, da LFL.

☒ De acordo com aquela norma legal, o stock da dívida de EML não pode ultrapassar, em nenhum momento, 10% da soma de um conjunto de receitas nela elencadas do ano anterior

**NOTA:** A DGAL tem considerado, para o apuramento dos limites da LFL, incluindo o de ECP, o valor de receitas relativas ao FEF e IRS previsto no Orçamento de Estado do ano a que respeitam, quando, de acordo com o quadro legal, aquelas receitas são as do ano anterior ( cfr. art. 39º da LFL ).

Todavia, atendendo, por um lado, às competências atribuídas à DGAL em matéria de cálculo e comunicação dos limites legais aos municípios ( cfr., designadamente, art. 65º do DL n.º 29-A/2011 de 1/mar, e o art. 58º do DL32/2012, de 13/fev ) e de acompanhamento da posição de cada um deles nesta matéria e, por outro lado, ao objetivo de harmonização de posições entre entidades da Administração Central, a IGF adotou, nesta auditoria, os montantes da receita da natureza indicada considerados pela DGAL.

- Definição, relativamente a cada um dos exercícios anteriores, do perímetro das entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total de cada município, ou seja, o conjunto de entidades que, de acordo com o quadro legal previsto na LFL, são suscetíveis de relevar para efeitos dos limites legais de endividamento municipal nos anos de 2011 e 2012, de harmonia, em especial, com o art. 36º, n.º 2, da LFL;
- Levantamento no Município e circularização, relativamente às restantes entidades identificadas no trabalho referido no item anterior, da informação necessária ao objetivo visado, designadamente sobre o endividamento líquido, o *stock* de empréstimos de MLP e CP e o *stock* de empréstimos excecionados dos limites legais;

**NOTA:** No que respeita ao limite de endividamento refira-se que a DGAL não considera, no apuramento do endividamento líquido relevante de cada município, os saldos da conta " 2749 – Outros proveitos diferidos ".

Tal opção decorreu, segundo esclarecimentos oportunamente obtidos, apenas do facto de, na época, a maioria dos eventos registados nessa conta respeitar, incorretamente, a subsídios ao investimento, que não são considerados para apuramento do endividamento líquido.

Ora, se há data tal justificação tinha alguma aderência à realidade, ou seja, naquela conta ou estavam refletidos valores imateriais ou respeitavam a subsídios ao investimento, com o aperfeiçoamento da aplicação do princípio do acréscimo na informação contabilística elaborada pelos municípios, a referida conta passou a ser utilizada para refletir outras operações de valor relevante, designadamente antecipação de receitas, direitos de superfície e contratos de concessão.

Assim, para o limite legal apenas não é de considerar o valor de eventuais subsídios ao investimento e outras operações que tenham natureza idêntica registados nessa conta, e não, como faz a DGAL, toda e qualquer verba nela incluída, procedimento do qual é suscetível de decorrer o apuramento de um valor incorreto do endividamento líquido relevante.

Aliás, atendendo à relevância de alguns eventos contabilizados nesta conta, designadamente respeitantes às situações supra referidas, a IGF já solicitou, através da DGO, diversos esclarecimentos sobre a eventual repercussão de cada



uma das situações para o endividamento líquido, tendo-lhe sido transmitidas posições diferentes consoante a natureza dos eventos em causa.

- Verificação, no que respeita às empresas municipais abrangidas pelo referido conceito de endividamento líquido total, do cumprimento ou não da regra de equilíbrio de contas prevista no regime legal do sector empresarial local;
- Consequente determinação final do conjunto de entidades relevantes para os limites do endividamento do Município;

**NOTA:** Para o cálculo do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido de cada município inclui:

- ✓ O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no respetivo fundo patrimonial <sup>5</sup> e;
- ✓ O endividamento líquido e os empréstimos das entidades de natureza empresarial participadas, de forma direta ou indireta, pelo município, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas, no que respeita a 2011, no artigo 31.º, n.º 2, do Regime Jurídico do Sector Empresarial Local <sup>6</sup> e, quanto a 2012, no art. 40º e 41º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais <sup>7</sup>.

Assim, atendendo ao conceito de endividamento líquido total, a nossa intervenção tem necessariamente que abranger todas as participações diretas e indiretas dos municípios, independentemente da percentagem ou da materialidade da participação, exceto, a partir de 2009, no caso de empresas que nos termos do art. 6º do DL n.º 558/99, de 17/Dez, não estejam integradas no sector empresarial local ( pois estarão abrangidas pelos sectores empresariais do Estado ou das Regiões Autónomas ).

Ora, muitos municípios detêm, de forma direta, pequenas participações em empresas, que, por sua vez, participam, principalmente quando detidas maioritariamente por privados, num conjunto diversificado de outras empresas, o que inviabiliza a possibilidade efetiva de qualquer verificação com essa abrangência, numa ótica de racionalização dos recursos em face da expectativa dos resultados a obter.

De facto, seria extremamente difícil, desde logo, identificar todo o conjunto de participações indiretas dos municípios, bem como, nos casos de pequenas participações, obter a informação necessária à prossecução dos objetivos da auditoria.

Também podem surgir situações idênticas no que respeita às participações indiretas dos municípios em empresas por força da sua participação nas áreas metropolitanas e nas associações de municípios.

Acresce que, em princípio, o levantamento exaustivo dessas situações, atendendo à percentagem de participação, não seria suscetível de alterar a conclusão da auditoria em termos de cumprimento/incumprimento dos limites legais de endividamento ( o objetivo visado ).

<sup>5</sup> Embora a LFL se refira à participação do município no capital social destas entidades, as áreas metropolitanas e as associações de municípios são, nos termos das Leis n.ºs 46 e 45 de 27/Ago/2008, entes associativos de direito público ou privado, dotados de património próprio ( que inclui as contribuições dos municípios que as constituem ), não se podendo, no entanto, falar propriamente de capital social.

<sup>6</sup> Aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29/Dez, doravante designado de RJSEL.

<sup>7</sup> Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/ago ( doravante designado de RJAEPL ), que revogou a referida na nota anterior.

Assim, por razões de custo/benefício e com o objetivo de harmonizar, em todas as auditorias, o perímetro das entidades a considerar para efeitos do controlo dos limites legais, a IGF definiu um conjunto de regras, que iremos referir de seguida.

Relativamente às participações dos municípios em empresas, de forma direta ou através de subseqüentes participações indiretas, a análise incluirá:

- ✓ Todas as participações dos municípios em empresas do sector empresarial local ( ou seja, independentemente da percentagem de participação );
- ✓ Todas as participações maioritárias dos municípios ( de forma direta ou indireta );
- ✓ Nas restantes participações diretas: Apenas as superiores a 10% ( critério previsto no art. 2.º, n.ºs 2 a 4, do DL n.º 558/99, de 17/Dez, para considerar que se trata de uma empresa participada pelo Estado - participação permanente ) ou com o montante de participação igual ou superior a € 50 000.
- ✓ Nas restantes participações indiretas: Apenas as que decorrem de participações diretas maioritárias noutras empresas, adotando-se, de seguida, o critério descrito anteriormente.
- ✓ As participações em empresas que não sejam abrangidas por estes critérios, mas que estejam a ser incluídas na comunicação do município auditado à DGAL deverão ser sempre consideradas ( neste caso, principalmente se existirem dificuldades na obtenção de informação, podemos aceitar os valores comunicados ).

Por sua vez, quanto às participações indiretas em empresas por força da participação de um Município numa Área Metropolitana ou em Associação de Municípios, a análise abrangerá:

- ✓ As empresas que sejam participadas, de forma direta ou indireta, maioritariamente pela Associação de Municípios ( sendo adotado, para definir a participação no município na empresa, as percentagens que a entidade associativa indique como critério de imputação para os empréstimos e para o endividamento líquido ).

Assim, para garantir a igualdade de tratamento dos Municípios, ainda que um Município detenha diretamente alguma participação minoritária numa empresa em que também participa uma entidade associativa municipal, a percentagem correspondente a esta participação indireta só será considerada caso a participação desta última entidade na empresa seja maioritária.

Em qualquer caso, deve indicar-se tal limitação no relatório e identificar, até onde for possível, as entidades que não são consideradas na análise devido a estas opções.

- Identificação dos créditos do Município que não sejam reconhecidos por ambas as partes ( art. 36º, n.º 3, da LFL );
- Apuramento dos créditos do Município sobre os serviços municipalizados e entidades que integrem o sector empresarial local e os correspondentes débitos destas entidades, bem como confirmação destes valores por circularização com essas entidades ( art. 36º, n.º 3, da LFL ).

**NOTA:** A IGF interpreta o quadro legal, de forma coerente e sistemática, no sentido de que se o crédito do município não releva, em termos positivos, para o seu endividamento líquido, então, se a correspondente entidade devedora ( um serviço municipalizado ou uma empresa do SEL ) for incluída para apuramento do endividamento líquido total ( o que acontece sempre com os serviços

municipalizados e pode ou não acontecer com as empresas do SEL ), também a respetiva dívida não é considerada, na percentagem que o município detém ou participa nessa entidade.

De facto, não nos parece razoável que, integrando-se o endividamento líquido de uma das entidades referidas para efeitos de apuramento do respetivo limite legal do município, os créditos detidos por este sobre essas entidades não se reflectam positivamente, mas as correspondentes dívidas contribuam negativamente.

- Utilização de mapas elaborados com o objetivo de concluir, após o trabalho executado e os dados considerados pela IGF, do cumprimento ou não dos limites legais de endividamento por parte do Município;
- Conclusão quanto ao facto de se manter ou não o sentido da análise efetuada pela DGAL, face aos dados que lhe foram disponibilizados pelo Município, no que respeita ao seu comportamento em matéria de limites legais de endividamento.

**d)** Controlo da fiabilidade da informação prestada à DGAL com o objetivo indicado anteriormente, face, designadamente, aos dados provenientes dos documentos contabilísticos do município e às eventuais correções efetuadas ( em especial, no que se refere aos anos de 2011 e 2012 ), no âmbito da auditoria, à informação constante dos documentos de prestação de contas.

- Validação da informação prestada à DGAL tendo em conta a que resulta da sua contabilidade;
- Utilização de mapas destinados a comparar e apurar as divergências entre a informação prestada à DGAL e os dados constatados na auditoria realizada (designadamente, no que respeita ao conjunto de entidades relevantes para efeitos de endividamento líquido total, bem como quanto aos montantes comunicados relativamente a cada um deles).

**NOTA:** A DGAL não solicita informação relativa aos créditos detidos pelo Município sobre os SM e as entidades do SEL e os correspondentes débitos destas entidades perante o Município que, de acordo com a LFL, não relevam para efeitos de endividamento líquido, nem a informação sobre os créditos do município que não sejam reconhecidos por ambas as partes ( previsto no art. 36º, n.º 3, da LFL ).

**e)** Determinação, no final de 2012, da situação do município em termos de saneamento e reequilíbrio financeiros, atendendo aos pressupostos constantes dos art. 40.º e 41.º da Lei das Finanças Locais, bem como do DL n.º 38/2008, de 7/Mar.

- Utilização de questionário e de mapas elaborados com o objetivo de concluir sobre essas situações, cuja elaboração foi efetuada atendendo à seguinte interpretação do quadro legal:

☐ No que concerne aos indicadores previstos no art. 3º, n.º 4, al. a), e no art. 8º, n.º 1, als. a) e b), do DL 38/2008, de 7/Mar, incluímos o endividamento líquido e os EMLP de todas as entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total e que relevem para o seu apuramento, já que no diploma sobre esta matéria se fala em ultrapassagem do limites legais de endividamento.

☐ Relativamente aos indicadores previstos no art. 3º, n.º 4, al. b), e no art. 8º, n.º 1, al c), do DL 38/2008, de 7/Mar, considerámos, no numerador, todas as dívidas a terceiros do Município ( excluindo o saldo em dívida de operações de tesouraria e os *stocks* de contratos de empréstimos e de leasing ) e, no denominador, não entrámos em consideração com o saldo orçamental inicial.

☐ Quanto aos indicadores previstos no art. 3º, n.º 4, al. c), e no art. 8º, n.º 1,

al d), do DL 38/2008, de 7/Mar, incluímos, no numerador, os passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido apenas do Município e, no denominador, não entrámos em consideração com o saldo orçamental inicial.

☐ O apuramento do prazo médio de pagamento previsto no art. 3º, n.º 4, al. d), e no art. 8º, n.º 1, al e), do DL 38/2008, de 7/Mar, foi efetuado, na ausência de publicação da Portaria prevista no art. 20º daquele diploma, segundo a fórmula adotada na Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008 ( após a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 do Ministro das Finanças e da Administração Pública - publicado no DR, 2ª Série, de 13/Abr/2009 ).

☐ No que respeita ao indicador previsto no art. 8º, n.º 1, al. f), do DL 38/2008, de 7/Mar, relativo à obrigação de redução do excesso de EMLP e EL, considerámos todas as entidades relevantes em cada momento, ou seja, independentemente do conjunto de entidades englobadas quando da verificação da ultrapassagem do limite legal corresponder ou não ao que é tido em conta na data a que se reporta a análise.

**f)** Verificação, sendo caso disso, do cumprimento de alguns aspetos específicos do quadro legal previsto na LFL, em especial no que respeita à dívida de curto prazo, designadamente no art. 38.º, n.ºs 9 a 12 <sup>8</sup>.

- Utilização de questionário e realização de testes de conformidade e, sendo caso disso, substantivos.

---

<sup>8</sup> Respetivamente, procedimento a adotar quando a dívida a algum fornecedor ultrapasse o valor previsto na disposição legal indicada em primeiro lugar e proibição quer do aceite quer do saque de letras de câmbio, a concessão de avals cambiários, a subscrição de livranças, a concessão de garantias pessoais e reais, a concessão de empréstimos a entidades públicas ou privadas, a celebração de determinados tipos de contrato para consolidar dívida de curto prazo.



CORREÇÕES EFETUADAS PELA IGF NA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

ANO DE 2009

PROCEDIMENTO DE AUDITORIA		Contas a debitar		Contas a creditar		Observações/Anexos
Descrição	N.º Operação	Montantes	Designação	Montantes	Designação	
Circularização da informação com fornecedores e empreiteiros	1	4 815,61	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - Outros	5 828,97	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)	Trata-se de dívidas a fornecedores (CMT - C 4 815,61 e Mota Engil - C 1 012,96) que não se encontram refletidas na contabilidade do MT.
		1 012,96	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - FSE			
Análise da informação contabilística (Teste à conta 41 - Investimentos Financeiros)	2	3 324 766,85	Património (51)	3 561 601,38	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)	Este montante corresponde à anulação do valor reconhecido pelo Município de Tomar (MT) na conta de investimentos financeiros, respeitando ao valor inicial do património dos serviços municipalizados (SM) e aos resultados dessa entidade até ao exercício de 2008. Confrontar a fundamentação desta posição na nota a) deste quadro.
		236 834,53	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)			
		1 389,49	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)			
TOTAIS		3 568 819,44		3 568 819,44		
<p><b>A)</b> Em nesses termos, a detenção, por um município, de serviços municipalizados (SM) não constitua uma situação suscetível de ser reconhecida na conta de investimentos financeiros.</p> <p>De facto, de acordo, em especial, com os arts. 164º e 176º do Código Administrativo, os SM apresentam, nomeadamente, as seguintes características: ausência de personalidade jurídica (não são, assim, sujeitos de direito) e de autonomia patrimonial (os bens e equipamentos que lhe estão afectos pertencem ao município); possibilidade de recurso hierárquico dos actos do Conselho de Administração dos SM para a Câmara Municipal; incompetência para fixar preços e taxas (competem aos órgãos do Município); pessoal recrutado nos termos e ao abrigo do regime da função pública; cumprimento, nos termos previstos para os municípios, do regime do Código dos Contratos Públicos, e produção de efeitos em entidades empresariais.</p> <p>Adicionalmente, nos termos do DL n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (que aprovou o POA), afirma-se que "os serviços municipalizados, enquanto parte da estrutura municipal, passam a aplicar este diploma (...)", sendo acrescentado no ponto 2.3.2., que "O orçamento das autarquias locais é constituído por dois mapas: Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados (...); Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica, a que acresce os dos serviços municipalizados quando aplicável (...)".</p> <p>Refira-se, ainda, que no ponto 3.2., al. a), do POA (cf. também ponto 7.2.), relativo ao princípio da entidade contabilística, prevê-se que "Constitui entidade contabilística todo o ente público ou de direito privado que esteja obrigado a elaborar e apresentar contas de acordo com o presente Plano", sendo acrescentado, exactamente para situações como a dos SM em que não estamos perante um ente de direito público ou privado, que "Quando as estruturas organizativas e as necessidades de gestão e informação o requirem, podem ser criadas subentidades contabilísticas, desde que estejam devidamente assegurada a coordenação com o sistema central".</p> <p>Refira-se, por fim, por um lado, que, ao contrário do que se verificava no POC empresarial, os Planos de Contabilidade Pública, nomeadamente o POA, não consagram, em termos genéricos, o princípio da substância sobre a forma, e, por outro lado, que em recente documento publicado pelo SATAP/OCAL na página electrónica da Direcção-Geral das Autarquias Locais (que foi sujeito a discussão e ajustamentos pelo Conselho de Normalização Contabilística da Administração Pública), ainda que no âmbito de "Instruções para a Consolidação de Contas dos Municípios", afirma-se genericamente que os municípios não devem participação de capital nos SM (ponto 4.2.4., 4.5.5.1., al. a)), sendo, no entanto, por isso, aplicado como método de consolidação o da simples agregação (que se caracteriza, exactamente, pelo facto de não ser necessário de proceder à eliminação do investimento financeiro, já que este não ocorre).</p> <p>Em síntese, os SM estão integrados na pessoa colectiva de direito público que é o Município (trata-se de uma única e a mesma entidade), sendo os serviços municipais em sentido amplo, ainda que com uma organização autónoma dentro da administração municipal (cf. art. 168 do Código Administrativo), que apresentam uma autonomia administrativa e financeira muito mitigada (não têm autonomia plena) e sendo o seu orçamento parte integrante do do Município respectivo (e a ele anexado).</p> <p>Refira-se, ainda, que a partir de 1/01/2012, com a entrada em vigor da Lei n.º 52/2012, de 31/ago (Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais), deverá-se à manter o mesmo entendimento, pois este normativo considera que os serviços municipalizados integram a estrutura organizacional do município, apesar de possuírem uma organização autónoma (cf. arts. 8.º e 9.º).</p>						

ANO DE 2010

PROCEDIMENTO DE AUDITORIA		Contas a debitar		Contas a creditar		Observações/Anexos
Descrição	N.º Operação	Montantes	Designação	Montantes	Designação	
Circularização da informação com fornecedores e empreiteiros	1	18 722,52	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - Outros	18 722,91	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)	Trata-se de dívidas a fornecedores (CMT - € 18 722,52 e Gesinseide e Mota Engil - € 4 214,35) que não se encontram refletidas na contabilidade do MT.
		4 214,35	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - FSE	4 213,96	Outras dívidas a terceiros - fornecedores de imobilizado (261)	
Análise da informação contabilística (Teste à conta 41 - Investimentos Financeiros)	2	3 324 766,85	Património (51)	3 353 195,31	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)	Estes montantes correspondem à anulação do valor reconhecido pelo Município de Tomar (MT) na conta de investimentos financeiros, respeitando ao valor inicial do património dos serviços municipalizados (SM) e aos resultados dessa entidade em 2009 e 2010.
		236 834,53	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	208 406,07	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	
		1 389,49	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	1 389,49	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)	Este montante corresponde à anulação do valor reconhecido pelo MT na conta de investimentos financeiros relativos à sua "participação indireta" no capital da Município, SA, quando quem detém a participação direta sobre esta entidade é a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CMT), pelo que é esta que deve ter refletir contabilisticamente tal posição societária.
TOTAIS		3 585 927,74		3 585 927,74		



## ANO DE 2011

PROCEDIMENTO DE AUDITORIA		Contas a debitar		Contas a creditar		Observações/Anexos
Descrição	N.º Operação	Montantes	Designação	Montantes	Designação	
Circularização da informação com fornecedores e empreiteiros	1	27 181,89	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - Outros	48 325,07	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)	Trata-se de dívidas a fornecedores (CMT - C 27 181,89, Gesinserde - C 21 143,18 e IST - C 4 213,96) que não se encontram refletidas na contabilidade do MT.
		21 143,18	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - Juros de Mora			
		4 213,96	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - FSE	4 213,96	Outras dívidas a terceiros - fornecedores de imobilizado (261)	
Análise da informação contabilística (Teste à conta 41 - Investimentos Financeiros)	2	3 324 766,85	Património (51)	3 750 941,59	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)	Estes montantes corresponde à anulação do valor reconhecido pelo Município de Tomar (MT) na conta de investimentos financeiros, respetando ao valor inicial do património dos serviços municipalizados (SM) e aos resultados dessa entidade em 2009, 2010 e 2011.
		236 834,53	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	208 406,07	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	
		397 746,28	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)			
		1 389,49	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	1 389,49	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)	Este montante corresponde à anulação do valor reconhecido pelo MT na conta de investimentos financeiros relativos à sua "participação indireta" no capital da Município, SA, quando quem detém a participação direta sobre esta entidade é a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), pelo que é esta que deve ter refletir contabilisticamente tal posição societária.
TOTAIS		4 013 276,18		4 013 276,18		

## ANO DE 2012

PROCEDIMENTO DE AUDITORIA		Contas a debitar		Contas a creditar		Observações/Anexos	
Descrição	N.º Operação	Montantes	Designação	Montantes	Designação		
Circularização da informação com fornecedores e empreiteiros	1	167 235,42	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - Outros	965 341,39	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)	Trata-se de dívidas a diversos fornecedores c/c e fornecedores imobilizado que não se encontram refletidas na contabilidade do MT (cfr. Anexos relativos aos mapas individualizados com as diferenças apuradas de cada fornecedor e empreiteiro e o mapa resumo das diferenças apuradas em 2012).	
		613 399,52	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - Juros de Mora				
		188 920,41	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99) - FSE				4 213,96
Análise da informação contabilística (Teste à conta 41 - Investimentos Financeiros)	2	3 324 766,85	Património (51)	4 737 266,29	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)	Estes montantes corresponde à anulação do valor reconhecido pelo Município de Tomar (MT) na conta de investimentos financeiros, respetando ao valor inicial do património dos serviços municipalizados (SM) e aos resultados dessa entidade em 2009, 2010, 2011 e 2012.	
		236 834,53	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	208 406,07	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)		
		397 746,28	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)				
		986 324,70	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)				
		1 389,49	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (99)	1 389,49	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)		Este montante corresponde à anulação do valor reconhecido pelo MT na conta de investimentos financeiros relativos à sua "participação indireta" no capital da Município, SA, quando quem detém a participação direta sobre esta entidade é a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), pelo que é esta que deve ter refletir contabilisticamente tal posição societária.
Análise da informação contabilística (Teste à conta 2739 - Outros acréscimos de custos)	3	413 986,10	2739 - Outros acréscimos de custos	413 986,10	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)	Trata-se de montantes constantes da conta de Outros Acréscimos de Custos (2739) que dizem respeito a dívida de 2012 e que, pelo facto de terem dado entrada na contabilidade do MT em 2013, foram contabilizadas nesta conta.	
TOTAIS		6 330 203,30		6 330 203,30			

## SÍNTESE DO REFLEXO DAS CORREÇÕES NOS BALANÇOS DO MUNICÍPIO DOS ANOS DE 2009 A 2012 E SUA EVENTUAL RELEVÂNCIA PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E PARA O PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

ANOS	BALANÇO						ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO		PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Observações
	COMPONENTES DO BALANÇO	CONTAS	MOVIMENTOS		SALDOS		ATIVOS	PASSIVOS	DÍVIDAS	AQUISIÇÕES	
			Débito	Crédito	Devedor	Credor					
2009	PASSIVO	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)		5 828,57		5 828,57					Resultados do procedimento de reconciliação da auditoria (cf. supra)
	ATIVO	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)		3 562 990,87		3 562 990,87					
	FUNDOS PRÓPRIOS	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - Outros	4 815,61		4 815,61						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - FSE	1 012,96		1 012,96						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59)	238 224,02		238 224,02						
		Patrimônio (51)	3 324 766,85		3 324 766,85						
SUBTOTAL - 2009			3 568 819,44	3 568 819,44	3 568 819,44	3 568 819,44	0,00	0,00	0,00	0,00	
2010	PASSIVO	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)		18 722,91		18 722,91		18 722,91			Resultados do procedimento de reconciliação da auditoria (cf. supra)
		Outras dívidas a terceiros - fornecedores de imobilizado (261)		4 213,96		4 213,96		4 213,96			
	ATIVO	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)		3 354 584,80		3 354 584,80	- 3 354 584,80				
	FUNDOS PRÓPRIOS	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - Outros	18 722,52		18 722,52						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - FSE	4 214,35		4 214,35						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59)	238 224,02	208 406,07	29 817,95						
		Patrimônio (51)	3 324 766,85	3 324 766,85							
SUBTOTAL - 2010			3 583 927,74	3 583 927,74	3 377 921,67	3 377 921,67	- 3 354 584,80	22 936,87	0,00	0,00	
2011	PASSIVO	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)		48 325,07		48 325,07		48 325,07	48 325,07		Resultados do procedimento de reconciliação da auditoria (cf. supra)
		Outras dívidas a terceiros - fornecedores de imobilizado (261)		4 213,96		4 213,96		4 213,96	4 213,96		
	ATIVO	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)		3 752 331,08		3 752 331,08	- 3 752 331,08				
	FUNDOS PRÓPRIOS	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - Outros	27 181,89		27 181,89						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - Juros de Mora	21 143,18		21 143,18						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - FSE	4 213,96	4 213,96					4 213,96		
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59)	635 970,30	208 406,07	427 564,23						
Patrimônio (51)	3 324 766,85	3 324 766,85									
SUBTOTAL - 2011			4 613 276,18	4 613 276,18	3 804 870,11	3 804 870,11	- 3 752 331,08	52 939,03	52 939,03	4 213,96	
2012	PASSIVO	Outras dívidas a terceiros - fornecedores c/c (221)		1 378 927,49		1 378 927,49		965 341,39	965 341,39		Resultados do procedimento de reconciliação da auditoria (cf. supra)
		Outras dívidas a terceiros - fornecedores de imobilizado (261)		4 213,96		4 213,96		4 213,96	4 213,96		
		2739 - Outros acréscimos de custos	413 586,10		413 586,10				413 586,10		
	ATIVO	Investimentos Financeiros - Partes de Capital (411)		4 738 655,78		4 738 655,78	- 4 738 655,78				
	FUNDOS PRÓPRIOS	Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - Outros	167 235,42		167 235,42						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - Juros de Mora	613 399,52		613 399,52						
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59) - FSE	188 920,41		188 920,41					188 920,41	
		Resultado Líquido do Exercício (88) / Resultados Transitados (59)	1 622 295,00	208 406,07	1 413 888,93						
Patrimônio (51)	3 324 766,85	3 324 766,85									
SUBTOTAL - 2012			6 330 203,30	6 330 203,30	6 121 797,23	6 121 797,23	- 4 738 655,78	969 555,35	1 383 141,45	188 920,41	
Totais			17 498 226,66	17 498 226,66	16 873 008,45	16 873 008,45					

RESUMO DA RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES E EMPREITEIROS  
ANO DE 2012

Conta(s)	Nome	DÍVIDA EM 31/12/2012									
		Autarquia	SGF - Circularização								Saldo corrigido
		Saldo final (De acordo com o mapa 8.3.6.2 - Outras dívidas a 3%, que está de acordo com as contas gerais de terceiros no Balanete)	Com resposta	Sem resposta	Passivos						
					Não relevantes	Incorretamente relevados b)	Natureza (montantes a)			2739 - Outros Acréscimos de Custos	
							62 - FSE	68 - Juros de Mora	Outros		
221	ADSE	50 926,04	2 309 550,70		76 833,42				76 833,42	127 759,46	
228		2 283 738,35								2 283 738,35	
221	AMBI RESÍDUOS, GESTÃO DO AMBIENTE E RESÍDUOS,	14 527,53	15 113,21		585,68			585,68		15 113,21	
221	COMUNIDADE INTERMUNICIPAL MÉDIO TEJO	154 952,76	266 234,11		90 402,00				90 402,00	266 234,11	
2611		20 879,35									
221	CONSTRUÇÕES J.J.R. & FILHOS, S.A.	219 401,62	396 121,09		47 272,57		47 272,57			266 674,19	
2611		16 463,92									
2611	CONSTRUTORA SAN JOSÉ, SA c)	725 947,18	998 470,54							725 947,18	
221	EDP SERVIÇO UNIVERSAL,SA	310 107,26	357 970,69		47 026,50		47 026,50			357 133,76	
221	GESINSEDE - GESTÃO E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS DESPORTIVOS, LDA.	193 920,45	204 259,09		39 520,90	16 649,54		39 520,90		250 090,89	
261.1	IST - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO	307 265,53	311 479,49		4 213,96		4 213,96			311 479,49	
221	LENA - ENGENHARIA CONSTRUÇÕES, SA	17 523,17	17 523,17		0,00					17 523,17	
221	NOTA - ENGL. ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA	38 558,63	45 218,04		4 063,95		4 063,95			42 622,58	
228	PARQZ - PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE TOMAR, SA	711 722,52	6 236 393,05		561 393,05			561 393,05		1 273 115,57	
2611		400 000,00								400 000,00	
2618		4 563 277,48								4 563 277,48	
221	RESTEJO	2 153,57	132 490,15		- 15 753,76	146 090,34	- 15 753,76			132 490,15	
221	RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.	740 871,60	1 038 651,00		113 997,08	176 536,70	102 097,19	11 899,89		1 031 407,38	
221	SMAS TOMAR	884 805,16	873 995,84		74 307,52					959 112,68	
221	SUMA - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE, SA	14 361,04	14 361,04		0,00					14 361,04	
TOTAL		11 671 403,16	13 217 831,21	0,00	969 555,35	413 586,10	188 920,41	613 399,52	167 235,42	13 038 080,69	
Dívida não relevada na amostra considerada					7%						
Representatividade da Amostra relativamente ao exercício					82%						

a) Confrontar os Anexos relativos aos mapas individualizados com as diferenças apuradas de cada fornecedor e empreiteiro.

b) Valores de dívida faturada em 2012 que foram indevidamente refletidos na conta de 2739 - Outros acréscimos de custos.

c) Relativamente à Construtora San José, SA foi apurada uma dívida por reaver no MT no montante de € 275 989,25, relativa a faturação emitida pela empresa no período de 2005 e 2006. Refira-se, no entanto, que a mencionada dívida encontra-se em contencioso administrativo (Processo n.º 523/08.3 BELRA de 29/abr/2008), pelo que não existindo ainda qualquer decisão definitiva relativamente a esta situação, o MT deveria proceder ao seu refeito contabilístico em Providões para Riscos e Encargos.



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: ADSE

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Nota de reembolso n. 10241, de 29/jul/2012	11 354,80	Custos com o Pessoal	Faturas de 2012 não refletidas contabilisticamente
2	Nota de reembolso n. 11008, de 29/jul/2012	30,10	Custos com o Pessoal	Idem
3	Nota de reembolso n. 11578, de 26/ago/2012	2 653,30	Custos com o Pessoal	Idem
4	Nota de reembolso n. 12002, de 23/set/2012	7 579,30	Custos com o Pessoal	Idem
5	Nota de reembolso n. 12580, de 23/set/2012	207,81	Custos com o Pessoal	Idem
6	Nota de reembolso n. 13804, de 28/out/2012	6 461,84	Custos com o Pessoal	Idem
7	Nota de reembolso n. 14308, de 25/nov/2012	6 844,39	Custos com o Pessoal	Idem
8	Nota de reembolso n. 14853, de 25/nov/2012	1 515,60	Custos com o Pessoal	Idem
9	Nota de reembolso n. 15382, de 29/dez/2012	11,25	Custos com o Pessoal	Idem
10	Nota de reembolso n. 15623, de 30/dez/2012	6 805,63	Custos com o Pessoal	Idem
11	Nota de reembolso n. 16215, de 30/dez/2012	46,60	Custos com o Pessoal	Idem
12	Nota de reembolso n. 6214, de 29/abr/2012	19 614,70	Custos com o Pessoal	Faturas de 2012 refletidas contabilisticamente em 2013
13	Nota de reembolso n. 7678, de 29/mai/2012	5 595,90	Custos com o Pessoal	Idem
14	Nota de reembolso n. 8711, de 28/jun/2012	7 817,50	Custos com o Pessoal	Idem
15	Nota de reembolso n. 9078, de 28/jun/2012	294,70	Custos com o Pessoal	Idem
<b>TOTAL</b>		<b>76 833,42</b>		

MUNICÍPIO DE TOMAR



## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: AMBI RESÍDUOS, GESTÃO DO AMBIENTE E RESÍDUOS,

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Nota de débito nº 4, de 30/abr/2012	585,68	Juros de Mora	
<b>TOTAL</b>		<b>585,68</b>		



## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL MÉDIO TEJO

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Nota de Débito n.º 20090178, de 2009	114,48	Custos (63/69)	Nota de débito ainda não refletida contabilisticamente pelo MT, encontra-se nos serviços para conferência.
2	Nota de Débito n.º 20090221, de 2009	4 589,07	Custos (63/69)	Idem
3	Nota de Débito n.º 20090302, de 2009	112,06	Custos (63/69)	Idem
4	Nota de Débito n.º 20100127, de 2010	126,18	Custos (63/69)	Idem
5	Nota de Débito n.º 20100195, de 2010	3 501,00	Custos (63/69)	Idem
6	Nota de Débito n.º 20100309, de 2010	94,59	Custos (63/69)	Idem
7	Nota de Débito n.º 20100395, de 2010	93,22	Custos (63/69)	Idem
8	Nota de Débito n.º 2010000045, de 2010	14 907,53	Custos (63/69)	Nota de débito de 25/mar/2010, remetida ao MT, através do ofício n.º 264/2010, de 9/abr/2010, mas não recebida na Autarquia.
9	Nota de Débito n.º 20110041, de 2011	101,34	Custos (63/69)	Nota de débito ainda não refletida contabilisticamente pelo MT, encontra-se nos serviços para conferência.
10	Nota de Débito n.º 20110081, de 2011	8 856,75	Custos (63/69)	Idem
11	Nota de Débito n.º 20110114, de 2011	3 785,62	Custos (63/69)	Idem
12	Nota de Débito n.º 20110139, de 2011	1 653,00	Custos (63/69)	Idem
13	Nota de Débito n.º 20110149, de 2011	96,19	Custos (63/69)	Idem
14	Nota de Débito n.º 20110254, de 2011	7 242,32	Custos (63/69)	Idem
15	Nota de Débito n.º 20110282, de 2011	492,00	Custos (63/69)	Idem
16	Nota de Débito n.º 20110303, de 2011	93,82	Custos (63/69)	Idem
17	Nota de Débito n.º 20110324, de 2011	1 660,53	Custos (63/69)	Idem
18	Nota de Débito n.º 20110361, de 2011	801,02	Custos (63/69)	Idem
19	Nota de Débito n.º 20110372, de 2011	95,65	Custos (63/69)	Idem
20	Nota de Débito n.º 20110381, de 2011	321,61	Custos (63/69)	Idem
21	Nota de Débito n.º 20110389, de 2011	1 982,04	Custos (63/69)	Idem
22	Nota Débito nº 20120021, jan 2012	35,41	Custos (63/69)	Idem
23	Nota Débito nº 20120098, mai 2012	1 791,84	Custos (63/69)	Idem
24	Nota Débito nº 20120110, mai 2012	762,41	Custos (63/69)	Idem



## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL MÉDIO TEJO

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
25	Nota Débito nº 20120121, mai 2012	3 392,88	Custos (63/69)	Idem
26	Nota Débito nº 20120178, jun 2012	1 111,50	Custos (63/69)	Idem
27	Nota Débito nº 20120182, jun 2012	78,50	Custos (63/69)	Idem
28	Nota Débito nº 20120186, jun 2012	87,18	Custos (63/69)	Idem
29	Nota Débito nº 20120195, jun 2012	83,57	Custos (63/69)	Idem
30	Nota Débito nº 20120206, jun 2012	7 239,16	Custos (63/69)	Idem
31	Nota Débito nº 20120217, jun 2012	147,67	Custos (63/69)	Idem
32	Nota Débito nº 20120228, jun 2012	10 027,66	Custos (63/69)	Idem
33	Nota Débito nº 20120241, jun 2012	243,39	Custos (63/69)	Idem
34	Nota Débito nº 20120281, jul 2012	21,19	Custos (63/69)	Idem
35	Nota Débito nº 20120287, jul 2012	910,99	Custos (63/69)	Idem
36	Nota Débito nº 20120291, jul 2012	344,39	Custos (63/69)	Idem
37	Nota Débito nº 20120295, jul 2012	87,18	Custos (63/69)	Idem
38	Nota Débito nº 20120304, jul 2012	800,99	Custos (63/69)	Idem
39	Nota Débito nº 20120332, ago 2012	689,59	Custos (63/69)	Idem
40	Nota Débito nº 20120340, ago 2012	5 579,46	Custos (63/69)	Idem
41	Nota Débito nº 20120346, ago 2012	174,35	Custos (63/69)	Idem
42	Nota Débito nº 20120350, ago 2012	383,58	Custos (63/69)	Idem
43	Nota Débito nº 20120354, ago 2012	915,35	Custos (63/69)	Idem
44	Nota Débito nº 20120375, set 2012	97,57	Custos (63/69)	Idem
45	Nota Débito nº 20120470, nov 2012	1 476,74	Custos (63/69)	Idem
46	Nota Débito nº 20120476, nov 2012	39,23	Custos (63/69)	Idem
47	Nota Débito nº 20120510, dez 2012	246,28	Custos (63/69)	Idem
48	Nota Débito nº 20120521, dez 2012	1 070,27	Custos (63/69)	Idem
49	Nota Débito nº 20120532, dez 2012	800,99	Custos (63/69)	Idem
50	Nota Débito nº 20120543, dez 2012	95,56	Custos (63/69)	Idem
51	Nota Débito nº 20120551, dez 2012	947,10	Custos (63/69)	Idem
<b>TOTAL</b>		<b>90 402,00</b>		



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: CONSTRUÇÕES J.J.R. &amp; FILHOS, S.A.

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Fatura n. 120200105, de 12/nov/2012	7 708,50	62-FSE	Faturas de 2012 refletidas contabilisticamente em 2013
2	Fatura n. 120200107, de 19/nov/2012	16 643,44	62- FSE	Faturas de 2012 refletidas contabilisticamente em 2013
3	Fatura n.º 120200112, de 23/nov/2012	6 906,54	62 - FSE	Faturas de 2012 refletidas contabilisticamente em 2013
4	Fatura n. º120200114, de 23/nov/2012	11 954,25	62 -FSE	Faturas de 2012 refletidas contabilisticamente em 2013
5	Fatura n. º 122100297, de 30/nov/2012	4 059,84	62 - FSE	Faturas de 2012 refletidas contabilisticamente em 2013
<b>TOTAL</b>		<b>47 272,57</b>		



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: CONSTRUCTORA SAN JOSÉ, SA

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	003FE/05-0129, de 30/nov/2005	63 634,83	Imobilizado	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
2	003FE/05 - 130, de 30/nov/2005	61 317,97	Imobilizado	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
3	003FE/05-131, de 30/nov/2005	27 042,94	Imobilizado	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
4	003FE/05-132, de 30/nov/2005	2 365,57	Imobilizado	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
5	003FE/05-133, de 30/nov/2005	21 247,99	Imobilizado	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
6	003FE/06- 0083, de 22/set/2006	100 370,95	Imobilizado	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
<b>TOTAL</b>		<b>275 980,25</b>		



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: EDP SERVIÇO UNIVERSAL,SA

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Documentos Diversos	47 026,50	Custos - FSE	Segundo explicações do MT "Esta diferença refere-se a faturas de 2012 lançadas em 2013".
<b>TOTAL</b>		<b>47 026,50</b>		
<b>Observações:</b> Foi ainda identificada uma diferença para menos no MT em relação ao saldo da EDP-Serviço Universal,SA, no montante de € 836,93 que, segundo explicações do MT, tal pode respeitar a "(...) a notas de debito de juros que não se encontram na Divisão Financeira.", não existindo porém qualquer comprovativo. Assim, a IGF optou por não entrar em consideração com o referido montante, devendo, no entanto, os serviços do MT proceder à clarificação e eventual correção da diferença em causa.				



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

**Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012**Terceiro: **GESINSERDE - GESTÃO E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS DESPORTIVOS, LDA.**

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Faturas de nov e dez de 2012, relativas a serviços de limpeza	16 649,54	62 - FSE	Faturas refletidas na contabilidade, em 2012, na conta 2739 - Outros Acréscimos de Custos.
2	Nota lançamento N.º2, de 21/mar/2011	4 842,26	68 - Juros de Mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
3	Nota lançamento N.º3, de 21/mar/2011	3 638,16	Idem	Idem
4	Nota lançamento N.º5, de 19/abr/2011	985,92	Idem	Idem
5	Nota lançamento N.º6, de 19/abr/2011	585,91	Idem	Idem
6	Nota lançamento N.º7, de 17/mai/2011	575,96	Idem	Idem
7	Nota lançamento N.º8, de 17/mai/2011	950,84	Idem	Idem
8	Nota lançamento N.º9, de 17/mai/2011	54,20	Idem	Idem
9	Nota lançamento N.º12, de 15/jul/2011	459,69	Idem	Idem
10	Nota lançamento N.º13, de 15/jul/2011	704,87	Idem	Idem
11	Nota lançamento N.º15, de 19/jul/2011	389,27	Idem	Idem
12	Nota lançamento N.º16, de 19/jul/2011	836,04	Idem	Idem
13	Nota lançamento N.º17, de 23/ago/2011	984,12	Idem	Idem
14	Nota lançamento N.º18, de 13/ago/2011	402,26	Idem	Idem
15	Nota lançamento N.º20, de 20/set/2011	1 001,11	Idem	Idem
16	Nota lançamento N.º21, de 20/set/2011	459,95	Idem	Idem
17	Nota lançamento N.º23, de 20/out/2011	1 088,44	Idem	Idem
18	Nota lançamento N.º24, de 20/out/2011	369,10	Idem	Idem
19	Nota lançamento N.º27, de 22/nov/2011	1 006,92	Idem	Idem
20	Nota lançamento N.º28, de 22/nov/2011	416,21	Idem	Idem
21	Nota lançamento N.º29, de 31/dez/2011	1 054,07	Idem	Idem
22	Nota lançamento N.º30, de 31/dez/2011	337,88	Idem	Idem
23	Nota lançamento N.º 31 de 06/fev/2012	1 040,09	Idem	Idem



## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

### Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: **GESINSERDE - GESTÃO E INOVAÇÃO NOS SERVIÇOS DESPORTIVOS, LDA.**

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
24	Nota lançamento N.º 32 de 06/fev/2012	352,05	Idem	Idem
25	Nota lançamento N.º 33 de 29/fev/2012	937,99	Idem	Idem
26	Nota lançamento N.º 34 de 29/fev/2012	461,81	Idem	Idem
27	Nota lançamento N.º 35 de 20/mar/2012	906,83	Idem	Idem
28	Nota lançamento N.º 36 de 20/mar/2012	495,22	Idem	Idem
29	Nota lançamento N.º 39 de 18/abr/2012	998,50	Idem	Idem
30	Nota lançamento N.º 40 de 18/abr/2012	531,25	Idem	Idem
31	Nota lançamento N.º 41 de 30/mai/2012	841,92	Idem	Idem
32	Nota lançamento N.º 42 de 30/mai/2012	553,25	Idem	Idem
33	Nota lançamento N.º 43 de 13/jul/2012	862,66	Idem	Idem
34	Nota lançamento N.º 44 de 13/jul/2012	634,26	Idem	Idem
35	Nota lançamento N.º 45 de 26/jul/2012	919,21	Idem	Idem
36	Nota lançamento N.º 46 de 26/jul/2012	647,20	Idem	Idem
37	Nota lançamento N.º 47 de 17/ago/2012	1 088,57	Idem	Idem
38	Nota lançamento N.º 48 de 17/ago/2012	600,92	Idem	Idem
39	Nota lançamento N.º 49 de 25/set/2012	1 146,53	Idem	Idem
40	Nota lançamento N.º 50 de 25/set/2012	535,21	Idem	Idem
41	Nota lançamento N.º 51 de 21/nov/2012	1 022,13	Idem	Idem
42	Nota lançamento N.º 52 de 21/nov/2012	579,06	Idem	Idem
43	Nota lançamento N.º 53 de 21/nov/2012	1 108,19	Idem	Idem
44	Nota lançamento N.º 54 de 21/nov/2012	538,37	Idem	Idem
45	Nota lançamento N.º 55 de 28/dez/2012	1 043,58	Idem	Idem
46	Nota lançamento N.º 56 de 28/dez/2012	532,92	Idem	Idem
<b>TOTAL</b>		<b>56 170,44</b>		





MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: IST - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Nota de débito n.º 06.10 de 08/jun/2010	2 169,00	62 - Fornecimentos e Serviços Externos	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
2	Nota de débito n.º 06.011 de 08/jun/2010	1 599,38	62 - Fornecimentos e Serviços Externos	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
3	Nota de débito n.º 06.012 de 08/jun/2010	445,58	62 - Fornecimentos e Serviços Externos	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
<b>TOTAL</b>		<b>4 213,96</b>		


**RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES**
**MUNICÍPIO DE TOMAR**
**Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012**
**Terceiro: MOTA - ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SA**

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Doc. N.º 3200004733 de 31/out/2012	19,56	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
2	Doc. N.º 3200005054 de 26/nov/2012	38,24	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
3	Doc. N.º 3200005196 de 30/nov/2012	58,34	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
4	Doc. N.º 3200005197 de 30/nov/2012	16,89	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
5	Doc. N.º 3200005468 de 31/dez/2012	32,73	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
6	Doc. N.º 3200005469 de 31/dez/2012	118,07	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
7	Doc. N.º 3200003646 de 20/ago/2012	99,65	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
8	Doc. N.º 3200004044 de 18/set/2012	120,07	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
9	Doc. N.º 3200004217 de 30/set/2012	92,89	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
10	Doc. N.º 3200004347 de 10/out/2012	258,67	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
11	Doc. N.º 3200004420 de 16/out/2012	121,71	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
12	Doc. N.º 3200004421 de 16/out/2012	1 871,03	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
13	Doc. N.º 3200004544 de 23/out/2012	66,28	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
14	Doc. N.º 3200004657 de 29/out/2012	50,06	62-FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
15	Doc. N.º 3200004731 de 31/out/2012	86,41	62 - FSE	Documento refletido contabilisticamente em 2013.
16	Doc. N.º 1000000087, de 30/set/1996	128,29	63 - FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
17	Doc. N.º 1000000087, de 30/set/1996	43,58	62 - FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
18	Doc. N.º 1000000088, de 4/abr/1997	45,05	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
19	Doc. N.º 1000000089, de 11/abr/1997	22,14	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
20	Doc. N.º 1000000090, de 18/abr/1997	37,55	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
21	Doc. N.º 1000000091, de 18/abr/1997	- 71,35	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
22	Doc. N.º 1000000092, de 30/nov/2001	672,42	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
23	Doc. N.º 1000000093, de 22/abr/2002	- 0,01	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
24	Doc. N.º 1000000094, de 31/jul/2002	- 123,44	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
25	Doc. N.º 1000000095, de 18/dez, de 2002	121,36	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
26	Doc. N.º 1000000096, de 5/jan/2004	65,88	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
27	Doc. N.º 2600000214, de 16/jan/2009	71,49	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
28	Doc. N.º 2600000214, de 16/jan/2010	0,39	62-FSE	Não se encontra refletida contabilisticamente no MT
<b>TOTAL</b>		<b>4 063,95</b>		



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: PARQT - PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE TOMAR, SA

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Fatura n. 47, de 127jan/2012	9 618,04	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
2	Fatura n.º 49 , de 23/jan/2012	17 440,10	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
3	Fatura n.º 50, de 9/fev/2012	33 274,18	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
4	Fatura n.º 51, de 22/mar/2012	68 994,75	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
5	Fatura n.º 52, de 3/mai/2012	65 537,53	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
6	Fatura n. 53, de 11/jun/2012	60 856,27	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
7	Fatura n.º 54, de 21/jun72012	15 604,17	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
8	Fatura n.º 55, de 6/ago/2012	70 848,74	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
9	Fatura n.º 57, de 24/out/2012	121 107,15	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
10	Fatura n.º 58, de 27/dez/2012	98 112,12	68- Juros de mora	Documento ainda não refletido na contabilidade do MT.
<b>TOTAL</b>		<b>561 393,05</b>		



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: RESITEJO

	Descrição do documento e respectiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspectos Gerais
1	Fatura A nº 292, de 1-10-2012	48 696,78	62 - FSE	Faturas refletidas na contabilidade, em 2012, na conta 2739 - Outros Acréscimos de Custos
2	Fatura A nº 328, de 5-11-2012	48 696,78	62 - FSE	
3	Fatura A nº 357, de 4-12-2012	48 696,78	62 - FSE	
4	Nota crédito nº 86, de 18-12-2012	- 10 324,93	62 - FSE	Notas de crédito de 2012, apenas refletidas na contabilidade do MT em 2013.
5	Nota crédito nº 97, de 31-12-2012	- 5 428,83	62 - FSE	
<b>TOTAL</b>		<b>130 336,58</b>		



# RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

MUNICÍPIO DE TOMAR

## Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	FC13-00628, de 31/ago/2012	15 744,05	62-FSE	Faturas refletidas na contabilidade, em 2012, na conta 2739 - Outros Acréscimos de Custos
2	FC13-00629, de 31/ago/2012	15 744,05	62-FSE	Idem
3	FC13-00630, de 30/set/2012	15 744,05	62-FSE	Idem
4	FC13-00631, de 31/out/2012	15 774,05	62-FSE	Idem
5	NCC13-00026, de 19/12/2012	- 30,00	62-FSE	Idem
6	FC13-00671, de 31/ago/2012	15 744,05	62-FSE	Idem
7	FC13-01400, de 30/nov/2012	1 971,58	62-FSE	Idem
8	FC13-01402, de 15/out/2012	2 411,03	62-FSE	Idem
9	FC13-01403, de 15/out/2012	1 756,12	62-FSE	Idem
10	FC13-01404, de 15/out/2012	88,70	62-FSE	Idem
11	FC13-01405, de 15/nov/2012	2 385,05	62-FSE	Idem
12	FC13-01406, de 15/nov/2012	1 811,42	62-FSE	Idem
13	FC13-01407, de 15/nov/2012	18,70	62-FSE	Idem
14	FC13-01408, de 15/nov/2012	9 551,60	62-FSE	Idem
15	FC13-01409, de 15/nov/2012	13 823,85	62-FSE	Idem
16	FC13-01410, de 18/dez/2012	45,15	62-FSE	Idem
17	FC13-01411, de 15/nov/2012	3 875,15	62-FSE	Idem
18	FC13-01412, de 15/nov/2012	2 084,95	62-FSE	Idem
19	FC13-01413, , de 15/nov/2012	15 512,40	62-FSE	Idem
20	FC13-01414, de 15/nov/2012	135,95	62-FSE	Idem
21	FC13-01415, de 15/dez/2012	5 283,25	62-FSE	Idem
22	FC13-01416, de 15/dez/2012	8 116,75	62-FSE	Idem
23	FC13-01417, de 15/dez/2012	2 610,00	62-FSE	Idem
24	FC13-01418, de 15/dez/2012	1 277,50	62-FSE	Idem
25	FC13-01419, de 15/dez/2012	9 315,25	62-FSE	Idem
26	FC13-03338, de 31/dez/2012	15 744,05	62-FSE	Idem
27	FC13-00179, de 12/jun/2012	110,00	62-FSE	Faturas de 2012 refletidas contabilisticamente em 2013



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
28	FC13-00628, de 31/ago/2012	3 621,13	62-FSE	Idem
29	FC13-00629, de 31/ago/2012	3 621,13	62-FSE	Idem
30	FC13-00630, de 30/set/2012	3 621,13	62-FSE	Idem
31	FC13-00631, de 31/Out/2012	3 628,03	62-FSE	Idem
32	NCC13-00026, de 19/12/2012	- 6,90	62-FSE	Idem
33	FC13-00671, de 31/ago/2012	3 621,13	62-FSE	Idem
34	FC13-01409, de 15/nov/2012	5,40	62-FSE	Idem
35	FC13-03338, de 31/dez/2012	2 975,63	62-FSE	Idem
36	FC13-00180, de 12/jun/2012	110,00	62-FSE	Idem
37	FC13-00181, de 12/jun/2012	110,00	62-FSE	Idem
38	FC13-00182, de 12/jun/2012	110,00	62-FSE	Idem
39	FC13-00183, de 13/jun/2012	110,00	62-FSE	Idem
40	FC13-00184, de 12/jun/2012	110,00	62-FSE	Idem
41	FC13-00185, de 12/jun/2012	110,00	62-FSE	Idem
42	FC13-00186, de 13/jun/2012	110,00	62-FSE	Idem
43	FC13-00398, de 14/dez/2012	150,00	62-FSE	Idem
44	FC13-00399, de 14/dez/2012	150,00	62-FSE	Idem
45	FC13-00400, de 14/dez/2012	150,00	62-FSE	Idem
46	FC13-00401, de 14/dez/2012	150,00	62-FSE	Idem
47	FC13-00402, de 14/dez/2012	150,00	62-FSE	Idem
48	NCC13-00022, de 27/nov/2012	- 1 936,52	62-FSE	Idem
49	NCC13-00023, de 27/nov/2012	- 1 936,52	62-FSE	Idem
50	NCC13-00024, de 27/nov/2012	- 1 936,52	62-FSE	Idem
51	NCC13-00025, de 27/nov/2012	- 1 936,52	62-FSE	Idem
52	NCC13-00031, de 27/nov/2012	- 1 936,52	62-FSE	Idem
53	NCC13-00050, de 14/dez/2012	- 58,35	62-FSE	Idem
54	FC13-01420, de 15/dez/2012	83,25	62-FSE	Idem
55	FC13-01713, de 14/dez/2012	300,00	62-FSE	Idem
56	FC13-02053, de 15/set/2012	91,58	62-FSE	Idem
57	FC13-02054, de 30/nov/2012	1 081,84	62-FSE	Idem
58	FC13-02056, de 30/nov/2012	215,05	62-FSE	Idem
59	FC13-02058, de 30/nov/2012	2 160,17	62-FSE	Idem
60	FC13-02059, de 30/nov/2012	445,23	62-FSE	Idem





## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A.

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
61	FC13-02060, de 30/nov/2012	7 901,35	62-FSE	Idem
62	FC13-02061, de 30/nov/2012	1 685,57	62-FSE	Idem
63	FC13-02063, de 30/nov/2012	7 173,58	62-FSE	Idem
64	FC13-02065, de 30/nov/2012	1 341,45	62-FSE	Idem
65	FC13-02067, de 30/nov/2012	3 891,86	62-FSE	Idem
66	FC13-02069, de 30/nov/2012	1 740,50	62-FSE	Idem
67	FC13-02261, de 15/set/2012	2 401,00	62-FSE	Idem
68	FC13-02262, de 15/set/2012	2 205,00	62-FSE	Idem
69	FC13-02263, de 15/set/2012	14,00	62-FSE	Idem
70	FC13-02264, de 15/set/2012	1 456,00	62-FSE	Idem
71	FC13-02266, de 15/out/2012	7,00	62-FSE	Idem
72	FC13-02267, de 15/out/2012	14,00	62-FSE	Idem
73	FC13-02268, de 30/nov/2012	1 449,00	62-FSE	Idem
74	FC13-02269, de 30/nov/2012	21,00	62-FSE	Idem
75	FC13-02730, de 31/dez/2012	7 432,05	62-FSE	Idem
76	FC13-02762, de 30/nov/2012	6 234,60	62-FSE	Idem
77	FC13-02763, de 30/nov/2012	3 193,45	62-FSE	Idem
78	FC13-02764, de 30/nov/2012	135,95	62-FSE	Idem
79	FC13-02765, de 30/nov/2012	11 320,00	62-FSE	Idem
80	FC13-02766, de 30/nov/2012	4 278,80	62-FSE	Idem
81	FC13-02767, de 30/nov/2012	1 756,20	62-FSE	Idem
82	FC13-02768, de 30/nov/2012	346,50	62-FSE	Idem
83	FC13-02769, de 30/nov/2012	3 192,60	62-FSE	Idem
84	FC13-02771, de 30/nov/2012	700,35	62-FSE	Idem
85	FC13-02772, de 30/nov/2012	10 498,70	62-FSE	Idem
86	FC13-02775, de 30/nov/2012	3 448,80	62-FSE	Idem
87	FC13-03329, de 15/dez/2012	1 377,73	62-FSE	Idem
88	FC13-03330, de 15/dez/2012	1 032,22	62-FSE	Idem
89	NCC13-00110, de 31/dez/2012	- 1 871,97	62-FSE	Idem
90	ND A/00191, 31/jul/2012	4 940,08	68 - Juros de Mora	Nota de débito ainda não refletida contabilisticamente no MT
91	ND A/00192, de 31/jul/2012	217,78	68 - Juros de Mora	Nota de débito ainda não refletida contabilisticamente no MT
92	ND A/00376, de 31/dez/2012	6 742,03	68 - Juros de Mora	Nota de débito ainda não refletida contabilisticamente no MT
93	ND A/00379, de 31/dez/2012	367,05	62 - FSE	Nota de débito ainda não refletida contabilisticamente no MT
<b>TOTAL</b>		<b>290 535,78</b>		
<b>Observações:</b> Para além desta diferença persiste uma outra, também para menos no MT, no total de € 2 794,53, que não obstante os esforços desenvolvidos (por parte da IGF e dos serviços da Autarquia) não foi possível esclarecer.				



MUNICÍPIO DE TOMAR

## RECONCILIAÇÃO DE FORNECEDORES

Identificação dos passivos não relevados a 31 DEZ 2012

Terceiro: SMAS TOMAR

	Descrição do documento e respetiva data	Valor	Observações	
			Natureza da Dívida (Imob / Custos / Outra)	Aspetos Gerais
1	Faturas diversas	74 307,52	62-FSE	Faturas refletidas na contabilidade, em 2012, na conta 2739 - Outros Acréscimos de Custos
<b>TOTAL</b>		<b>74 307,52</b>		
<b>Observações:</b> Foi ainda identificada uma diferença para mais no MT no montante de € 85 116,84 que decorre, segundo explicações dos seus serviços, do método utilizado pela Autarquia para contabilização da dívida aos SMAS.				

RECONCILIAÇÃO DA INFORMAÇÃO RELATIVA A EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

ANO DE 2012

Un: euro

Conta da contabilidade patrimonial	Instituição Financeira	Número do contrato	Data do contrato	Finalidade	CAPITAL EM DÍVIDA EM 31/12/2012				
					Extractos c/c	Circularização		Valores a considerar pela IGF	Diferenças entre IGF / extractos
						Com resposta a)	Sem resposta a)		
					(1)	(2)	(3)	(4)=(2) V (3)	(5)=(4)-(1)
2312111	CGD	E011	07-10-1998	Financiamento Investimentos incluídos no P.A.	550 613,96	550 613,96		550 613,96	0,00
2312111	CGD	E013	24-03-2000	Empréstimo saneamento financeiro	1 759 785,31	1 759 785,31		1 759 785,31	0,00
2312112	CGD	E014	27-07-2001	Linha Crédito DL 38-C/01, de 8/fev ( bonificado)	1 225 268,87	1 225 268,87		1 225 268,87	0,00
2312112	CGD	E015	27-07-2001	Linha Crédito DL 38-C/01, de 8/fev ( não bonificado)	2 252 800,08	2 252 800,08		2 252 800,08	0,00
2312112	CGD	E018	02-10-2002	Complementar candidatura não aprovada Med.1.6	1 034 859,03	1 034 859,03		1 034 859,03	0,00
2312112	BPI	E019	10-12-2002	Complementar a candidatura aprovada e não homologada Med. 1.6	1 682 799,09	1 682 799,09		1 682 799,09	0,00
2312112	BPI	E020	10-12-2002	Complementar a candidatura aprovada no âmbito QCA III	818 549,97	818 549,97		818 549,97	0,00
2312112	BPI	E021	17-02-2000	Empréstimo Investimento P.A.	1 366 234,76	1 366 234,76		1 366 234,76	0,00
2312111	BCP Millenium	E022	01-09-2003	Complementar para obras do 2.º triénio do QCA III	414 732,60		414 732,00	414 732,60	0,00
2312111	CGD	E023	22-11-2004	Ampliação e remodelação do Pavilhão Municipal	669 130,68	669 130,68		669 130,68	0,00
2312111	CGD	E024	02-12-2005	Complementar de obras candidatas	710 259,82	710 259,82		710 259,82	0,00
2312111	BES	E025	13-11-2006	Conservação corrente da Rede Viária	1 023 397,75	1 023 397,75		1 023 397,75	0,00
2312112	BPI	E027	14-11-2008	Contrato - Programa Intempéries 2006	583 945,99	583 945,99		583 945,99	0,00
2312111	BPI	E028	14-11-2008	Componente não excecionada	2 426 544,02	2 426 544,02		2 426 544,02	0,00
2312111	DGTF	E029	06-04-2009	PREDE - ESTADO	1 996 611,00	1 996 611,00		1 996 611,00	0,00
2312111	CGD	E030	13-03-2009	PREDE - CGD	936 959,83	936 959,83		936 959,83	0,00
2312112	BPI	E031	11-11-2009	Rede Escolar	488 749,77	488 749,77		488 749,77	0,00
TOTAL					19 941 242,53	19 526 509,93	414 732,00	19 941 242,53	0,00
SOMA DE CONTROLO						19 941 241,93			
REPRESENTATIVIDADE DAS RESPOSTAS EM VALOR						98%			

## EVOLUÇÃO DE BALANÇOS NO QUADRIÉNIO 2009-2012 (BALANÇOS DE 2012 CORRIGIDOS PELA SIF) E OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA OS INDICADORES

Código das contas POCAL	ATIVO	2012				2011	2010	2009
		AB	AP	AL			AL	AL
	<b>Imobilizado:</b>							
451	Bens de domínio público:							
452	Terrenos e recursos naturais	1 502 882,71		1 502 882,71	1 493 992,47	1 345 981,05	1 127 428,64	
453	Edifícios	36 000,00	7 451,25	28 548,75	30 348,75	32 148,75	18 948,75	
454	Outras construções e infra-estruturas	50 401 584,26	17 475 053,71	32 926 530,55	30 316 352,93	31 440 633,46	31 927 803,53	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			0,00				
459	Outros bens de domínio público	11 482,59	8 376,83	3 105,76	3 303,16	3 500,56	3 699,76	
445	Imobilizações em curso	2 761 756,88		2 761 756,88	6 327 899,16	2 998 988,78	6 219 317,77	
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público			0,00				
	<b>Bens do domínio público - correções autónomas</b>							
		54 713 706,44	17 490 881,79	37 222 824,65	38 171 896,47	35 821 252,60	39 297 198,45	
431	<b>Imobilizações incorpóreas:</b>							
432	Despesas de instalação	1 308 618,45	840 204,28	468 414,17	578 407,94	548 531,85	598 294,78	
433	Despesas de investigação e de desenvolvimento	785 135,27	697 581,74	87 553,53	103 538,26	116 111,39	119 276,38	
443	Propriedade industrial e outros direitos	1 046 924,74		1 046 924,74	1 046 924,74	595 076,65	552 935,06	
449	Imobilizações em curso			0,00				
	<b>Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas</b>							
		3 140 678,46	1 537 786,02	1 602 892,44	1 728 870,94	1 259 719,89	1 270 506,22	
421	<b>Imobilizações corpóreas:</b>							
422	Terrenos e recursos naturais	10 880 493,64		10 880 493,64	10 769 523,04	10 639 773,88	10 632 072,76	
423	Edifícios e outras construções	55 004 464,12	5 766 462,27	49 238 001,85	30 345 263,75	27 324 421,95	22 420 161,96	
424	Equipamento básico	5 188 891,66	4 200 202,69	988 688,97	1 127 130,98	1 198 469,92	1 269 434,23	
425	Equipamento de transporte	2 779 660,30	1 897 587,35	882 072,95	986 934,77	1 133 832,13	954 900,01	
426	Ferramentas e utensílios	169 433,72	151 332,97	18 100,75	27 490,55	30 801,95	33 417,88	
427	Equipamento administrativo	1 534 766,65	1 383 086,54	151 680,11	213 162,19	217 857,58	271 504,97	
428	Taras e vasilhame			0,00				
429	Outras imobilizações corpóreas	2 529 919,48	1 779 795,28	750 124,20	1 007 428,99	1 180 326,43	945 458,41	
442	Imobilizações em curso	2 557 278,63		2 557 278,63	21 242 358,71	15 729 701,24	9 850 669,32	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			0,00				
	<b>Imobilizações corpóreas - correções autónomas</b>							
		80 644 908,20	15 178 467,10	65 466 441,10	65 719 300,98	57 455 185,08	46 377 619,54	
	<b>Investimentos financeiros:</b>							
411	Partes de capital	7 391 699,35		7 391 699,35	6 377 717,43	5 809 504,85	6 017 910,92	
412	Obrigações e títulos de participação			0,00				
414	Investimentos em imóveis	8 978,90	1 471,57	7 507,33	7 654,53	7 801,73	7 948,93	
415	Outras aplicações financeiras			0,00				
441	Imobilizações em curso			0,00				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0,00				
	<b>Investimentos financeiros - correções autónomas</b>							
		-4 738 655,78		-4 738 655,78	-3 752 331,08	-3 354 584,80	-3 562 990,87	
		2 662 022,47	1 471,57	2 660 550,90	2 633 040,88	2 462 721,78	2 462 868,98	
	<b>Imobilizado - correções autónomas sem identificação de classe</b>			0,00				
	<b>Circulante:</b>							
36	<b>Existências:</b>							
35	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo			0,00				
34	Produtos e trabalhos em curso			0,00				
35	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00				
33	Produtos acabados e intermédios			0,00				
32	Mercadorias			0,00				
37	Adiantamentos por conta de compras			0,00				
	<b>Existências - correções autónomas</b>							
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>Dividas de Terceiros - Médio e longo prazo:</b>							
	<b>Dividas de Terceiros - Curto prazo:</b>							
28	Empréstimos concedidos			0,00				
211	Clientes, c/c	655 144,73		655 144,73	1 491 500,23	558 197,18	583 817,60	
212	Contribuintes, c/c			0,00				
213	Utentes, c/c			0,00				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	966 153,87	965 329,30	824,57	16 934,03	252 729,88		
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00				
229	Adiantamentos a fornecedores			0,00				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	111 982,16		111 982,16	111 982,16	205 831,56	205 831,56	
24	Estado e outros entes públicos	401 182,22		401 182,22	296 696,10	249 253,93	194 278,43	
264	Administração autárquica	1 432 915,19		1 432 915,19	1 831 929,70	1 786 041,71	1 785 392,36	
262+263+267+268	Outros devedores	660 810,36		660 810,36	666 950,36	660 810,36	660 810,36	
	<b>Dividas de terceiros - correções autónomas</b>			0,00				
		4 228 188,53	965 329,30	3 262 859,23	4 415 992,58	3 712 864,62	3 430 130,31	
	<b>Títulos negociáveis:</b>							
151	Ações			0,00				
152	Obrigações e títulos de participações			0,00				
153	Títulos de dívida pública			0,00				
159	Outros títulos			0,00				
18	Outras aplicações de tesouraria			0,00				
		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
12	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa:</b>							
11	Depósitos em instituições financeiras	2 702 702,20		2 702 702,20	1 819 802,42	2 212 315,55	2 815 610,91	
	Caixa	3 137,69		3 137,69	1 851,08	2 679,89	2 755,29	
		2 705 839,89	0,00	2 705 839,89	1 821 653,50	2 214 995,44	2 820 366,20	
271	<b>Acrescimos e diferimentos</b>							
272	Acrescimos de proveitos	4 623 916,25		4 623 916,25	235 273,45			
	Custos diferidos	64 230,30		64 230,30	82 257,30			
	<b>Custos Diferidos - correções autónomas</b>							
		4 688 146,55	0,00	4 688 146,55	317 530,75	0,00	0,00	
	<b>Correções autónomas sem identificação de classe</b>			0,00				
	<b>Total de amortizações</b>		34 208 606,48					
	<b>Total de provisões</b>		965 329,30					
	<b>Total do ativo</b>	<b>152 783 490,54</b>	<b>35 173 935,78</b>	<b>117 609 554,76</b>	<b>114 808 286,10</b>	<b>102 926 739,41</b>	<b>95 658 690,20</b>	

Código das contas POCAL		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2012	2011	2010	2009
		Fundos próprios				
51	Património		31 152 264,42	30 681 094,42	30 182 542,41	29 825 905,11
55	Património - correções autónomas		-3 324 766,85	-3 324 766,85	-3 324 766,85	-3 324 766,85
56	Ajustamentos de partes de capital em empresas		650 629,89	147 003,69		
Reservas de reavaliação						
Reservas:						
571	Reservas legais		612 226,45	612 226,45	582 967,36	560 701,69
572	Reservas estatutárias					
573	Reservas contratuais					
574	Reservas livres					
575	Subsídios		45 880,96	45 880,96	45 880,96	45 880,96
576	Doações		734 887,73	734 887,73	734 887,73	734 887,73
577	Reservas decorrentes de transferência de activos					
59	Resultados transitados		14 082 761,80	13 308 367,32	15 755 265,03	15 332 217,33
88	Resultado líquido do exercício		2 312 684,89	-1 903 199,24	585 181,70	445 313,37
Resultados transitados/Resultado líquido do exercício - correções autónomas			-2 383 444,28	-480 103,26	-52 754,82	-244 052,59
Total dos fundos próprios			43 883 125,01	39 821 391,22	44 509 203,52	43 376 086,75
Passivo						
Provisões para riscos e encargos			0,00	1 911 722,52	0,00	0,00
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:						
23121	Empréstimos de médio e longo prazo		19 941 242,53	22 345 568,05	23 253 562,35	24 882 970,01
Empréstimos de médio e longo prazo - correções autónomas						
23123	Outros empréstimos obtidos					
221	Fornecedores c/c					
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c					
2612	Fornecedores de Imobilizado - Cauções					
217	Clientes e Utentes com Cauções					
			19 941 242,53	22 345 568,05	23 253 562,35	24 882 970,01
Dividas a terceiros - Curto prazo						
23121	Empréstimos bancários (MLP - Exigível CP)					
23123	Outros empréstimos obtidos					
269	Adiantamentos por conta de vendas			240 677,62		
221	Fornecedores, c/c		3 184 604,82	4 083 674,95	2 754 585,81	1 620 559,35
228	Fornecedores, c/c - correções autónomas		1 378 927,49	48 325,07	18 722,91	5 828,57
219	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		3 834 864,21	3 319 974,18	67 603,15	5 000,24
252	Credores pela execução do orçamento					
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes					
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		2 660 411,69	3 861 433,92	6 319 536,99	2 356 018,07
2618	Fornecedores de imobilizado-facturas em recepção e conferência		4 565 823,58	4 594 774,68	10 818,17	7 026,88
261	Fornecedores imobilizado - correções autónomas		-4 213,96	-4 213,96	-4 213,96	
24	Estado e outros entes públicos		195 376,28	179 156,01	176 344,19	142 709,36
264	Administração autárquica		200,00	200,00	200,00	200,00
262+263+267+268	Outros credores		78 755,09	61 035,43	132 984,73	86 374,30
Outros credores - correções autónomas						
			15 903 177,12	16 393 465,82	9 485 009,91	4 223 716,77
Acrescimos e diferimentos						
273	Acrescimos de custos		2 171 184,99	871 535,81	1 240 396,26	1 006 531,58
274	Acrescimos de custos - correções autónomas		-413 586,10			
	Proveitos diferidos		36 124 411,21	33 464 602,68	24 438 567,37	22 169 385,09
			37 882 010,10	34 336 138,49	25 678 963,63	23 175 915,67
			73 726 429,75	74 986 894,88	58 417 535,80	52 282 603,45
Total do passivo			117 609 554,76	114 808 286,10	102 926 739,41	95 658 690,20
Total dos fundos próprios e do passivo						
			117 609 554,76	114 808 286,10	102 926 739,41	95 658 690,20
Procedimentos de Controlo						
Total do ativo			117 609 554,76	114 808 286,10	102 926 739,41	95 658 690,20
Ativo - (Fundos Próprios + Passivo)			0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRA INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA A ELABORAÇÃO DOS INDICADORES						
Divida a terceiros em 31/12						
Dividas a Terceiros MLP (recolher do Balanço)			19 941 242,53	22 345 568,05	23 253 562,35	24 882 970,01
Dividas a Terceiros CP (recolher do Balanço)			15 903 177,12	16 393 465,82	9 485 009,91	4 223 716,77
Subtotal (Dividas a terceiros totais)			35 844 419,65	38 739 033,87	32 738 572,26	29 106 686,78
Empréstimos de curto e médio/longo prazos (recolher do Balanço)			19 941 242,53	22 345 568,05	23 253 562,35	24 882 970,01
Contratos de leasing (recolher da linha 13 do mapa "DIV. RECONC")			376 983,77	506 809,41	711 977,30	675 488,49
Saldo de operações de tesouraria - OT (recolher no mapa de O.T.) + Cauções e garantias em dinheiro (caso não estejam incluídas no mapa de OT, mas estejam refletidas na contabilidade patrimonial)			326 260,42	198 980,86	195 791,50	164 854,83
Subtotal (Empréstimos, leasing, OT e cauções e garantias em dinheiro)			20 644 486,72	23 051 358,32	24 161 331,15	25 723 313,33
Dividas a Terceiros totais (exceto empréstimos+leasing+OT+cauções e garantias em dinheiro)			15 199 932,93	15 687 675,55	8 577 241,11	3 383 373,45
Dividas a Terceiros totais (exceto empréstimos+OT+cauções e garantias em dinheiro)			15 576 916,70	16 194 484,96	9 289 218,41	4 058 861,94
Aquisição de bens e serviços e transferências ao longo do ano						
Compras de existências			0,00	0,00	0,00	0,00
62 - Serv. e serv. externos + 63 - Transf. e Subsídios Conc. + 691 - Transf. Capital Conc.			7 611 699,68	9 865 787,76	9 201 447,39	10 197 933,95
Aquisições de imobilizado a título oneroso (lançamentos a crédito no ano na conta Fornecedores de imobilizado conta-corrente + lançamentos a crédito no ano na conta de Fornecedores de imobilizado em leasing + saldo final das contas de fornecedores de imobilizado relativa a facturas em recepção e conferência)			9 696 063,72	15 309 254,30	12 242 140,44	5 177 746,97
Aquisições de bens e serviços e transferências no ano			17 307 763,40	25 175 042,06	21 443 587,83	15 373 680,92
Aquisições de imobilizado a título oneroso em leasing (lançamentos a crédito no ano na conta de Fornecedores de imobilizado - leasing+saldo final da conta de fornecedores de imobilizado relativa a facturas em recepção e conferência relativa a leasing)			17 729 92,28	291 336,18	590 245,56	303 011,41
Aquisições de bens e serviços e transferências ao longo do ano excluindo em leasing			17 129 834,12	24 883 705,88	20 853 342,27	15 070 669,21

**EVOLUÇÃO DOS BALANÇOS DO MUNICÍPIO (APÓS CORREÇÕES)**  
**QUADRIÉNIO 2009/2012**

Un: Euro

CONTAS DOS BALANÇOS	BALANÇOS								2009 / 2010		2010 / 2011		2011 / 2012		2009 / 2012	
	2009		2010		2011		2012		VARIÇÃO		VARIÇÃO		VARIÇÃO		VARIÇÃO	
	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%	MONTANTE	%
<b>Ativo</b>																
<b>Imobilizado:</b>																
Bens de domínio público	39 297 198,45	41,1%	35 821 252,60	34,8%	38 171 896,47	33,2%	37 222 824,65	31,6%	- 3 475 945,85	-9%	2 350 643,87	7%	- 949 071,82	-2%	- 2 074 373,80	-5%
Imobilizações incorpóreas	1 270 506,22	1,3%	1 259 719,89	1,2%	1 728 870,94	1,5%	1 602 892,44	1,4%	- 10 786,33	-1%	469 151,05	37%	- 125 978,50	-7%	332 386,22	26%
Imobilizações corpóreas	46 377 619,54	48,5%	57 455 185,08	55,8%	65 719 300,98	57,2%	65 466 441,10	55,7%	11 077 565,54	24%	8 264 115,90	14%	- 252 859,88	0%	19 088 821,56	41%
Investimentos financeiros	2 462 868,98	2,6%	2 462 721,78	2,4%	2 633 040,88	2,3%	2 660 550,90	2,3%	- 147,20	0%	170 319,10	7%	27 510,02	1%	197 681,92	8%
Correções autónomas sem identificação de conta	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
<b>Circulante:</b>																
Existências	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Dívidas de Terceiros - Médio e longo prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	3 430 130,31	3,6%	3 712 864,62	3,6%	4 415 992,58	3,8%	3 262 859,23	2,8%	282 734,31	8%	703 127,96	19%	- 1 153 133,35	-26%	- 167 271,08	-5%
Títulos negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
Depósitos e caixa	2 820 366,70	2,9%	2 214 995,44	2,2%	1 821 653,50	1,6%	2 705 839,89	2,3%	- 605 371,26	-21%	- 393 341,94	-18%	884 186,39	49%	- 114 526,81	-4%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	4 688 146,55	4,0%	317 530,75	0%	317 530,75	0%	4 370 615,80	1376%	4 688 146,55	#DIV/0!
Correções autónomas sem identificação de classe	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!	0,00	#DIV/0!
<b>Total do Ativo</b>	<b>95 658 690,20</b>	<b>100%</b>	<b>102 926 739,41</b>	<b>100%</b>	<b>114 808 286,10</b>	<b>100%</b>	<b>117 609 554,76</b>	<b>100%</b>	<b>7 268 049,21</b>	<b>8%</b>	<b>11 881 546,69</b>	<b>12%</b>	<b>2 801 268,66</b>	<b>2%</b>	<b>21 950 864,56</b>	<b>23%</b>
<b>Fundos próprios</b>																
Património	26 501 138,26	61,1%	26 857 775,56	60,3%	27 356 327,57	68,7%	27 827 497,57	63,4%	356 637,30	1%	498 552,01	2%	471 170,00	2%	1 326 359,31	5%
Ajustamentos de partes de capital em empresas	0,00	0,0%	0,00	0,0%	147 003,69	0,4%	650 629,89	1,5%	0,00	#DIV/0!	147 003,69	0%	503 626,20	343%	650 629,89	#DIV/0!
Reservas, Subsídios e Doações	1 341 470,38	3,1%	1 363 736,05	3,1%	1 392 995,14	3,5%	1 392 995,14	3,2%	22 265,67	2%	29 259,09	2%	0,00	0%	51 524,76	4%
Resultados transitados	15 332 217,33	35,3%	15 755 265,03	35,4%	13 308 367,32	33,4%	14 082 761,80	32,1%	423 047,70	3%	- 2 446 897,71	-16%	774 394,48	6%	- 1 249 455,53	-8%
Resultado Líquido do exercício	445 313,37	1,0%	585 181,70	1,3%	- 1 903 199,24	-4,8%	2 312 684,89	5,3%	139 868,33	31%	- 2 488 380,94	-425%	4 215 884,13	222%	1 867 371,52	419%
Correções nos Resultados transitados/liquidos	- 244 052,59	-0,6%	- 52 754,82	-0,1%	- 480 103,26	-1,2%	- 2 383 444,28	-5,4%	191 297,77	-78%	- 427 348,44	810%	- 1 903 341,02	-396%	- 2 139 391,69	-877%
<b>Total dos Fundos Próprios</b>	<b>43 376 086,75</b>	<b>100%</b>	<b>44 509 203,52</b>	<b>100%</b>	<b>39 821 391,22</b>	<b>100%</b>	<b>43 883 125,01</b>	<b>100%</b>	<b>1 133 116,77</b>	<b>3%</b>	<b>- 4 687 812,30</b>	<b>-11%</b>	<b>4 061 733,79</b>	<b>10%</b>	<b>507 038,26</b>	<b>1%</b>
<b>Passivo</b>																
Provisões	0,00	0,0%	0,00	0,0%	1 911 722,52	2,5%	0,00	0,0%	0,00	#DIV/0!	1 911 722,52	#DIV/0!	- 1 911 722,52	-100%	0,00	#DIV/0!
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:	24 882 970,01	47,6%	23 253 562,35	39,8%	22 345 568,05	29,8%	19 941 242,53	27,0%	- 1 629 407,66	-7%	- 907 994,30	-4%	- 2 404 325,52	-11%	- 4 941 727,48	-20%
Dívidas a terceiros - Curto prazo	4 223 716,77	8,1%	9 485 009,91	16,2%	16 393 465,82	21,9%	15 903 177,12	21,6%	5 261 293,14	125%	6 908 455,91	73%	- 490 288,70	-3%	11 679 460,35	277%
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	23 175 916,67	44,3%	25 678 963,63	44,0%	34 336 138,49	45,8%	37 882 010,10	51,4%	2 503 046,96	11%	8 657 174,86	34%	3 545 871,61	10%	14 706 093,43	63%
<b>Total do Passivo</b>	<b>52 282 603,45</b>	<b>100%</b>	<b>58 417 535,89</b>	<b>100%</b>	<b>74 986 894,88</b>	<b>100%</b>	<b>73 726 429,75</b>	<b>100%</b>	<b>6 134 932,44</b>	<b>12%</b>	<b>16 569 358,99</b>	<b>28%</b>	<b>- 1 260 465,13</b>	<b>-2%</b>	<b>21 443 826,30</b>	<b>41%</b>
<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>	<b>95 658 690,20</b>		<b>102 926 739,41</b>		<b>114 808 286,10</b>		<b>117 609 554,76</b>		<b>7 268 049,21</b>	<b>8%</b>	<b>11 881 546,69</b>	<b>12%</b>	<b>2 801 268,66</b>	<b>2%</b>	<b>21 950 864,56</b>	<b>23%</b>
<b>Procedimento de Controlo (Total Activo/Total Fundos Próprios + Passivo)</b>	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00	
<b>PESOS NOS ATIVOS DOS:</b>																
Fundos próprios	45%		43%		35%		37%									
Passivo total	55%		57%		65%		63%									
Passivo Exigível (exclui acréscimos e diferimentos)	30%		32%		35%		30%									
Acréscimos e diferimentos	24%		25%		30%		32%									
<b>PESOS NA VARIÇÃO DOS ATIVOS:</b>																
Fundos Próprios									16%		-39%		145%		2%	
Total									84%		139%		-45%		98%	
Exigível (sem acréscimos e diferimentos)									50%		67%		-172%		31%	
Acréscimos e diferimentos									34%		73%		127%		67%	

## EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

MUNICÍPIO DE TOMAR

Un: Euro

DESCRIÇÃO	2009				2010				2011				2012							
Receitas	Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Taxa de Execução	Diferença		Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Taxa de Execução	Diferença		Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Taxa de Execução	Diferença		Orçamento Final	Receita Cobrada Bruta	Taxa de Execução	Diferença	
				Valor	Peso na variação total				Valor	Peso na variação total				Valor	Peso na variação total				Valor	Peso na variação total
01 - Impostos Diretos	4 950 406	4 689 797	94,7%	260 609	1,7%	4 976 711	4 900 973	98,5%	75 738	0,3%	4 924 442	5 284 167	107,3%	- 359 725	-1,1%	4 924 442	4 824 435	98,0%	100 007	0,3%
02 - Impostos Indiretos, dos quais:	592 043	213 315	36,0%	378 728	2,5%	4 290 531	163 856	3,8%	4 126 675	14,4%	3 024 658	2 946 197	9,0%	78 461	2,6%	3 024 658	3 194 197	105,6%	2 910 714	6,9%
02.02 - Outros	50 935	10 374	20,4%	40 561	0,3%	27 050	26 975	99,7%	75	0,0%	20 945	13 176	62,9%	7 769	0,0%	20 945	7 450	35,6%	13 495	0,0%
04 - Taxas, Multas e O Penalidades	871 562	542 218	62,2%	329 344	2,2%	442 331	443 033	100,2%	- 702	0,0%	521 743	390 069	74,8%	131 674	0,4%	521 743	439 527	84,2%	82 216	0,3%
05 - Rendimentos da Propriedade	1 750 000	1 839 614	105,1%	- 89 614	-0,6%	2 050 000	1 476 959	72,0%	573 041	2,0%	1 756 000	1 549 443	88,2%	206 557	0,6%	1 756 000	1 529 110	87,1%	226 890	0,7%
06 - Transferências Correntes, das quais:	8 858 923	8 178 924	92,3%	679 999	4,5%	12 055 656	9 897 315	82,1%	2 158 341	7,6%	12 077 105	9 424 275	78,0%	2 652 830	8,1%	12 077 105	9 209 525	76,2%	2 876 580	8,8%
06.03.01.01. - Fundo de Equilíbrio financeiro	4 739 810	4 739 810	100,0%	0	0,0%	5 016 500	4 801 932	95,7%	214 568	0,8%	4 551 241	4 551 241	100,0%	0	0,0%	4 551 241	4 270 270	93,8%	280 971	0,9%
06.03.01.02. - Fundo Social Municipal	750 745	750 745	100,0%	0	0,0%	763 236	730 591	95,7%	32 645	0,1%	692 449	692 449	100,0%	0	0,0%	692 449	650 103	93,9%	42 346	0,1%
06.03.01.03. - Participação fixa no IRS	1 167 537	1 167 537	100,0%	0	0,0%	1 184 796	1 184 796	100,0%	0	0,0%	1 144 827	1 144 827	100,0%	0	0,0%	1 144 827	1 184 559	103,5%	- 39 732	-0,1%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	3 143 572	2 307 052	73,4%	836 520	5,6%	5 111 820	2 401 583	47,0%	2 710 237	9,5%	7 170 000	2 393 525	33,4%	4 776 475	14,6%	7 170 000	4 436 078	61,9%	2 733 922	13,5%
08 - Outras Receitas Correntes	135 000	48 721	36,1%	86 279	0,6%	285 000	68 496	24,0%	216 504	0,8%	379 000	299 505	79,0%	79 495	21,0%	379 000	111 854	29,5%	267 146	0,8%
Total das Receitas Correntes	20 301 506	17 819 642	88%	2 481 864	17%	29 212 049	19 352 215	66%	9 859 834	35%	29 852 948	19 199 435	64%	10 653 513	32%	29 852 948	18 953 317	63,5%	10 899 631	33%
09 - Venda de Bens de Investimento	2 333 191	275 312	11,8%	2 057 879	13,7%	7 690 355	145 707	1,9%	7 544 648	26,4%	8 290 000	275 740	3,3%	8 014 260	24,4%	8 290 000	262 307	3,2%	8 027 698	24,5%
10 - Transferências de Capital, das quais:	12 536 777	5 431 932	43,3%	7 104 845	47,4%	14 372 754	6 895 838	48,0%	7 476 916	26,2%	24 255 884	12 385 240	51,1%	11 870 644	36,2%	24 255 884	16 986 577	70,1%	16 986 577	71,1%
10.03.01.01. - Fundo de Equilíbrio financeiro	3 159 874	3 159 874	100,0%	0	0,0%	3 344 333	3 201 288	95,7%	143 045	0,5%	3 034 160	3 034 160	100,0%	0	0,0%	3 034 160	2 846 847	93,8%	187 313	0,6%
10.03.01.04. - Cooperação técnica e financeira	5 767 780	1 165 575	20,2%	4 602 205	30,7%	932 755	559 371	60,0%	373 384	1,3%	1 447 558	932 957	64,5%	514 601	1,6%	1 447 558	323 688	22,4%	1 123 870	3,4%
10.03.07. - Participação comunitária em projetos co-financiados	3 105 893	288 694	9,3%	2 817 199	18,8%	9 957 246	3 135 179	31,5%	6 822 067	23,9%	19 154 166	8 393 123	43,8%	10 761 043	32,8%	19 154 166	4 098 772	21,4%	15 055 394	45,9%
10.03.01.99 - Outros		#DIV/0!	0	0	0,0%		#DIV/0!	0	0	0,0%		#DIV/0!	0	0	0,0%	100 000		0	100 000	0,3%
10.09.01 - Outros - RESTO DO MUNDO - União Europeia - Instituições		#DIV/0!	0	0	0,0%		#DIV/0!	0	0	0,0%		#DIV/0!	0	0	0,0%			0		
11 - Ativos Financeiros	60 000	57 376	95,6%	2 624	0,0%	64 680	61 615	95,3%	3 065	0,0%	70 000	64 919	92,7%	5 081	0,0%	70 000	71 147	101,6%	- 1 147	0,0%
12 - Passivos Financeiros	9 550 438	6 337 712	66,4%	3 212 726	21,4%	4 545 731	895 359	19,7%	3 650 372	12,8%	3 723 339	1 518 186	40,8%	2 205 153	6,7%	3 723 339		0,0%	3 723 339	11,4%
12.06. - Empréstimos a MLP	9 550 438	6 337 712	66,4%	3 212 726	21,4%	4 545 731	895 359	19,7%	3 650 372	12,8%	3 723 339	1 518 186	40,8%	2 205 153	6,7%	3 723 339		0,0%	3 723 339	11,4%
13 - Outras receitas de capital	130 000	0	0,0%	130 000	0,9%	70 000	43 042	61,5%	26 958	0,1%	80 000	51 308	64,1%	28 692	0,1%	80 000	176 578	220,7%	- 96 578	-0,3%
Total das Receitas de Capital	24 610 406	12 102 331	49%	12 508 075	83%	26 743 520	8 041 561	30%	18 701 959	65%	36 419 223	14 295 393	39%	22 123 830	67%	36 419 223	7 779 335	21,2%	28 639 889	87%
15 - Reposições Não Abatidas aos Pagamentos	10 000	1 297	13,0%	8 703	0%	10 000	4 896	49,0%	5 104	0%	15 799	82	0,5%	15 717	0%	15 799	2 122	13,4%	13 677	0%
16 - Saldo Orçamental da Gestão Anterior	1 821 408	1 821 408	100,0%	0	0%	2 655 511	2 655 512	100,0%	- 1	0%	2 019 204	2 019 204	100,0%	0	0%	1 622 673	1 622 673	100,0%	0	0%
Total das Receitas Disponíveis	46 743 320	31 744 678	68%	14 998 642	100%	58 621 080	30 054 184	51%	28 566 896	100%	68 307 174	35 514 114	52%	32 793 060	100%	67 910 643	28 357 446	42%	39 553 197	51,8%
Despesas	Orçamento Final	Despesa Paga	Taxa de Execução	Diferença		Orçamento Final	Despesa Paga	Taxa de Execução	Diferença		Orçamento Final	Despesa Paga	Taxa de Execução	Diferença		Orçamento Final	Despesa Paga	Taxa de Execução	Diferença	
				Valor	Peso na variação total				Valor	Peso na variação total				Valor	Peso na variação total				Valor	Peso na variação total
01 - Custos com o Pessoal, dos quais	8 284 510	7 740 774	93,4%	543 736	3,1%	11 470 000	9 367 183	81,7%	2 102 817	6,9%	11 039 135	9 341 132	84,6%	1 698 003	5,2%	9 609 135	8 230 682	85,7%	1 378 453	4,3%
01.01 - Remunerações certas e permanentes	6 004 000	5 781 163	96,3%	222 837	1,3%	8 897 700	7 365 354	82,8%	1 532 346	5,0%	8 493 355	7 266 317	85,6%	1 227 038	3,8%	7 343 356	6 503 676	88,6%	839 679	2,6%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	11 279 870	7 760 299	68,8%	3 519 571	19,9%	13 234 181	6 270 690	47,4%	6 963 491	22,8%	13 255 152	6 604 396	49,8%	6 650 756	20,5%	14 588 652	7 363 020	50,5%	7 225 632	22,3%
03 - Juros e Outros Encargos, dos quais:	1 028 317	942 399	91,6%	85 918	0,5%	855 504	427 186	49,9%	428 318	1,4%	1 556 767	694 593	44,6%	862 174	2,7%	1 451 767	824 739	56,8%	627 028	1,9%
03.01.(03.; 05.; 06.).01. - Juros de empréstimos de CP		#DIV/0!	0	0	0,0%		#DIV/0!	0	0	0,0%		#DIV/0!	0	0	0,0%		#DIV/0!	0		0,0%
03.01.(03.; 05.; 06.).02. - Juros de empréstimos de MLP	661 817	651 392	98,4%	10 425	0,1%	296 504	285 817	96,4%	10 687	0,0%	422 767	371 068	87,8%	51 699	0,2%	326 767	323 991	99,2%	2 776	0,0%
03.03. - Juros de locação financeira	84 500	25 031	29,6%	59 469	0,3%	44 000	14 163	32,2%	29 837	0,1%	26 000	15 844	60,9%	10 156	0,0%	17 000	9 270	54,5%	7 730	0,0%
04 - Transferências Correntes	1 623 672	1 331 306	82,0%	292 366	1,7%	1 819 462	1 231 982	67,7%	587 480	1,9%	2 168 620	1 349 993	62,3%	818 627	2,5%	2 189 620	1 329 159	60,7%	1 229 159	3,9%
05 - Subsídios	2 000	0	0,0%	2 000	0,0%	2 000	0	0,0%	2 000	0,0%	2 000	0	0,0%	2 000	0,0%	2 000		0,0%	2 000	0,0%
06 - Outras Despesas Correntes	337 500	303 351	89,9%	34 149	0,2%	170 500	105 559	61,9%	64 941	0,2%	376 500	214 357	56,9%	162 143	0,5%	1 527 000	1 049 660	68,7%	477 340	1,5%
Total das Despesas Correntes	22 555 869	18 078 128	80%	4 477 741	25%	27 551 647	17 402 599	63%	10 149 048	33%	28 398 174	18 204 471	64%	10 193 703	31%	29 368 174	18 428 561	63%	10 939 613	34%
07 - Aquisição de Bens de Capital	19 554 352	7 272 120	37,2%	12 282 232	69,6%	26 971 066	7 109 980	26,4%	19 861 086	64,9%	34 035 802	12 455 903	36,6%	21 579 899	66,6%	33 065 802	4 512 022	13,6%	28 553 779	88,1%
07.02. - Locação financeira	408 000	206 360	50,6%	201 640	1,1%	358 000	278 881	77,9%	79 119	0,3%	268 000	245 367	91,6%	22 633	0,1%	234 000	152 498	65,2%	81 502	0,3%
08 - Transferências de Capital	2 541 998	1 659 416	65,3%	882 582	5,0%	1 379 460	819 976	59,4%	559 484	1,8%	1 252 965	690 168	55,1%	562 798	1,7%	1 521 965	632 956	50,5%	620 009	1,9%
09 - Ativos Financeiros	4 000	0	0,0%	4 000	0,0%	184 000	177 658	96,6%	6 342	0,0%	154 000	114 720	74,5%	39 280	0,1%	154 000		0,0%	154 000	0,5%
10 - Passivos Financeiros	2 084 101	2 079 500	99,8%	4 601	0,0%	2 531 907	2 524 767	99,7%	7 140	0,0%	2 444 029	2 426 180	99,3%	17 849	0,1%	2 444 029	2 404 326	98,4%	39 703	0,1%
10.05. - Empréstimos a CP	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%	0	0	0,0%	0	0,0%	0	#DIV/0!	0		0,0%
10.06. - Empréstimos a MLP	2 084 101	2 079 500	99,8%	4 601	0,0%	2 531 907	2 524 767	99,7%	7 140	0,0%	2 444 029	2 426 180	99,3%	17 849	0,1%	2 444 029	2 404 326	98,4%	39 703	0,1%
11 - Outras Despesas de Capital	3 000	2	0,1%	3 000	0,0%	3 000	0	0,0%	3 000	0,0%	3 000	0	0,0%	3 000	0,0%	3 000		0,0%	3 000	0,0%
Total das Despesas de Capital	24 187 451	11 011 038	46%	13 176 413	75%	31 069 433	10 632 381	34%	20 437 052	67%	37 889 796	15 686 971	41%	22 202 828	69%	36 919 796	7 549 305	20%	29 370 491	91%
Total das Despesas	46 743 320	29 089 166	62%	17 654 154	100%	58 621 080	28 034 981	48%	30 586 099	100%	66 287 970	33 891 442	51%	32 396 525	100%	66 287 970	25 977 866	39%	40 310 104	124,4%
Saldo Orçamental para a Gestão Seguinte		2 655 512					2 019 204					1 622 673					2 379 579			

## OUTRA INFORMAÇÃO ADICIONAL

PPI - execução (euros)	10 462 800	9 585 322	14 753 482	6 492 929
População (número)	41 035	40 786	40 208	39 666
Compromissos assumidos para o exercício (euros)	40 906 069	43 922 543	50 632 291	40 057 493



# EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

MUNICÍPIO DE TOMAR

Un: Euro

DESCRIÇÃO	2009	2010	2009 / 2010		2011	2010 / 2011		2012	2011/ 2012		2009 / 2012	
Receitas	Receita Cobrada Bruta	Receita Cobrada Bruta	Variação		Receita Cobrada Bruta	Variação		Receita Cobrada Bruta	Variação		Variação	
			Absoluta	%		Absoluta	%		Absoluta	%	Absoluta	%
01 - Impostos Diretos	4 689 797	4 900 973	211 176	4,5%	5 284 167	383 193	7,8%	4 824 435	- 459 732	-8,7%	134 637	2,9%
02 - Impostos Indiretos, dos quais:	213 315	163 856	- 49 459	-23,2%	78 461	- 85 395	-52,1%	113 944	35 483	45,2%	- 99 371	-46,6%
02.02 - Outros	10 374	26 975	16 601	160,0%	13 176	- 13 799	-51,2%	7 450	- 5 726	-43,5%	- 2 924	-28,2%
04 - Taxas, Multas e O Penalidades	542 218	443 033	- 99 185	-18,3%	390 069	- 52 964	-12,0%	439 527	49 458	12,7%	- 102 691	-18,9%
05 - Rendimentos da Propriedade	1 839 614	1 476 959	- 362 655	-19,7%	1 549 443	72 484	4,9%	1 529 110	- 20 333	-1,3%	- 310 504	-16,9%
06 - Transferências Correntes, das quais:	8 178 924	9 897 315	1 718 391	21,0%	9 424 275	- 473 039	-4,8%	9 200 525	- 223 750	-2,4%	1 021 601	12,5%
06.03.01.01. - Fundo de Equilíbrio financeiro	4 739 810	4 801 932	62 122	1,3%	4 551 241	- 250 691	-5,2%	4 270 270	- 280 971	-6,2%	- 469 540	-9,9%
06.03.01.02. - Fundo Social Municipal	750 745	730 591	- 20 154	-2,7%	692 449	- 38 142	-5,2%	650 103	- 42 346	-6,1%	- 100 642	-13,4%
06.03.01.03. - Participação fixa no IRS	1 167 537	1 184 796	17 259	1,5%	1 144 827	- 39 969	-3,4%	1 184 559	39 732	3,5%	17 022	1,5%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	2 307 052	2 401 583	94 530	4,1%	2 393 525	- 8 058	-0,3%	2 733 922	340 398	14,2%	426 870	18,5%
08 - Outras Receitas Correntes	48 721	68 496	19 774	40,6%	79 495	10 999	16,1%	111 854	32 359	40,7%	63 133	129,6%
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>17 819 642</b>	<b>19 352 215</b>	<b>1 532 573</b>	<b>9%</b>	<b>19 199 435</b>	<b>- 152 780</b>	<b>-1%</b>	<b>18 953 317</b>	<b>- 246 118</b>	<b>-1%</b>	<b>1 133 675</b>	<b>6%</b>
09 - Venda de Bens de Investimento	275 312	145 707	- 129 605	-47,1%	275 740	130 034	89,2%	262 302	- 13 438	-4,9%	- 13 009	-4,7%
10 - Transferências de Capital, das quais:	5 431 932	6 895 838	1 463 906	27,0%	12 385 240	5 489 402	79,6%	7 269 307	- 5 115 933	-41,3%	1 837 375	33,8%
10.03.01.01. - Fundo de Equilíbrio financeiro	3 159 874	3 201 288	41 414	1,3%	3 034 160	- 167 128	-5,2%	2 846 847	- 187 313	-6,2%	- 313 027	-9,9%
10.03.01.04. - Cooperação técnica e financeira	1 165 575	559 371	- 606 204	-52,0%	932 957	373 586	66,8%	609 269	- 609 269	-65,3%	- 841 886	-72,2%
10.03.07. - Participação comunitária em projectos co-financiados	288 694	3 135 179	2 846 486	986,0%	8 393 123	5 257 943	167,7%	4 098 772	- 4 294 351	-51,2%	3 810 078	1319,8%
10.03.08. - Serviços e Fundos Autónomos	0	0	#DIV/0!		0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
11 - Ativos Financeiros	57 376	61 615	4 239	7,4%	64 919	3 304	5,4%	0	- 64 919	-100,0%	- 57 376	-100,0%
12 - Passivos Financeiros	6 337 712	895 359	- 5 442 352	-85,9%	1 518 186	622 827	69,6%	71 147	- 1 447 039	-95,3%	- 6 266 564	-98,9%
12.06. - Empréstimos a MLP	6 337 712	895 359	- 5 442 352	-85,9%	1 518 186	622 827	69,6%	0	- 1 518 186	-100,0%	- 6 337 712	-100,0%
13 - Outras receitas de capital	0	43 042	43 042	#DIV/0!	51 308	8 266	19,2%	0	- 51 308	-100,0%	0	#DIV/0!
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>12 102 331</b>	<b>8 041 561</b>	<b>- 4 060 770</b>	<b>-34%</b>	<b>14 295 393</b>	<b>6 253 832</b>	<b>78%</b>	<b>7 602 757</b>	<b>- 6 692 636</b>	<b>-47%</b>	<b>- 4 499 574</b>	<b>-37%</b>
15 - Reposições Não Abatidas aos Pagamentos	1 297	4 896	3 599	278%	82	- 4 815	-98%	2 122	2 040	2491%	825	64%
16 - Saldo Orçamental da Gerência Anterior	1 821 408	2 655 512	834 104	46%	2 019 204	- 636 308	-24%	1 622 673	- 396 531	-20%	- 198 735	-11%
<b>Total das Receitas Disponíveis</b>	<b>31 744 678</b>	<b>30 054 184</b>	<b>- 1 690 493</b>	<b>-5%</b>	<b>35 514 114</b>	<b>5 459 930</b>	<b>18%</b>	<b>28 180 868</b>	<b>- 7 333 246</b>	<b>-21%</b>	<b>- 3 563 810</b>	<b>-11%</b>

Despesas	Despesa paga	Despesa Paga	Variação		Despesa paga	Variação		Despesa paga	Variação		Variação	
			Absoluta	%		Absoluta	%		Absoluta	%	Absoluta	%
01 - Custos com o Pessoal, dos quais	7 740 774	9 367 183	1 626 409	21,0%	9 341 132	- 26 051	-0,3%	8 230 682	- 1 110 450	-11,9%	489 908	6,3%
01.01 - Remunerações certas e permanentes	5 781 163	7 365 354	1 584 190	27,4%	7 266 317	- 99 037	-1,3%	6 503 676	- 762 641	-10,5%	722 512	12,5%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	7 760 299	6 270 690	- 1 489 609	-19,2%	6 604 396	333 706	5,3%	7 363 020	758 624	11,5%	- 397 279	-5,1%
03 - Juros e Outros Encargos, dos quais:	942 399	427 186	- 515 214	-54,7%	694 593	267 407	62,6%	824 739	130 146	18,7%	- 117 660	-12,5%
03.01.(03.; 05.; 06.).01. - Juros de empréstimos de CP	0	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
03.01.(03.; 05.; 06.).02. - Juros de empréstimos de MLP	651 392	285 817	- 365 574	-56,1%	371 068	85 251	29,8%	323 991	- 47 077	-12,7%	- 327 400	-50,3%
03.03 - Juros de locação financeira	25 031	14 183	- 10 848	-43,3%	15 844	1 661	11,7%	9 270	- 6 574	-41,5%	- 15 760	-63,0%
04 - Transferências Correntes	1 331 306	1 231 982	- 99 324	-7,5%	1 349 993	118 011	9,6%	960 461	- 389 533	-28,9%	- 370 846	-27,9%
05 - Subsídios	0	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
06 - Outras Despesas Correntes	303 351	105 559	- 197 792	-65,2%	214 357	108 798	103,1%	1 049 660	835 303	389,7%	746 310	246,0%
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>18 078 128</b>	<b>17 402 599</b>	<b>- 675 529</b>	<b>-4%</b>	<b>18 204 471</b>	<b>801 872</b>	<b>5%</b>	<b>18 428 561</b>	<b>224 090</b>	<b>1%</b>	<b>350 433</b>	<b>2%</b>
07 - Aquisição de Bens de Capital	7 272 120	7 109 980	- 162 140	-2,2%	12 455 903	5 345 923	75,2%	4 512 023	- 7 943 880	-63,8%	- 2 760 097	-38,0%
07.02. - Locação financeira	206 360	278 881	72 521	35,1%	245 367	- 33 514	-12,0%	152 498	- 92 869	-37,8%	- 53 862	-26,1%
08 - Transferências de Capital	1 659 416	819 976	- 839 439	-50,6%	690 168	- 129 809	-15,8%	632 556	- 57 211	-8,3%	- 1 026 459	-61,9%
09 - Ativos Financeiros	0	177 658	177 658	#DIV/0!	114 720	- 62 938	-35,4%	0	- 114 720	-100,0%	0	#DIV/0!
10 - Passivos Financeiros	2 079 500	2 524 767	445 267	21,4%	2 426 180	- 98 587	-3,9%	2 404 326	- 21 855	-0,9%	324 826	15,6%
10.05. - Empréstimos a CP	0	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
10.06. - Empréstimos a MLP	2 079 500	2 524 767	445 267	21,4%	2 426 180	- 98 587	-3,9%	2 404 326	- 21 855	-0,9%	324 826	15,6%
11 - Outras Despesas de Capital	2	0	- 2	-100,0%	0	0	#DIV/0!	0	0	#DIV/0!	- 2	-100,0%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>11 011 038</b>	<b>10 632 381</b>	<b>- 378 656</b>	<b>-3%</b>	<b>15 686 971</b>	<b>5 054 589</b>	<b>48%</b>	<b>7 549 305</b>	<b>- 8 137 666</b>	<b>-52%</b>	<b>- 3 461 733</b>	<b>-31%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>29 089 166</b>	<b>28 034 981</b>	<b>- 1 054 186</b>	<b>-4%</b>	<b>33 891 442</b>	<b>5 856 461</b>	<b>21%</b>	<b>25 977 866</b>	<b>- 7 913 575</b>	<b>-23%</b>	<b>- 3 111 300</b>	<b>-11%</b>
<b>Saldo Orçamental para a Gerência Seguinte</b>	<b>2 655 512</b>	<b>2 019 204</b>			<b>1 622 673</b>			<b>2 203 002</b>				

**RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**  
**(QUADRIÊNIO 2009/2012)**

Un: Euro

ANO	NATUREZA a)	RECEITAS					DESPESAS				
		Previstas b)	Cobradas c)	Taxa exec.	Diferença		Previstas b)	Pagas	Taxa exec.	Diferença	
					Valor	Peso na variação total				Valor	Peso na variação total
1	2	3	4	5=(4/3*100)	6=(3-4)	7	8	9	10=(9/8*100)	11=(8-9)	12
2009	Saldo inicial	1 821 408	1 821 408	100%	0	0%					
	Reposições não abatidas nos pagamentos	10 000	1 297	13%	8 703	0%					
	Correntes	20 301 506	17 819 642	88%	2 481 864	17%	22 555 869	18 078 128	80%	4 477 741	25%
	Capital	24 610 406	12 102 331	49%	12 508 075	83%	24 187 451	11 011 038	46%	13 176 413	75%
	<b>Total</b>	<b>46 743 320</b>	<b>31 744 678</b>	<b>68%</b>	<b>14 998 642</b>	<b>100%</b>	<b>46 743 320</b>	<b>29 089 166</b>	<b>62%</b>	<b>17 654 154</b>	<b>100%</b>
2010	Saldo inicial	2 655 511	2 655 512	100%	- 1	0%					
	Reposições não abatidas nos pagamentos	10 000	4 896	49%	5 104	0%					
	Correntes	29 212 049	19 352 215	66%	9 859 834	35%	27 551 647	17 402 599	63%	10 149 048	33%
	Capital	26 743 520	8 041 561	30%	18 701 959	65%	31 069 433	10 632 381	34%	20 437 052	67%
	<b>Total</b>	<b>58 621 080</b>	<b>30 054 184</b>	<b>51%</b>	<b>28 566 896</b>	<b>100%</b>	<b>58 621 080</b>	<b>28 034 981</b>	<b>48%</b>	<b>30 586 099</b>	<b>100%</b>
<b>VARIAÇÃO 2009 / 2010 (valores absolutos e pontos percentuais)</b>		<b>11 877 760</b>	<b>- 1 690 493</b>	<b>-16,6</b>	<b>13 568 253</b>		<b>11 877 760</b>	<b>- 1 054 186</b>	<b>-14,4</b>	<b>12 931 946</b>	
2011	Saldo inicial	2 019 204	2 019 204	100%	0	0%					
	Reposições não abatidas nos pagamentos	15 799	82	1%	15 717	0%					
	Correntes	29 852 948	19 199 435	64%	10 653 513	32%	28 398 174	18 204 471	64%	10 193 703	31%
	Capital	36 419 223	14 295 393	39%	22 123 830	67%	37 889 796	15 686 971	41%	22 202 825	69%
	<b>Total</b>	<b>68 307 174</b>	<b>35 514 114</b>	<b>52%</b>	<b>32 793 060</b>	<b>100%</b>	<b>66 287 970</b>	<b>33 891 442</b>	<b>51%</b>	<b>32 396 528</b>	<b>100%</b>
<b>VARIAÇÃO 2010 / 2011 (valores absolutos e pontos percentuais)</b>		<b>9 686 094</b>	<b>5 459 930</b>	<b>0,7</b>	<b>4 226 164</b>		<b>7 666 890</b>	<b>5 856 461</b>	<b>3,3</b>	<b>1 810 429</b>	
2012	Saldo inicial	1 622 673	1 622 673	100%	0	0%					
	Reposições não abatidas nos pagamentos	15 799	2 122	13%	13 677	0%					
	Correntes	29 852 948	18 953 317	63%	10 899 631	33%	29 368 174	18 428 561	63%	10 939 613	34%
	Capital	36 419 223	7 779 335	21%	28 639 889	87%	36 919 796	7 549 305	20%	29 370 491	91%
	<b>Total</b>	<b>67 910 643</b>	<b>28 357 446</b>	<b>42%</b>	<b>39 553 197</b>	<b>121%</b>	<b>66 287 970</b>	<b>25 977 866</b>	<b>39%</b>	<b>40 310 104</b>	<b>124%</b>
<b>VARIAÇÃO 2011 / 2012 (valores absolutos e pontos percentuais)</b>		<b>- 396 531</b>	<b>- 7 156 669</b>	<b>-10,2</b>	<b>6 760 137</b>		<b>0</b>	<b>- 7 913 575</b>	<b>-11,9</b>	<b>7 913 575</b>	
<b>VARIAÇÃO 2009 / 2012</b>	<b>Em valores absolutos e pontos percentuais</b>	<b>21 167 323</b>	<b>- 3 387 232</b>	<b>-26,2</b>	<b>24 554 555</b>		<b>19 544 650</b>	<b>- 3 111 300</b>	<b>-23,0</b>	<b>22 655 950</b>	
	<b>Em percentagem</b>	<b>45,3%</b>	<b>-10,7%</b>		<b>163,7%</b>		<b>41,8%</b>	<b>-10,7%</b>		<b>128,3%</b>	
<b>OBSERVAÇÕES:</b>											
a) As receitas e despesas orçamentais encontram-se desagregadas, nos mapas constantes dos Anexos seguintes, de acordo com os capítulos da classificação económica.											
b) No orçamento final modificado.											
c) Receita cobrada bruta.											

CONTROLO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL CORRENTE E EM SENTIDO SUBSTANCIAL

Un: euro

ANO	NATUREZA	SALDO ORÇAMENTAL INICIAL/RECEITAS COBRADAS	DESPESAS PAGAS	EQUILÍBRIO CORRENTE (execução orçamental)		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS CONSIDERADAS NO CURTO PRAZO (ODTCP)	OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS ORIGINARIAMENTE DE CURTO PRAZO, MAS RELEVADAS NO MLP (ODTOCPRLP)	EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL SUBSTANCIAL	
				Valor Absoluto	Valor Relativo			EXECUÇÃO AUTÓNOMA DO ANO	EXECUÇÃO GLOBAL NO ANO
1	2	3	4	5=3-4	6=3/4*100	7	8	9= SE SOI>ODTCP N-1 ENTÃO (3-SOI)+(SOI-ODTCP N-1)/(4+(7-(7 ANO N-1))+(8-(8 ANO N-1)))*100 SE SOI<ODTCP N-1 ENTÃO 3-SOI/(4+(7-(7 ANO N-1))+(8-(8 ANO N-1)))*100	10=(3) / (4+7+(8-(8 N-1)))*100
2008						7 025 297			
2009	Saldo orçamental inicial (SOI)	1 821 408		- 258 487	98,57%	3 383 373	0	117,59%	97,76%
	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 297							
	Correntes	17 819 642	18 078 128						
	Capital	12 102 331	11 011 038						
	Total	31 744 678	29 089 166						
2010	Saldo orçamental inicial	2 655 512		1 949 616	111,20%	8 577 241	0	82,45%	82,09%
	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 896							
	Correntes	19 352 215	17 402 599						
	Capital	8 041 561	10 632 381						
	Total	30 054 184	28 034 981						
2011	Saldo orçamental inicial	2 019 204		994 964	105,47%	15 687 676	0	81,69%	71,63%
	Reposições não abatidas nos pagamentos	82							
	Correntes	19 199 435	18 204 471						
	Capital	14 295 393	15 686 971						
	Total	35 514 114	33 891 442						
2012	Saldo orçamental inicial	1 622 673		524 756	102,85%	15 199 933	0	104,88%	68,87%
	Reposições não abatidas nos pagamentos	2 122							
	Correntes	18 953 317	18 428 561						
	Capital	7 779 335	7 549 305						
	Total	28 357 446	25 977 866						
2013	Saldo orçamental inicial	2 379 579		3 212 898	119,09%	13 011 326	0	112,49%	71,05%
	Reposições não abatidas nos pagamentos	0							
	Correntes	20 043 152	16 830 254						
	Capital	2 808 478	5 671 930						
	Total	25 231 209	22 502 184						

OBSERVAÇÕES:

- a) Na coluna relativa a "Outras dívidas a terceiros consideradas no CP" são considerados os valores apurados no mapa DÍV\_RECONC constante a fls. 41 dos ANEXOS, que não engloba a dívida administrativa/comercial considerada no MLP, as operações de tesouraria e as cauções e garantias em numerário de fornecedores, mas já integra os ajustamentos realizados em consequência da circularização e reconciliação de saldos com fornecedores e empreiteiros, empresas municipais, serviços municipalizados e fundações municipais.
- b) A coluna relativa a "Outras dívidas a terceiros originariamente de CP, mas relevadas no MLP" inclui apenas os valores da dívida de MLP da natureza indicada apurados no mapa DÍV\_RECONC constante a fls. 41 dos ANEXOS.
- c) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais assumidas e realizadas em cada ano pelas receitas disponíveis no mesmo ano.  
Calcula-se do seguinte modo:  
 # Caso o saldo inicial seja superior às dívidas consideradas no CP do final do ano anterior: (Receitas orçamentais cobradas no ano + (saldo inicial de operações orçamentais-dívidas consideradas no CP do final do ano anterior) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros consideradas no curto prazo do balanço" e "Outras dívidas a terceiros originariamente de CP" no fim e início do ano)).  
 # Caso o saldo inicial seja inferior às dívidas de CP do final do ano anterior: (Receitas orçamentais cobradas no ano) / (Despesas orçamentais pagas no ano + (Diferença entre o valor das "Outras dívidas a terceiros originariamente de CP" no fim e início do ano)).
- d) Taxa de cobertura do valor das despesas orçamentais totais pelas receitas disponíveis no ano.  
 Calcula-se do seguinte modo: (Receitas orçamentais cobradas no ano + saldo inicial de operações orçamentais) / (Despesas orçamentais pagas no ano + Dívida administrativa/comercial originariamente de CP no final do exercício+(diferença entre as "Outras dívidas a terceiros originariamente de CP, mas relevadas no MLP" de N-(N-1))).

## INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES		2009		2010		2011		2012		VARIÇÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES
										2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012	
1	Receita Total Disponível (incluindo saldo orçamental inicial) *100	31 744 678	109,13%	30 054 184	107,20%	35 514 114	104,79%	28 357 446	109,16%	-1,93	-2,41	4,37	0,03	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
2	Receita Corrente Cobrada *100	17 819 642	98,57%	19 352 215	111,20%	19 199 435	105,47%	18 953 317	102,85%	12,63	-5,74	-2,62	4,28	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas.
	Despesa Corrente Paga	18 078 128		17 402 599		18 204 471		18 428 561						
3	Receita Corrente Cobrada *100	17 819 642	59,55%	19 352 215	70,63%	19 199 435	57,32%	18 953 317	70,89%	11,08	-13,31	13,57	11,34	Mede o peso das receitas correntes nas receitas totais cobradas no exercício.
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	29 923 270		27 398 673		33 494 910		26 734 773						
4	Receita Próprias Cobradas *100	9 973 405	33,33%	9 705 264	35,42%	10 167 127	30,35%	10 262 819	38,39%	2,09	-5,07	8,03	5,06	Mede o peso das receitas próprias nas receitas totais cobradas no exercício e, por isso, de algum modo a independência financeira na perspetiva orçamental.
	Receita Total cobrada no ano (não incluindo saldo orçamental inicial)	29 923 270		27 398 673		33 494 910		26 734 773						
5	Despesa Corrente Paga *100	18 078 128	62,15%	17 402 599	62,07%	18 204 471	53,71%	18 428 561	70,94%	-0,07	-8,36	17,23	8,79	Mede o peso das despesas correntes nas despesas totais pagas.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
6	Receita Total Disponível-Passivos Financeiros Cobrados *100	25 406 966	87,34%	29 158 825	104,01%	33 995 928	100,31%	28 357 446	109,16%	16,67	-3,70	8,85	21,82	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia que não são provenientes de empréstimos.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
7	Receitas Próprias Cobradas *100	9 973 405	34,29%	9 705 264	34,62%	10 167 127	30,00%	10 262 819	39,51%	0,33	-4,62	9,51	5,22	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias (ou seja, o valor total das receitas abatido das transferências recebidas e dos passivos financeiros) e controladas diretamente pela autarquia.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
8	Fundos Municipais *100	9 817 966	33,75%	9 918 607	35,38%	9 422 677	27,80%	8 951 779	34,46%	1,63	-7,58	6,66	0,71	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos fundos municipais.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
9	Receita Corrente Cobrada Localmente *100	4 950 921	17,02%	4 553 927	16,24%	4 490 993	13,25%	4 928 357	18,97%	-0,78	-2,99	5,72	1,95	Mede o grau de cobertura da despesa total por receitas cobradas localmente pela autarquia (Receitas totais abatidas das transferências, dos passivos financeiros e das receitas próprias cobradas por terceiros).
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
10	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) *100	6 337 712	19,96%	895 359	2,98%	1 518 186	4,27%		0,00%	-16,99	1,30	-4,27	-19,96	Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia.
	Receita Total Disponível	31 744 678		30 054 184		35 514 114		28 357 446						
11	Passivos Financeiros Cobrados (Receita) *100	6 337 712	21,79%	895 359	3,19%	1 518 186	4,48%		0,00%	-18,59	1,29	-4,48	-21,79	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
12	Passivos Financeiros de empréstimos MLP Cobrados (Receita) *100	6 337 712	60,57%	895 359	9,34%	1 518 186	10,29%		0,00%	-51,23	0,95	-10,29	-60,57	Mede o peso das receitas provenientes dos empréstimos de terceiros de médio e longo prazos no financiamento do investimento municipal municipal.
	Investimento (PPI)	10 462 800		9 585 322		14 753 482		6 492 929						
13	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	2 730 891	9,39%	2 810 584	10,03%	2 797 249	8,25%	2 728 317	10,50%	0,64	-1,77	2,25	1,11	Mede o peso da despesa com os custos financeiros (juros+amortizações) dos empréstimos de médio e longo prazos na despesa total.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
14	Amortização de Empréstimos de MLP *100	2 079 500	7,15%	2 524 767	9,01%	2 426 180	7,16%	2 404 326	9,26%	1,86	-1,85	2,10	2,11	Permite apurar o peso da amortização de empréstimos de médio e longo prazos no conjunto das despesas da autarquia local.
	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						
15	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	2 730 891	8,60%	2 810 584	9,35%	2 797 249	7,88%	2 728 317	9,62%	0,75	-1,48	1,74	1,02	Mede o peso dos custos financeiros (juros + amortizações) decorrentes de empréstimos de médio e longo prazos na receita total da autarquia.
	Receita Total Disponível	31 744 678		30 054 184		35 514 114		28 357 446						
16	Serviço da Dívida de Empréstimos de MLP *100	2 730 891	67	2 810 584	69	2 797 249	70	2 728 317	69	2,36	0,66	-0,79	2,23	Permite apurar o custo do serviço da dívida de empréstimos de médio e longo prazos "per capita".
	População	41 035		40 786		40 208		39 666						

## INDICADORES ORÇAMENTAIS

INDICADORES		2009		2010		2011		2012		VARIAÇÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES	
										2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012		
17	Compromissos Assumidos para o Exercício	40 906 069		43 922 543		50 632 291		40 057 493						Se < 100% significa que foi realizada e faturada despesa no exercício sem que, previamente, se efetuasse o respetivo compromisso. Caso contrário significa que foram assumidos compromissos em cada um dos exercícios que ainda não se encontram faturados e, como consequência, irão, num futuro próximo, agravar o valor do endividamento municipal.	
	Despesas totais realizadas e faturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam a CP) *100	32 472 540	125,97%	36 612 222	119,97%	49 579 117	102,12%	41 177 799	97,28%	-6,00	-17,84	-4,84	-28,69		
18	Despesa Total Paga	29 089 166		28 034 981		33 891 442		25 977 866						Permite apurar a relação entre as despesas pagas e os compromissos totais assumidos (quer se encontrarem faturados ou não) no mesmo exercício.	
	Compromissos Assumidos para o Exercício	40 906 069	71,11%	43 922 543	63,83%	50 632 291	66,94%	40 057 493	64,85%	-7,28	3,11	-2,08	-6,26		
19	Saldo Final Orçamental da Gerência	2 655 512		2 019 204		1 622 673		2 379 579						Mede o grau de cobertura do saldo final gerência em relação às dívidas a fornecedores e empreiteiros, que têm sempre a natureza originária de curto prazo, não obstante poderem ter sido consideradas ao nível do MLP no balanço.	
	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT) *100	3 383 373	78,49%	8 577 241	23,54%	15 687 676	10,34%	15 199 933	15,66%	-54,95	-13,20	5,31	-62,83		
20	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	3 383 373		8 577 241		15 687 676		15 199 933						Peso da dívida comercial/administrativa, originariamente de curto prazo (exceto O.T.), nas despesas totais realizadas e faturadas (ou seja, as despesas pagas acrescidas da dívida administrativa/comercial, quer de CP, quer de MLP ).	
	Despesas totais realizadas e faturadas (pagas e "outras dívidas a terceiros" que transitam no CP ou MLP) *100	32 472 540	10,42%	36 612 222	23,43%	49 579 117	31,64%	41 177 799	36,91%	13,01	8,21	5,27	26,49		
21	Dívida Municipal em sentido lato	28 941 832		32 542 781		38 540 053		35 518 159						Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.)/ Despesa total paga.	
	Despesa Total Paga	29 089 166	99,49%	28 034 981	116,08%	33 891 442	113,72%	25 977 866	136,72%	16,59	-2,36	23,01	37,23		
22	Receita Total Disponível	31 744 678		30 054 184		35 514 114		28 357 446						Receita total disponível / Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).	
	Dívida Municipal em sentido lato	28 941 832	109,68%	32 542 781	92,35%	38 540 053	92,15%	35 518 159	79,84%	-17,33	-0,20	-12,31	-29,85		
23	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita)	25 406 966		29 158 825		33 995 928		28 357 446						Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos" /Somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (excepto O.T.).	
	Dívida Municipal em sentido lato	28 941 832	87,79%	32 542 781	89,60%	38 540 053	88,21%	35 518 159	79,84%	1,82	-1,39	-8,37	-7,95		
24	Dívida financeira de MLP	25 558 459		23 965 540		22 852 377		20 318 226						Somatório do capital em dívida dos emprést.obrigacionistas e de médio e longo prazos., do capital em dívida dos contratos de leasing / Receita total disponível deduzida da rubrica orçamental "12. Passivos Financeiros - Emprést. contraídos a médio e longo prazos".	
	Receita Total Disponível - Passivos Financeiros Cobrados (receita) *100	25 406 966	100,60%	29 158 825	82,19%	33 995 928	67,22%	28 357 446	71,65%	-18,41	-14,97	4,43	-28,95		
25	Dívida Municipal em sentido lato	28 941 832		32 542 781		38 540 053		35 518 159						Permite apurar a dívida "per capita".	
	População	41 035	705	40 786	798	40 208	959	39 666	895	93	161	-63	190		
26	Dívida Municipal em sentido lato	28 941 832		32 542 781		38 540 053		35 518 159						Conjunto de indicadores relativos ao período de recuperação da dívida, ou seja, estimativa do número de anos em que a Autarquia é capaz de pagar as suas dívidas com base num conjunto de receitas próprias regulares, admitindo alguma estabilidade nas grandezas consideradas.	
	Receita próprias regulares	19 458 684	1,5	19 373 507	1,7	19 197 837	2,0	18 704 571	1,9	0,19	0,33	-0,11	0,41		
27	Dívida financeira de MLP	25 558 459		23 965 540		22 852 377		20 318 226							A dívida municipal em sentido lato corresponde ao somatório da dívida financeira (empréstimos e leasing) com a dívida administrativa/comercial (exceto O.T.).
	Receita próprias regulares	19 458 684	1,3	19 373 507	1,2	19 197 837	1,2	18 704 571	1,1	-0,08	-0,05	-0,10	-0,23		
28	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	3 383 373		8 577 241		15 687 676		15 199 933						As receitas próprias regulares resultam da soma das seguintes rubricas: 01 - Impostos diretos; 02 - Impostos indiretos; 04 - Taxas, multas e Outras Penalidades; 05 - Rendimentos da Propriedade; 06.03.01.01 e 10.03.01.01.- Fundo de Equilíbrio Financeiro; 06.03.01.02. - Fundo Social Municipal; 06.03.01.03- Participação no IRS; 07 - Venda de bens e serviços correntes; 08 - Outras receitas correntes.	
	Receita próprias regulares	19 458 684	0,2	19 373 507	0,4	19 197 837	0,8	18 704 571	0,8	0,27	0,37	0,00	0,64		
29	Dívida Municipal em sentido lato	28 941 832		32 542 781		38 540 053		35 518 159						As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMLP e dos contratos de locação financeira (indicadores 29 e 30), acrescidas do valor das amortizações dos contratos de EMLP e de locação financeira (indicador 31), atendendo a que, neste último caso, a dívida considerada no numerador não contempla aquelas grandezas.	
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)	11 041 488	2,6	9 706 324	3,4	9 469 792	4,1	10 140 627	3,5	0,73	0,72	-0,57	0,88		
30	Dívida financeira de MLP	25 558 459		23 965 540		22 852 377		20 318 226						As despesas rígidas e vinculadas resultam da soma das despesas com pessoal e do juros dos EMLP e dos contratos de locação financeira (indicadores 29 e 30), acrescidas do valor das amortizações dos contratos de EMLP e de locação financeira (indicador 31), atendendo a que, neste último caso, a dívida considerada no numerador não contempla aquelas grandezas.	
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e juros de EMLP e leasing)	11 041 488	2,3	9 706 324	2,5	9 469 792	2,4	10 140 627	2,0	0,15	-0,06	-0,41	-0,31		
31	Outras dívidas a terceiros originariamente de CP (excepto OT)	3 383 373		8 577 241		15 687 676		15 199 933							
	Receita próprias regulares - Despesas rígidas e vinculadas (pessoal e serviço da dívida de EMLP e leasing)	8 755 628	0,4	6 902 676	1,2	6 798 245	2,3	7 583 804	2,0	0,86	1,07	-0,30	1,62		
OBSERVAÇÕES:															
a) A dívida municipal considerada nos indicadores 19, 20, 22 e 23 não inclui o valor das operações de tesouraria, sendo apurada no mapa "DIV_RECONC". Apenas se refere as operações de tesouraria visto que se parte do pressuposto que as cauções e garantias em dinheiro estão incluídas nesta rubrica, mesmo em termos de fluxos de caixa. Caso contrário, haverá que somar no indicado mapa da "DIV_RECONC" estas duas realidades.															

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

Un: euro

Descrição		Obs.	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2009 / 2010	Variação (%) 2010 / 2011	Variação (%) 2011/ 2012	Variação (%) 2009/ 2012	ANO DE 2013	
DÍVIDA FINANCEIRA	1	Stock de Empréstimos de MLP (considerados no MLP do balanço)	a)	24 882 970	23 253 562	22 345 568	19 941 243	-6,55	-3,90	-10,76	-19,86	17.494.461
	2	Stock de Empréstimos de MLP (considerados no CP do balanço)	a)	0	0	0	0					0,00
	3	Soma		24 882 970	23 253 562	22 345 568	19 941 243	-6,55	-3,90	-10,76	-14,24	17.494.461
	4	Diferenças apuradas na circularização (a considerar no balanço no MLP)										
	5	Subtotal		24 882 970	23 253 562	22 345 568	19 941 243	-6,55	-3,90	-10,76	-19,86	17.494.461
	6	Stock de empréstimos de curto prazo										0,00
	7	Diferenças apuradas na circularização										0,00
	8	Subtotal		0	0	0	0					
	9	Dívida de Leasing (considerados no MLP do balanço)	a) e d)	0	0	0	0					0,00
	10	Dívida de Leasing (considerados no CP do balanço)	a) e d)	675 488	711 977	506 809	376 984	5,40	-28,82	-25,62	-44,19	365.042
	11	Soma		675 488	711 977	506 809	376 984	5,40	-28,82	-25,62	-44,19	365.042
	12	Diferenças apuradas na circularização (a considerar no balanço no MLP)										0,00
	13	Subtotal		675 488	711 977	506 809	376 984	5,40	-28,82	-25,62	-44,19	365.042
OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	14	Outras dívidas a terceiros de MLP	a)									0
	15	Outras dívidas a terceiros MLP (consideradas no CP do balanço)	a) e b)									0,00
	16	Outras dívidas a terceiros de curto prazo	a) e c)	3 377 545	8 554 304	15 635 137	13 816 791	153,27	82,78	-11,63	309,08	12.646.284
	17	Soma		3 377 545	8 554 304	15 635 137	13 816 791	153,27	82,78	-11,63	309,08	12.646.284
	18	Diferenças apuradas na circularização (a considerar no balanço no MLP)										0,00
	19	Diferenças apuradas na circularização (a considerar no balanço no CP)	f)	5 829	22 937	52 539	1 383 141	293,52	129,06	2.532,60	23.630,37	0,00
	20	Subtotal		3 383 373	8 577 241	15 687 676	15 199 933	153,51	82,90	-3,11	349,25	12.646.284
21 Total das dívidas relacionadas com Operações Orçamentais (5+8+13+20)				28 941 832	32 542 781	38 540 053	35 518 159	12,44	18,43	-7,84	22,72	
OP. DE TESOURARIA E CAUÇÕES	22	Saldo total de Operações de Tesouraria	a) e e)	164 855	195 792	198 981	326 260	18,77	1,63	63,97	97,91	225.132
	23	Cauções e garantias em dinheiro ( caso estejam refletidas autonomamente na cont. patrimonial)										
24 Total de Operações de Tesouraria e de cauções e garantias em dinheiro (22+23)				164 855	195 792	198 981	326 260	18,77	1,63	63,97	97,91	225.132
Total geral (21+24)				29 106 687	32 738 572	38 739 034	35 844 420	12,48	18,33	-7,47	23,15	225.132

### OBSERVAÇÕES:

a) Os valores inscritos nos campos 1, 2, 6, 9, 10, 14, 15, 16, 22 e 23 são os refletidos na contabilidade da autarquia.

b) Os valores inscritos no campo 15 referem-se aos montantes relativos a dívidas de MLP a pagar no ano imediato (por isso, considerados no CP do Balanço) em cumprimento de acordos de pagamento, de natureza plurianual, com fornecedores e empreiteiros (ou, mesmo, com sociedades financeiras, no caso de cedência destes acordos pelos fornecedores).

c) Os valores inscritos no campo 16 resultam da seguinte diferença: Passivo de curto prazo constante do balanço corrigido - (montante final de operações de tesouraria e cauções e garantias em dinheiro (campo 24) + valor em dívida de curto prazo de EMLP (incluído no campo 2) + valor em dívida de curto prazo contratos de leasing (incluído no campo 10) + valor da dívida de empréstimos de curto prazo (campo 8) + Valor das outras dívidas a terceiros consideradas no campo 15 + Diferenças apuradas na circularização consideradas no campo 19). Este montante, acrescido das diferenças apuradas no campo 19, será o valor a considerar nos diversos mapas que indicam dívida de curto prazo no final do exercício).

d) Os valores inscritos no campo 9 e 10 resultam do saldo final da conta 261 que reflita os contratos de leasing, de acordo com a sua apresentação no Balanço da Autarquia.

e) Os valores inscritos no campo 22 correspondem ao saldo final de operações de tesouraria, que, em princípio, já incluem o montante das cauções e garantias prestadas em dinheiro. Caso contrário, e se o valor das cauções e garantias em dinheiro estiver relevado ao nível da contabilidade patrimonial, o respetivo montante deverá ser inscrito no campo 23.

f) As diferenças indicadas estão detalhadas nas fls. 33 dos Anexos.



**DÍVIDA FINANCEIRA**  
**EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS**

Un: euro

SERVIÇO DA DÍVIDA	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2009/2010	Variação (%) 2010/2011	Variação (%) 2011/2012	Variação (%) 2009/2012
Amortizações	2 079 500	2 524 767	2 426 180	2 404 326	21%	-4%	-1%	16%
Juros e outros encargos	651 392	285 817	371 068	323 991	-56%	30%	-13%	-50%
<b>TOTAIS</b>	<b>2 730 891</b>	<b>2 810 584</b>	<b>2 797 249</b>	<b>2 728 317</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>-2%</b>	<b>0%</b>

Un: euro

EXERCÍCIOS	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2009/2010	Variação (%) 2010/2011	Variação (%) 2011/2012	Variação (%) 2009/2012
Montantes utilizados	6 337 712	895 359	1 518 186	0	-86%	70%	-100%	-100%

**CONTRATOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA**

Un: euro

SERVIÇO DA DÍVIDA	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2009/2010	Variação (%) 2010/2011	Variação (%) 2011/2012	Variação (%) 2009/2012
Amortizações	206 360	278 881	245 367	152 498	35%	-12%	-38%	-26%
Juros e outros encargos	25 031	14 183	15 844	9 270	-43%	12%	-41%	-63%
<b>TOTAIS</b>	<b>231 391</b>	<b>293 065</b>	<b>261 211</b>	<b>161 768</b>	<b>27%</b>	<b>-11%</b>	<b>-38%</b>	<b>-30%</b>

Un: euro

EXERCÍCIOS	2009	2010	2011	2012	Variação (%) 2009/2010	Variação (%) 2010/2011	Variação (%) 2011/2012	Variação (%) 2009/2012
Montantes relativos a novos contratos	37 790	328 776	0	0	770%	-100%	#DIV/0!	-100%

INDICADORES FINANCEIROS DO MUNICÍPIO - SUA EVOLUÇÃO

INDICADORES			2009		2010		2011		2012		VARIAÇÃO (pontos percentuais)				OBSERVAÇÕES			
											2009/2010	2010/2011	2011/2012	2009/2012				
1	EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez geral	Ativo Circulante	6 250 497	147,99%	5 927 860	62,50%	6 237 646	38,05%	5 968 699	37,53%	-85,49	-24,45	-0,52	-110,45	O presente indicador mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelo activo circulante, ou seja, mede a capacidade da entidade para fazer face aos débitos ou compromissos a curto prazo utilizando os montantes de disponibilidades, clientes, contribuintes e utentes e existências ( <i>Nota</i> : não inclui, em ambos os casos, os montantes relativos a acréscimos e diferimentos). Deve ser superior a 100% - situação em que se verifica um equilíbrio financeiro mínimo. Se for inferior a 100% mostra a impossibilidade da entidade de cumprir os pagamentos referentes a débitos a liquidar no curto prazo (um ano). Quanto maior for o resultado do indicador, maior a certeza de que os débitos a curto prazo podem ser pagos nos prazos adequados.		
			Passivo Circulante	4 223 717		9 485 010		16 393 466		15 903 177								
2		Liquidez reduzida	Ativo Circulante - Existências	6 250 497	147,99%	5 927 860	62,50%	6 237 646	38,05%	5 968 699	37,53%	-85,49	-24,45	-0,52	-110,45	É idêntico ao anterior, mas não considera, no numerador, as existências (admite que as existências não serão susceptíveis de serem transformadas rapidamente em dinheiro). Mede a capacidade das disponibilidades e dos créditos de curto prazo cobrirem as dívidas de curto prazo. Deve estar compreendido entre 90% e 110%		
			Passivo Circulante	4 223 717		9 485 010		16 393 466		15 903 177								
3		Liquidez imediata	Disponibilidades	2 820 367	66,77%	2 214 995	23,35%	1 821 654	11,11%	2 705 840	17,01%	-43,42	-12,24	5,90	-49,76	É idêntico ao anterior, mas considerando, no numerador, apenas o valor das disponibilidades. Mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades. Deve ser > 90%		
			Passivo Circulante	4 223 717		9 485 010		16 393 466		15 903 177								
4		Prazo médio de pagamento	Dívida a terceiros em 31/12 (exceto Empréstimos+Leasing+OT+Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro) x 365	3 383 373	82	8 577 241	150	15 687 676	230	15 199 933	324	68	80	94	242	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a terceiros resultantes da execução orçamental (ou seja, excluindo OT e cauções prestadas em dinheiro). No numerador deste indicador não incluímos, também, o stock da dívida de empréstimos e leasing. Se possível, do denominador deverá ser excluído o valor das aquisições do ano efectuado em leasing.		
			Aquisição de Bens e Serviços (exceto em leasing)/Transferências e subsídios no ano	15 070 669		20 853 342		24 883 706		17 129 834								
5		Prazo médio de pagamento (incluindo aquisições em leasing)	Dívida a terceiros em 31/12 (excepto Empréstimos+OT+Cauç. e gar. de fornec. em dinheiro) x 365	4 058 862	96	9 289 218	158	16 194 485	235	15 576 917	328	62	77	94	232	Este indicador é idêntico ao anterior, mas inclui, quer no numerador, quer no denominador, os montantes relativos ao leasing.		
			Aquisição de Bens e Serviços/Transferências e subsídios no ano	15 373 681		21 443 588		25 175 042		17 307 763								
6	Prazo médio de pagamento de imobilizado	Dívida a fornecedores de imobilizado em 31/12 x 365	2 363 045	167	6 334 569	189	7 727 082	184	7 230 449	124	22	-5	-60	-42	Este indicador evidencia o número de dias que, em média, se demora para pagar as dívidas a fornecedores de imobilizado.			
		Aquisição de Imobilizado no ano	5 175 747		12 242 140		15 309 254		9 696 064									
7	IMOBILIZAÇÕES	Indicador das imobilizações I (capitais permanentes / imobilizado líquido)	Capitais Permanentes	68 259 057	76,35%	67 762 766	69,86%	62 166 959	57,43%	63 824 368	59,68%	-6,49	-12,43	2,25	-16,67	A aquisição de imobilizado deve processar-se, em regra, através de capitais que não sejam exigíveis a curto prazo, isto é, através de capitais permanentes (fundo patrimonial + financiamentos de MLP). Avalia a cobertura do imobilizado por capitais permanentes, sendo complementar ao indicador de liquidez geral. Se tem um valor inferior à unidade, poderá significar que parte do imobilizado está a ser financiado por capitais exigíveis a curto prazo.		
			Imobilizado Líquido	89 408 193		96 998 879		108 253 109		106 952 709								
Indicador das imobilizações II (capitais alheios MLP / imobilizado líquido)		Capitais Alheios de Médio e Longo Prazos	24 882 970	27,83%	23 253 562	23,97%	22 345 568	20,64%	19 941 243	18,64%	-3,86	-3,33	-2,00	-9,19	Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.			
		Imobilizado Líquido	89 408 193		96 998 879		108 253 109		106 952 709									
8		Indicador das imobilizações III (capitais alheios CP / imobilizado líquido)	Capitais Alheios de Curto Prazo	4 223 717	4,72%	9 485 010	9,78%	16 393 466	15,14%	15 903 177	14,87%	5,05	5,37	-0,27	10,15		Avalia a cobertura do imobilizado pelos capitais alheios de curto prazo (excluindo acréscimos e diferimentos). É um indicador destinado a analisar a segurança das imobilizações, evidenciando a utilização de financiamentos externos de CP.	
			Imobilizado Líquido	89 408 193		96 998 879		108 253 109		106 952 709								
9		ENDIVIDAMENTO	Endividamento (passivo / ativo líquido)	Passivo	52 282 603	54,66%	58 417 536	56,76%	74 986 895	65,31%	73 726 430	62,69%	2,10	8,56	-2,63		8,03	Mede o peso dos capitais alheios no financiamento das actividades da autarquia. Quanto menor for o valor do rácio, tanto menor será a dependência da entidade face a financiamentos externos. Deve ser inferior a 67%, face à sua articulação com o parâmetro de referência previsto para o indicador "autonomia financeira" (que deve ser superior a 33%).
				Activo Líquido	95 658 690		102 926 739		114 808 286		117 609 555							
10	Estrutura de Endividamento I (dívidas MLP / passivo)		Dívidas de MLP	24 882 970	47,59%	23 253 562	39,81%	22 345 568	29,80%	19 941 243	27,05%	-7,79	-10,01	-2,75	-20,55	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.		
			Passivo	52 282 603		58 417 536		74 986 895		73 726 430								
11	Estrutura de Endividamento II (dívida financeira MLP / passivo)		Dívida financeira de MLP	24 882 970	47,59%	23 253 562	39,81%	22 345 568	29,80%	19 941 243	27,05%	-7,79	-10,01	-2,75	-20,55	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta o passivo financeiro (empréstimos e leasing) de MLP. Quanto maior for o rácio de médio e longo prazo menor será o peso das dívidas de curto prazo, incluindo os acréscimos e diferimentos, na dívida total, implicando, nesse caso, menores pressões sobre a tesouraria.		
			Passivo	52 282 603		58 417 536		74 986 895		73 726 430								
12	Estrutura de Endividamento III (dívidas de CP / passivo)		Dívidas de Curto Prazo	4 223 717	8,08%	9 485 010	16,24%	16 393 466	21,86%	15 903 177	21,57%	8,16	5,63	-0,29	13,49	Exprime a estrutura de endividamento, tendo em conta apenas o passivo circulante, excluindo, por isso, os acréscimos e diferimentos. Complementa o penúltimo indicador.		
			Passivo	52 282 603		58 417 536		74 986 895		73 726 430								

**PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO - PREDE**  
**CONTROLO DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP**

**ANO DE 2009**

**(1º ANO DE OBRIGAÇÃO DE REDUÇÃO)**

**QUADRO I - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA IGF**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA REFERIDA FÓRMULA		
PRAZO MÉDIO PAGAMENTO	PMP <sub>2008</sub>	236
VALOR DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	A <sub>2008</sub>	9 707 741,60
MONTANTE DO FINANCIAMENTO OBTIDO	F	4 991 527,63

CÁLCULO DO OBJETIVO DE PMP DE ACORDO COM A FÓRMULA		
$PMP_{2008} - \frac{F \times 0,5}{A_{2008}} \times 365$	$236 - \frac{4\,991\,527,63 \times 0,5}{9\,707\,741,60} \times 365$	<b>142</b>

OBJETIVO DE PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE 2009				
MAIOR DOS VALORES (Al. a) do n.º 39 da RCM 34/98)	i)	142	ii)	40
				<b>142</b>

CONTROLO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP DE 2009			
DESCRIÇÃO	OBJETIVO 2009	PRAZO APURADO	DIFERENÇA
VALORES	142	156	14

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2008 E 2009				
DESCRIÇÃO	PMP 2008	PMP 2009	DIFERENÇA	VARIAÇÃO %
VALORES	236	156	-80	-34%
CONTROLO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP DE 2009	CUMPRIMENTO		INCUMPRIMENTO	
			X	

**QUADRO II - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA DGAL**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA REFERIDA FÓRMULA		
PRAZO MÉDIO PAGAMENTO	PMP <sub>2008</sub>	206
VALOR DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	A <sub>2008</sub>	11 895 692,40
MONTANTE DO FINANCIAMENTO OBTIDO	F	4 991 527,63

CÁLCULO DO OBJETIVO DE PMP DE ACORDO COM A FÓRMULA		
$PMP_{2008} - \frac{F \times 0,5}{A_{2008}} \times 365$	$206 - \frac{4\,991\,527,63 \times 0,5}{11\,895\,692,40} \times 365$	<b>130</b>

OBJETIVO DE PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE 2008				
MAIOR DOS VALORES (Al. a) do n.º 39 da RCM 34/98)	i)	130	ii)	40
				<b>130</b>

CONTROLO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP DE 2009			
DESCRIÇÃO	OBJETIVO 2009	PRAZO APURADO	DIFERENÇA
VALORES	130	131	2

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2008 E 2009				
DESCRIÇÃO	PMP 2008	PMP 2009	DIFERENÇA	VARIAÇÃO %
VALORES	206	131	-75	-36%
CONTROLO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP DE 2009	CUMPRIMENTO		INCUMPRIMENTO	
			X	

**CONCLUSÕES - 2009**

<b>1 - INCUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2009</b>
<b>2 - DIMINUIÇÃO 80 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2008 E O FINAL DE 2009</b>

<b>1 - INCUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2009</b>
<b>2 - DIMINUIÇÃO DE 75 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2008 E O FINAL DE 2009</b>

**CONSEQUÊNCIA DO INCUMPRIMENTO/SUPERAÇÃO DO OBJETIVO DO PMP ATENDENDO AO DISPOSTO NA RCM 34/2008 (Ponto 8 da RCM n.º 191-A/2008)**

<b>ACRÉSCIMO de 0,2 PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE JURO BASE REMUNERATÓRIA DO CAPITAL MUTUADO</b> ( ponto 44 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 )
--

<b>ACRÉSCIMO de 0,2 PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE JURO BASE REMUNERATÓRIA DO CAPITAL MUTUADO</b> ( ponto 44 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 )
--

**PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO - PREDE**  
**CONTROLO DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP**

**ANO DE 2010**

**(2º ANO DE OBRIGAÇÃO DE REDUÇÃO)**

**QUADRO I - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA IGF**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA FÓRMULA	
(1) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2009	156
(2) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2010	132
(3) VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PMP ENTRE 2009/2010 ( ((2)-(1))/(1) )	-15%

**QUADRO II - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA DGAL**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA FÓRMULA	
(1) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2009	131
(2) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2010	94
(3) VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PMP ENTRE 2009/2010 ( ((2)-(1))/(1) )	-29%

ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO IGF	OBJETIVO DE PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE 2010 (Ponto n.º 9 e alínea b) do ponto 39 da RCM n.º 34/2008)				ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DGAL
	DESCRIÇÃO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	
	PMP DE N-1 < 45 dias	PMP < 30 dias	30 dias <= PMP < 40 dias	PMP >= 40 dias	
X	PMP N-1 >= 45 dias	Redução do PMP > 25%	Redução do PMP no intervalo (15%; 25%)	Aumento do PMP ou redução < 15%	X

OBJETIVO DE PMP DE 2010 E CONTROLO DO SEU CUMPRIMENTO			
ANO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO
OBJETIVO	<= 116 dias	[ 117 ; 132 ]	=> 133 dias
CONTROLO		X	

CONTROLO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP DE 2010			
ANO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO
OBJETIVO	<= 98 dias	[ 99 ; 112 ]	=> 113 dias
CONTROLO	X		

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2009 E 2010			
DESCRIÇÃO	PMP 2009	PMP 2010	DIFERENÇA
VALORES	156	132	-24

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2009 E 2010			
DESCRIÇÃO	PMP 2009	PMP 2010	DIFERENÇA
VALORES	131	94	-38

**CONCLUSÕES - 2010**

1 - CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2010
2 - DIMINUIÇÃO DE 24 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2009 E O FINAL DE 2010

1 - SUPERAÇÃO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2010
2 - DIMINUIÇÃO DE 38 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2009 E O FINAL DE 2010

**CONSEQUÊNCIA DO INCUMPRIMENTO/SUPERAÇÃO DO OBJECTIVO DO PMP ATENDENDO AO DISPOSTO NA RCM 34/2008**

SEM IMPACTO
-------------

DIMINUIÇÃO DE 0,2 PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE JURO BASE REMUNERATÓRIA DO CAPITAL MUTUADO ( ponto 43 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 )
--

**PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO - PREDE**  
**CONTROLO DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP**

**ANO DE 2011**

**(3º ANO DE OBRIGAÇÃO DE REDUÇÃO)**

**QUADRO I - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA IGF**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA FÓRMULA	
(1) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2010	132
(2) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2011	202
(3) VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PMP ENTRE 2010/2011 ( ((2)-(1))/(1) )	53%

ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO IGF
X

OBJETIVO DE PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE 2010 (Ponto n.º 9 e alínea b) do ponto 39 da RCM n.º 34/2008)			
DESCRIÇÃO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO
PMP DE N-1 < 45 dias	PMP < 30 dias	30 dias <= PMP < 40 dias	PMP >= 40 dias
PMP N-1 >= 45 dias	Redução do PMP > 25%	Redução do PMP no intervalo (15%; 25%)	Aumento do PMP ou redução < 15%

ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DGAL
X

**QUADRO II - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA DGAL**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA FÓRMULA	
(1) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2010	94
(2) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2011	170
(3) VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PMP ENTRE 2010/2011 ( ((2)-(1))/(1) )	82%

OBJETIVO DE PMP DE 2011 E CONTROLO DO SEU CUMPRIMENTO			
ANO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO
OBJETIVO	<= 98 dias	[ 99 ; 112 ]	=> 113 dias
CONTROLO			X

CONTROLO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP DE 2011			
ANO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO
OBJETIVO	<= 69 dias	[ 70 ; 80 ]	=> 81 dias
CONTROLO			X

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2010 E 2011			
DESCRIÇÃO	PMP 2010	PMP 2011	DIFERENÇA
VALORES	132	202	70

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2010 E 2011			
DESCRIÇÃO	PMP 2010	PMP 2011	DIFERENÇA
VALORES	94	170	76

**CONCLUSÕES - 2011**

1 - INCUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2010
2 - AUMENTO DE 70 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2010 E O FINAL DE 2011

1 - INCUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2011
2 - AUMENTO DE 76 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2010 E O FINAL DE 2011

**CONSEQUÊNCIA DO INCUMPRIMENTO/SUPERAÇÃO DO OBJECTIVO DO PMP ATENDENDO AO DISPOSTO NA RCM 34/2008**

ACRÉSCIMO DE 0,3 (0,2+0,1) PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE JURO BASE REMUNERATÓRIA DO CAPITAL MUTUADO ( pontos 44, 45 e 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 )
--

ACRÉSCIMO DE 0,3 (0,2+0,1) PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE JURO BASE REMUNERATÓRIA DO CAPITAL MUTUADO ( pontos 44, 45 e 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 )
--

**PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DÍVIDAS DO ESTADO - PREDE**  
**CONTROLO DO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP**

**ANO DE 2012**

**(4º ANO DE OBRIGAÇÃO DE REDUÇÃO)**

**QUADRO I - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA IGF**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA FÓRMULA	
(1) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2011	202
(2) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2012	535
(3) VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PMP ENTRE 2011/2012 ( ((2)-(1))/(1) )	165%

ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO IGF	OBJETIVO DE PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE 2010 (Ponto n.º 9 e alínea b) do ponto 39 da RCM n.º 34/2008)				ENQUADRAMENTO DO MUNICÍPIO DGAL
	DESCRIÇÃO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	
	PMP DE N-1 < 45 dias	PMP < 30 dias	30 dias <= PMP < 40 dias	PMP >= 40 dias	
X	PMP N-1 >= 45 dias	Redução do PMP > 25%	Redução do PMP no intervalo (15%; 25%)	Aumento do PMP ou redução < 15%	X

**QUADRO II - DE ACORDO COM OS PMP APURADOS PELA DGAL**

VALORES A CONSIDERAR PARA A APLICAÇÃO DA FÓRMULA	
(1) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2011	170
(2) PRAZO MÉDIO PAGAMENTO DE 2012	153
(3) VARIAÇÃO PERCENTUAL DO PMP ENTRE 2011/2012 ( ((2)-(1))/(1) )	-10%

OBJETIVO DE PMP DE 2011 E CONTROLO DO SEU CUMPRIMENTO			
ANO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO
OBJETIVO	<= 150 dias	[ 151 ; 171 ]	=> 172 dias
CONTROLO			X

CONTROLO CUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP DE 2011			
ANO	SUPERAÇÃO	CUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO
OBJETIVO	<= 127 dias	[ 128 ; 145 ]	=> 146 dias
CONTROLO			X

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2011 E 2012			
DESCRIÇÃO	PMP 2011	PMP 2012	DIFERENÇA
VALORES	202	535	333

EVOLUÇÃO DO PMP ENTRE 2011 E 2012			
DESCRIÇÃO	PMP 2011	PMP 2012	DIFERENÇA
VALORES	170	153	-17

**CONCLUSÕES - 2011**

1 - INCUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2010
2 - AUMENTO DE 333 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2011 E O FINAL DE 2012

1 - INCUMPRIMENTO DO OBJETIVO DE PMP PARA O ANO DE 2011
2 - DIMINUIÇÃO DE 17 DIAS DO PMP ENTRE O FINAL DE 2011 E O FINAL DE 2012

**CONSEQUÊNCIA DO INCUMPRIMENTO/SUPERAÇÃO DO OBJECTIVO DO PMP ATENDENDO AO DISPOSTO NA RCM 34/2008**

ACRÉSCIMO DE 0,3 (0,2+0,1) PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE JURO BASE REMUNERATÓRIA DO CAPITAL MUTUADO ( pontos 44, 45 e 9 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 )
--

ACRÉSCIMO de 0,2 PONTOS PERCENTUAIS NA TAXA DE JURO BASE REMUNERATÓRIA DO CAPITAL MUTUADO ( ponto 44 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 )
---



**APURAMENTO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO 34/2008, DE 22/FEV**  
(Fórmulas previstas no Despacho do Ministério das Finanças e da Administração Pública, publicada no DR, 2ª Série, de 3/Abr/2009)

**INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS (IGF) a)**

<b>DF - Dívidas de curto prazo a fornecedores b)</b>								
Contas	Saldo das contas no final de cada um dos 4 trimestres de 2011				Saldo das contas no final de cada um dos 4 trimestres de 2012			
	1º t	2º t	3º t	4º t	1º t	2º t	3º t	4º t
22 - Fornecedores	3 101 629,84	3 387 649,35	3 733 706,75	7 403 649,13	6 528 478,51	5 749 472,22	5 009 739,89	7 019 469,03
252 - Credores pela execução do orçamento	903 978,49	1 262 610,80	1 606 387,17	,00	1 228 551,09	929 675,61	688 117,21	,00
261- Fornecedores de imobilizado	6 964 153,23	7 440 459,01	5 970 723,70	7 949 399,19	7 863 495,00	7 927 917,00	7 748 581,00	6 849 252,00
267-Consultadoria, assessoria	20 525,18	31 931,57	20 267,94	3 547,20	3 427,20	3 547,20	4 349,70	3 547,20
<b>(1) - TOTAL</b>	10 990 286,74	12 122 650,73	11 331 085,56	15 356 595,52	15 623 951,80	14 610 612,03	13 450 807,80	13 872 268,23
<b>CORREÇÕES EFETUADAS PELA IGF</b>	2613 - Leasing - MLP							
	2612111 - parte efetiva de MLP							
	2613 - Cauções e garantias prestadas c)							
	260899 - Factor's d)							
	Outras correções - Circularização e)							
<b>(2) - Soma (TOTAL: 1º t + 2º t + 3º t + 4º t) + CORREÇÕES</b>								
<b>(3) - VALOR MÉDIO DAS DÍVIDAS NOS 4 ÚLTIMOS TRIMESTRES (2)/4</b>								

<b>A - Aquisição de bens e serviços</b>								
Contas	Aquisições em cada um dos 4 trimestres de 2011				Aquisições em cada um dos 4 trimestres de 2012			
	1º t	2º t	3º t	4º t	1º t	2º t	3º t	4º t
31 - Existências	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00	,00
62 - Fornecimentos e serviços externos	1 630 523,50	1 777 172,89	2 135 591,40	2 111 114,45	1 109 479,73	1 318 776,51	1 011 295,63	2 514 535,58
42 - Imobilizações corpóreas	202 915,16	148 391,44	94 482,71	4 026 635,86	17 852,22	22 566,50	19 797,12	20 390 314,24
442 - Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	1 620 453,84	1 170 405,26	1 007 587,58	5 403 179,12	611 598,13	677 362,95	161 437,22	37 260,32
445 - Imobilizações em curso de bens do domínio público	747 709,52	1 580 425,08	989 155,56	901 679,43	422 176,31	405 286,81	359 104,30	372 638,58
45 - Bens do domínio público	38 100,15	106 322,85	1 115,20	1 001 338,45	2 614,34	6 451,35	6 275,90	4 828 798,19
<b>(4) - TOTAL</b>	4 239 702,17	4 782 717,52	4 227 932,45	13 443 947,31	2 223 720,73	2 430 444,12	1 557 910,17	28 143 546,91
<b>CORREÇÕES EFETUADAS PELA IGF</b>	42 - Imobilizações corpóreas f)							
	442 - IC de imobilizações corpóreas f)							
	445 - IC de bens do domínio público f)							
	45 - Bens do domínio público f)							
	Outras correções em imobilizado f)							
<b>(5) - Soma (TOTAL: 1º t + 2º t + 3º t + 4º t) + CORREÇÕES</b>								

<b>Fontes de informação:</b>	Balancetes anlíticos trimestrais do plano da geral, extraídos em xx	Balancetes anlíticos trimestrais do plano da geral, extraídos em xx
------------------------------	---	---

<b>APURAMENTO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO</b>			
DESCRIÇÃO	2011	2012	
<b>PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO ((3)/(5))*365</b>	$PMP = \frac{\sum_{i=1}^4 DF}{\sum_{i=1}^4 A} \times 365$	$PMP = \frac{\sum_{i=1}^4 DF}{\sum_{i=1}^4 A} \times 365$	

**OBSERVAÇÕES:**

- a) Este apuramento inclui os dados considerados pela DGAL e, em linhas autónomas, as correções efetuadas pela IGF e a respetiva fundamentação (cfr. notas seguintes).
- b) Ao contrário da DGAL, continuamos a considerar os saldos relativos a todas as dívidas a fornecedores que inicialmente tinham uma natureza de curto prazo, não obstante possam ter sido entretanto transformadas em dívidas de MLP por acordo entre as partes. Qualquer outra opção distorce o resultado do indicador. De facto, bastaria ao município transformar toda a sua dívida administrativa/comercial de curto prazo para MLP para apresentar um ótimo indicador de PMP.
- c) Abatemos ao saldo da conta 261 o valor das cauções em dinheiro prestadas por fornecedores e empreiteiros uma vez que tais montantes, dada a sua natureza, não devem ser considerados para efeitos de apuramento do prazo médio de pagamento. Desta forma, os saldos aqui a incluir deverão ser introduzidos com sinal negativo.
- d) Alguns municípios, na sequência da notificação dos fornecedores, o valor dos créditos cedidos a entidades financeiras é transferido para uma subconta da conta 268, que não é abrangida pela metodologia seguida pela DGAL. Ora, em nosso entender, os saldos desta conta no final de cada trimestre respeitam a dívidas originariamente de CP de fornecedores e empreiteiros que foram entretanto cedidas a entidades financeiras, mantendo, no município, com a sua natureza inicial, pelo que devem ser considerados para o apuramento do PMP.
- e) Nesta linha (e em linha idêntica do quadro mais abaixo) deve ser incluído o montante das correções efetuadas pela IGF cujo registo, a ter sido efetuado adequadamente, se repercutiria no saldo de qualquer das contas anteriores. O montante considerado nesta linha deverá também ser refletido na linha idêntica do quadro seguinte apenas na parte correspondente a aquisições.
- f) A DGAL, para o apuramento das aquisições de imobilizado em cada trimestre considera os movimentos a débito das contas 42, 442, 445 e 45. Esta metodologia irá ser seguida pela IGF, mas os dados considerados ao nível das aquisições de imobilizado serão corrigidos, quando exista informação disponível, pelos montantes, refletidos naquelas contas, que não respeitem a aquisições a título oneroso (designadamente, valores relativos a obras por administração directa, aquisições a título gratuito - nomeadamente, no âmbito de processos urbanísticos - e, mesmo, recuperações de imobilizado omitido no inventário inicial), eventos que não devem ser considerados para apurar o PMP. Acresce que da metodologia seguida pela DGAL pode resultar uma duplicação dos mesmos montantes ou considerar como aquisições do ano montantes relativos a anos anteriores, bastando para isso, por um lado, que uma aquisição passe, no mesmo período, pelas contas de imobilizado em curso e pelas contas definitivas de imobilizado e, por outro lado, que se transfiram de imobilizado em curso para imobilizado valores respeitantes a investimentos efetuados ao longo de vários exercícios ou apenas trimestres. Ora, para o apuramento do PMP não se justifica que se entre em consideração com qualquer dessas grandezas, que, a serem consideradas, beneficiam o indicador e distorcem o seu resultado. Assim, nestas linhas serão indicados, com sinal negativo, os montantes materialmente relevantes, considerados em duplicado nas contas indicadas em cada uma das linhas anteriores.

**LISTA DOS MUNICÍPIOS COM PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO SUPERIOR A 90 DIAS NO FINAL DO 2.º TRIMESTRE DE 2014**

(n.º 20 - Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, publicada no DR n.º 38, 1.ª série, de 22 de fevereiro)

Ordenado por ordem decrescente do PMP a 30-06-2013

(n.º dias)

MUNICÍPIO	PMP (n.º dias) a 31-12-2012	PMP (n.º dias) a 31-12-2013	PMP (n.º dias) a 31-03-2014	PMP (n.º dias) a 30-06-2014
PORTIMÃO	1.088	1.054	1.055	1.975
NAZARÉ	1.464	421	428	1.627
VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	317	1.580	1.513	1.366
PAÇOS DE FERREIRA	1.335	874	916	926
RIBEIRA BRAVA	127	1.558	1.242	900
SANTA CRUZ	518	1.049	1.079	890
PORTO SANTO	2.194	1.612	1.192	854
SÃO VICENTE	647	436	543	744
CELORICO DA BEIRA	511	370	371	569
ÉVORA	541	755	670	557
ALANDROAL	377	410	479	548
ALJÓ	202	698	611	543
SANTA COMBA DÃO	249	414	425	480
CARTAXO	470	373	393	468
SEIXAL	575	559	526	465
TOMAR	153	363	490	426
SETÚBAL	268	362	383	412
VIZELA	231	494	415	390
FREIXO DE ESPADA À CINTA	473	454	433	379
MACEDO DE CAVALEIROS	284	364	349	368
MACHICO	648	288	267	361
SANTANA	329	494	427	355
PENAMACOR	257	386	406	352
ALCOCHETE	257	353	352	342
VILA NOVA DE POIARES	172	236	292	340
MOURÃO	343	161	153	324
VILA DO BISPO	27	290	304	294
MIRANDELA	426	406	324	285
TRANCOSO	234	309	244	279
MOIMENTA DA BEIRA	361	325	287	275
PORTALEGRE	188	320	292	263
TABUAÇO	219	270	251	262
BOMBARRAL	290	223	229	257
OURIQUE	130	245	265	257
VILA VIÇOSA	209	224	234	255
REGUENGOS DE MONSARAZ	271	170	180	237
SANTARÉM	601	423	326	228
CHAVES	288	231	248	210
SANTIAGO DO CACÉM	132	193	199	201
PORTO MONIZ	443	243	212	187
GUARDA	462	197	181	183
OLHÃO	256	237	199	179
AVEIRO	250	179	172	173
TAROUCA	155	179	179	172
TÁBUA	254	253	174	169
TROFA	492	236	198	168
MAFRA	145	125	140	162
PALMELA	140	171	156	159
SOBRAL DE MONTE AGRADO	272	171	153	147
ALENQUER	169	211	186	147
ALBUFEIRA	385	270	204	144
CAMINHA	79	98	115	139

**CESSÕES DE CRÉDITO POR INICIATIVA DOS FORNECEDORES (FINAL DE 2012) ~~SS~~ a)**

Un: euro

FORNECEDOR	Saldo no final do exercício				INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	PRECEDIDO DE PRÉVIO ACORDO ENTRE O MUNICÍPIO E O FORNECEDOR? (SIM/NÃO)
	Com recurso	Sem recurso	Com desconhecimento da modalidade de cedência	Total		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(5)	(6)
Construções JJR & Filhos, S.A.			115131,34	115 131,34	Totta Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	
Gesinserde - Gestão e Inovação Serviços Desportivos, Lda			158007,47	158 007,47	Totta Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	
Sociedade de Construções José Coutinho, S.A.			362958,83	362 958,83	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	
Tecnorém - Engenharia e Construções, S.A.			92669,32	92 669,32	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	
<b>TOTAL</b>	<b><del>SS</del>0,00</b>	<b><del>SS</del>0,00</b>	<b>728 766,96</b>	<b>728 766,96</b>		

**JUROS LIQUIDADOS/PAGOS RELATIVOS A ATRASOS DE PAGAMENTO A FORNECEDORES**  
**(QUADRIÊNIO 2009/2012)**

**JUROS DE MORA LIQUIDADOS DIRETAMENTE PELOS FORNECEDORES**

Un: Euro

EXERCÍCIOS	VALORES REFLECTIDOS CONTABILISTICAMENTE					VALORES FATURADOS E OMITIDOS NA CONTABILIDADE		VALORES TOTAIS	
	SALDO INICIAL	RECONHECIDOS NO ANO	PAGOS NO ANO	ANULADOS NO ANO	EM DÍVIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO	PRÓPRIO ANO	ANOS ANTERIORES	LIQUIDADOS EM CADA EXERCÍCIO	EM DÍVIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)-(4)-(5)	(7)	(8)	(9) = (3) + (7)	(10)=(6) + (7) + (8)
2009		256 711,15	251 184,00	3 438,03	2 089,12			256 711,15	2 089,12
2010		539 000,43	118 030,18	210 691,00	210 279,25			539 000,43	210 279,25
2011	210 279,25	482 614,50	290 243,87	2 631,42	400 018,46			482 614,50	400 018,46
2012	400 018,46	459 302,99	489 158,41	593,86	369 569,18			459 302,99	369 569,18
<b>TOTAL</b>		<b>1 737 629,07</b>	<b>1 148 616,46</b>	<b>217 354,31</b>				<b>1 737 629,07</b>	

**JUROS DE MORA LIQUIDADOS POR ENTIDADES FINANCEIRAS NO ÂMBITO DE CONTRATOS DE FACTORING OU EQUIVALENTE**

Un: Euro

EXERCÍCIOS	VALORES REFLETIDOS CONTABILISTICAMENTE					VALORES FACTURADOS E OMITIDOS NA CONTABILIDADE		VALORES TOTAIS	
	SALDO INICIAL	RECONHECIDOS NO ANO	PAGOS NO ANO	ANULADOS NO ANO	EM DÍVIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO	PRÓPRIO ANO	ANOS ANTERIORES	LIQUIDADOS EM CADA EXERCÍCIO	EM DÍVIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)-(4)-(5)	(7)	(8)	(9) = (3) + (7)	(10)=(6) + (7) + (8)
2009									
2010									
2011									
2012									
<b>TOTAL</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>				<b>0,00</b>	

<b>Total global - 2012</b>		<b>1 737 629,07</b>	<b>1 148 616,46</b>	<b>217 354,31</b>	<b>369 569,18</b>		<b>0,00</b>	<b>369 569,18</b>	
----------------------------	--	---------------------	---------------------	-------------------	-------------------	--	-------------	-------------------	--

## ANO DE 2011

## LIMITES ESPECIAIS DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

(Art.53º das Leis.ºs 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º das Leis.ºs 60-A/2011, de 30/nov)

## APURAMENTO DO LIMITE ESPECIAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE 2011

DESCRIÇÃO	DGAL (SIIAL em 22/ago/2013)	IGF		DIFERENÇA IGF / DGAL	ANEXOS
		CORREÇÕES	VALORES ADOTADOS		
LIMITE DE EL DE 2010 DE ACORDO COM A LFL	17 794 283		17 794 283		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO RELEVANTE NO FINAL DE 2010 (DGAL)	12 502 897		12 502 897		
Eventuais correções da IGF (a indicar com sinal + ou -):					
Circularização da informação e análise da informação contabilística		3 215 134	3 215 134	3 215 134	
Montante dos eventos excecionados					
Outras (a discriminar)					
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO CONSIDERADO PELA IGF (FINAL 2010)			15 718 031		
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO NO FINAL DE 2011 a)	12 502 897		15 718 031	3 215 134	

## OBSERVAÇÕES:

a) O limite especial de endividamento líquido de 2011 (art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 37º, n.º 2, da LFL) resulta do seguinte:

Municípios que não cumprissem, no final de 2010, o limite de EL previsto no art. 37º da LFL: Valor do EL no final de 2010 - 10% do excesso de EL naquela data face ao referido limite da LFL; Municípios que cumprissem, no final de 2010, o limite de EL previsto no art. 37º da LFL: Valor do EL no final de 2010, se EL &gt;=0 ou "zero", se o EL &lt; 0.

## APURAMENTO DO LIMITE ESPECIAL DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS DE 2011

DESCRIÇÃO	DGAL (SIIAL em 22/ago/2013)	IGF		DIFERENÇA IGF / DGAL	ANEXOS
		CORREÇÕES	VALORES ADOTADOS		
LIMITE DE EMLP DE 2010 DE ACORDO COM A LFL	14 235 426		14 235 426		
STOCK DE EMLP RELEVANTE EM 30/SET/2010 (DGAL) a)	11 687 520		11 687 520		
Eventuais correções da IGF (a indicar com sinal + ou -):					
Circularização da informação			0	0	
Montante dos eventos excecionados					
Outras (a discriminar)					
STOCK DE EMLP RELEVANTE CONSIDERADO PELA IGF (30/SET/2010)			11 687 520		
MONTANTE ATRIBUÍDO NO RATEIO	567 129		567 129		
LIMITE DE EMLP NO FINAL DE 2011 a)	12 254 649		12 254 649	0	

## OBSERVAÇÕES:

a) O limite especial de empréstimos de médio/longo prazos de 2011 (art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 39º, n.º 3, da LFL) resulta do seguinte:

Municípios que não cumprissem, em 30/set/2010 (não obstante a alteração legal, a DGAL não efetuou qualquer alteração no cálculo deste limite, que continuou a ter a indicada data de referência), o limite de EMLP previsto no art. 39º, n.º 2, da LFL: Stock de EMLP relevante em 30/set/2010 - 10% do excesso de EMLP naquela data face ao respetivo limite da LFL;

Municípios que cumprissem, em 30/set/2010, o limite de EMLP previsto no art. 39º, n.º 2, da LFL: Stock de EMLP relevante em 30/set/2010 + Eventual valor atribuído no rateio (até ao valor máximo permitido pelo limite da LFL de 2010).

## CONTROLO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES ESPECIAIS DE EL E DE EMLP DE 2011

DESCRIÇÃO		ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO RELEVANTE EM 31/12/2011	CONTROLO IN/CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL EM 31/DEZ/2011		ANEXOS
			COMPARAÇÃO COM EL RELEVANTE	% DE UTILIZAÇÃO DO LIMITE	
LIMITE DE EL	DGAL	17 049 056	- 4 546 159	136%	
	IGF	20 634 363	- 4 916 331	131%	

DESCRIÇÃO		STOCK DE EMLP RELEVANTE EM 31/12/2011	CONTROLO IN/CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL EM 31/DEZ/2011		ANEXOS
			COMPARAÇÃO COM O STOCK DE EMLP RELEVANTE	% DE UTILIZAÇÃO DO LIMITE	
LIMITE DE EMLP	DGAL	11 732 377	522 272	96%	
	IGF	11 732 377	522 272	96%	

ANO DE 2012

LIMITES ESPECIAIS DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

(Art. 53º da Leisn.º 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov)

APURAMENTO DO LIMITE ESPECIAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DE 2012

DESCRIÇÃO	DGAL (SIIAL em 23/ago/2013)	IGF		DIFERENÇA IGF / DGAL	ANEXOS
		CORREÇÕES	VALORES ADOTADOS		
LIMITE DE EL DE 2011 DE ACORDO COM A RESPECTIVA LOE	12 502 897		15 718 031		
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO RELEVANTE NO FINAL DE 2011 (DGAL)	17 049 056		17 049 056		
Eventuais correções da IGF (a indicar com sinal + ou -):					
Circularização a fornecedores/outros credores e análise da informação contabilística		3 804 870	3 585 306	3 585 306	
Montante dos eventos excecionados					
Outras (a discriminar)		- 219 564			
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO CONSIDERADO PELA IGF (FINAL 2011)			20 634 362		
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO NO FINAL DE 2012 a)	12 048 281		15 226 398	3 178 117	

OBSERVAÇÕES:

a) O limite especial de EL de 2012 ( art. 66º da Lei n.º 64-A/2011, de 30/dez, e art. 58º do DL n.º 32/2012, de 13/fev ) resulta, de acordo com a informação da DGAL, do seguinte:  
Municípios que não cumprissem, no final de 2011, o limite de EL previsto na LOE desse ano (art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 39º, n.º 3, da LFL): Valor do limite do EL no final de 2011 (calculado com a LOE desse ano) - 10% do excesso de EL naquela data face ao referido limite;  
Municípios que cumprissem, no final de 2011, o limite de EL previsto no art. 37º da LFL: Valor do EL no final de 2011.

APURAMENTO DO LIMITE ESPECIAL DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZOS DE 2012

DESCRIÇÃO	DGAL (SIIAL em 23/ago/2013)	IGF		DIFERENÇA IGF / DGAL	ANEXOS
		CORREÇÕES	VALORES ADOTADOS		
LIMITE DE EMLP DE 2011 DE ACORDO COM A RESPECTIVA LOE	12 254 649		12 254 649		
STOCK DE EMLP RELEVANTE CONSIDERADO PELA DGAL (FINAL DE 2011) a)	11 732 377		11 732 377		
Eventuais correções da IGF (a indicar com sinal + ou -):					
Circularização da informação			0	0	
Montante dos eventos excecionados					
Outras (a discriminar)					
STOCK DE EMLP RELEVANTE CONSIDERADO PELA IGF (FINAL DE 2011)			11 732 377		
MONTANTE ATRIBUÍDO NO RATEIO	216 353		216 353		
LIMITE DE EMLP NO FINAL DE 2012 a)	11 948 730		11 948 730	0	

OBSERVAÇÕES:

a) O O limite especial de EMLP de 2012 ( art. 66º da Lei n.º 64-A/2011, de 30/dez, e art. 58º do DL n.º 32/2012, de 13/fev ) resulta, de acordo com a informação da DGAL, do seguinte :  
Municípios que não cumprissem, em 31/dez/2011, o limite de EMLP previsto na LOE desse ano ( art. 53º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/dez, posteriormente alterado pelo art. 2º da Lei n.º 60-A/2011, de 30/nov, e art. 39º, n.º 3, da LFL ): limite de EMLP no final de 2011 ( calculado com a LOE desse ano ) - 10% do excesso de EMLP naquela data face ao referido limite;  
Municípios que cumprissem, em 31/dez/2011, o limite de EMLP resultante desse ano: Stock de EMLP relevante no final de 2011 + eventual valor atribuído no rateio.

CONTROLO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES ESPECIAIS DE EL E DE EMLP DE 2012

DESCRIÇÃO		ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO RELEVANTE EM 31/12/2012	CONTROLO IN/CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL EM 31/DEZ/2012		ANEXOS
			COMPARAÇÃO COM EL RELEVANTE	% DE UTILIZAÇÃO DO LIMITE	
LIMITE DE EL	DGAL	8 805 231	3 243 050	73%	
	IGF	14 269 719	956 680	94%	

DESCRIÇÃO		STOCK DE EMLP RELEVANTE EM 31/12/2012	CONTROLO IN/CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL EM 31/DEZ/2012		ANEXOS
			COMPARAÇÃO COM O STOCK DE EMLP RELEVANTE	% DE UTILIZAÇÃO DO LIMITE	
LIMITE DE EMLP	DGAL	10 488 035	1 460 695	88%	
	IGF	10 488 035	1 460 695	88%	

## ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

**CORREÇÕES E A OMISSÃO DOS VALORES DAS ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL**

### ANO DE 2010

Un: Euro

ENTIDADES RELEVANTES	VALORES REPORTADOS PELO MUNICÍPIO	IGF					EL A CORRIGIR	OBS.
		ATIVOS RELEVANTES	PASSIVOS RELEVANTES	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	PERCENTAGEM	END. LIQ. RELEVANTE		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (4)-(3)	(6)	(7) = (5)*(6)	(8) = (7)-(2)	(9)
MUNICÍPIO DE TOMAR	9 870 597,35	9 180 257,00	22 428 375,70	13 248 118,70	100,00%	13 248 118,70	3 377 521,35	a)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	2 632 299,65	1 711 156,56	4 343 456,21	2 632 299,65	100,00%	2 632 299,65	0,00	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CIMT )	0,00	1 685 712,22	315 592,91	- 1 370 119,31	11,86%	- 162 496,15	- 162 496,15	
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	0,00	1 592,55	691,91	- 900,64	2,51%	- 22,61	- 22,61	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	0,00	5 808,32	13 949,39	8 141,07	1,62%	131,89	131,89	
Escola Profissional de Tomar, LDA ( EPT )								b)
TOTAL						15 718 031,48	3 215 134,48	

#### Observações:

- a) Diz respeito às correções efetuadas pela IGF ao nível da anulação dos investimentos financeiros reconhecidos sobre os SMAS (€ 3 354 584,80) e às diferenças apuradas na circularização (€ 22 936,87).  
b) Esta empresa apresenta equilíbrio de contas.

### ANO DE 2011

Un: Euro

ENTIDADES RELEVANTES NÃO COMUNICADAS PELO MUNICÍPIO	VALORES REPORTADOS PELO MUNICÍPIO	IGF					EL A CORRIGIR	OBS.
		ATIVOS RELEVANTES	PASSIVOS RELEVANTES	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	PERCENTAGEM	END. LIQ. RELEVANTE		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (4)-(3)	(6)	(7) = (5)*(6)	(8) = (7)-(2)	(9)
MUNICÍPIO DE TOMAR	15 277 505,77	9 915 003,13	28 997 379,01	19 082 375,88	100,00%	19 082 375,88	3 804 870,11	a)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	1 771 550,71	2 249 134,67	4 020 685,38	1 771 550,71	100,00%	1 771 550,71	0,00	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CIMT )	0,00	2 224 389,12	369 442,55	- 1 854 946,57	11,86%	- 219 996,66	- 219 996,66	
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	0,00	932,76	454,56	- 478,20	2,54%	- 12,15	- 12,15	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	0,00	2 441,52	29 899,61	27 458,09	1,62%	444,82	444,82	
Escola Profissional de Tomar, LDA ( EPT )								b)
TOTAL	17 049 056,48					20 634 362,60	3 585 306,12	

#### Observações:

- a) Diz respeito às correções efetuadas pela IGF ao nível da anulação dos investimentos financeiros reconhecidos sobre os SMAS (€ 3 752 331,08) e às diferenças apuradas na circularização (€ 52 539,03).  
b) Esta empresa apresenta equilíbrio de contas.



## CÁLCULO DO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO PREVISTO NA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

ANO DE 2011

### RECEITAS RELEVANTES PARA O APURAMENTO DO LIMITE

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E INDICAÇÃO DO EXERCÍCIO RELEVANTE	VALORES CONSIDERADOS PELA IGF PARA EFEITOS DOS LIMITES (DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2011)		
	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES PAGOS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS
(1)	(2)	(3)	(4)
<b>(1) IMPOSTOS MUNICIPAIS_2010</b>			
<b>(1-A) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)_2010</b>	2 627 591,40		2 627 591,40
<b>(1-B) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT)_2010</b>	1 121 515,02		1 121 515,02
<b>(1-C) IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS (IMV) E IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO_2010</b>	599 152,44		599 152,44
<b>(1-D) CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA (CA)_2010</b>	3 241,65		3 241,65
<b>(1-E) IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA (IMS)_2010</b>	57 447,89		57 447,89
<b>(1) SUBTOTAL = (1A)+(1B)+(1C)+(1-D)+(1-E)</b>	4 408 948,40	0,00	4 408 948,40
<b>(2) DERRAMA_2010</b>	492 024,95		492 024,95
<b>(3) FEF E IRS DE 2011 a)</b>			8 730 228,00
<b>(4) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS EM ENTIDADES DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL_2010</b>			0,00
<b>(5) TOTAL = (1)+(2)+(3)+(4)</b>	4 900 973,35	0,00	13 631 201,35

### LIMITE LEGAL DE EMPRÉSTIMOS DE CP E SEU CONTROLO

<b>CÁLCULO DO LIMITE</b>	<b>(5)*10%</b>	<b>1 363 120,14</b>
<b>STOCK MÁXIMO RELEVANTE DE ECP NO ANO DE 2011</b>	<b>Anexos</b>	<b>% DE UTILIZAÇÃO MÁXIMA DO LIMITE AO LONGO DO ANO</b>
0,00		0%
<b>STOCK DE ECP RELEVANTE EM 31/12/2011</b>		<b>% DE UTILIZAÇÃO DO LIMITE EM 31/12/2011</b>
0,00		0%

### OBSERVAÇÕES:

a) A DGAL, nos exercícios anteriores, considerou, para o apuramento dos limites legais previstos na Lei das Finanças Locais, o valor de receitas relativas ao FEF e IRS previsto no Orçamento de Estado de cada um dos anos, quando, de acordo com o quadro legal, aquelas receitas são do ano imediatamente anterior ao que respeitam os limites ( cfr. arts. 37º e 39º da LFL ).  
 Todavia, atendendo, às competências atribuídas à DGAL em matéria de cálculo comunicação dos limites legais aos municípios ( cfr., designadamente, art. 65º do DL n.º 29-A/2011, de 1/Mar ), bem como ao nível do acompanhamento da posição de cada um deles nesta matéria e, ainda, com o objectivo de harmonização de posições entre entidades da Administração Central, a IGF adoptou, nesta auditoria, para apuramento do limite de ECP, os montantes da receita da natureza indicada considerados pela DGAL.

## CÁLCULO DO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO PREVISTO NA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

ANO DE 2012

### RECEITAS RELEVANTES PARA O APURAMENTO DO LIMITE

DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS E INDICAÇÃO DO EXERCÍCIO RELEVANTE	VALORES CONSIDERADOS PELA IGF PARA EFEITOS DOS LIMITES (DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E LEIS DO ORÇAMENTO DE ESTADO DE 2011)s		
	RECEITAS COBRADAS BRUTAS	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES PAGOS	RECEITAS COBRADAS LÍQUIDAS
(1)	(2)	(3)	(4)
<b>(1) IMPOSTOS MUNICIPAIS_2011</b>			
<b>(1-A) sIMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI)_2011</b>	2 785 167,62		2 785 167,62
<b>(1-B) sIMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT)_2011</b>	1 179 584,12		1 179 584,12
<b>(1-C) sIMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS (IMV) E IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO_2011</b>	641 150,91		641 150,91
<b>(1-D) sCONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA (CA)_2011</b>	771,97		771,97
<b>(1-E) sIMPOSTO MUNICIPAL DE SISA (IMS)_2011</b>	36 807,04		36 807,04
<b>(1)sSUBTOTAL = (1A)+(1B)+(1C)+(1-D)+(1-E)</b>	4 643 481,66	0,00	4 643 481,66
<b>(2) DERRAMA_2011</b>	640 685,12		640 685,12
<b>(3) FEF E IRS DE 2012 a)s</b>	8 301 676,00		8 301 676,00
<b>(4) PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS EM ENTIDADES DO SECTOR EMPRESARIAL LOCAL_2011</b>			0,00
<b>(5) TOTAL = (1)+(2)+(3)+(4)</b>	13 585 842,78	0,00	13 585 842,78

### OBSERVAÇÕES:

a) A DGAL, nos exercícios anteriores, considerou, para o apuramento dos limites legais previstos na Lei das Finanças Locais, o valor de receitas relativas ao FEF e IRS previsto no Orçamento de Estado de cada um dos anos, quando, de acordo com o quadro legal, aquelas receitas são do ano imediatamente anterior ao que respeitam os limites ( cfr. arts. 37º e 39º da LFL ).  
 Todavia, atendendo, às competências atribuídas à DGAL em matéria de cálculo comunicação dos limites legais aos municípios ( cfr., designadamente, art. 65º do DL n.º 29-A/2011, de 1/Mar ), bem como ao nível do acompanhamento da posição de cada um deles nesta matéria e, ainda, com o objectivo de harmonização de posições entre entidades da Administração Central, a IGF adoptou, nesta auditoria, para apuramento do limite de ECP, os montantes da receita da natureza indicada considerados pela DGAL.

### LIMITE LEGAL DE EMPRÉSTIMOS DE CP E SEU CONTROLO

<b>CÁLCULO DO LIMITE</b>	<b>s(5)*10%</b>	<b>1 358 584,28</b>
<b>STOCK MÁXIMO RELEVANTE DE ECP NO ANO DE 2012</b>	<b>Anexos</b>	<b>% DE UTILIZAÇÃO MÁXIMA DO LIMITE AO LONGO DO ANO</b>
<b>0,00</b>		<b>0%</b>
<b>STOCK DE ECP RELEVANTE EM 31/12/2012</b>		<b>% DE UTILIZAÇÃO DO LIMITE EM 31/12/2012</b>
<b>0,00</b>		<b>0%</b>

ANO DE 2011

ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL E SUA RELEVÂNCIA PARA OS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES	ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL		ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DOS LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
	<del>PARTE PROPORCIONAL IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO</del>		EMPRÉSTIMOS	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	BREVE JUSTIFICAÇÃO (EM CASO DE EXCLUSÃO)
	PERCENTAGEM	CRITÉRIO ADOTADO			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
MUNICÍPIO DE TOMAR	100,00%		SIM	SIM	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )	100,00%		SIM	SIM	
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÊDIO TEJO ( CIMT )	11,86%	Proporcionalidade da comparticipação do MT no total das quotizações anuais	SIM	SIM	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )	2,54%	Proporcionalidade da comparticipação do MT no total das quotizações anuais	SIM	SIM	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )	1,62%	Proporcionalidade da comparticipação do MT no total das quotizações anuais	SIM	SIM	
ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR , LDA ( EPT )	50,00%	Participação no capital	NÃO	NÃO	A empresa apresenta as contas equilibradas

ANO DE 2012

## ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL E SUA RELEVÂNCIA PARA OS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES	ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL		ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DOS LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL		
	<del>PARTE PROPORCIONAL IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO</del>		EMPRÉSTIMOS	ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	BREVE JUSTIFICAÇÃO (EM CASO DE EXCLUSÃO)
	PERCENTAGEM	CRITÉRIO ADOTADO			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
MUNICÍPIO DE TOMAR	100,00%		SIM	SIM	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	100,00%		SIM	SIM	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CIMT )	11,86%	Quotas para despesas de funcionamento	SIM	SIM	
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	2,50%	Proporcionalidade da comparticipação do MT no total da quotizações anuais	SIM	SIM	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	1,52%	Proporcionalidade da comparticipação do MT no total da quotizações anuais	SIM	SIM	
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )	50,00%	Participação no capital	NÃO	NÃO	A empresa apresenta resultados anuais equilibrados

CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: Designacao	CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: NIFEntidade	CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: Participacao Municipio	CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: Contribuicao Endividamento Liquido	CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: Contribuicao Endivid Bancario	CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: Contribuição para a Divida Bruta Municipal	CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: Criacao Data	CONTRIBUICOES_ENDIVIDAMENTO: Ultima Alteracao Data
AMPV – Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	0,01	-	-	456,39	2014-07-07 14:11:55	2014-07-15 18:11:37
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	0,32	-	-	314,80	2014-07-07 14:09:56	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	502106506	12,00	-	-	10.368,21	2014-07-25 12:02:00	2014-07-25 12:02:57
<b>RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo</b>	<b>503914096</b>	<b>19,62</b>	<b>825.233,44</b>	<b>1.207.045,47</b>	<b>3.124.912,95</b>	<b>2015-03-25 15:46:34</b>	<b>2015-04-10 16:23:43</b>
Serviços Municipalizados de Aguas e Saneamento de Tomar	680039457	100,00	952.890,09	-	9.053,36	2014-04-28 15:06:16	2014-05-19 16:33:54
			<b>1.778.123,53</b>				

## ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR, LDA ( EPT )

ANO DE 2011

## ÓPTICA ANUAL DE ANÁLISES- EQUILÍBRIO DE CONTAS PREVISTO NO ART. 31º, N.º 2º, DA LEI 53-F/2006, DE 29/12

RESULTADOS DO EXERCÍCIO    a)					1ª CONCLUSÃO EM MATÉRIA DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO	COBERTURA DOS PREJUÍZOS DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO				2ª CONCLUSÃO EM MATÉRIA DE ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO
COMPONENTES RELEVANTES PARA AFERIR DO EQUILÍBRIO	SALDOS		SALDO GLOBAL			% DE PARTICIPAÇÃO NA ENTIDADE	MONTANTE A TRANSFERIR	TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO		
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR				MONTANTE	DATA (ATÉ 30/4 DO EXERCÍCIO SEGUINTE)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(4)*(7)	(9)	(10)	(11)
RESULTADOS OPERACIONAIS    b)		59 478,45		59 478,45	SALDO GLOBAL CREDOR - DE ENDIVIDAMENTO DAS EMPRESAS PARTICIPADAS NÃO RELEVA PARA OS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	50%				
ENCARGOS FINANCEIROS (saldo devedor da conta 691 – SNC – Juros suportados)    c)										

a) Este mapa só deve ser preenchido caso não tenha sido apresentado, relativamente ao ano em análise, o plano previsional previsto no art. 31º, n.º 5, da Lei 53-F/2006, de 29/12 (óptica plurianual de análise). Tendo sido apresentado aquele plano, apenas deve ser preenchido o mapa que se encontra abaixo.

b) O valor relativo aos resultados operacionais pode ser recolhido da Demonstração de Resultados (DR).

Todavia, caso o valor a transferir para colmatar o desequilíbrio existente seja ainda reconhecido contabilisticamente pela empresa, como nos parece adequado, no exercício a que respeita o desequilíbrio (designadamente, a título de acréscimo de proveitos), o valor a indicar nas colunas 2 e 3 do mapa deverá ser o dos resultados operacionais constantes da respectiva DR, abatido do montante contabilizado relativamente à aludida transferência, que irá constar da coluna 9.

c) O valor dos encargos financeiros pode ser obtido no balancete antes dos lançamentos de apuramento de resultados ou Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

## Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )

ANO DE 2012

~~ÓPTICA ANUAL DE ANÁLISES~~- EQUILÍBRIO DE CONTAS PREVISTO NO ART. 31º, N.º 2º, DA LEI 53-F/2006, DE 29/12

RESULTADOS DO EXERCÍCIO    a)					1ª CONCLUSÃO EM MATÉRIA DE S ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO	COBERTURA DOS PREJUÍZOS DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO				2ª CONCLUSÃO EM MATÉRIA DE S ENDIVIDAMENTO DO MUNICÍPIO
COMPONENTES RELEVANTES PARA AFERIR DO EQUILÍBRIO	SALDOS		SALDO GLOBAL			% DE PARTICIPAÇÃO NA ENTIDADE	MONTANTE A TRANSFERIR	TRANSFERÊNCIA DO MUNICÍPIO		
	DEVEDOR	CREDOR	DEVEDOR	CREDOR				MONTANTE	DATA (ATÉ 30/4 DO EXERCÍCIO SEGUINTE)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(4)*(7)	(9)	(10)	(11)
RESULTADOS OPERACIONAIS    b)		75 816,49		75 816,49	SALDO GLOBAL CREDOR S - DO S ENDIVIDAMENTO DA S EMPRESAS PARTICIPADAS NÃO RELEVA PARA OS S LIMITES DO S ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL	50%				
ENCARGOS FINANCEIROS (saldo devedor da conta 691 – SNC – Juros suportados)    c)										

<sup>a)</sup> Este mapa só deve ser preenchido caso não tenha sido apresentado, relativamente ao ano em análise, o plano previsional previsto no art. 31º, n.º 5, da Lei 53-F/2006, de 29/12 (óptica plurianual de análise). Tendo sido apresentado aquele plano, apenas deve ser preenchido o mapa que se encontra abaixo.

<sup>b)</sup> O valor relativo aos resultados operacionais pode ser recolhido da Demonstração de Resultados (DR).

Todavia, caso o valor a transferir para colmatar o desequilíbrio existente seja ainda reconhecido contabilisticamente pela empresa, como nos parece adequado, no exercício a que respeita o desequilíbrio ( designadamente, a título de acréscimo de proveitos), o valor a indicar nas colunas 2 e 3 do mapa deverá ser o dos resultados operacionais constantes da respectiva DR, abatido do montante contabilizado relativamente à aludida transferência, que irá constar da coluna 9.

<sup>c)</sup> O valor dos encargos financeiros pode ser obtido no balancete antes dos lançamentos de apuramento de resultados ou Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.



ANO DE 2011

LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO

~~ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL~~

SÍNTESE DAS ENTIDADES E DOS MONTANTES DE ENDIVIDAMENTO RELEVANTES

CONTROLO DO LIMITE LEGAL DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Un: Euro

ENTIDADES	STOCK GLOBAL DE EMLP IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO <i>de todas as entidades abrangidas pelos conceitos de endividamento líquido total (independentemente de relevarem, no exercício, para os limites legais)</i> (valoresapuradospelaIGF) (%ímputável)	ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO LIMITE LEGAL DE EMLP E APURAMENTO DO MONTANTE DO STOCK DA DÍVIDA RELEVANTE				ANEXOS
		Stock global de EMLP das entidades relevantes imputável ao município (%ímputável)	Stock global de ECP das entidades relevantes que integram o SPA, em dívida em 31/12/2009 (%ímputável)	Stock em dívida de EMLP excepcionados do limite legal (%ímputável)	Stock de EMLP relevante para efeitos de limite	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)-(5)	(7)
MUNICÍPIO DE TOMAR	22 345 568,05	22 345 568,05	0,00	10 613 190,67	11 732 377,38	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÊDIO TEJO ( CIMT )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR , LDA ( EPT )	0,00	0,00		0,00	0,00	
TOTAL	22 345 568,05	22 345 568,05	0,00	10 613 190,67	11 732 377,38	

CONTROLO DO LIMITE LEGAL DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Un: Euro

ENTIDADES	VALORES DA DÍVIDA DE ECP IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO, <i>no final do exercício, de todas as entidades abrangidas pelos conceitos de endividamento líquido total (independentemente de relevarem, no exercício, para os limites legais)</i> (valoresapuradospelaIGF) (%ímputável)	ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO LIMITE LEGAL DE ECP E APURAMENTO DO MONTANTE DO STOCK DA DÍVIDA RELEVANTE		ANEXOS
		Valores máximos das dívidas de ECP, ao longo do exercício, de todas as entidades relevantes (%ímputável)	Stock da dívida de ECP, no final do exercício, de todas as entidades relevantes (%ímputável)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	0,00	0,00	0,00	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )	0,00	0,00	0,00	
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÊDIO TEJO ( CIMT )	0,00	0,00	0,00	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )	0,00	0,00	0,00	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )	0,00	0,00	0,00	
ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR , LDA ( EPT )	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS DO MUNICÍPIO

APURAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA RELEVANTE E EXCECIONADA DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

ANO DE 2011

Un: Euro

Conta da contabilidade patrimonial	Data do contrato	Entidade bancária	Finalidade	STOCK DA DÍVIDA DE EMLP NO FINAL DO EXERCÍCIO								
				VALORES APURADOS PELA IGF				VALORES COMUNICADOS À DGAL		DIFERENÇA IGF/DGAL (EMLP)		
				Stock total da dívida de EMLP		Repartição dos valores totais considerados		Relevantes para o limite legal de endividamento	Excecionados dos limites legais de endividamento	Relevantes para o limite legal de endividamento	Excecionados dos limites legais de endividamento	TOTAL
				Valores reconciliados a)	Valores não reconciliados a)	Relevantes para os limites legais de endividamento	Excecionados dos limites legais de endividamento					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7)-(9)	(12)=(8)-(10)	(13)=(11)+(12)
2312112	18-03-1997	CGD	Águas Residuais	1 661,13			1 661,13					
2312112	18-03-1997	CGD	Abastecimento de Água	24 300,40			24 300,40					
2312112	18-03-1997	CGD	Abastecimento de Água Ferreira do Zêzere	4 070,83			4 070,83					
2312112	18-03-1997	CGD	Rede Viária Municipal	12 349,67			12 349,67					
2312111	07-10-1998	CGD	Financiamento Investimentos incluídos no P.A.	639 569,61		639 569,61						
2312111	24-03-2000	CGD	Empréstimo saneamento financeiro	1 977 028,96		1 977 028,96						
2312112	27-07-2001	CGD	Linha Crédito DL 38-C/01, de 8/fev ( bonificado)	1 360 093,75			1 360 093,75					
2312112	27-07-2001	CGD	Linha Crédito DL 38-C/01, de 8/fev ( não bonificado)	2 500 127,63			2 500 127,63					
2312112	02-10-2002	CGD	Complementar candidatura não aprovada Med.1.6	1 123 165,29			1 123 165,29					
2312112	10-12-2002	BPI	Complementar a candidatura aprovada e não homologada Med. 1.6	1 843 065,67			1 843 065,67					
2312112	10-12-2002	BPI	Complementar a candidatura aprovada no âmbito QCA III	896 507,11			896 507,11					
2312112	17-02-2000	BPI	Empréstimo Investimento P.A.	1 722 363,13			1 722 363,13					
2312111	01-09-2003	BCP Millenium	Complementar para obras do 2.º triénio do QCA III	448 026,32		448 026,32						
2312111	22-11-2004	CGD	Ampliação e remodelação do Pavilhão Municipal	720 314,82		720 314,82						
2312111	02-12-2005	CGD	Complementar de obras candidatas	761 164,77		761 164,77						
2312111	13-11-2006	BES	Conservação corrente da Rede Viária	1 095 215,15		1 095 215,15						
2312112	14-11-2008	BPI	Contrato - Programa Intempéries 2006	615 486,06			615 486,06					
2312111	14-11-2008	BPI	Componente não excecionada	2 552 010,48		2 552 010,48						
2312111	06-04-2009	DGTF	PREDE - ESTADO	1 996 611,00		1 996 611,00						
2312111	13-03-2009	CGD	PREDE - CGD	1 542 436,27		1 542 436,27						
2312112	11-11-2009	BPI	Rede Escolar	510 000,00			510 000,00					
TOTAL				22 345 568,05	0,00	11 732 377,38	10 613 190,67	11 732 377,30	10 613 190,67	0,08	0,00	0,08

ANO DE 2012

LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO

~~ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL~~

SÍNTESE DAS ENTIDADES E DOS MONTANTES DE ENDIVIDAMENTO RELEVANTES

CONTROLO DO LIMITE LEGAL DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

Un: Euro

ENTIDADES	STOCK GLOBAL DE EMLP IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO de todas as entidades abrangidas pelos conceitos de endividamento líquido total (independentemente de relevarem, no exercício, para os limites legais) (valores apurados pela G.F.) (% imputável)	ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO LIMITE LEGAL DE EMLP E APURAMENTO DO MONTANTE DO STOCK DA DÍVIDA RELEVANTE				ANEXOS
		Stock global de EMLP das entidades relevantes imputável ao município (% imputável)	Stock global de ECP das entidades relevantes que integram o SPA, em dívida em 31/12/2009 (% imputável)	Stock em dívida de EMLP excepcionados do limite legal (% imputável)	Stock de EMLP relevante para efeitos de limite	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)-(5)	(7)
MUNICÍPIO DE TOMAR	19 941 242,53	19 941 242,53	0,00	9 453 207,56	10 488 034,97	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CINT )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )	0,00	0,00		0,00	0,00	
TOTAL	19 941 242,53	19 941 242,53	0,00	9 453 207,56	10 488 034,97	

CONTROLO DO LIMITE LEGAL DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Un: Euro

ENTIDADES	VALORES DA DÍVIDA DE ECP IMPUTÁVEL AO MUNICÍPIO, no final do exercício, de todas as entidades abrangidas pelos conceitos de endividamento líquido total (independentemente de desrelevarem, no exercício, para os limites legais) (valores apurados pela G.F.) (% imputável)	ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO LIMITE LEGAL DE ECP E APURAMENTO DO MONTANTE DO STOCK DA DÍVIDA RELEVANTE		ANEXOS
		Valores máximos da dívida de ECP, no longo do exercício, de todas as entidades relevantes (% imputável)	Stock da dívida de ECP, no final do exercício, de todas as entidades relevantes (% imputável)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	0,00	0,00	0,00	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	0,00	0,00	0,00	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CINT )	0,00	0,00	0,00	
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	0,00	0,00	0,00	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS DO MUNICÍPIO

APURAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DO STOCK DA DÍVIDA RELEVANTE E EXCECIONADA DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

ANO DE 2012

Un: Euro

Conta da contabilidade patrimonial b)	Data do contrato	Entidade bancária	Finalidade	STOCK DA DÍVIDA DE EMLP NO FINAL DO EXERCÍCIO								
				VALORES APURADOS PELA IGF				VALORES COMUNICADOS À DGAL		DIFERENÇA IGF/DGAL (EMLP)		
				Stock total da dívida de EMLP		Repartição dos valores totais considerados		Relevantes para o limite legal de endividamento	Excecionados dos limites legais de endividamento	Relevantes para o limite legal de endividamento	Excecionados dos limites legais de endividamento	TOTAL
				Valores reconciliados a)	Valores não reconciliados a)	Relevantes para os limites legais de endividamento	Excecionados dos limites legais de endividamento					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(7)-(9)	(12)=(8)-(10)	(13)=(11)+(12)
2312111	07-10-1998	CGD	Financiamento Investimentos incluídos no P.A.	550 613,96		550 613,96						
2312111	24-03-2000	CGD	Empréstimo saneamento financeiro	1 759 785,31		1 759 785,31						
2312112	27-07-2001	CGD	Linha Crédito DL 38-C/01, de 8/fev ( bonificado)	1 225 268,87			1 225 268,87					
2312112	27-07-2001	CGD	Linha Crédito DL 38-C/01, de 8/fev ( não bonificado)	2 252 800,08			2 252 800,08					
2312112	02-10-2002	CGD	Complementar candidatura não aprovada Med.1.6	1 034 859,03			1 034 859,03					
2312112	10-12-2002	BPI	Complementar a candidatura aprovada e não homologada Med. 1.6	1 682 799,09			1 682 799,09					
2312112	10-12-2002	BPI	Complementar a candidatura aprovada no âmbito QCA III	818 549,97			818 549,97					
2312112	17-02-2000	BPI	Empréstimo Investimento P.A.	1 366 234,76			1 366 234,76					
2312111	01-09-2003	BCP Millenium	Complementar para obras do 2.º triénio do QCA III		414 732,60	414 732,60						
2312111	22-11-2004	CGD	Ampliação e remodelação do Pavilhão Municipal	669 130,68		669 130,68						
2312111	02-12-2005	CGD	Complementar de obras candidatas	710 259,82		710 259,82						
2312111	13-11-2006	BES	Conservação corrente da Rede Viária	1 023 397,75		1 023 397,75						
2312112	14-11-2008	BPI	Contrato - Programa Intempéries 2006	583 945,99			583 945,99					
2312111	14-11-2008	BPI	Componente não excecionada	2 426 544,02		2 426 544,02						
2312111	06-04-2009	DGTF	PREDE - ESTADO	1 996 611,00		1 996 611,00						
2312111	13-03-2009	CGD	PREDE - CGD	936 959,83		936 959,83						
2312112	11-11-2009	BPI	Rede Escolar	488 749,77			488 749,77					
TOTAL				19 526 509,93	414 732,60	10 488 034,97	9 453 207,56	10 488 034,97	9 453 207,56	0,00	0,00	0,00

ANO DE 2011

LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO

ENTIDADES ABRANGIDAS PELO CONCEITO DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL

SÍNTESE DAS ENTIDADES E DOS MONTANTES DE ENDIVIDAMENTO RELEVANTES

CONTROLO DO LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Un: Euro

ENTIDADES	APURAMENTO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO GLOBAL IMPUTÁVEL AOS MUNICÍPIOS de todas as entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total (valores apurados pela IGF)			ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E APURAMENTO DOS MONTANTES RELEVANTES							ENDIVIDAMENTOS LÍQUIDOS DAS ENTIDADES ABRANGIDAS PELOS CONCEITOS DE ENDIVIDAMENTOS LÍQUIDOS TOTAIS QUE RELEVAM PARA O LIMITE LEGAL
	Activos (saldos devedores)  - nas % imputáveis	Passivos (saldos credores)  - nas % imputáveis	Endividamento líquido  - nas % imputáveis	Endividamento líquido das entidades relevantes (% imputável)	Stock em dívida de EMLP excepcionados do limite - de acordo com o quadro legal (% imputável)	Outras dívidas excluídas do limite (EDP - consolidada até 31/12/1988)	Créditos sobre terceiros não reconhecidos por ambas as partes	Direitos (do Município sobre SM e entidades do SEL) e correspondentes obrigações excluídos do limite		Endividamentos líquidos relevante para efeitos de limite  (11)=(5)-(6)-(7)+(8)+(9)-(10)	
								Direitos contabilizados no Município	Obrigações contabilizadas nas entidades (nas % da imputação)s		
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(5)-(6)-(7)+(8)+(9)-(10)	(12)
MUNICÍPIO DE TOMAR	9 915 003,13	39 610 569,68	29 695 566,55	29 695 566,55	10 613 190,67	0,00	0,00	0,00		19 082 375,88	19 082 375,88
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )	2 249 134,67	4 020 685,38	1 771 550,71	1 771 550,71	0,00					1 771 550,71	1 771 550,71
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÊDIO TEJO ( CINT )	263 812,55	43 815,89	- 219 996,66	- 219 996,66	0,00					- 219 996,66	- 219 996,66
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )	23,69	11,55	- 12,15	- 12,15	0,00					- 12,15	- 12,15
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )	39,55	484,37	444,82	444,82	0,00					444,82	444,82
ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR , LDA ( EPT )	224 343,76	58 145,06	- 166 198,70	0,00	0,00					0,00	0,00
TOTAL ...	12 652 357,35	43 733 711,92	31 081 354,57	31 247 553,27	10 613 190,67	0,00	0,00	0,00	0,00	20 634 362,60	20 634 362,60



MUNICÍPIO DE TOMAR

## CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO

ANO DE 2011

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores comunicados/considerados pela DGAL			Valores apurados pela IGF			Diferenças	Obs.
		Relativos <i>FINAL DO ANO</i>		Endividamento Líquido Final do <i>ANO</i>	Relativos <i>FINAL DO ANO</i> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do <i>ANO</i>		
		Ativos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)		Ativos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)			
Códigos	Discriminação								
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(4-3)	(6)	(7)	(8)=(7-6)	(9) = (8-5)	(10)
1	DISPONIBILIDADES								
11	Caixa	1 851,08		- 1 851,08	1 851,08		- 1 851,08	0,00	a)
12	Depósitos em Instituições Financeiras	1 819 802,42		- 1 819 802,42	1 819 802,42		- 1 819 802,42	0,00	a)
13 e 14	(...)			0,00			0,00	0,00	a)
15	Títulos negociáveis			0,00			0,00	0,00	a)
18	Outras Aplicações de Tesouraria			0,00			0,00	0,00	a)
2	TERCEIROS								
21	Clientes, contribuintes e utentes	2 242 874,21		- 2 242 874,21	2 242 874,21		- 2 242 874,21	0,00	a)
22	Fornecedores		7 403 649,13	7 403 649,13		7 403 649,13	7 403 649,13	0,00	a)
23	Empréstimos obtidos		22 345 568,05	22 345 568,05		22 345 568,05	22 345 568,05	0,00	a)
24	Estado e Outros Entes Públicos	296 696,10	179 156,01	- 117 540,09	296 696,10	179 156,01	- 117 540,09	0,00	a)
25	Devedores e credores pela execução do orçamento			0,00			0,00	0,00	a)
26	Outros devedores e credores	2 610 862,22	8 758 121,65	6 147 259,43	2 610 862,22	8 758 121,65	6 147 259,43	0,00	a)
27	Acréscimos e diferimentos	317 530,75	34 336 138,49	34 018 607,74	317 530,75	34 336 138,49	34 018 607,74	0,00	a)
28	Empréstimos concedidos			0,00			0,00	0,00	a)
4	IMOBILIZAÇÕES								
41	Investimentos financeiros								
411	Partes de capital	6 377 717,43		- 6 377 717,43	6 377 717,43		- 6 377 717,43	0,00	a)
412	Obrigações e títulos de participação			0,00			0,00	0,00	a)
413	(...)			0,00			0,00	0,00	a)
415	Outras aplicações financeiras			0,00			0,00	0,00	a)
1 - SUBTOTAL A a)		13 667 334,21	73 022 633,33	59 355 299,12	13 667 334,21	73 022 633,33	59 355 299,12	0,00	
2745	Subsídios para investimento b)		33 464 602,68	33 464 602,68		33 464 602,68	33 464 602,68	0,00	
2749	Outros proveitos diferidos (no caso da IGF, apenas o eventual valor de subsídios ao investimento) b)			0,00			0,00	0,00	
2 - SUBTOTAL B		0,00	33 464 602,68	33 464 602,68	0,00	33 464 602,68	33 464 602,68	0,00	
3 - SUBTOTAL C (SUBTOTALS A - B)		13 667 334,21	39 558 030,65	25 890 696,44	13 667 334,21	39 558 030,65	25 890 696,44	0,00	
4 - VALORES RESULTANTES DA CIRCULARIZAÇÃO COM ENTIDADES FINANCEIRAS E OUTROS CREDORES DA AUTARQUIA c) e d)						52 539,03	52 539,03	52 539,03	
5 - OUTRAS CORREÇÕES EFETUADAS PELA IGF e) e c)					- 3 752 331,08		3 752 331,08	3 752 331,08	
6 - SUBTOTAL D (4+5)					- 3 752 331,08	52 539,03	3 804 870,11	3 804 870,11	
7 - TOTAL GERAL (3+6)		13 667 334,21	39 558 030,65	25 890 696,44	9 915 003,13	39 610 569,68	29 695 566,55	3 804 870,11	

## EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO DAS SITUAÇÕES	DGAL	IGF	Diferenças	Obs.
<b>A - Saldo em 31/Dez/2011 das EMLP excepcionados dos limites de EL</b>	<b>1 046 134 90,67</b>	<b>1 046 134 90,67</b>	<b>0,00</b>	
<b>B - Dívidas do Município às empresas concessionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica e baixa tensão (consolidadas até 31/12/1988)</b>			<b>0,00</b>	
<b>C - Créditos do Município relativamente às M&amp;E das entidades do SEL (independentemente se relevantes ou não para efeitos dos limites de endiv.)</b>		<b>3 804 870,11</b>	<b>0,00</b>	
<b>D - Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes</b>			<b>0,00</b>	

## OBSERVAÇÕES:

- a) Para o apuramento do subtotal 1 são consideradas apenas as linhas com a indicação da observação a).
- b) Anulação dos valores contabilizados nestas 2 contas, que não são considerados pela DGAL para efeitos de endividamento líquido, mas, no segundo caso, no apuramento da IGF, apenas se estiverem a ser relevados naquela conta, incorrectamente, o valor de subsídios ao investimento e pelo respectivo montante.
- c) Os valores a deduzir e a acrescentar em qualquer dos campos das linhas 4 e 5 devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos. Tais valores deverão ser importados do mapa designado de "DIV\_RECONC".
- d) Vidé anexos fls. 13.
- e) Vidé anexos fls. 13.

**CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**  
**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )**  
**ANO DE 2011**

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <del>FINAL DO ANO</del> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do <del>ano</del>	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = ((4) - (3))	(6)
1	DISPONIBILIDADES	479 498,05		- 479 498,05	
2	TERCEIROS	1 769 636,62	6 872 732,10	5 103 095,48	
41	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital			0,00s	
412	Obrigações e títulos de participação			0,00s	
413	Empréstimos de financiamento			0,00s	
415	Outras aplicações financeiras			0,00s	
<b><del>SUBTOTAL 1</del></b>		<del>2 249 134,67s</del>	<del>6 872 732,10s</del>	<del>4 623 597,43s</del>	
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria			0,00	
29	Provisões (cobrança duvidosa e riscos e encargos)			0,00	
2745	Subsídios para investimento		2 852 046,72	2 852 046,72	
<b><del>SUBTOTAL 2</del></b>		<del>0,00s</del>	<del>2 852 046,72s</del>	<del>2 852 046,72s</del>	
<b><del>CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF</del></b>				0,00s	
<b><del>SUBTOTAL 3</del></b>		<del>0,00s</del>	<del>0,00s</del>	<del>0,00s</del>	
<b><del>TOTAL GERAL (SUBTOTALS (1+2)+3)</del></b>		<del>2 249 134,67s</del>	<del>4 020 685,38s</del>	<del>1 771 550,71s</del>	
<b><del>Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento</del></b>			<b><del>0,00</del></b>		

- a) De acordo com a informação prestada pela entidade no mapa de END\_LIQ enviado a acompanhar a informação.
- b) Os valores a deduzir e a acrescer em qualquer dos campos desta linha devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos.

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DOS SM NO FINAL DO EXERCÍCIO				
De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados)	Apurado pela IGF			Diferença (IGF/DGAL)
	Endividamento líquido	Stock de empréstimos excepcionados do limite legal	Endividamento líquido relevante	
(1)	(2)	(3)	(4) = ((2) - (3))	(5) = (4) - (1)
1 771 550,71	1 771 550,71	0,00	1 771 550,71	0,00





CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO  
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÊDIO TEJO ( CIMT )  
ANO DE 2011

MUNICÍPIO DE TOMAR

Un: Euro

Contas do POAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <del>FINAL DO ANO</del> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do ano	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (salidos devedores)	Passivos Financeiros (salidos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = ((4)-(3))	(6)
1	DISPONIBILIDADES	1 117 149,65		- 1 117 149,65	
2	TERCEIROS	1 094 774,45	369 442,55	- 725 333,90	
41	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	12 465,02		- mil 2 mil 65,02	
412	Obrigações e títulos de participação			mil 0,00	
413	Empréstimos de financiamento			mil 0,00	
415	Outras aplicações financeiras			mil 0,00	
SUBTOTAL		mil 224 mil 889,12	mil 69 mil 42,55	- mil 8 mil 54 mil 46,57	
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria			0,00	
29	Provisões (cobrança duvidosa e riscos e encargos)			0,00	
2745	Subsídios para investimento			0,00	
SUBTOTAL		mil 0,00	mil 0,00	mil 0,00	
CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF				mil 0,00	
SUBTOTAL		mil 0,00	mil 0,00	mil 0,00	
TOTAL GERAL (SUBTOTALS (1 a 2) + 3)		mil 224 mil 889,12	mil 69 mil 42,55	- mil 8 mil 54 mil 46,57	
Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento			0,00		

a) De acordo com a informação prestada pela entidade no mapa de END\_LIQ enviado a acompanhar a informação. Deve recolher os valores totais e não os correspondentes à percentagem imputável ao município.  
b) Os valores a deduzir e a acrescentar em qualquer dos campos desta linha devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos.

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DA PARTE PROPORCIONAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO								
Designação de todos os Associados (a iniciar com o Município auditado)	Percentagem de imputação		Critério de imputação	Endividamento líquido imputável a cada município no final do exercício				
	De acordo com informação prestada pela EAM	Apurada pela IGF		De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados) »)	Valores apurados pela IGF		Diferença no Município auditado (IGF/ DGAL)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	Endividamento líquido	Stock de empréstimos excepcionados do limite legal (7)	(8)=(6)-(7))-(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR					0,00	- 219 996,66	0,00	- 219 996,66
Município de Abrantes	11,86%	11,86%				- 258 765,05		
Município de Alcanena	13,95%	13,95%				- 142 088,91		
Município de Constância	7,66%	7,66%				- 115 006,69		
Município de Entrocamento	6,20%	6,20%				- 116 305,15		
Município de Ferreira do Zêzere	6,27%	6,27%				- 141 903,41		
Município de Mação	7,65%	7,65%				- 168 058,16	0,00	
Município de Ourém	9,06%	9,06%				- 254 684,16		
Município de Sardoal	13,73%	13,73%				- 119 829,55	0,00	
Município de Torres Novas	6,46%	6,46%				- 204 229,62	0,00	
Município de Barquinha	11,01%	11,01%				- 114 079,21	0,00	
	6,15%	6,15%						
TOTAL					0,00	- 1 854 946,57	0,00	- 219 996,66

**CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**  
**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )**  
**ANO DE 2011**

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <del>FINAL DO ANO</del> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do ano	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=((4)-(3))	(6)
1	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	932,76		- 932,76	
2	DÍVIDAS DE TERCEIROS			0,00	
41	DÍVIDAS A TERCEIROS		454,56		
SUBTOTAL 1		<del>932,76s</del>	<del>454,56s</del>	<del>-178,20</del>	
CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF				0,00	
SUBTOTAL 2		<del>0,00s</del>	<del>0,00s</del>	<del>0,00</del>	
TOTAL GERAL (SUBTOTALS 1+2)		<del>932,76s</del>	<del>454,56s</del>	<del>-178,20</del>	
Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento			0,00		

- a) De acordo com a informação prestada pela entidade no mapa de END\_LIQ enviado a acompanhar a informação. Deve recolher os valores totais e não os correspondentes à percentagem imputável ao município.  
b) Os valores a deduzir e a acrescentar em qualquer dos campos desta linha devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos.

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DA PARTE PROPORCIONAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO							
Designação de todos os Associados (a iniciar com o Município auditado)	Percentagem de imputação		Critério de imputação	Endividamento líquido imputável a cada município no final do exercício			
	De acordo com informação prestada pela EAM	Apurada pela IGF		De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados) a)	Valores apurados pela IGF	Diferença no Município auditado (IGF/DGAL)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Endividamento líquido	Stock de empréstimos excepcionados do limite legal	(8)=((6)-(7))-(5)
Município de Tomar	2,54%	2,54%		0,00	- 12,15	0,00	- 12,15
Município de Alenquer	2,59%	2,59%			- 12,39	0,00	
Município de Alcanena	0,86%	0,86%			- 4,11	0,00	
Município de Amadora	10,40%	10,40%			- 49,73	0,00	
Município de Arruda dos Vinhos	0,79%	0,79%			- 3,78	0,00	
Município de Cascais	12,98%	12,98%			- 62,07	0,00	
Município de Constância	0,25%	0,25%			- 1,20	0,00	
Município de Loures	11,02%	11,02%			- 52,70	0,00	
Município de Mafra	4,55%	4,55%			- 21,76	0,00	
Município de Odivelas	8,25%	8,25%			- 39,45	0,00	
Município de Oeiras	10,65%	10,65%			- 50,93	0,00	
Município de Sintra	21,41%	21,41%			- 102,38	0,00	
Município de Sobral de Monte Agraço	0,58%	0,58%			- 2,77	0,00	
Município de Torres Vedras	4,67%	4,67%			- 22,33	0,00	
Município de Vila Franca de Xira	8,03%	8,03%			- 38,40	0,00	
Município de Vila Nova da Barquinha	0,44%	0,44%			- 2,10	0,00	
TOTAL				0,00	- 478,25	0,00	- 12,15

**CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**  
**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )**  
**ANO DE 2011**

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <b>FINAL DO ANO</b> (Balanete final)		Endividamento Líquido Final do ano	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=[(4)-(3)]	(6)
1	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUNTE	2 441,52		- 2 441,52	
2	DÍVIDAS DE TERCEIROS			0,00	
3	DÍVIDAS A TERCEIROS		29 899,61		
SUBTOTAL		2 441,52	29 899,61	27 458,09	
CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF				0,00	
SUBTOTAL		2 441,52	29 899,61	27 458,09	
TOTAL GERAL (SUBTOTALS 1+2)		2 441,52	29 899,61	27 458,09	
Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento			0,00		

a) De acordo com a informação prestada pela entidade no mapa de END\_LIQ enviado a acompanhar a informação. Deve recolher os valores totais e não os correspondentes à percentagem imputável ao município.

b) Os valores a deduzir e a crescer em qualquer dos campos desta linha devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos.

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DA PARTE PROPORCIONAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO							
Designação de todos os Associados (a iniciar com o Município auditado)	Percentagem de Imputação		Critério de Imputação	Endividamento líquido imputável a cada município no final do exercício			
	De acordo com informação prestada pela EAM	Apurada pela IGF		De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados) a)	Valores apurados pela IGF		Diferença no Município auditado (IGF / DGAL)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Endividamento líquido	Stock de empréstimos excepcionados do limite legal	(8)=((6)-(7))-(5)
Município de Tomar	1,62%	1,62%		0,00	444,82	0,00	444,82
Município de Mourão	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Alenquer	2,49%	2,49%			683,04	0,00	
Município de Cascais	2,49%	2,49%			683,04	0,00	
Município de Loures	2,49%	2,49%			683,04	0,00	
Município de Oeiras	2,49%	2,49%			683,04	0,00	
Município de Setúbal	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Sintra	2,49%	2,49%			683,04	0,00	
Município de Barcelos	1,99%	1,99%			546,43	0,00	
Município de Ourém	1,99%	1,99%			546,43	0,00	
Município de Paredes	1,99%	1,99%			546,43	0,00	
Município de Penafiel	1,99%	1,99%			546,43	0,00	
Município de Santarém	1,99%	1,99%			546,43	0,00	
Município de Torres Vedras	1,99%	1,99%			546,43	0,00	
Município de Viana do Castelo	1,99%	1,99%			546,43	0,00	
Município de Águeda	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Alcobça	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Beja	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Câmara de Lobos	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Cantanhede	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Lamego	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Mafra	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Marco de Canaveses	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Montijo	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Silves	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Vila Real	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Alandroal	1,62%	1,62%			443,97	0,00	
Município de Almerim	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Alpiarça	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Arraiolos	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Arruda dos Vinhos	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Azambuja	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Baião	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Batalha	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Bombarral	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Boticas	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Cadaval	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Cartaxo	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Coruche	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Ferreira do Alentejo	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Gouveia	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Grândola	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Lagoa	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Lourinhã	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Madalena	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Mealhada	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Melgaço	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Monção	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Moura	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Murça	1,24%	1,24%			340,48	0,00	
Município de Nelas	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Óbidos	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Palmela	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Peralva do Castelo	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Peso da Régua	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Pinhel	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Ponte de Barca	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Praia da Vitória	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Reguengos de Monsaraz	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Rio Maior	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Santa Maria de Penaguião	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de São Vicente	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Sta Cruz da Graciosa	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Tábua	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Tabuaço	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Vidigueira	1,24%	1,24%			341,52	0,00	
Município de Vila Viçosa	1,24%	1,24%			340,48	0,00	
<b>TOTAL</b>				0,00	27 456,86	0,00	444,82

ANO DE 2012

## LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO

ENTIDADES ABRANGIDAS PELOS CONCEITOS DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL

SÍNTESE DAS ENTIDADES E DOS MONTANTES DE ENDIVIDAMENTO RELEVANTES

## CONTROLO DO LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

Un: Euro

ENTIDADES	APURAMENTO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO GLOBAL IMPUTÁVEL AOS MUNICÍPIOS de todas as entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total (valores apurados pela IGF)			ENTIDADES A CONSIDERAR PARA EFEITOS DO LIMITE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO E APURAMENTO DOS MONTANTES RELEVANTES							ENDIVIDAMENTOS LÍQUIDOS DAS ENTIDADES ABRANGIDAS PELOS CONCEITOS DE ENDIVIDAMENTOS LÍQUIDOS TOTALS RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAL
	Activos (saldos devedores) <i>-nas % imputáveis-</i>	Passivos (saldos credores) <i>-nas % imputáveis-</i>	Endividamento líquido <i>-nas % imputáveis-</i>	Endividamento líquido das entidades relevantes (% imputável)	Stock em dívida de EMLP excepcionados do limite - de acordo com o quadro legal (% imputável)	Outras dívidas excluídas do limite (EDP - consolidada até 31/12/1988)	Créditos sobre terceiros não reconhecidos por ambas as partes	Direitos (do Município sobre SM e entidades do SEL) e correspondentes obrigações excluídas do limite	Direitos contabilizados no Município	Obrigações contabilizadas nas entidades (nas % das imputação)s	Endividamento líquido relevante para efeitos de limite (11)=(5)-(6)-(7)+(8)+(9)-(10)
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)=(5)-(6)-(7)+(8)+(9)-(10)	(12)
MUNICÍPIO DE TOMAR	7 185 988,00	30 512 788,00	23 326 800,00	23 326 800,00	9 453 207,56	0,00	0,00	0,00		13 873 592,44	13 873 592,44
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	2 692 307,87	3 332 157,59	639 849,72	639 849,72	0,00					639 849,72	639 849,72
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CIMT )	274 794,43	30 674,66	- 244 119,77	- 244 119,77	0,00					- 244 119,77	- 244 119,77
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	18,45	11,25	- 7,20	- 7,20	0,00					- 7,20	- 7,20
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	62,37	465,78	403,41	403,41	0,00					403,41	403,41
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )	285 769,39	93 304,50	- 192 464,90	0,00	0,00					0,00	0,00
TOTAL ...	10 438 940,51	33 969 401,77	23 530 461,26	23 722 926,16	9 453 207,56	0,00	0,00	0,00	0,00	14 269 718,60	14 269 718,60



CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO  
ANO DE 2012

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores comunicados/considerados pela DGAL			Valores apurados pela IGF			Diferenças	Obs.
		Relativos <i>FINAL DO ANO</i>		Endividamento Líquido Final do <i>ano</i>	Relativos <i>FINAL DO ANO</i> (Balançete final)		Endividamento Líquido Final do <i>ano</i>		
Códigos	Discriminação	Ativos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)			Ativos Financeiros (saldos devedores)		Passivos Financeiros (saldos credores)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(4-3)	(6)	(7)	(8)=(7-6)	(9) = (8-5)	(10)
1	DISPONIBILIDADES								
11	Caixa	3 137,69		- 3 137,69	3 137,69		- 3 137,69	0,00	a)
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2 702 702,20		- 2 702 702,20	2 702 702,20		- 2 702 702,20	0,00	a)
13 e 14	{...}			0,00			0,00	0,00	a)
15	Títulos negociáveis			0,00			0,00	0,00	a)
18	Outras Aplicações de Tesouraria			0,00			0,00	0,00	a)
2	TERCEIROS								
21	Clientes, contribuintes e utentes	1 621 298,60		- 1 621 298,60	1 621 298,60		- 1 621 298,60	0,00	a)
22	Fornecedores		7 019 469,03	7 019 469,03		7 019 469,03	7 019 469,03	0,00	a)
23	Empréstimos obtidos		19 941 242,53	19 941 242,53		19 941 242,53	19 941 242,53	0,00	a)
24	Estado e Outros Entes Públicos	205 805,94		- 205 805,94	205 805,94		- 205 805,94	0,00	a)
25	Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00		0,00			0,00	0,00	a)
26	Outros devedores e credores		5.099.482,65	5 099 482,65		5 099 482,65	5 099 482,65	0,00	a)
27	Acréscimos e diferimentos		33 607 449,65	33 607 449,65		33 607 449,65	33 607 449,65	0,00	a)
28	Empréstimos concedidos			0,00			0,00	0,00	a)
4	IMOBILIZAÇÕES								
41	Investimentos financeiros								
411	Partes de capital	7 391 699,35		- 7 391 699,35	7 391 699,35		- 7 391 699,35	0,00	a)
412	Obrigações e títulos de participação			0,00			0,00	0,00	a)
413	{...}			0,00			0,00	0,00	a)
415	Outras aplicações financeiras			0,00			0,00	0,00	a)
1 - SUBTOTAL A a)		11 924 643,78	65 667 643,86	53 743 000,08	11 924 643,78	65 667 643,86	53 743 000,08	0,00	
2745	Subsídios para investimento b)		36 124 411,21	36 124 411,21		36 124 411,21	36 124 411,21	0,00	
2749	Outros proveitos diferidos (no caso da IGF, apenas o eventual valor de subsídios ao investimento) b)			0,00			0,00	0,00	
2 - SUBTOTAL B		0,00	36 124 411,21	36 124 411,21	0,00	36 124 411,21	36 124 411,21	0,00	
3 - SUBTOTAL C (SUBTOTAIS A - B)		11 924 643,78	29 543 232,65	17 618 588,87	11 924 643,78	29 543 232,65	17 618 588,87	0,00	
4 - VALORES RESULTANTES DA CIRCULARIZAÇÃO COM ENTIDADES FINANCEIRAS E OUTROS CREDORES DA AUTARQUIA c) e d)						969 555,35	969 555,35	969 555,35	
5 - OUTRAS CORREÇÕES EFETUADAS PELA IGF e) e c)					- 4 738 655,78		4 738 655,78	4 738 655,78	
6 - SUBTOTAL D (4+5)					- 4 738 655,78	969 555,35	5 708 211,13	5 708 211,13	
7 - TOTAL GERAL (3+6)		11 924 643,78	29 543 232,65	17 618 588,87	7 185 988,00	30 512 788,00	23 326 800,00	5 708 211,13	

EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO DAS SITUAÇÕES	DGAL	IGF	Diferenças	Obs.
A = Stocks em 31/Dez/2011 de EMLP excecionados dos limites de L	53 207,56	53 207,56	0,00	
B = Dívidas do Município às empresas concessionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica e baixa tensão consolidadas até 31/12/1988)			0,00	
C = Créditos do Município relativamente às entidades dos ELS (independentemente de se relevarem ou não para efeitos de limites de endiv.)		0,00	0,00	
D = Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes			0,00	

OBSERVAÇÕES:

- a) Para o apuramento do subtotal 1 são consideradas apenas as linhas com a indicação da observação a).
- b) Anulação dos valores contabilizados nestas 2 contas, que não são considerados pela DGAL para efeitos de endividamento líquido, mas, no segundo caso, no apuramento da IGF, apenas se estiverem a ser relevados naquela conta, incorrectamente, o valor de subsídios ao investimento e pelo respectivo montante.
- c) Os valores a deduzir e a crescer em qualquer dos campos das linhas 4 e 5 devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos. Tais valores deverão ser importados do mapa designado de "DIV\_RECONC".
- d) Vidé anexos fts. 12.
- e) Vidé anexos fts. 12.

**CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**  
**Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )**  
**ANO DE 2012**

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <del>FINAL DO ANO</del> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do <del>ano</del>	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = ((4) - (3))	(6)
1	DISPONIBILIDADES	476 571,66		- 476 571,66	
2	TERCEIROS	2.215.736,21	5.747.361,71	3 531 625,50	
41	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital			0,00s	
412	Obrigações e títulos de participação			0,00s	
413	Empréstimos de financiamento			0,00s	
415	Outras aplicações financeiras			0,00s	
<b><del>SUBTOTAL 1</del></b>		<del>2 692 307,87s</del>	<del>5 747 361,71s</del>	<del>3 055 053,84s</del>	
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria			0,00	
29	Provisões (cobrança duvidosa e riscos e encargos)			0,00	
2745	Subsídios para investimento		2 415 204,12	2 415 204,12	
<b><del>SUBTOTAL 2</del></b>		<del>0,00s</del>	<del>2 415 204,12s</del>	<del>2 415 204,12s</del>	
<b><del>CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF</del> <del>0,00s</del></b>				0,00s	
<b><del>SUBTOTAL 3</del></b>		<del>0,00s</del>	<del>0,00s</del>	<del>0,00s</del>	
<b><del>TOTAL GERAL (SUBTOTALS (1+2)+3)</del></b>		<del>2 692 307,87s</del>	<del>3 332 157,59s</del>	<del>639 849,72s</del>	
<b><del>Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento</del></b>			<b><del>0,00</del></b>		

- a) De acordo com a informação prestada pela entidade no mapa de END\_LIQ enviado a acompanhar a informação.
- b) Os valores a deduzir e a acrescer em qualquer dos campos desta linha devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos.

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DOS SM NO FINAL DO EXERCÍCIO				
De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados)	Apurado pela IGF			Diferença (IGF/DGAL)
	Endividamento líquido	Stock de empréstimos excepcionados do limite legal	Endividamento líquido relevante	
(1)	(2)	(3)	(4) = ((2) - (3))	(5) = (4) - (1)
639 849,72	639 849,72	0,00	639 849,72	0,00



CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO  
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CIMT )  
ANO DE 2012

MUNICÍPIO DE TOMAR

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <del>FINAL DO ANO</del> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do ano	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (salidos devedores)	Passivos Financeiros (salidos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (4) - (3)	(6)
1	DISPONIBILIDADES	1 045 153,95		- 1 045 153,95	
2	TERCEIROS	1 259 366,11	258 639,61	- 1 000 736,50	
41	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	12 465,02		-12 465,02	
412	Obrigações e títulos de participação			0,00	
413	Empréstimos de financiamento			0,00	
415	Outras aplicações financeiras			0,00	
SUBTOTAL		1 271 685,08	258 639,61	-1 013 045,47	
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria			0,00	
29	Provisões (cobrança duvidosa e riscos e encargos)			0,00	
2745	Subsídios para investimento			0,00	
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	
CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF				0,00	
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL (SUBTOTALS (1+2)+(3+4))		1 271 685,08	258 639,61	-1 013 045,47	
Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento			0,00		

a) De acordo com a informação prestada pela entidade no mapa de END\_LIQ enviado a acompanhar a informação. Deve recolher os valores totais e não os correspondentes à percentagem imputável ao município.  
b) Os valores a deduzir e a acrescentar em qualquer dos campos desta linha devem ser indicados, respectivamente, em termos negativos (sinal -) ou positivos.

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DA PARTE PROPORCIONAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO							
Designação de todos os Associados (a iniciar com o Município auditado)	Percentagem de imputação		Critério de imputação	Endividamento líquido imputável a cada município no final do exercício			
	De acordo com informação prestada pela EAM	Apurada pela IGF		De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados) <sup>a)</sup>	Valores apurados pela IGF	Diferença no Município auditado (IGF/DGAL)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Endividamento líquido	Stock de empréstimos excepcionados do limite legal	(6)-(5)-(7)=(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	11,86%	11,86%	Quotas para despesas de funcionamento	0,00	- 244 119,77	0,00	- 244 119,77
Município de Abrantes	13,95%	13,95%				0,00	
Município de Alcanena	7,66%	7,66%				0,00	
Município de Constância	6,20%	6,20%				0,00	
Município de Entrocamento	6,27%	6,27%					
Município de Ferreira do Zêzere	7,65%	7,65%					
Município de Mação	9,06%	9,06%					
Município de Ourém	13,73%	13,73%					
Município de Sardoal	6,46%	6,46%					
Município de Torres Novas	11,01%	11,01%					
Município de Barquinha	6,15%	6,15%					
TOTAL				0,00	- 244 119,77	0,00	- 244 119,77

**CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**  
**Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )**  
**ANO DE 2012**

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <b>FINAL DO ANO</b> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do ano	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (salDOS devedores)	Passivos Financeiros (salDOS credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=[(4)-(3)]	(6)
1	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	737,82		- 737,82	
2	DÍVIDAS DE TERCEIROS				
3	DÍVIDAS A TERCEIROS		449,85	449,85	
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>737,82s</b>	<b>449,85s</b>	<b>-287,97</b>	
	<b>CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF</b>	<b>0,00s</b>	<b>0,00s</b>	<b>0,00</b>	
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>0,00s</b>	<b>0,00s</b>	<b>0,00</b>	
	<b>TOTAL GERAL (SUBTOTALS + 2)</b>	<b>737,82s</b>	<b>449,85s</b>	<b>-287,97</b>	
<b>Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento</b>			<b>0,00</b>		

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DA PARTE PROPORCIONAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO							
Designação de todos os Associados (a iniciar com o Município auditado)	Percentagem de imputação		Critério de imputação	Endividamento líquido imputável a cada município no final do exercício			
	De acordo com informação prestada pela EAM	Apurada pela IGF		De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados) <b>a)</b>	Valores apurados pela IGF	Diferença no Município auditado (IGF / DGAL)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=[(6)-(7)]-(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	2,5%	2,5%	Proporcionalidade da participação do MT no total da quotizações anuais		- 7,20	0,00	- 7,20
MUNICÍPIO DE ARRUDA DOS VINHOS	0,8%	0,8%					
MUNICÍPIO DE ALENQUER	2,6%	2,6%					
MUNICÍPIO DE ALCANENA	0,9%	0,9%					
MUNICÍPIO DA AMADORA	10,3%	10,3%					
MUNICÍPIO DE CASCAIS	12,8%	12,8%					
MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA	0,3%	0,3%					
MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO	1,3%	1,3%					
MUNICÍPIO DE LOURES	10,9%	10,9%					
MUNICÍPIO DE MAFRA	4,5%	4,5%					
MUNICÍPIO DE ODIVELAS	8,2%	8,2%					
MUNICÍPIO DE OEIRAS	10,5%	10,5%					
MUNICÍPIO DE SINTRA	21,1%	21,1%					
MUNICÍPIO DE SOBRAL DE MONTE AGRADO	0,6%	0,6%					
MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS	4,6%	4,6%					
MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA	7,9%	7,9%					
MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA	0,4%	0,4%					
<b>TOTAL</b>				0,00	- 7,20	0,00	- 7,20



CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO  
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )  
ANO DE 2012

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF com base na informação constante dos documentos de prestação de contas da entidade			Observações
		Relativos <b>FINAL DO ANO</b> (Balancete final)		Endividamento Líquido Final do ano	
Códigos	Discriminação	Activos Financeiros (salos devedores)	Passivos Financeiros (salos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=((4)-(3))	(6)
1	SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	4 111,67		- 4 111,67	
2	DÍVIDAS DE TERCEIROS			0,00	
3	DÍVIDAS A TERCEIROS ( OT 's )		30 705,77	30 705,77	
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>4 111,67</b>	<b>30 705,77</b>	<b>26 594,10</b>	
	<b>CORRECÇÕES EFECTUADAS PELA IGF</b>			<b>0,00</b>	
	<b>SUBTOTAL 2</b>	<b>4 111,67</b>	<b>30 705,77</b>	<b>26 594,10</b>	
	<b>TOTAL GERAL (SUBTOTAL 1 + 2)</b>	<b>4 111,67</b>	<b>30 705,77</b>	<b>26 594,10</b>	
<b>Stock de EMLP excepcionados dos limites legais de endividamento</b>			<b>0,00</b>		

IMPUTAÇÃO AO MUNICÍPIO DA PARTE PROPORCIONAL DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO							
Designação de todos os Associados (a iniciar com o Município auditado)	Porcentagem de imputação		Critério de imputação	Endividamento líquido imputável a cada município no final do exercício			
	De acordo com informação prestada pela EAM	Apurada pela IGF		De acordo com a comunicação à DGAL (montante já abatido do stock de eventuais EMLP excepcionados) = (5)	Valores apurados pela IGF	Diferença no Município auditado (IGF / DGAL)	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	Endividamento líquido	Stock de empréstimos excepcionados do limite legal	(8)=((6)-(7))-(5)
Município de Tomar	1,52%	1,52%	Proporcionalidade da comparticipação do MT no total da quotizações anuais		403,41		403,41
Águeda	1,52%	1,52%			403,41		
Alandroal	1,17%	1,17%			310,32		
Alcobaga	1,52%	1,52%			403,41		
Alenquer	1,52%	1,52%			403,41		
Almeirim	1,17%	1,17%			310,32		
Alpinha	1,17%	1,17%			310,32		
Amaiolos	1,17%	1,17%			310,32		
Arruda dos Vinhos	1,17%	1,17%			310,32		
Azambuja	1,17%	1,17%			310,32		
Baião	1,17%	1,17%			310,32		
Barcelos	1,87%	1,87%			496,51		
Batalha	1,17%	1,17%			310,32		
Beja	1,52%	1,52%			403,41		
Bombarral	1,17%	1,17%			310,32		
Borba	1,17%	1,17%			310,32		
Boticas	1,17%	1,17%			310,32		
Cadaval	1,17%	1,17%			310,32		
Câmara de Lobos	1,52%	1,52%			403,41		
Cantanhede	1,52%	1,52%			403,41		
Carraceda de Ansiães	1,17%	1,17%			310,32		
Cartaxo	1,17%	1,17%			310,32		
Cascais	2,33%	2,33%			620,63		
Coruche	1,17%	1,17%			310,32		
Ferreira do Alentejo	1,17%	1,17%			310,32		
Freixo de Espada à Cinta	1,17%	1,17%			310,32		
Gouveia	1,17%	1,17%			310,32		
Grândola	1,17%	1,17%			310,32		
Lagoa	1,17%	1,17%			310,32		
Lamego	1,52%	1,52%			403,41		
Loures	2,33%	2,33%			620,63		
Lourinhã	1,17%	1,17%			310,32		
Madalena	1,17%	1,17%			310,32		
Mafrs	1,52%	1,52%			403,41		
Marco de Canaveses	1,52%	1,52%			403,41		
Mealhada	1,17%	1,17%			310,32		
Melgaço	1,17%	1,17%			310,32		
Monção	1,17%	1,17%			310,32		
Montijo	1,52%	1,52%			403,41		
Moura	1,17%	1,17%			310,32		
Mourão	1,17%	1,17%			310,32		
Murça	1,17%	1,17%			310,32		
Nelas	1,17%	1,17%			310,32		
Óbidos	1,17%	1,17%			310,32		
Oeiras	2,33%	2,33%			620,63		
Ouren	1,87%	1,87%			496,51		
Palmela	1,52%	1,52%			403,41		
Parades	1,87%	1,87%			496,51		
Penafiel	1,87%	1,87%			496,51		
Penalva do Castelo	1,17%	1,17%			310,32		
Pes de Rgua	1,17%	1,17%			310,32		
Pinhel	1,17%	1,17%			310,32		
Ponte da Barca	1,17%	1,17%			310,32		
Ponte de Lima	1,52%	1,52%			403,41		
Praia da Vitória	1,17%	1,17%			310,32		
Reguengos de Monsaraz	1,17%	1,17%			310,32		
Rio Maior	1,17%	1,17%			310,32		
Santa Marta de Penaguião	1,17%	1,17%			310,32		
Santarém	1,87%	1,87%			496,51		
São Vicente	1,17%	1,17%			310,32		
Setúbal	2,33%	2,33%			620,63		
Silves	1,52%	1,52%			403,41		
Sintra	2,33%	2,33%			620,63		
Sousel	1,17%	1,17%			310,32		
Stª Cruz da Graciosa	1,17%	1,17%			310,32		
Tábua	1,17%	1,17%			310,32		
Tabuão	1,17%	1,17%			310,32		
Torres Vedras	1,87%	1,87%			496,51		
Viana do Castelo	1,87%	1,87%			496,51		
Vidigueira	1,17%	1,17%			310,32		
Vila Real	1,52%	1,52%			403,41		
Vila Viçosa	1,17%	1,17%			310,32		
<b>TOTAL</b>				0,00	26 594,10	0,00	<b>403,41</b>

EXMO(A). SENHOR(A)

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
TOMAR

PRAÇA DA REPÚBLICA

2300-550 TOMAR

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

02 (02.02.01)-001/2011

Mod. D

**ASSUNTO: LIMITES DE ENDIVIDAMENTO PARA 2011.**

De acordo com o artigo 53.º da Lei do Orçamento do Estado para 2011 o **limite de endividamento líquido para 2011** para cada município é igual ao valor registado a 30 de Setembro de 2010.

O **limite de endividamento de médio e longo prazos (MLP)** é igual ao valor do endividamento de médio e longo prazos registado a 30 de Setembro de 2010 **acrescido** do valor resultante do rateio.

Saliente-se que da utilização do valor do rateio, para efeitos de contracção de novos empréstimos de MLP, **não pode** resultar a ultrapassagem do limite de endividamento líquido para 2011.

Assim, informa-se V. Exa. de que os **limites de endividamento líquido e de médio e longo prazos para o ano de 2011**, calculados com base na informação remetida por esse município através do SIAL, até dia 27 de Janeiro de 2011, são os seguintes:

Endividamento líquido		Endividamento de médio e longo prazos (EMLP)		
EL 30-09-2010	Limite EL 2011	MLP 30-09-2010	Rateio n.º 2 art.º 53.º OE/2011	Limite EMLP 2011
(1)	(2)=(1)	(3)	(4)	(5)=(3)+(4)
9.869.987	9.869.987	11.687.520	567.129	12.254.649

Com os melhores cumprimentos,

A Directora-Geral



Maria Eugénia Santos

Solicita-se que na resposta seja indicada a referência e o n.º do processo

SUMAR. 07181. 11/06/01

DGAL 30-05-2011 S-001622-2011

*Em ch. av. financeira  
e ch. av. financeira  
2011, 6.7  
day*

*A D.ª Sandra e  
11/6/8  
[Signature]*



MUNICÍPIO DE TOMAR

2300 TOMAR

Gabinete do Presidente

**DESPACHO N° 13/2009**

No uso da competência própria que me é conferida pelo Art.º 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como no uso das competências delegadas pelo Executivo Municipal em 30 de Outubro de 2009, delegeo e subdelego no **Sr. Vereador Carlos Manuel de Oliveira Carrão**, as seguintes competências:

**I - Coordenação e despacho de todos os processos referentes às Juntas de Freguesia;**

**II – Coordenação e despacho dos processos e assuntos referentes à seguintes Divisões e Serviços:**

- **Divisão Financeira**
- **Serviços Municipais de Feiras e Mercados**
- **Divisão de Salubridade e Saúde Pública**
- **Divisão de Desporto e Serviços de Juventude**
- **Divisão de Serviços Urbanos**
- **Departamento de Obras Municipais**

**Designadamente:**

1. Assinar ou visar a correspondência com destino a quaisquer entidades ou organismos públicos;
2. Passagem de certidões ou fotocópias autenticadas com respeito pela salvaguarda estabelecida por Lei;
3. Executar as deliberações de Câmara e da Assembleia Municipal;
4. Autorizar a realização de despesas orçamentadas e respectivos pagamentos até ao montante de 12.500 euros.

Ainda no âmbito das unidades orgânicas acima referidas, no que respeita a gestão de pessoal:

1. Fixar os períodos de funcionamento e de atendimento dos serviços;
2. Determinar os regimes de prestação de trabalho e horários mais adequados;





MUNICÍPIO DE TOMAR

2300 TOMAR

Gabinete do Presidente

+

3. Aprovar o número de turnos e respectiva duração;
4. Aprovar as escalas nos horários por turnos;
5. Aprovar os horários específicos dos trabalhadores-estudantes, nos termos da Lei;
6. Autorizar prévia e expressamente a prestação de horas e de trabalho extraordinário, aprovar os mapas e gozo de férias do pessoal, observados os condicionalismos legais;
7. Autorizar prévia e expressamente a ultrapassar os limites previstos na Lei, no que respeita à prestação de horas e trabalho extraordinário, quando as necessidades de serviço assim o exijam;
8. Justificar e injustificar as faltas dos trabalhadores;
9. Homologar a avaliação de desempenho dos trabalhadores;
10. Autorizar a inscrição e participação dos trabalhadores em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas que decorram em território nacional;
11. Autorizar deslocações em serviço dos trabalhadores em território nacional;
12. Autorizar os trabalhadores que não exerçam a actividade de motorista, a conduzir viaturas da Autarquia, com observância das formalidades legais;
13. Proceder à abertura e encerramento de livros de ponto.

**III** - No âmbito e particularmente no que respeita à **Divisão Financeira** subdelego ainda a competência para autorizar o pagamento das despesas realizadas nas condições legais, nomeadamente:

1. Vencimentos e salários do pessoal;
2. Vencimentos do Presidente, dos Vereadores em regime de permanência e do elenco do Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara e secretariado da Vereação;
3. Subsídios de férias e Natal;
4. Abono de horas extraordinárias;
5. Abonos para falhas aos funcionários cujo conteúdo funcional implique o manuseamento de dinheiros;



MUNICÍPIO DE TOMAR

2300 TOMAR

Gabinete de Presidente

f

6. Abono de família e prestações complementares aos funcionários e assalariados;
7. Pagamento da assistência na doença aos servidores do Estado (ADSE), respeitante a encargos com a assistência aos servidores municipais;
8. Abono para transportes e ajudas de custo;
9. Senhas de presença dos Vereadores e dos Vogais da Assembleia Municipal;
10. Pensão por acidente de trabalho;
11. Prestações de serviços, empreitadas e fornecimentos, de harmonia com os respectivos contratos;
12. Pagamento de avenças, de harmonia com os respectivos contratos;
13. Pagamento de honorários e demais encargos aos consultores que prestam serviços ao Município;
14. Encargos decorrentes da participação do Município em empresas privadas, municipais e intermunicipais;
15. Pagamento de contribuições decorrentes da qualidade de Município associado;
16. Pagamento à Resitejo referente à exploração do aterro sanitário, unidade de transferência e Ecopontos/Ecocentros;
17. Prestações dos encargos com amortizações e juros de empréstimos;
18. Pagamento de prestações decorrentes de contratos de leasing celebrados entre a Câmara e empresas de locação financeira;
19. Pagamento de prestações decorrentes de contratos celebrados entre a Câmara e empresas de factoring;
20. Transferência de subsídios e outras comparticipações, de harmonia com as deliberações anteriores;
21. Transferências para os Agrupamentos de Escolas, de despesas com taxas mensais de telefone, expediente e limpeza de edifícios escolares;
22. Telefones e respectivas taxas mensais;
23. Energia eléctrica consumida em instalações municipais e iluminação pública;
24. Pagamento de despesas decorrentes de transportes escolares a cargo do Município;



MUNICÍPIO DE TOMAR

2300 TOMAR

Gabinete do Presidente

+

25. Pagamento de fornecimento de água;
26. Pagamento de rendas das fracções ocupadas com serviços do Município;
27. Assinatura de legislação, jornais, revistas e outros de interesse para o Município;
28. Franquias para expedição de avisos;
29. Pagamento de despesas inerentes ao envio de correspondência;
30. Prémios de seguro;
31. Pagamento de combustíveis e lubrificantes;
32. Pagamento de prejuízos causados a terceiros;
33. Pagamento de outras despesas correntes;
34. Operações de Tesouraria;
35. Custas de Execuções Fiscais;
36. Reposições não abatidas nos pagamentos;
37. Manter actualizado o cadastro dos bens móveis e imóveis;
38. Proceder aos registos prediais do património imobilizado do Município ou outros.

**IV** - No âmbito e particularmente no que respeita aos **Serviços Municipais de Feiras e Mercados**, delego ainda a competência para emitir e renovar cartões de feirante e de vendedor ambulante.

**V** - No âmbito e particularmente no que respeita à **Divisão de Serviços Urbanos**, delego e subdelego, designadamente, as seguintes competências:

1. Autorizar inumações a requerimento das pessoas com legitimidade para o acto;
2. Autorizar transladações dentro do próprio Cemitério ou provindos de outros Cemitérios, nos termos da Lei;
3. Autorizar as transmissões por morte ou por acto entre vivos de jazigos, sepulturas perpétuas, nos termos da lei e Regulamento Municipal;
4. Autorizar o averbamento das transmissões referidas no número anterior;





MUNICÍPIO DE TOMAR

2300 TOMAR

Gabinete do Presidente

5. Autorizar a construção, reconstrução ou modificação de jazigos particulares ou revestimento de sepulturas perpétuas e ainda embelezamento de sepulturas não concessionadas;
6. Declarar prescritos a favor do Município, nos termos da legislação e Regulamento Municipal em vigor, os jazigos, mausoléus ou sepulturas perpétuas instaladas nos Cemitérios Municipais;
7. Conceder terrenos nos Cemitérios, propriedade do Município para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas, incluindo a concessão de gavetões.

**VI – No âmbito e particularmente no que respeita ao Departamento de Obras Municipais, delego e subdelego, designadamente, as seguintes competências:**

1. Autorizar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade, designadamente livros de obras;
2. Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
3. Autorizar a passagem dos termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
4. Praticar outros actos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante.

**Dê-se conhecimento** os Senhores Vereadores, Dirigentes e ao meu Gabinete de Apoio Pessoal

**Dê-se ainda conhecimento**, à Sra. Chefe de Divisão Administrativa e Tecnologias de Informação para os devidos e legais efeitos.

Paços do Concelho, 30 de Outubro de 2009

O Presidente da Câmara Municipal,

Fernando Rui L. Côrvelo de Sousa

## ANO DE 2011

## CONTROLO DA FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL

## LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

## QUADRO I

Un: Euro

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	INFORMAÇÃO SOBRE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS RELEVANTES <sup>a)</sup> PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (ENTIDADES ABRANGIDAS)							OBS.  b)
	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO MUNICÍPIO E/OU CONSIDERADA PELA DGAL <sup>a)</sup>	VALORES APURADOS PELA IGF					DIFERENÇA TOTAL IGF/DGAL (ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO)  c)	
		De acordo com a informação contabilística das entidades (Balancete analítico final)  a)		Outras diferenças apuradas pela IGF  b)		Endividamento Líquido no final do exercício (apurado pela IGF)		
		Endividamento Líquido no final do exercício	Diferença	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)			
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)	(6)	(7)=(3)+(6-5)	(8)=(7-2)	(9)
MUNICÍPIO DE TOMAR	25 890 696,44	25 890 696,44	0,00	- 3 752 331,08	52 539,03	29 695 566,55	3 804 870,11	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )	1 771 550,71	1 771 550,71	0,00	0,00	0,00	1 771 550,71	0,00	
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO ( CIMT )	0,00	- 219 996,66	- 219 996,66	0,00	0,00	- 219 996,66	- 219 996,66	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )	0,00	- 12,15	- 12,15	0,00	0,00	- 12,15	- 12,15	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )	0,00	444,82	444,82	0,00	0,00	444,82	444,82	
ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR , LDA ( EPT )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	27 662 247,15	27 442 683,16	- 219 563,99	- 3 752 331,08	52 539,03	31 247 553,27	3 585 306,12	
OBSERVAÇÕES:								
<sup>a)</sup> No que respeita ao <b>Município</b> , neste quadro, quer a informação prestada à DGAL, quer a apurada pela IGF, correspondem ao montante total do endividamento líquido, constando as excepções e outros ajustamentos que se reflectem no apuramento do endividamento líquido relevante para efeitos do limite legal do Quadro II. Por sua vez, <b>quanto restantes entidades</b> , atendendo à forma como esta informação é prestada à DGAL (ou seja, já abatida do valor dos EMLP excepcionado do limite legal), os montantes constantes e comparados neste quadro já correspondem aos valores efectivos a considerar para efeitos de limite legal).								
<sup>b)</sup> Em especial nos procedimentos de circularização e reconciliação da informação contabilística. Se as diferenças apuradas resultarem de outras causas, deverá elaborar uma observação sobre essa matéria, indicando a sua letra na coluna 11.								
<sup>c)</sup> Caso a diferença apurada nesta coluna seja negativa, isso significa que que foi comunicado à DGAL um valor de endividamento líquido superior ao apurado pela IGF. Caso o valor seja positivo, verifica-se o contrário.								

## QUADRO II

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCEPCIONADOS DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (ENTIDADES RELEVANTES)									OBS.  a)
	Stock da dívida de empréstimos de MLP excepcionados dos limites legais			Dívidas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão (consolidadas até 31/12/1988)			Créditos do Município relativamente a SM ou a entidades do sector empresarial local (independentemente de relevarem ou não para efeitos de endividamento líquido)			
	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)	(6)	(7)=(6)-(5)	(8)	(9)	(10)=(9)-(8)	(11)
MUNICÍPIO DE TOMAR	10 613 190,67	10 613 190,67	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
TOTAL	10 613 190,67	10 613 190,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBSERVAÇÕES:										
a) Caso se justifique, indique com uma letra na coluna de observações e descreva a situação .										

## QUADRO II (CONTINUAÇÃO)

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCEPCIONADOS DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (ENTIDADES RELEVANTES)						SÍNTESE DAS DIFERENÇAS IGF/DGAL PARA EFEITOS DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO NAS SITUAÇÕES PREVISTAS NO QUADRO II		OBS.  a)	
	Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes			Dividas ao Município dos SM e das Entidades do SEL (caso relevem para efeitos de endividamento líquido)						
	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)		
	(12)	(13)	(14)=(13)-(12)	(15)	(16)	(17)=(16)-(15)	(18)=(-10)+(-14)	(19)=(-4)+(-7)+(-17)		(11)
MUNICÍPIO DE TOMAR		0,00	0,00							
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )										
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO ( CIMT )										
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )										
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )										
ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR , LDA ( EPT )										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		



**ANO DE 2012**  
**CONTROLO DA FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL**  
**LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO**  
**QUADRO I**

Un: Euro

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	INFORMAÇÃO SOBRE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS <u>RELEVANTES</u> <sup>a)</sup> PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO ( <u>ENTIDADES ABRANGIDAS</u> )							OBS.  <b>b)</b>
	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO MUNICÍPIO E/OU CONSIDERADA PELA DGAL <b>a)</b>	VALORES APURADOS PELA IGF					DIFERENÇA TOTAL IGF/DGAL (ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO)  <b>c)</b>	
		De acordo com a informação contabilística das entidades (Balancete analítico final)		Outras diferenças apuradas pela IGF <b>b)</b>		Endividamento Líquido no final do exercício (apurado pela IGF)		
		Endividamento Líquido no final do exercício	Diferença	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)			
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)	(6)	(7)=(3)+(6-5)	(8)=(7-2)	(9)
MUNICÍPIO DE TOMAR	17 618 588,87	17 618 588,87	0,00	- 4 738 655,78	969 555,35	23 326 800,00	5 708 211,13	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )	639 849,72	639 849,72	0,00	0,00	0,00	639 849,72	0,00	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CINT )	0,00	- 244 119,77	- 244 119,77	0,00	0,00	- 244 119,77	- 244 119,77	
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )	0,00	- 7,20	- 7,20	0,00	0,00	- 7,20	- 7,20	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )	0,00	403,41	403,41	0,00	0,00	403,41	403,41	
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	18 258 438,59	18 014 715,03	- 243 723,56	- 4 738 655,78	969 555,35	23 722 926,16	5 464 487,57	
OBSERVAÇÕES:								
<b>a)</b> No que respeita ao Município, neste quadro, quer a informação prestada à DGAL, quer a apurada pela IGF, correspondem ao montante total do endividamento líquido, constando as excepções e outros ajustamentos que se reflectem no apuramento do endividamento líquido relevante para efeitos do limite legal do Quadro II. Por sua vez, <b>quanto às restantes entidades</b> , atendendo à forma como esta informação é prestada à DGAL (ou seja, já abatida do valor dos EMPL excepcionado do limite legal), os montantes constantes e comparados neste quadro já correspondem aos valores efectivos a considerar para efeitos de limite legal).								
<b>b)</b> Em especial nos procedimentos de circularização e reconciliação da informação contabilística. Se as diferenças apuradas resultarem de outras causas, deverá elaborar uma observação sobre essa matéria, indicando a sua letra na coluna 11.								
<b>c)</b> Caso a diferença apurada nesta coluna seja negativa, isso significa que foi comunicado à DGAL um valor de endividamento líquido superior ao apurado pela IGF. Caso o valor seja positivo, verifica-se o contrário.								

**QUADRO II**

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (ENTIDADES RELEVANTES)									OBS.  a)
	Stock da dívida de empréstimos de MLP excepcionados dos limites legais			Dívidas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão (consolidadas até 31/12/1988)			Créditos do Município relativamente a SM ou a entidades do sector empresarial local (independentemente de relevarem ou não para efeitos de endividamento líquido)			
	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)	(6)	(7)=(6)-(5)	(8)	(9)	(10)=(9)-(8)	(11)
MUNICÍPIO DE TOMAR	9 453 207,56	9 453 207,56	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00		
TOTAL	9 453 207,56	9 453 207,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OBSERVAÇÕES:										
a) Caso se justifique, indique com uma letra na coluna de observações e descreva a situação .										

**QUADRO II (CONTINUAÇÃO)**

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DO LIMITE DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (ENTIDADES RELEVANTES)						SÍNTESE DAS DIFERENÇAS IGF/DGAL PARA EFEITOS DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO NAS SITUAÇÕES PREVISTAS NO QUADRO II		OBS.  a)
	Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes			Dividas ao Município dos SM e das Entidades do SEL (caso relevem para efeitos de endividamento líquido)					
	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	Activos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)	
	(12)	(13)	(14)=(13)-(12)	(15)	(16)	(17)=(16)-(15)	(18)=(-10)+(-14)	(19)=(-4)+(-7)+(-17)	
MUNICÍPIO DE TOMAR		0,00	0,00						
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento ( SMAS )									
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo ( CINT )									
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água ( AMEGA )									
Associação de Municípios Portugueses do Vinho ( AMPV )									
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda ( EPT )									
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

ANO DE 2011

**CONTROLO DA FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL**  
**LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS**

**QUADRO I**

Un: Euro

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	INFORMAÇÃO SOBRE O STOCK DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS E DE CURTO PRAZO (nestes últimos caso, só das entidades do SPAs e das dívidas em 31/Dez) RELEVANTES <sup>a)</sup> PARA O LIMITE LEGAL (ENTIDADES ABRANGIDAS)			OBS.  c)
	INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL (REPORTADA AO FINAL DO EXERCÍCIO)  a)	VALORES APURADOS PELA IGF (RELATIVOS AO FINAL DO EXERCÍCIO)  a)	DIFERENÇA IGF/DGAL (EMLP)  b)	
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	22 345 567,97	22 345 568,05	0,08	
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO ( SMAS )	0,00	0,00	0,00	
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÊDIO TEJO ( CIMT )	0,00	0,00	0,00	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA O ESTUDO E GESTÃO DA ÁGUA ( AMEGA )	0,00	0,00	0,00	
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES DO VINHO ( AMPV )	0,00	0,00	0,00	
ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR , LDA ( EPT )	0,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL</b>	<b>22 345 567,97</b>	<b>22 345 568,05</b>	<b>0,08</b>	
OBSERVAÇÕES:				
a) No que respeita ao Município, neste quadro, quer a informação prestada à DGAL, quer a apurada pela IGF, correspondem ao montante total do stock da dívida de EMLP, constando as exceções do limite legal do Quadro II. Por sua vez, no que respeita às restantes entidades, atendendo à forma como esta informação é prestada à DGAL (ou seja, já abatida do valor dos EMLP excepcionado do limite legal), os montantes constantes e comparados neste quadro já correspondem aos valores efectivos a considerar para efeitos de limite legal).				
b) Caso a diferença apurada nesta coluna seja negativa, isso significa que que foi comunicado à DGAL um valor de stock da dívida de EMLP (relevante para o limite legal) superior ao apurado pela IGF. Caso o valor seja positivo, verifica-se o contrário.				
c) As diferenças resultarão, em princípio, dos procedimentos de circularização e reconciliação da informação contabilística. De qualquer modo, na coluna 5 poderá indicar a origem das diferenças.				

**QUADRO II**

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	EMPRÉSTIMOS EXCEPCIONADOS DO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MLP			OBS.  a)
	Stock da dívida de empréstimos de MLP excepcionados dos limites legais			
	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	10 613 190,67	10 613 190,67	0,00	
TOTAL	10 613 190,67	10 613 190,67	0,00	
OBSERVAÇÕES:				
a) Caso se justifique, indique com uma letra na coluna de observações e descreva a situação .				



MUNICÍPIO DE TOMAR

ANO DE 2012

CONTROLO DA FIABILIDADE DA INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL

LIMITE DE ENDIVIDAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS

QUADRO I

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	INFORMAÇÃO SOBRE O STOCK DA DÍVIDA DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS E DE CURTO PRAZO (nestes últimos casos, só das entidades do SPA e das dívidas em 31/Dez) RELEVANTES PARA O LIMITE LEGAL (ENTIDADES ABRANGIDAS)			OBS. c)
	INFORMAÇÃO PRESTADA À DGAL (REPORTADA AO FINAL DO EXERCÍCIO)	VALORES APURADOS PELA IGF (RELATIVOS AO FINAL DO EXERCÍCIO)	DIFERENÇA IGF/DGAL (EMLP)	
	a)	a)	b)	
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	19 941 242,53	19 941 242,53	0,00	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS)	0,00	0,00	0,00	
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT)	0,00	0,00	0,00	
Associação de Municípios para o Estudo e Gestão da Água (AMEGA)	0,00	0,00	0,00	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV)	0,00	0,00	0,00	
Ensino Profissional de Tomar - EPT, Lda (EPT)	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	19 941 242,53	19 941 242,53	0,00	
OBSERVAÇÕES:				
a) No que respeita ao Município, neste quadro, quer a informação prestada à DGAL, quer a apurada pela IGF, correspondem ao montante total do stock da dívida de EMLP, constando as exceções do limite legal do Quadro II. Por sua vez, no que respeita às restantes entidades, atendendo à forma como esta informação é prestada à DGAL (ou seja, já abatida do valor dos EMLP excepcionado do limite legal), os montantes constantes e comparados neste quadro já correspondem aos valores efectivos a considerar para efeitos de limite legal).				
b) Caso a diferença apurada nesta coluna seja negativa, isso significa que foi comunicado à DGAL um valor de stock da dívida de EMLP (relevante para o limite legal) superior ao apurado pela IGF. Caso o valor seja positivo, verifica-se o contrário.				
c) As diferenças resultarão, em princípio, dos procedimentos de circularização e reconciliação da informação contabilística. De qualquer modo, na coluna 5 poderá indicar a origem das diferenças.				

QUADRO II

DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES	EMPRÉSTIMOS EXCEPCIONADOS DO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MLP			OBS.  a)
	Stock da dívida de empréstimos de MLP excepcionados dos limites legais			
	Valores comunicados à DGAL	Valores apurados pela IGF	Diferença	
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)-(2)	(5)
MUNICÍPIO DE TOMAR	9 453 207,56	9 453 207,56	0,00	
TOTAL	9 453 207,56	9 453 207,56	0,00	
OBSERVAÇÕES:				
a) Caso se justifique, indique com uma letra na coluna de observações e descreva a situação .				



MUNICÍPIO DE TOMAR

**CONTROLO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DO MUNICÍPIO SEM EXCEÇÕES NO INÍCIO DO ANO A CONTROLAR**  
**ANO 2010**

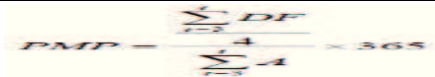
(MAPA AUXILIAR PARA APURAR A VARIAÇÃO SEM EXCEÇÕES)

Un: Euro

Contas do POCAL		Valores apurados pela IGF			Obs.
Códigos	Discriminação	Relativos <del>do ano 2010</del> (Balancete final)		Endividamento Líquido no início do ano	
		Ativos Financeiros (saldos devedores)	Passivos Financeiros (saldos credores)		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(4-3)	(6)
<b>1</b>	<b>DISPONIBILIDADES</b>				
11	Caixa	2 212 315,55		- 2 212 315,55	a)
12	Depósitos em Instituições Financeiras	2 679,89		- 2 679,89	a)
13 e 14	(...)			0,00	a)
15	Títulos negociáveis			0,00	a)
18	Outras Aplicações de Tesouraria			0,00	a)
<b>2</b>	<b>TERCEIROS</b>				
21	Clientes, contribuintes e utentes	1 608 403,95		- 1 608 403,95	a)
22	Fornecedores		2 822 188,96	2 822 188,96	a)
23	Empréstimos obtidos		23 253 562,35	23 253 562,35	a)
24	Estado e Outros Entes Públicos	249 253,93	176 344,19	- 72 909,74	a)
25	Devedores e credores pela execução do orçamento			0,00	a)
26	Outros devedores e credores	2 652 683,63	6 463 539,89	3 810 856,26	a)
27	Acréscimos e diferimentos		25 678 963,63	25 678 963,63	a)
28	Empréstimos concedidos			0,00	a)
<b>4</b>	<b>IMOBILIZAÇÕES</b>				
41	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	5 809 504,85		- 5 809 504,85	a)
412	Obrigações e títulos de participação			0,00	a)
413	(...)			0,00	a)
415	Outras aplicações financeiras			0,00	a)
<b>1 - SUBTOTAL A a)</b>		<b>12 534 841,80</b>	<b>58 394 599,02</b>	<b>45 859 757,22</b>	
2745	Subsídios para investimento b)		24 438 567,37	24 438 567,37	
2749	Outros proveitos diferidos (apenas o eventual valor dos subsídios ao investimento) b)			0,00	
<b>2 - SUBTOTAL B</b>		<b>0,00</b>	<b>24 438 567,37</b>	<b>24 438 567,37</b>	
<b>3 - SUBTOTAL C (SUBTOTAIS A - B)</b>		<b>12 534 841,80</b>	<b>33 956 031,65</b>	<b>21 421 189,85</b>	
<b>4 - VALORES RESULTANTES DA CIRCULARIZAÇÃO COM ENTIDADES FINANCEIRAS E OUTROS CREDORES DA AUTARQUIA c) e d)</b>			<b>22 936,87</b>	<b>22 936,87</b>	
<b>5 - OUTRAS CORREÇÕES EFETUADAS PELA IGF e) e c)</b>		<b>- 3 354 584,80</b>		<b>3 354 584,80</b>	
<b>6 - SUBTOTAL D (4+5)</b>		<b>- 3 354 584,80</b>	<b>22 936,87</b>	<b>3 377 521,67</b>	
<b>7 - TOTAL GERAL (3+6)</b>		<b>9 180 257,00</b>	<b>33 978 968,52</b>	<b>24 798 711,52</b>	

## SANEAMENTO E REEQUILÍBRIO FINANCEIROS - ANO DE 2012

SANEAMENTO FINANCEIRO - INDICADORES				SITUAÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO		Análise de desequilíbrio financeiro conjuntural (DL 38/2008, de 7/mar)		
						Padrões de análise e verificação das condições		Conclusão
1	SANEAMENTO FINANCEIRO	Endividamento líquido (relevante para o limite) em 31/12/2012 <b>a)</b>	14 269 719			> 125% (art. 3º, n.º 4, al. a))	Para que exista desequilíbrio conjuntural basta que se verifique uma das condições (art. 3º, corpo do n.º 4)	SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO CONJUNTURAL
		Receitas relevantes para o cálculo do limite legal (art. 37º da LFL) <b>b)</b>	13 585 843	* 100	105,03%			
2		Dívidas a fornecedores em 31/12/2012 <b>c)</b>	15 199 933					
		Receitas totais do ano de 2011 <b>d)</b>	33 494 910	* 100	45,38%			
3		Passivos financeiros do Município em 31/12/2012 <b>e)</b> (na perspetiva do EL e incluindo montantes excecionados dos limites)	30 512 788			> 200% (art. 3º, n.º 4, al. c))		
		Receitas totais do ano de 2012 <b>d)</b>	26 734 773	* 100	114,13%			
4		$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF_i}{\sum_{i=1}^n 1,04^i} = 365$ <b>f)</b>		535		> 6 meses, ou seja, 180 dias (art. 3º, n.º 4, al. d))		

REEQUILÍBRIO FINANCEIRO - INDICADORES				SITUAÇÃO NO FINAL DO EXERCÍCIO		Análise de desequilíbrio financeiro estrutural (DL 38/2008, de 7/mar)				
						Padrões de análise e verificação das condições		Conclusão		
1	REEQUILÍBRIO FINANCEIRO	Capital em dívida de EMLP (relevante para o limite) em 31/12/2012 <b>a)</b>	* 100	10 488 035	* 100	77,20%	> 100% (art. 8º, n.º 1, al. a))	NÃO	Para que exista desequilíbrio estrutural têm que se verificar pelo menos três das condições (art. 8º, corpo do n.º 1)	NÃO SE VERIFICA UMA SITUAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO ESTRUTURAL
		Receitas relevantes para o cálculo do limite legal (art. 39º, n.º 2, da LFL) <b>b)</b>		13 585 843						
2		Endividamento líquido (relevante para o limite) em 31/12/2012	* 100	14 269 719	* 100	105,03%	> 175% (art. 8º, n.º 1, al. b))	NÃO		
		Receitas relevantes para o cálculo do limite legal (art. 37º da LFL) <b>b)</b>		13 585 843						
3		Dívidas a fornecedores em 31/12/2012 <b>c)</b>	* 100	15 199 933	* 100	45,38%	> 50% (art. 8º, n.º 1, al. c))	NÃO		
		Receitas totais do ano de 2011 <b>d)</b>		33 494 910						
4		Passivos financeiros do Município em 31/12/2012 <b>e)</b> (na perspetiva do EL e incluindo montantes excecionados dos limites)	* 100	30 512 788	* 100	114,13%	> 300% (art. 8º, n.º 1, al. d))	NÃO		
		Receitas totais do ano de 2012 <b>d)</b>		26 734 773						
5		 <b>f)</b>		535		> 6 meses, ou seja, 180 dias (art. 8º, n.º 1, al. e))	SIM			
6		Cumprimento da obrigação de redução de eventual excesso de Endividamento Líquido em 2012 (relevante para o limite) <b>g)</b>		NÃO APLICÁVEL		(art. 8º, n.º 1, al. f))	NÃO APLICÁVEL			
7	Cumprimento da obrigação de redução de eventual excesso do stock de EMLP em 2012 (relevante para o limite) <b>g)</b>		NÃO APLICÁVEL		(art. 8º, n.º 1, al. f))	NÃO APLICÁVEL				

**a)** Incluímos o endividamento líquido e os EMLP de todas as entidades abrangidas pelo conceito de endividamento líquido total e que relevem para o seu apuramento, já que no diploma sobre esta matéria se fala em ultrapassagem do limites legais de endividamento.

**b)** A DGAL, nos exercícios anteriores, considerou, para o apuramento dos limites legais previstos na Lei das Finanças Locais, o valor de receitas relativas ao FEF e IRS previsto no Orçamento de Estado de cada um dos anos, quando, de acordo com o quadro legal, aquelas receitas são do ano imediatamente anterior ao que respeitam os limites ( cfr. arts. 37º e 39º da LFL ).

Todavia, atendendo, às competências atribuídas à DGAL em matéria de cálculo comunicação dos limites legais aos municípios ( cfr., designadamente, art. 65º do DL n.º 29-A/2011, de 1/Mar ), bem como ao nível do acompanhamento da posição de cada um deles nesta matéria e, ainda, com o objetivo de harmonização de posições entre entidades da Administração Central, a IGF adotou, nesta auditoria, para verificação dos pressupostos do saneamento e reequilíbrio financeiros, os montantes da receita da natureza indicada considerados pela DGAL.

**c)** Considerámos todas as dívidas a terceiros do Município (excluindo o saldo em dívida de operações de tesouraria e os stocks de contratos de empréstimos e de leasing).

**d)** Não considerámos o saldo orçamental inicial.

**e)** Incluímos apenas os passivos financeiros do Município abrangidos pelo conceito endividamento líquido .

**f)** Fórmula adotada na Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008 (após a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 do Ministro das Finanças e da Administração Pública - publicado no DR, 2ª Série, de 13/Abr/2009).para aferir o PMP. Irá ser utilizada na ausência de publicação da Portaria prevista no art. 20º do DL 38/2008, de 7/Mar. Confrontar, na folha seguinte, a informação que é necessário recolher e o cálculo do PMP aqui previsto, que será exportado automaticamente para este campo. A IGF tem utilizado uma fórmula mais abrangente para apurar o PMP (pois inclui todas as dívidas a terceiros), a qual também será adotada nesta auditoria.

**g)** Através destes indicadores afere-se do cumprimento da obrigação de redução do excesso de EMLP e de endividamento líquido considerando todas as entidades relevantes em cada momento, ou seja, independentemente do conjunto de entidades englobadas quando da verificação da ultrapassagem do limite legal corresponder ou não ao que é tido em conta na data a que se reporta a análise.

No ano de 2011, atendendo a que o cálculo dos limites especiais de EL e de EMLP incorpora, sendo caso disso, a obrigação de redução do excesso verificado no final de 2010 tendo em conta os limites da LFL (cfr. mapa de apuramentos dos limites). Assim, a verificação do eventual in/cumprimento destes parâmetros, para efeitos de reequilíbrio financeiro, é aferida a partir do comportamento do Município em termos dos referidos limites especiais de endividamento.



Município de Tomar

## Fragilidades detetadas no Sistema de Controlo Interno na área do Património

Ponto Fraco / Fragilidade	Riscos / Consequências / Observações
Não existe um departamento específico ou pessoa responsável pela função controlo.	Risco de (não) deteção.
A promoção dos procedimentos destinados a contratar as aquisições de bens e serviços não são efetuados por um único serviço.	Risco de (não) deteção.
As faturas recebidas, na sequência da execução de contratos de aquisição de bens/serviços ou de empreitada, não são imediatamente registadas nas contas de «faturas em conferência».	Risco de (não) deteção.
Os bens imóveis do domínio público ainda não se encontram totalmente inventariados, quer tenham sido adquiridos a título gratuito ou oneroso.	Eventual subavaliação do Ativo/Património da Autarquia.
Embora os valores totais das «fichas de imobilizado» não sejam periodicamente reconciliados com os saldos das correspondentes contas do razão, esse procedimento foi, pelo menos, realizado no final do último exercício.	Risco de (não) deteção.
Não são efetuadas verificações físicas periódicas aos bens do ativo imobilizado, no âmbito das quais se confrontam os resultados obtidos com os registos existentes na contabilidade.	Risco de (não) deteção.
O valor dos juros suportados com o financiamento de determinado imobilizado, no decurso do período em que esteve em curso, não são imputados à despesa realizada.	Risco de (não) deteção.
As cauções e garantias prestadas (a título de caução ou para o seu reforço), na forma documental, não se encontram à guarda do tesoureiro.	Risco de (não) deteção.



Município de Tomar

## Fragilidades detectadas no Sistema de Controlo Interno na área do Endividamento

Ponto Fraco / Fragilidade	Riscos / Consequências / Observações
<b>Empréstimos</b>	
Não existe manual de procedimentos ou instruções escritas relativas ao controlo interno na área relacionada com o financiamento municipal com recurso aos capitais alheios.	Risco de (não) deteção.
O valor dos encargos dos empréstimos (amortização, juros e pagamentos de serviços) relativos aos exercícios seguintes não está registado nas contas relativas a compromissos de exercícios futuros.	Não conhecimento integral do grau de comprometimento do orçamento de exercícios futuros.
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazos (EMLP)</b>	
Nos balanços do MT, o valor das dívidas de EMLP cujo pagamento se vence em cada um dos anos imediatos, não foram divulgadas no Passivo de CP.	O balanço não espelha corretamente a exigibilidade do passivo do MT, encontrando-se o de CP subavaliado e o de MLP sobreavaliado.
<b>Locação Financeira</b>	
O recurso ao financiamento sob a forma de contrato de locação financeira não tem sido fundamentado em nenhum tipo de estudo.	Não há salvaguarda de garantia de que esta seja a melhor opção para o MT.
Nos balanços do MT, o valor das dívidas de <i>leasing</i> , foram integralmente divulgadas no passivo de MLP, nem tendo sido reconhecido no CP o montante cujo pagamento se vence em cada um dos anos imediatos.	O balanço não espelha corretamente a exigibilidade do passivo do MT, encontrando-se o de CP sobreavaliado e o de MLP subavaliado.
<b>Outras Dívidas a Terceiros</b>	
Não está formalizado o critério ( ou critérios ) geral a definir a prioridade dos pagamentos, no caso das dívidas a terceiros, embora o responsável pelo pelouro financeiro tenha estabelecido critérios e a aplicação informática proporcione informação sobre a maturidade destas dívidas.	Risco de (não) deteção.
A dívida relativa a juros de mora não é refletida imediatamente na contabilidade do MT após a receção das respetivas notas de débito. De facto, tal reflexo contabilístico apenas acontece após contacto com o fornecedor, promovendo a negociação.	O passivo exigível do MT encontra-se o de CP subavaliado.
<b>Direitos sobre Terceiros</b>	
Não é efetuada a reconciliação das contas receber com os respetivos devedores.	Eventual risco do ativo se encontrar sub/sobreavaliado, com o consequente impacto em termos de Endividamento Líquido.